



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 454

Quinta-feira - 25 de Março de 2010

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alto Bela Vista.....	1
Antônio Carlos	8
Atalanta.....	9
Bela Vista do Toldo.....	12
Biguaçu	13
Caçador	13
Campo Alegre	15
Canoinhas.....	27
Capinzal	29
Catanduvas.....	30
Chapadão do Lageado	46
Concórdia	46
Coronel Martins.....	47
Corupá	49
Ermo	60
Erval Velho	60
Forquilha.....	61
Fraiburgo.....	66
Garopaba.....	69
Garuva	71
Gaspar	71
Governador Celso Ramos	88
Herval D' Oeste.....	89
Imbituba	90
Irineópolis	94
José Boiteux	131
Luzerna	133
Massaranduba.....	136
Meleiro	137
Monte Carlo	138
Nova Trento	138
Novo Horizonte	151
Paulo Lopes	152
Pinheiro Preto	155
Porto Belo.....	157
Porto União.....	158
Rio do Sul.....	161
Salto Veloso.....	179
São Lourenço do Oeste.....	179
Schroeder	199
Três Barras	206
Tunápolis.....	206
Videira.....	206

Alto Bela Vista

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Municipal nº 491

INSTITUI O SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO – SSB, VINCULADO AO ÓRGÃO MUNICIPAL DE URBANISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sérgio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA INSTITUIÇÃO E NATUREZA

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Administração Direta, vinculado ao órgão municipal de urbanismo, o Serviço de Saneamento Básico – SSB, com as seguintes finalidades:

I – prover o abastecimento de água potável à população do Município, com prioridade à população urbana e à população de conglomerados de comunidades do interior do Município, observado o disposto no na alínea “a”, do inciso I, do art. 3º desta Lei;

II – prover os serviços de saneamento básico urbano, observado o disposto na alínea “b”, do inciso I, do Art. 3º desta lei.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 2º O serviço de saneamento básico, no Município, será prestado com base nos seguintes princípios fundamentais:

- I – universalização do acesso;
- II – abastecimento de água e esgotamento sanitário realizados de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente;
- III – articulação com as políticas de desenvolvimento urbano, de habitação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;
- IV – eficiência e sustentabilidade econômica;
- V – utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;
- VI – transparência das ações;
- VII – controle social;
- VIII – segurança, qualidade e regularidade;

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tibúrcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

IX – integração da infra-estrutura e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – saneamento básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

II – universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

III – controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações em processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos municipais de saneamento básico, nos termos instituídos nesta Lei.

CAPÍTULO III

DA ATUAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO SSB

Art. 4º O SSB exercerá a sua ação em todo o Município, competindo-lhe com exclusividade:

I – planejar, projetar, executar, operar, manter e fiscalizar os serviços de saneamento básico, incluídas as obras relativas à construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de saneamento básico;

II – construir, conservar, ampliar e reformar redes, instalações, prédios e equipamentos utilizados nos serviços de saneamento básico;

III – coligir elementos e dados estatísticos e promover levantamentos necessários do planejamento, a elaboração de projetos e a execução de obras e serviços de saneamento básico;

IV – projetar e, paulatinamente, executar obras de sistemas esgotamento sanitário na sede do Município, na vila de Volta Grande e noutros núcleos comunitários do interior, sempre interagindo com os órgãos da administração direta, especialmente com o órgão municipal de saúde;

V – contratar operações de crédito para obtenção de recursos necessários a execução de obras de implantação e expansão dos serviços de saneamento básico;

VI – celebrar convênios ou contratos com entidades públicas ou privadas, com a finalidade de captação de recursos financeiros para aplicação em projetos de implantação e ampliação dos serviços de saneamento básico, para buscar o pleno atendimento às demandas;

VII – operar, manter, conservar e explorar, diretamente, os serviços de saneamento básico, nos termos desta Lei, na sede do Município e nas vilas e povoados que constituem os núcleos das comunidades interioranas.

VIII – lançar, fiscalizar e arrecadar as contribuições de melhoria que incidirem sobre os terrenos beneficiados com a implantação de serviços de saneamento básico;

IX – lançar, fiscalizar e arrecadar as tarifas decorrentes dos serviços prestados aos usuários dos serviços de saneamento básico;

X – atuar como órgão coordenador e fiscalizador da execução dos convênios entre o município e os órgãos federais ou estaduais para estudos, projetos e obras de construção, ampliação ou remodelação dos serviços públicos de saneamento básico;

XI – planejar e promover a educação em saneamento básico e ambiental no âmbito de sua competência, em conjunto com as atividades do órgão municipal de educação e com estabelecimentos públicos de outras esferas governativas.

XII – exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas públicos de saneamento básico, compatíveis com as leis gerais e especiais.

Parágrafo único. As competências do SSB serão supervisionadas pelo Prefeito Municipal, coordenadas pelo titular do órgão municipal de urbanismo e contará com a colaboração e interação dos demais órgãos da Administração Direta do Governo Municipal.

Art. 5º O Serviço de Saneamento Básico – SSB, deverá, ainda:

I – elaborar e executar o planejamento orçamentário, executando controle patrimonial e outros, conforme disposições em lei;

II – participar das discussões e formulação das políticas de desenvolvimento econômico e da política habitacional e ambiental do Município;

III – interagir e atuar conjuntamente, quando necessário, com o órgão municipal de defesa civil;

IV – exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os serviços de saneamento básico, compatíveis com leis gerais e específicas.

§ 1º O planejamento orçamentário será executado em conjunto com o órgão da Administração Municipal responsável por essa competência.

§ 2º Os serviços de gestão financeira e contábil da Administração Municipal, fará esses serviços decorrentes das atividades do Serviço de Saneamento Básico – SSB.

Art. 6º O SSB poderá atuar em estreita articulação com outros serviços de saneamento básico, autônomos ou diretos, por meio de programas e ações voltadas para o aprimoramento de suas atividades nos campos técnico, administrativo e gerencial.

Parágrafo único. Fica o Prefeito Municipal autorizado a firmar convênios de cooperação mútua, com outras entidades autônomas de saneamento básico, com Municípios, Estados ou com a União, para a realização de investimentos em saneamento básico.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA ORGÂNICA DO SSB

Art. 7º O Serviço de Saneamento Básico – SSB não terá estrutura organizacional própria, a ele ser-lhes-ão designados servidores do quadro permanente do Poder Executivo Municipal, para a execução das atribuições, competências, atividades e serviços, que lhes são precípuos.

CAPÍTULO V

DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA

Art. 8º Todo o patrimônio do SSB e gerido pela Administração Municipal Direta.

Art. 9º. A receita, que será vinculada ao Serviço de Saneamento Básico – SSB provirá dos seguintes recursos:

I – do produto de quaisquer tarifas e remunerações decorrentes diretamente dos serviços de saneamento básico: tarifas de água e esgoto, instalação, reparo, aferição, aluguel e conservação de hidrômetros, serviços referentes a ligações de água e esgoto, prolongamento de rede por conta de terceiros, multas e outras;

II – dos tributos que vierem a incidir sobre imóveis beneficiados com a implantação e execução de projetos de saneamento básico;

III – de auxílios, contribuições, subvenções ou produtos de ajustes, convênios, contratos e outros que lhe forem concedidos, inclusive para obras novas e serviços de manutenção, pelos Governos Federal, Estadual, Municipal, ou por organismos de cooperação internacional;

IV – do produto de rendimentos sobre depósitos bancários e outras rendas patrimoniais;

V – do produto da alienação de materiais inservíveis e de bens patrimoniais que se tornem desnecessários aos seus serviços e adquiridos com recursos decorrentes de suas receitas;

VI – do produto de cauções e depósitos bancários que reverterem aos seus cofres por inadimplemento contratual, quando relacionados às suas atribuições;

VII – da execução de qualquer serviço e obras de sua competência.

§ 1º Poderá o Município, mediante autorização do Poder Legislativo Municipal, realizar operações de crédito para obtenção de recursos necessários à execução de obras de implantação, ampliação ou remodelação dos sistemas de saneamento básico.

§ 2º Os tributos a que se refere o inciso II do caput deste artigo, serão lançados e cobrados de acordo com as disposições estabelecidas no Código Tributário Municipal.

§ 3º Todas as receitas possíveis, nos termos das disposições deste artigo, serão movimentadas em contas bancárias vinculadas às atividades do SSB.

§ 4º Os recursos financeiros decorrentes das receitas do SSB com utilização de previsão além de dez dias de seu ingresso serão aplicados em mercados de capitais ou em conta poupança, para o auferimento de receitas decorrentes de rendimentos financeiros.

Art. 10. O órgão de gestão financeira da Administração Municipal, fará a gestão financeira das receitas, das despesas e das aplicações dos recursos do SSB.

Art. 11. Através de lei específica serão fixadas as multas por infrações cometidas em prejuízo dos serviços de saneamento básico, variando de acordo com a gravidade, exceto os encargos por inadimplência, previstos no art. 17, desta Lei.

Parágrafo único. Na ocorrência de pagamentos em atraso as penalidades relativas à mora são aquelas estabelecidas no art. 17, desta Lei.

Art. 12. É vedado à Administração Municipal, conceder isenção ou redução de tarifas ou contribuições relativas aos serviços de saneamento básico, inclusive à entidades públicas federais, estaduais e respectivas autarquias.

CAPÍTULO VI DO CONTROLE FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

Art. 13. O controle financeiro, orçamentário e patrimonial do SSB será exercido:

I – internamente:

a) pelo órgão municipal responsável pela gestão financeira e contábil da Administração Direta;

b) pelo sistema de controle interno;

II – externamente:

a) pela Câmara Municipal de Vereadores, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

b) pelo controle social, nos termos que a lei estabelecer.

Art. 14. As aquisições, bem como as obras e serviços a serem contratadas pelo Município, em decorrência das atribuições, competências, atividades e serviços do SSB, estão sujeitas ao processo de licitação, na forma prevista na legislação pertinente.

CAPÍTULO VII DA TARIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I Das Tarifas

Art. 15. Os serviços de saneamento básico, notadamente, os relacionados à distribuição de água, terão as seguintes tarifas:

I – para consumo mensal de até 10m³ (dez metros cúbicos), tarifa de R\$ 18,00 (dezoito reais);

II – para consumo além de 10m³ (dez metros cúbicos) até 20m³ (vinte metros cúbicos), a tarifa será o valor estabelecido no inciso I, deste artigo, acrescida de R\$ 2,00 (dois reais) por metro cúbico que exceder quantidade prevista no inciso anterior;

III – para o consumo que exceder aos 20m³ (vinte metros cúbicos) até 30m³ (trinta metros cúbicos), a tarifa será o valor estabelecido no inciso II, deste artigo, acrescida de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por metro cúbico que exceder a quantidade máxima prevista no inciso anterior;

IV – para o consumo que exceder aos 30m³ (trinta metros cúbicos) até 40 m³ (quarenta metros cúbicos), a tarifa será o valor estabelecido no inciso III, deste artigo, acrescida de R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos) por metro cúbico que exceder a quantidade máxima prevista no inciso anterior.

V – para o consumo que exceder aos 40m³ (quarenta metros cúbicos), até 50m³ (cinquenta metros cúbicos), a tarifa será o valor estabelecido no inciso IV, deste artigo, acrescida de 3,10 (três reais e dez centavos) por metro cúbico que exceder a quantidade máxima prevista no inciso anterior.

VI – para o consumo que exceder aos 50m³ (cinquenta metros cúbicos), a tarifa será o valor estabelecido do inciso V, deste artigo, acrescida de R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos) por metro cúbico que exceder a quantidade máxima prevista no inciso anterior.

§ 1º Será considerado como metro cúbico completo, a fração excedente aos limites estabelecidos nos incisos deste artigo.

§ 2º Além dos serviços de fornecimento de água às unidades consumidoras, nos termos estabelecidos nos incisos do caput deste artigo serão cobradas as seguintes tarifas:

I – nova ligação ao sistema:

a) com o hidrômetro fornecido pelo usuário, R\$ 20,00 (vinte reais);

b) com o hidrômetro fornecido pelo SSB, R\$ 70,00 (setenta reais);

c) religação, independentemente no motivo, R\$ 20,00 (vinte reais);

d) suspensão temporária ou definitiva, R\$ 20,00 (vinte reais).

§ 3º As tarifas serão revistas anualmente, sempre no mês de maio, através da aplicação do índice acumulado, nos doze meses anteriores do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, medido e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha em sua substituição.

§ 4º O valor das tarifas, será reajustado nos termos do artigo an-



terior, somente quando a variação do INPC for positiva.

§ 5º Somente haverá reajustes da tarifa, diferentes dos estabelecidos nos §§ 3º e 4º deste artigo, por decisão do Conselho Municipal de Saneamento Básico, nos termos do art.16, desta Lei.

§ 6º O Poder Executivo Municipal poderá estabelecer incentivos, através da redução da tarifa, aos usuários dos serviços de abastecimento de água que apresentarem redução no consumo por mais de três meses seguidos, consideradas as condições normais de utilização da unidade consumidora.

§ 7º A concessão de incentivos, na forma do parágrafo anterior, será precedida de deliberação do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Art. 16. Anualmente, sempre no mês de março, reunir-se-á o Conselho Municipal de Saneamento Básico, para a verificação das condições financeiras, operacionais e patrimoniais do SSB, com a finalidade de promover estudos e ou de analisar propostas de mobilidade tarifária.

Parágrafo único. A atuação do Conselho Municipal de Saneamento Básico, na análise de propostas de mobilidade tarifária terá como base as disposições do art. 38, da Lei Complementar nº 28, de 28 de outubro de 2009 e do art. 38, da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007.

Seção II

Dos Encargos por Inadimplência

Art. 17. Na ocorrência de inadimplência, da obrigação de pagar as tarifas estabelecidas nesta Lei, ao usuário ser-lhe-á imputado os seguintes encargos:

I – juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, a contar da data do vencimento.

II – multa demora de 2% (dois por cento).

§ 1º Os valores vencidos e não pagos até o dia 31 de dezembro de cada ano serão escritos em dívida ativa e constituirão dívida ativa não tributária, nos termos do art. 39, § 2º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º Os valores inadimplidos após 12 (doze) meses de seu vencimento serão reajustados segundo a variação da Unidade Municipal de Referência Fiscal – UFRM.

Art. 18. Os créditos decorrentes dos serviços de saneamento básico têm prazo prescricional de 10 (dez) anos, nos termos art. 205, do Código Civil Brasileiro – Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

§ 3º Na ocorrência da condição prevista no parágrafo anterior, os encargos previstos nos incisos do caput deste artigo será calculados sobre o valor corrigido.

Art. 19. Os créditos públicos decorrentes da tarificação prevista no art. 15, desta lei, não integrarão programas de recuperação de créditos fiscais, tributários ou não tributários, que sejam instituídos por legislação específica.

CAPÍTULO VIII

DA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

Art. 20. Os serviços, de que trata esta Lei, poderão ser suspensos nas seguintes hipóteses:

I – situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens

II – necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

III – negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV – manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; e

V – inadimplemento do usuário dos serviços de saneamento básico, do pagamento das tarifas.

VI – impedimento de acesso, aos servidores designados ao SSB, ao hidrômetro da unidade consumidora.

§ 1º As interrupções programadas serão previamente comunicadas aos usuários, mediante envio de aviso ao endereço do usuário.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V do caput deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 21. A tarificação dos serviços de esgotamento sanitário, identificados no art. 3º, I, "b", desta Lei, somente será estabelecida, em lei específica, quando da efetiva instalação e disponibilização dos mesmos aos usuários.

Art. 22. Cada unidade residencial, ou empresarial, será considerada como unidade consumidora autônoma.

Parágrafo único. Considera-se unidade empresarial, os locais utilizados para atividades comerciais, industriais ou de prestação de serviços e a ela se equipara, também, as instalações de serviços de profissionais autônomos de qualquer natureza.

Art. 23. Os hidrômetros serão instalados em locais de fácil acesso, preferencialmente próximos à via pública.

Art. 24. O Poder Executivo Municipal disponibilizará, para os Serviços de Saneamento Básico de que trata esta Lei, pessoal, e condições estruturais de operacionalização, segundo a demanda e a efetiva necessidade, para a manutenção e garantia da adequação e da qualidade dos serviços prestados.

Art. 25. Os bens e materiais adquiridos com recursos decorrentes das receitas provenientes das tarifas estabelecidas nesta lei serão utilizados exclusivamente à finalidade precípua a que se destinam, nos serviços de saneamento básico.

Art. 26. O Prefeito Municipal expedirá atos necessários à completa regulamentação da presente Lei.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 23 de Março de 2010.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal



Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH
Responsável pelas Publicações

Lei Municipal nº 492

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE AÇÃO NO PLANO PLURIANUAL – PPA DO PERÍODO DE 2010 A 2013, APROVADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 475, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluída, no Plano Plurianual – PPA, do período de 2010 a 2013, aprovado pela Lei Municipal nº 475, de 11 de novembro de 2009, a seguinte ação:

Órgão	05.00	GERÊNCIA DE TRANSPORTES
Unidade	05.01	Gerência de Transportes
Função	26	Transportes
Subfunção	782	Transporte Rodoviário
Programa	0056	Abrigos Adequados para Passageiros
Ação	1.041	Obras de Construção de Abrigos de Passageiros

Descrição da Ação: Investimentos necessários às obras de edificação de abrigos de passageiros, junto à Rodovia SC-461 e à rodovias municipais, para melhorar as condições dos usuários dos serviços de transporte municipal e intermunicipal de passageiros.

Ano	Meta Física	Meta Financeira
2010	08	13.480,00
2011	-	-
2012	-	-
2013	-	-

Detalhamento da Ação:

Conta da Despesa	Recursos	Ano	Valor
4.4.90.00.00.00.00	0.3.0000 – Recursos Ordinários – Exercícios Anteriores	2010	2.980,00
		2011	-
		2012	-
		2013	-
	0.3.0108 – Recursos Vinculados – Convênios com o Estado – Exercícios anteriores	2010	5.250,00
		2011	-
		2012	-
		2013	-
	0.1.0108 – Recursos Vinculados – Convênios com o Estado	2010	5.250,00
		2011	-
		2012	-
		2013	-

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 23 de março de 2010.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH
Responsável pelas Publicações

Lei Municipal nº 493

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NOVA AÇÃO NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO, APROVADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 479, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluída a seguinte ação na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2010, aprovada pela Lei Municipal nº 479, de 27 de novembro de 2009:

Órgão	05.00	GERÊNCIA DE TRANSPORTES
Unidade	05.01	Gerência de Transportes
Função	26	Transportes
Subfunção	782	Transporte Rodoviário
Programa	0056	Abrigos Adequados para Passageiros
Ação	1.041	Obras de Construção de Abrigos de Passageiros

Descrição da Ação: Investimentos necessários às obras de edificação de abrigos de passageiros, junto à Rodovia SC-461 e à rodovias municipais, para melhorar as condições dos usuários dos serviços de transporte municipal e intermunicipal de passageiros.

Ano	Meta Física	Meta Financeira
2010	08	13.480,00

Detalhamento da Ação

Conta e Descrição da despesa	Recursos	Ano	Valor
4.4.90.00.00.00	0.3.0000 – Recursos Ordinários – Exercícios Anteriores	2010	3.480,00
	0.3.0108 – Recursos Vinculados – Convênios com o Estado – Exercícios anteriores		5.250,00
	0.1.0108 – Recursos Vinculados – Convênios com o Estado		5.250,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 23 de Março de 2010.

SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH
Responsável pelas Publicações

Lei Municipal nº 494

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Muni-



cial de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional especial no valor de R\$ 13.480,00 (treze mil, quatrocentos e oitenta reais), para a inclusão da seguinte nova ação orçamentária:

05.00	GERÊNCIA DE TRANSPORTES
05.01	Gerência de Transportes
26	TRANSPORTES
26.782	Transporte Rodoviário
26.782.0056	Abrigos Adequados para Passageiros
26.782.0056.1.041	Obras de Construção de Abrigos de Passageiros
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.3.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 3.480,00
4.4.90.00.0.3.0108	Aplicações Diretas
	R\$ 5.250,00
4.4.90.00.0.1.0108	Aplicações Diretas
	R\$ 5.250,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial aberto nos termos do artigo anterior tem origem:

I – na utilização parcial de saldo de recursos do superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial do exercício de 2009, nos recursos:

a) 0.1.0080 – Recursos Ordinários – Orçamento Municipal – R\$ 3.480,00 (três mil, quatrocentos e oitenta reais); e

b) 0.1.0108 – Recursos Vinculados – Convênios com o Estado – R\$ 5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais);

II – na expectativa de ocorrência de excesso de arrecadação, exclusivamente nos recursos 0.1.0108 – Recursos Vinculados – Convênios com o Estado – R\$ 5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 23 de março de 2010.

SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH
Responsável pelas Publicações

Decreto nº 1.185

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos do art. 7º, III, da Lei Municipal nº 484, de 9 de dezembro de 2009;

Considerando a disponibilidade de recursos financeiros de exercícios anteriores;

Considerando a necessidade de empenhamento das despesas decorrentes dos serviços de Segurança no Trânsito;

Considerando a necessidade de provimento de saldos em ações orçamentárias indispensáveis ao exercício das competências municipais;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar, com a inclusão de vinculações relativas à recursos não vinculados e remanescentes de exercícios anteriores, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 583,32 (quinhentos e oitenta e três reais e trinta e dois centavos), para atender às seguintes ações:

02.00	GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
02.01	Gerência de Administração e Finanças
06	SEGURANÇA PÚBLICA
06.181	Policimento
06.181.0005	Segurança Pública à População
06.181.0005.2.010	Ações de Segurança no Trânsito
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.3.0169	Aplicações Diretas
	R\$ 410,00
3.3.90.00.0.3.0170	Aplicações Diretas
	R\$ 173,32

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior têm origem na utilização de recursos do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2009, exclusivamente, nos recursos da vinculação 0000 – Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 19 de março de 2010.

SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH
Responsável pelas Publicações

Decreto nº 1.186

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art.76 da Lei Complementar nº 011, de 10 de Janeiro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares no período de quinze dias ao Servidor Público Municipal em Cargo de Provimento em Comissão, abaixo relacionado.



Servidora	Período Aquisitivo	Período de gozo
DALIR ANTONIO SCHIOCHET	01/01/2009 A 31/12/2009	22/03/2010 a 05/04/2010

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 22 de março de 2010.

SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta data.

ALICE SCHWAMBACH
Responsável pelas Publicações.

Decreto nº 1.187

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 494, de 23 de Março de 2010;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional especial no valor de R\$ 8.730,00 (oito mil, setecentos e trinta reais), para a inclusão da seguinte nova ação orçamentária:

05.00	GERÊNCIA DE TRANSPORTES
05.01	Gerência de Transportes
26	TRANSPORTES
26.782	Transporte Rodoviário
26.782.0056	Abrigos Adequados para Passageiros
26.782.0056.1.041	Obras de Construção de Abrigos de Passageiros
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.3.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 3.480,00
4.4.90.00.0.3.0108	Aplicações Diretas
	R\$ 5.250,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial aberto nos termos do artigo anterior tem origem:

I – na utilização parcial de saldo de recursos do superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial do exercício de 2009, nos recursos:

a) 0.1.0080 – Recursos Ordinários – Orçamento Municipal – R\$ 3.480,00 (três mil, quatrocentos e oitenta reais); e

b) 0.1.0108 – Recursos Vinculados – Convênios com o Estado – R\$ 5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais);

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 23 de março de 2010.

SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH
Responsável pelas Publicações

Decreto nº 1.188

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 494, de 23 de Março de 2010;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional especial no valor de R\$ 5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais), para a inclusão da seguinte nova ação orçamentária:

05.00	GERÊNCIA DE TRANSPORTES
05.01	Gerência de Transportes
26	TRANSPORTES
26.782	Transporte Rodoviário
26.782.0056	Abrigos Adequados para Passageiros
26.782.0056.1.041	Obras de Construção de Abrigos de Passageiros
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0108	Aplicações Diretas
	R\$ 5.250,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial aberto nos termos do artigo anterior tem origem na expectativa de ocorrência de excesso de arrecadação, exclusivamente nos recursos 0.1.0108 – Recursos Vinculados – Convênios com o Estado – R\$ 5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 23 de março de 2010.

SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH
Responsável pelas Publicações

Portaria Nº 048

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art.100, Parág.1º,2º,3ºe 4º da Lei Complementar nº 011, de 10 de Janeiro de 2005; que Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - Concede Licença para tratar de Assuntos particulares ao



Servidor Público Municipal, ONEIDE KRUGER, ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MOTONIVELADORA, por um ano (12 meses), sem remuneração a partir de 22 de Março de 2010, conforme requerimento datado e protocolado no dia 19 de Março de 2010, sob nº 024/2010.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, em 22 de Março de 2010.

SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH
Responsável pelas publicações.

Portaria Nº 049

CONCEDER FÉRIAS Á SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor Público Municipal em cargo de provimento efetivo de Operador de Balsa, conforme quadro abaixo.

Servidor	Período Aquisitivo	Período de gozo
ADEMIR KAIBER	03/04/2008 a 02/04/2009	23/03/2010 a 21/04/2010.

Art. 2º- As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, em 23 de Março de 2010.

SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH
Responsável Pelas Publicações

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Processo Licitatório Nº 39/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 39/2010; Modalidade: Pregão Presencial; Tipo: Menor preço por item – Registro de Preço; Objeto: A presente Licitação tem por objeto a contratação de empresa

especializada para realizar transporte de passageiros em Ônibus, Micro-Ônibus, Van ou similar, para atender os atletas e eventos ligados a Secretaria de Esportes e Turismo em competições e apresentações fora do município de Antonio Carlos, conforme descrito no edital e seus anexos; Entrega dos envelopes e abertura: dia 09/04/2010 às 09:00 (nove) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123. Ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 23 de março de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº 33/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 33/2010; Modalidade: Pregão Presencial; Tipo: Menor preço por item – Registro de Preço; Objeto: A presente Licitação tem por objeto a prestação/fornecimento de serviços médicos (exames), para atendimento dos munícipes, encaminhados pela Secretaria da Saúde do Município, de Antônio Carlos, conforme descrito no edital e seus anexos; Entrega dos envelopes e abertura: dia 09/04/2010 às 14:00 (quatorze) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123. Ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 23 de março de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Registro Cadastral

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS. Registro Cadastral ou Atualização. CHAMAMENTO. Atendendo ao disposto no artigo 34, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, convidamos os fornecedores e prestadores de serviços em geral, a proceder registro ou atualização cadastral na Prefeitura Municipal de Antônio Carlos – SC como forma de se habilitarem aos processos licitatórios a serem realizados pela Administração em 2010. Os interessados poderão obter as instruções necessárias no Prédio da Prefeitura situado à Praça Anchieta, 10 – Centro – Antônio Carlos – SC, ou pelo telefone (0XX 48) 3272-1123, Ramal 227, das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

Antônio Carlos, 23 de março de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 175/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS – SC
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 175/2009; Origem: Licitação nº 109/2009 – Tomada de Preço - TP; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: Wokys Construções Ltda; Objeto: Contratação de empresa especializada para reforma e ampliação do Centro de Educação Infantil Municipal Coração de Jesus e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Antônio Carlos, com fornecimento de materiais e mão de obra; Valor do Contrato após o 1º Aditivo: R\$ 260.313,92 (duzentos e sessenta mil trezentos e treze reais e noventa e dois centavos) Valor do Aditivo: R\$ 33.629,95 (trinta e três mil, seiscentos e vinte nove reais e noventa e cinco centavos). Valor Total do Contrato Aditivado: R\$ 293.943,87 (duzentos e noventa



e três mil, novecentos e quarenta e três reais e oitenta e sete centavos); Prorrogação de Prazo do Contrato: 60 (sessenta) dias – 19/03/2010 a 17/05/2010;

Antônio Carlos, 15 de março de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1149/2010

LEI Nº 1149/2010

“INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – PME A E CRIA O GRUPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – GTEA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Considerando:

1. Ao artigos 205 e 225 da Constituição Federal de 1988, todos têm direito à Educação Ambiental – EA, incumbindo ao Poder Público definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover EA em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria da qualidade de vida socioambiental;
2. As orientações estabelecidas pela Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (Lei n.º 9.795/99) e sua regulamentação pelo Decreto nº 4281 de 25 de junho de 2002;
3. As orientações estabelecidas pelo Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA;
4. As orientações estabelecidas pela Política Estadual de Educação Ambiental (Lei nº 13.558/2005) e sua regulamentação pelo Programa Estadual de Educação Ambiental – ProEEA – SC;
5. A necessidade de compreender as relações existentes entre as diferentes políticas ambientais existentes no Estado e na União, dentre elas a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81), a Política Nacional de Saúde (Lei 8.080/90), a Política Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.445/07);
6. Essencial para a articulação e permanência dos processos educativos fortalecer e ser fortalecido por espaços educativos e regionais como redes e coletivos de EA;
- 7.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALANTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPITULO 1 DOS CONCEITOS

Art. 1º - Entende-se por Educação Ambiental – EA o processo por meio do qual o individuo e a coletividade define valores, conhecimentos habilidades atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Parágrafo Único: EA como pratica política significa contribuir para que a relação entre atores governamentais e não governamentais sejam explicitadas, identificas e compreendidas, evitando a reprodução do modelo social existente e atuando como força de transformação.

Art 2º - Entende-se por EA formal a que acontece no ensino esco-

lar, ou seja, aquela desenvolvida no âmbito dos currículos e atividades das instituições de ensino publico e privadas, englobando:

- I – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.
- II – educação superior;
- III – educação técnico-profissional;
- III- educação especial;
- IV – educação dos jovens e adultos.

1º A EA formal será desenvolvida como uma pratica educativa integrada, continua e permanente em todos os níveis e modalidades de ensino formal.

2º Nos cursos de formação e especialização técnico- profissional, em todos os níveis deve ser incorporada a dimensão da ética ambiental nas atividades profissionais a serem desenvolvidas.

3º A dimensão ambiental deve constar nos currículos de formação de professores, em todos os níveis, com abordagem interdisciplinar considerando a integração entre meio social e natural;

Art 3º - Entende-se por EA não-formal todas as ações e praticas educativas voltadas a sensibilização, ao desenvolvimento de senso critico, a construção de conhecimentos e organização, mobilização e participação da comunidade na defesa do meio ambiente, exceto as citadas no artigo 2º desta Lei.

CAPITULO II DOS PRINCIPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 4º - São princípios básicos de EA:

- I – ter enfoque humanista, holístico, democrático, participativo, critico e emancipatório;
- II – primar e aprofundar o conhecimento;
- III – considerar a interdependência entre os meios físico-natural, socioeconômico, cultural e político institucional;
- IV – considerar a ética na educação, no trabalho e nas praticas sociais;
- V – estimular e fortalecer o senso critico sobre a realidade sócio-ambiental;
- VI – estimular a cooperação entre diversos atores sociais;
- VII – promover a cidadania, a autonomia, a geração de conhecimentos, e a inclusão de saberes populares, promovendo o empoderamento dos atores sociais.
- VIII – buscar a excelência nas ações educativas realizadas.

CAPITULO III DOS OBJETIVOS

Art. 5º - São objetivos da PME A:

- I – desenvolver a EA na perspectiva de compreensão integrada do meio ambiente, envolvendo os aspectos ecológicos, legais, políticos, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II – fomentar a continuidade e permanência da EA formal e não-formal;
- III – promover a formação continuada em EA de educadores que atuam no município;
- IV – garantir a democratização das informações de EA para fornecer subsídios para a elaboração de Programas de EA;
- V – estimular a formação de grupos de trabalho interinstitucional em AE.

CAPITULO IV DAS DIRETRIZES

Art. 6º - Constituem diretrizes gerais de ação da PME A:



I – a visão crítica, orientada para a busca de alternativas de desenvolvimento socioambiental, construídas de forma participativa e interdisciplinar;
 II – a contextualização na realidade sócioambiental do contexto local ao regional/ global;
 III – as mudanças de atitudes, a autonomia das pessoas e a participação social continuada em foros e/ ou espaços de decisão;
 IV – a articulação continuada entre as secretarias municipais, utilizando espaços para interação e a integração de diversos saberes e atores sociais, em caráter formal e não formal
 V – a permanente motivação por meio de acompanhamento e avaliação crítica;

Parágrafo Único: Para cumprir o estabelecido no caput desse artigo, a EA deve ser objeto constante de atuação direta da prática pedagógica, das relações familiares, comunitárias, governamentais, institucionais e dos movimentos sociais.

CAPITULO V DOS INSTRUMENTOS

Art. 7º - são instrumentos da PMEA:

- I – o grupo de trabalho da EA – GTEA
- II – o programa municipal de EA;
- III – o banco de dados de projetos e ações de EA;
- IV – o plano de formação continuada em EA para GTEA;

Seção I

Do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental – GTEA

Art. 8º - Fica instituído o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental – GTEA, composto no mínimo por um representante do órgão municipal de meio ambiente, responsáveis pela gestão da PMEA.

Seção II

Do Programa Municipal de Educação Ambiental – ProMEA

Art. 9º - O ProMEA deve ser desenvolvido envolvendo diversos atores sociais para fortalecer a integração entre os órgãos governamentais, organizações não-governamentais, instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa;

Parágrafo único: Caberá ao Grupo de Trabalho de Educação Ambiental – GTEA coordenar a elaboração do ProMEA.

Art. 10º - São consideradas como diretrizes do ProMEA:

- I – a não implantação da Ea como disciplina específica no currículo de ensino e sim integrada às disciplinas como tema transversal, contínuo e permanente, de acordo com os PCNS e com a Lei 9.795/99;
- II – a articulação com Planos Políticos Pedagógicos – PPPs;
- III – a difusão de projetos, campanhas educativas, e de informações a cerca da temática socioambiental, por intermédio dos meios de comunicação e de ferramenta educomunicação;
- IV - a ampla participação das comunidades e de organizações não-governamentais na formulação e execução de projetos e atividades;
- V – a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento do projeto EA;
- VI – a sensibilização da sociedade para a importância da projeção e recuperação das áreas de preservação permanente e criação de unidades de conservação.
- VII – a sensibilização ambiental de agricultores;
- VIII – o consumo responsável no meio urbano;
- IX- a associação com atividades de ecoturismo;
- X – a consolidação de espaços educadores municipais;
- XI – a consideração da políticas públicas ambientais, como de recursos hídricos, meio ambiente, saúde e saneamento básico nos conteúdos educativos.

Art.11º - as atividades do ProEMA terão as seguintes linha de atuação:

- I – formação em EA formal e não formal;
- II – desenvolvimento de estudos e pesquisas, com o apoio de instituições de ensino, pesquisa e extensão, públicas e privadas;
- III- produção e divulgação de material educativo;
- IV – acompanhamento e avaliação da implementação da PMEA
- V – mobilização social em torno do desenvolvimento de projetos sócios ambientais, visando a melhoria da qualidade de vida;
- VI – a busca de alternativas curriculares e metodológicas em educação ambiental, para formação na área ambiental;
- VII – a disseminação e apoio às iniciativas e experiências locais e regionais em EA;
- VIII – a implementação de ações para o fortalecimento das redes e coletivos de EA.

Seção III

Do Banco de Dados

Art.12º - O Banco de Dados de Projetos e Ações de AE é um sistema que deve gerar informações sobre a situação qualitativa e quantitativa da EA do município.

Parágrafo único: O Grupo de Trabalho de EA é responsável por criar um bando de dados de projetos e ações do município, atualizar e disponibilizar os dados e informações, fornecendo subsídios para elaboração do ProMEA.

Art. 13º - São objetivos do Banco de Dados de projetos e ações de EA:

- I – reunir, dar consistência e divulgar os dados e informações sobre o EA no município;
- II – atualizar permanentemente as informações sobre disponibilidade e demanda de EA no município;
- III – fornecer subsídios para elaboração do ProMEA;

Parágrafo único: Toda a sociedade terá acesso garantido aos dados e informações.

Seção IV

Do Plano de Formação Continuada

Art.14º – Os planos de formação continuada em EA para o GTEA devem ser implementados a partir de parcerias com associações, instituições de ensino e organizações não governamentais.

Art. 15º – São objetivos da formação continuada:

- I – Apoio à criação e ao fortalecimento de redes e coletivos de educadores ambientais;
- II – Suporte a qualificação de pessoal para elaboração do ProMEA;
- IV – Formação continuada de docentes e técnicos.

CAPÍTULO VII

DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES GERAIS

Art. 16º – São atribuições do GTEA:

- I – coordenar, executar e acompanhar a PMEA;
- II – coordenar a elaboração do ProMEA;
- III – promover a EA de forma interdisciplinar, de acordo com o ProMEA, com o apoio dos órgãos municipais da educação, saúde, meio ambiente e/ ou agricultura, planejamento e turismo;
- IV – trabalhar de forma articulada e integrada junto aos órgãos públicos municipais, instituições privadas, educadores e sociedade civil organizada, em sinergia com outras políticas ambientais, contribuindo para o fortalecimento da gestão ambiental municipal.
- V – estimular os meios de comunicação a incorporar a dimensão socioambiental em sua programação, possibilitando espaços para a educação e comunicação, colaborando de maneira ativa e per-

manente na disseminação de informações e práticas educativas;
VI – promover a integração dos diferentes segmentos sociais por meio de projetos e pesquisas em EA;
VII – promover a formação continuada dos diversos atores sociais envolvidos pelo ProMEA;
VIII – divulgar as fontes de financiamento disponíveis para realização de projetos de EA;
IX – incentivar a criação de espaços para promover a reflexão, a construção de conhecimentos, a troca de experiências e a integração de educadores ambientais.
X – sensibilizar a sociedade para a importância da proteção e recuperação de áreas de preservação permanente e criação de unidades de conservação;
XI – criar um banco de dados de projetos e ações de EA do município;
XVII – atuar em parceria com outros GT'S municipais e regionais.

Art. 17º – Caberá a Secretária de Educação e de Meio Ambiente:
I – oferecer apoio institucional para a consolidação do GTEA;
II – estabelecer estrutura física para o trabalho do GTEA;
III – buscar alternativas curriculares e metodológicas em EA, para a formação na área;
IV – consolidar espaços educadores municipais;

Art.18º – Caberá aos Conselhos Municipais com atribuição em meio Ambiente e Educação a função de supervisionar a implementação e execução da PMEA.

Art. 19º – O Poder Executivo regulamentará o GTEA, necessário à execução da PMEA de que trata esta Lei, por decreto no prazo de 90 dias contados a partir da publicação desta Lei.

CAPÍTULO VIII DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Art. 20º – O município de Atalanta por meio das Secretarias de Educação e de Meio Ambiente deve prever recursos em suas leis orçamentárias para viabilizar a execução da PMEA;
I – os recursos para a EA municipal poderão ser captados através dos planos plurianuais municipais.

Parágrafo único – Para a implementação da PMEA fica o poder executivo autorizado a firmar convênios, contratos e outras parcerias públicas ou privadas.

Art. 21º – Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Atalanta, 22 de março de 2010.
BRAZ BILCK
Prefeito Municipal

Lei Nº 1148/2010

LEI Nº 1148/2010

“INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE MATAS CILIARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica instituído o Programa Municipal de Conservação e Recuperação de Matas Ciliares – PRMC, com os seguintes objetivos:

I - Realizar ações de recuperação de matas ciliares, com vistas à

proteção dos recursos hídricos;

II - Apoiar as ações de conservação da biodiversidade no Bioma Mata Atlântica e ecossistemas associados existentes no território do município, por meio da formação de corredores de matas ciliares;

III – Contribuir para a mitigação da mudança climática, por meio de absorção e fixação de carbono através das ações de recuperação de matas ciliares.

Art. 2º - O Programa Municipal de Conservação e Recuperação de Matas Ciliares tem por metas o aumento gradual do número de proprietários de terra do território municipal comprometidos com as atividades do Programa. Assim, pretende-se obter a adesão de no mínimo 2% dos proprietários no primeiro ano, seguindo desta até alcançar a totalidade dos proprietários.

Art. 3º - A recuperação de matas ciliares implica na execução das seguintes atividades complementares:

I - Sensibilização, conscientização e mobilização de proprietários de terras visando ao seu comprometimento com a recuperação de matas ciliares;

II - Elaboração de um cadastro de proprietários interessados em conversar e recuperar as matas ciliares, atualizado a cada 02 (dois) anos;

III - Elaboração de um calendário anual de disponibilidade de tempo dos responsáveis e dos beneficiários para a execução do processo de recuperação;

IV - Desenvolvimento, disseminação e aplicação de estratégias para a recuperação de áreas degradadas em matas ciliares;

V - Estabelecimento de espaços de educação ambiental e consequente melhoria da qualidade ambiental, por meio de parcerias com outras secretarias municipais e/ou setores da sociedade.

CAPÍTULO II DOS RESPONSÁVEIS

Art. 4º - A execução do Programa Municipal de Conservação e Recuperação de Matas Ciliares, (PRMC) fica a cargo do Grupo de Trabalho Municipal de Recuperação de Matas Ciliares, nomeando pelo Chefe Poder Executivo, vinculado a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, com as seguintes funções:

Parágrafo Único. O Grupo de Trabalho de que trata o caput deste art. deverá articular suas ações de forma integrada com o Grupo de Trabalho a ser composto a fim de instrumentalizar as diretrizes da Lei que Institui a Política de Educação Ambiental.

I - Articular com as entidades afins;

II - Divulgar o PRMC e interagir com as demais secretarias;

III - Auxiliar na elaboração e aprovar projetos de recuperação para cada área, conforme as orientações contidas no Manual Operativo a ser instituído por Decreto do Chefe do Poder Executivo;

IV - Fazer o monitoramento dos projetos conforme o artigo 10;

V - Zelar pela implementação integral do PRMC.

Art. 5º - Ao Conselho Municipal do Meio Ambiente ou, na ausência deste, ao conselho municipal com esta competência, cabe a função de supervisionar o PRMC.

CAPÍTULO III DOS RECURSOS

Art.6º - O Município deve prever recursos, em suas leis orçamentárias, para viabilizar a execução do PRMC.

Parágrafo único: Para execução do Programa Municipal de Conservação e Recuperação de Matas Ciliares, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, contratos e outras parcerias com instituições públicas ou privadas, inclusive para alocação de recursos financeiros, técnicos, logísticos e humanos.

Art.7º - Caso o Município faça licenciamento ambiental, deve destinar parte da arrecadação ou das multas para recuperação e matas ciliares.

CAPÍTULO IV DOS COMPROMISSOS DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 8º - O proprietário de terra interessado em conservar e/ou recuperar as matas ciliares deverá assinar um termo de compromisso, conforme orientações dispostas no manual operativo, pelo qual assume as seguintes responsabilidades:

- I - Isolar a área, caso seja necessário;
- II - Preparar a área conforme as estratégias de recuperação mencionadas no projeto aprovado;
- III - Realizar o plantio das mudas nativas conforme a orientação técnica;
- IV - Realizar a manutenção da cerca, quando necessário, a da área, incluindo ações de controle de formigas, coroamento, adubação e outros, considerando a avaliação do processo de monitoramento, conforme estabelecido no art.12 desta Lei;
- V - Informar o Grupo de Trabalho Municipal quando houver mortalidade igual ou acima de 20%.
- VI - Realizar o replantio quando houver mortalidade superior a 20%.

Art. 9º - O proprietário cujo projeto apresentar indicadores positivos, segundo orientação do manual operacional, será beneficiado por meio de outros programas municipais.

CAPÍTULO V DO MONITORAMENTO E CONTROLE

Art. 10º - Os projetos de recuperação devem incluir monitoramento semestral que permita avaliar o processo de recuperação, no mínimo ao longo de 24 meses desde a implantação da estratégia, segundo orientações constantes do manual operativo.

Parágrafo único: O relatório do monitoramento semestral dos projetos de recuperação ambiental deverá ser apresentado ao Conselho Municipal competente.

CAPÍTULO VI DAS PENALIDADES

Art. 11º - O proprietário que receber qualquer benefício financeiro e/ou material para recuperar uma área de mata ciliar, e não aplicá-lo conforme projeto aprovado ou ainda, não atender ao disposto no Termo de Compromisso, deverá restituir os valores respectivos aos cofres públicos municipais, salvo justificativa aprovada pelo Conselho Municipal Competente.

Art. 12º - Os valores arrecadados em decorrência do previsto no art.11, deverão ser destinados ao PRMC.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13º - O Município adotará as providências necessárias para o cumprimento desde Programa Municipal de Conservação e Recuperação de Matas Ciliares, e estimulará o processo de recuperação visando à conservação de matas ciliares e sua biodiversidade.

Art. 14º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotações consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se for necessário.

Art. 15º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta, 22 de março de 2010.
BRAZ BILCK
Prefeito Municipal

Lei Nº 1150/2010

LEI Nº 1150/2010

"Autoriza o Poder Executivo a Contribuir Mensalmente com a Confederação Nacional dos Municípios – CNM e dá Outras Providências."

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir mensalmente com a Confederação Nacional dos Municípios – CNM.

Art. 2º - A contribuição visa assegurar a representação institucional do Município de Atalanta nas esferas administrativas do Estado e da União, junto ao Governo Federal e os diversos Ministérios, Congresso Nacional e demais órgãos normativos, de execução e de controle e para:

- I – Integrar colegiados de discussão junto aos diversos órgãos governamentais, defendendo os interesses dos Municípios;
- II – Participar de ações governamentais que visem o desenvolvimento dos Municípios, a atualização e capacitação dos quadros de pessoal dos Entes Públicos, a modernização e instrumentalização da gestão pública Municipal;
- III – Representar os Municípios em eventos oficiais Estaduais e Nacionais;
- IV – Desenvolver ações comuns com vistas ao aperfeiçoamento da gestão pública municipal.

Art. 3º - Para custear o cumprimento das ações referidas no artigo anterior, o Município contribuirá financeiramente com esta entidade em valores mensais a serem estabelecidos nas Assembléias Gerais das mesmas.

Art. 4º - Ficam ratificados os atos de delegação e contribuição realizados para esta finalidade até a data de publicação da presente lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/20009 de 15/04/2009.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 24 de Março de 2010.
BRAZ BILCK
Prefeito Municipal

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Edital de Credenciamento

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2010
CREDENCIAMENTO Nº 001/2010

O Município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, torna público pelo presente Edital, para conhecimento de Pessoas Jurídicas interessadas, que fará realizar no período de 24/03/2010 à 31/03/2010, no horário das 08h00min às 12h00min e 14h00min às 17h00min CREDENCIAMENTO de emissoras de radiodifusão em frequência modulada (FM) para a prestação de serviços de veiculação dos Atos Oficiais e outros. Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, à Rua Estanislau Schumann, 839 - centro, de segunda à sexta-



feira, no horário das 08h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, e-mail planejamento@pmbvt.sc.gov.br ou pelo telefone (47) 3629 0066.

Bela Vista do Toldo, 23 de Março de 2010.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

Republicação de Licitação PP 053 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

REPUBLIÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 053/2010- PMB

Aos dias 16 de Março de 2010, às 14:00 horas, reuniram-se o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, nas dependências da PMB, situada na Praça Nereu Ramos, 90, Centro, Biguaçu-SC, para a realização do referido Pregão destinado a contratação de empresa especializada para a realização de cursos de culinária com especialidade em confeitaria, artesanato em bijuterias, jardinagem e paisagismo, que será oferecido a comunidade da Foz do Rio Biguaçu, através do projeto de participação e desenvolvimento social/geração de trabalho e renda do projeto beira-rio/programa habitar brasil/BID, entretanto nenhuma empresa demonstrou interesse em participar do certame.

Diante do exposto, fica republicado o referido pregão para o dia 07 de Abril de 2010, às 14:00 horas.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo

fone: 48- 3279-8020 8023 e 8035.

Biguaçu 16 de Março de 2010.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal em Exercício

Por delegação – Regina Evaldt

Secretária de Administração

Publicação de Licitação PP 035 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PP 035/2010-PMB

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente e formulários de contracheques para Secretaria de Finanças e Administração.

Data da abertura da documentação e proposta de preços: 08/04/2010 às 14:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020, 8023 e 8035.

Biguaçu 19 de Março de 2010.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 4.451/10

DECRETO nº 4.451, de 18 de março de 2010.

Nomeia Comissão para Elaboração do Plano de Cargos e Salários da Secretaria Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados, para comporem a Comissão para Elaboração do Plano de Cargos e Salários da Secretaria Municipal de Saúde, na forma que segue:

I- COMISSÃO:

CLAUDENIR LEIDENS

CLEONY FIGUR

ERCI BOHRER

DINAMAR APARECIDA GOMES

SÁVIA MARIA GOMES FERREIRA CEZAR

JANETE VELASKES

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

NEREU BAÚ

Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto 4.453/10

DECRETO nº 4.453, de 23 de março de 2010.

Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, OSCAR SCOLARO, EMERSON SCHMIDT e ALCEU ZARDO, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação de áreas de terrenos urbanos, com as seguintes medidas e configurações, pertencente ao Município de Caçador e apresentarem laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto:

I – uma área de terreno urbano, com 3.000,00m² (três mil metros quadrados), situado no Loteamento Vila Busato, bairro Berger, nesta cidade de Caçador, objeto da matrícula nº 24,367, do R. 1. desta Comarca de Caçador, de propriedade do Município de Caçador;

II - uma área de terreno urbano, com 52.259,49m² (cinquenta e dois mil, duzentos e cinquenta e nove metros e quarenta e nove



decímetros quadrados), denominado como área nº 02, de uma área maior de 166.105,04m² (cento e sessenta e seis mil, cento e cinco metros e quatro decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 25.297, do R. I. desta Comarca de Caçador, pertencente ao Município de Caçador.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

NEREU BAÚ

Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto 4.452/10

DECRETO nº 4.452, de 18 de março de 2010.

Cria a Escola Municipal de Educação Básica Araucária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criada a Escola Municipal de Educação Básica Araucária.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

NEREU BAÚ

Secretário da Administração e Fazenda.

SCHEILLA MARIA SOARES MARINS

Secretária de Educação.

Portaria 19.419/10- Republicada por Incorreção

PORTARIA Nº 19.419, de 26 de fevereiro de 2010.

Dispõe sobre nomeação de Servidores Públicos Municipais aprovados em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e conforme inciso II, art. 17 da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990, e, ainda o que prevê o artigo 5º e artigo 15, inciso I da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis Do Município De Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 01, de 08/03/1991, que dispõe sobre plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal,

R E S O L V E:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 01, de 17/11/2006, os cidadãos, abaixo relacionados, para ocuparem cargos do "Grupo Ocupacional Magistério" e "Grupo Ocupacional Serviços Gerais" do Poder Executivo Municipal, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, unidade escolar/lotação e data do exercício e posse, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Unidade Escolar/Lotação	Data Exerc/Posse
10076	Adriana Regina Faoro	Professora Educação Infantil	1.3A	20	EMEB Esperança	01/02/2010
9878	Agnese Aparecida Filipini Chaves	Professora Educação Infantil	1.3A	20	EMEB Morada do Sol	01/02/2010
10078	Andreia Dellai	Professora Educação Infantil	1.3A	20	CMEI Sonho Encantado	01/02/2010
10081	Elisandra Scapinelli	Professora Educação Infantil	1.3A	20	CMEI Sonho Encantado	01/02/2010
9874	Emanuelle Martins de Souza	Professora Educação Infantil	1.3A	40	EMEB Hilda G. de Souza	01/02/2010
9869	Karyana Alves dos Santos	Secretária Escolar	3.4A	40	EMEB Alto Bonito e Maria Luiza Barbosa	01/02/2010
10049	Lucélia Aparecida Carlim	Professora Educação Infantil	1.3A	20	CMEI Sonho Encantado	01/02/2010
9871	Luciane de Almeida	Professora Educação Infantil	1.3A	40	EMEB Hilda G. de Souza	01/02/2010
10077	Marcia Aparecida Koeller dos Santos	Professora Educação Infantil	1.3A	20	EMEB Morada do Sol	01/02/2010
9873	Mariane Sinara Pries	Professora Educação Infantil	1.3A	40	EMEB Hilda G. de Souza	01/02/2010
9877	Marinez Pereira	Professora de 1º a 5º ano	1.3A	20	EMEB Ulysses Guimarães	01/02/2010
9870	Nelci Monteiro da Silva França	Professora Educação Infantil	1.3A	40	CMEI Sonho Encantado	02/02/2010
9872	Noeli Cavalheiro Werner	Professora Educação Infantil	1.3A	40	CMEI Hilda G. de Souza	01/02/2010
10027	Tatiana Aparecida Polo	Professora de 1º a 5º ano	1.3A	20	EMEB Ulysses Guimarães	01/02/2010
9875	Terezinha Andreghetti Nava	Professora Educação Infantil	1.3A	40	CMEI Sonho Encantado	02/02/2010
10026	Angeli Salete Marques	Servente Educação	1.5A	44	SEMEC	01/02/2010
9876	Ana Rita Correa Malmann	Servente Educação	1.5A	44	Secretaria de Educação	02/02/2010
9868	Marilda Aparecida de Oliveira	Servente Educação	1.5A	44	Secretaria de Educação	01/02/2010

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.



Data de Abertura das Propostas TP 01/2010 Prefeitura

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS TP 01/2010

Como as empresas participantes do presente processo não apresentaram recurso dentro do prazo legal, fica estabelecida nova sessão para abertura dos envelopes contendo as propostas de preços às 11:00 horas do dia 26 de março de 2010.

Resumo Ata de Habilitação TP 02/2010 Saúde

RESUMO ATA DE HABILITAÇÃO TP 02/2010 SAÚDE

Empresas que protocolaram proposta:

ROQUE EDEGAR STORI, sem representante presente,
CONSTRUTORA EXATA LTDA, sem representante presente,
Inicialmente procedeu-se a abertura dos envelopes de habilitação, após análise da documentação a Comissão verificou que as empresas cumpriram as exigências do Edital, estando habilitadas a participarem do presente processo, desta forma, abre-se o prazo legal de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de eventuais recursos, tendo em vista que os representantes legais não encontram-se presentes.

Ata Cred. Jornais 05-10 Saúde

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DO CREDENCIAMENTO DE JORNAIS E REVISTAS PARA VEICULAÇÃO NA FORMA IMPRESSA DE PUBLICIDADE GOVERNAMENTAL nº 05/2010 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e dez, às quatorze horas, na sala do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Caçador, situada na Avenida Santa Catarina, nº 195, nesta cidade de Caçador, SC, reuniu-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeada pelo Decreto nº 4.409 de 04 de janeiro de 2010, em sessão reservada, para análise de documentação do Edital de credenciamento nº 05/2010 - FMS.

Inicialmente realizou a análise da documentação das seguintes empresas que protocolaram documentos para se credenciar: AGÊNCIA REFERÊNCIA MARKETING PUBLICIDADE E ASSESSORIA DE IMPRENSA LTDA e FATOS DIÁRIOS EDITORA JORNALÍSTICA LTDA.

Após análise da documentação verificou-se que todas as empresas apresentaram a documentação de acordo com o Edital, estando desta forma habilitada, credenciando-se nos seguintes itens:

Item	Descrição	EMPRESAS QUE SE CREDENCIARAM
1	Serviço de divulgação de publicidade de utilidade pública e ou publicidade institucional, para veiculação na forma impressa/4x0 cores, através de Jornal com abrangência no Município ou com abrangência Jornal na Região.	- AGÊNCIA REFERÊNCIA MARKETING PUBLICIDADE E ASSESSORIA DE IMPRENSA LTDA - FATOS DIÁRIOS EDITORA JORNALÍSTICA LTDA.

Na sequência, a Sra. Presidente determinou que seja publicada a presente ata no Mural Público e estabeleceu-se o prazo legal de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso quanto as decisões da Comissão.

Nada mais havendo a tratar e digno de nota, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão. Caçador/SC, 19 de março de 2010.

Edital de Convocação 70/10- Concurso

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 70, de 19 de março de 2010.

Convoca aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos dos arts. 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o estabelecido no art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador,

CONVOCA:

Os cidadãos, a seguir relacionados, classificados em Concurso Público, conforme Edital nº 01, de 17/11/2006, para TOMAR POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, de acordo com os Decretos nºs 3.699, de 01/03/2007 e 3.763, de 15/06/2007, que homologaram o resultado final do Concurso, conforme sequência de classificação:

SERVENTE

Rosali Aparecida Cordeiro Dias

a) Os candidatos convocados para os cargos de Servente e Secretária Escolar deverão apresentar-se junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, no dia 18 de janeiro de 2010, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Concurso de Ingresso.

b) Os candidatos convocados para os cargos de Professor de Educação Infantil Creche e Berçário e Pré-Escolar e Ensino Fundamental Anos Iniciais, deverão apresentar-se no dia 20 de janeiro de 2010, na Casa da Cultura, às 15h00 para efetuar a escolha de vagas.

c) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

d) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

e) Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 6.030

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.030 DE 17 DE MARÇO DE 2010

DISPÕE SOBRE RESCISÃO A PEDIDO

DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir à pedido o Contrato Temporário da Srª. VANESSA MILCZEWSKY NASCIMENTO, matrícula nº 954818, a partir de 11 de março de 2010.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de março de 2010.



Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete de Gabinete

Decreto N° 6.031

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N° 6.031 DE 17 DE MARÇO DE 2010

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário da Srª. RENILDA MILCHEVSKY DZIEDICZ, matrícula nº 954807, a partir de 16 de março de 2010.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de março de 2010.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 17 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto N° 6.032

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N° 6.032 DE 19 DE MARÇO DE 2010

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar as Resoluções do Conselho Municipal de Saúde, Resolução de nº 001; 002; 003; 004; 005; 006; 007; 008; 009; 010; 011; 012; 013 e 014 de 19 de março de 2010, anexas, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete de Gabinete

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 001 de 19 de março de 2010

APROVA BALANÇO FINANCEIRO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2009.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 17 de março de 2010, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o Artigo 20 Alínea h do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º- Aprova o Balanço financeiro do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, referente ao exercício de 2010.

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 19 de março de 2010.

DEODATO RAUL HRUSCHKA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 002 de 19 de março de 2010

APROVA BALANCETE FINANCEIRO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE REFERENTE JANEIRO E FEVEREIRO/2010.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 17 de março de 2010, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o Artigo 20 Alínea h do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os Conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º- Aprova o Balancete Financeiro do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, referente Janeiro e Fevereiro/2010.

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 19 de março de 2010.

DEODATO RAUL HRUSCHKA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 003 de 19 de março de 2010

APROVA SIOPS (SISTEMA DE ORÇAMENTO PÚBLICO EM SAÚDE) REFERENTE AO 1º SEMESTRE DE 2009.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 17 de março de 2010, considerando o disposto no Artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o Artigo 20 Alínea h do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:



Art.1º- Aprova o Balancete Financeiro do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, referente Janeiro e Fevereiro/2010.

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 19 de março de 2010.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 004 de 19 de março de 2010
APROVA PROJETO DE REFORMULAÇÃO DO PACS
(PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO).

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 17 de março de 2010, considerando o disposto no Artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o Artigo 20 Alínea h do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º- Aprova o PACS (Programa de Agentes Comunitários de Saúde) do Município de Campo Alegre.

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 19 de março de 2010.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 005 de 19 de março de 2010
APROVA O PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2010/2013
DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 17 de março de 2010, considerando o disposto no Artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o Artigo 20 Alínea h do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º- Aprova o Plano Municipal de Saúde 2010/2013 do Município de Campo Alegre.

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 19 de março de 2010.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 006 de 19 de março de 2010
APROVA O SISPACTO 2010/2011 DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 17 de março de 2010, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 Alínea h do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º- Aprova o SISPACTO 2010/2011(Cadastro Municipal de Metas para Indicadores de Monitoramento e Avaliação do Pacto pela

Saúde-Prioridades e Objetivos "Pacto pela Vida".

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 19 de março de 2010.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 007 de 19 de março de 2010
APROVA CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CONSELHO
MUNICIPAL DE SAÚDE REFERENTE AO ANO DE 2010.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 17 de março de 2010, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 Alínea h do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º- Aprova o Calendário de Reuniões do Conselho Municipal de Saúde referente o ano de 2010.

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 19 de março de 2010.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 008 de 19 de março de 2010
APROVA CRIAÇÃO DE COMISSÃO INTERSETORIAL DE SAÚDE DO
TRABALHADOR JUNTO AO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 17 de março de 2010, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 Alínea h do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º- Aprova a Criação de Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador junto ao Conselho Municipal de Saúde, em atendimento a Portaria RENAST Nº 2728/09, e aprovado pelo Conselho Estadual de Saúde conforme publicação no Diário Oficial de Santa Catarina nº 18.371 de 16.11.2009.

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 19 de março de 2010.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 009 de 19 de março de 2010
APROVA A HABILITAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL
DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE JUNTO AO PROGRAMA
DE INCLUSÃO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 17 de março de 2010, considerando o disposto no Artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o Artigo 20 Alínea h do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º- Aprova a Habilitação do Conselho Municipal de Saúde junto ao Programa de Inclusão Digital do Ministério da Saúde, para o recebimento do Kit Canal Saúde contendo Televisão, DVD e Antena Parabólica.

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 19 de março de 2010.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 010 de 19 de março de 2010

APROVA O PAVS 2010/2011(PROGRAMAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE) DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 17 de março de 2010, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 Alínea h do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º- Aprova o PAVS 2010/2011(Programação das Ações de Vigilância em Saúde) do Município de Campo Alegre.

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 19 de março de 2010.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 011 de 19 de março de 2010

APROVA A TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE HEMODIÁLISE DOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 17 de março de 2010, considerando o disposto no Artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o Artigo 20 Alínea h do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º- Aprova a Terceirização dos Serviços de Transporte de Hemodiálise dos pacientes de Campo Alegre para São Bento do Sul.

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 19 de março de 2010.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 012 de 19 de março de 2010

APROVA A AQUISIÇÃO DE 1 (UM) VEÍCULO DE PEQUENO PORTE COM RECURSOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 17 de março de 2010, considerando o disposto no Artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o Artigo 20 Alínea h do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º- Aprova a aquisição de 01 (zero um) veículo de pequeno porte com recursos financeiros da Vigilância Sanitária Municipal.

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Campo Alegre/SC, 19 de março de 2010.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 013 de 19 de março de 2010

APROVA A AQUISIÇÃO DE 01(UMA) AMBULÂNCIA E OU 01(UM) VEÍCULO DE PORTE MÉDIO PARA O TRANSPORTE DO TFD.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 17 de março de 2010, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o Artigo 20 Alínea h do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º- Aprova a aquisição de 01 (zero um) veículo tipo ambulância e ou 01 (zero um) veículo de porte médio para o transporte de TFD.

Parágrafo único: A aquisição de que trata o Art. 1ª desta Resolução está condicionada a definição da Secretaria de Estado da Saúde, a qual se comprometeu com a doação de um desses veículos ao Município.

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 19 de março de 2010.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 014 de 19 de março de 2010

APROVA A REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE NESTE ANO DE 2010.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 17 de março de 2010, considerando o disposto no Artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o Artigo 20 Alínea h do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º- Aprova a realização da CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM 2010, neste Município, cuja data será definida oportunamente.

Campo Alegre/SC, 19 de março de 2010.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

Decreto Nº 6.033

DECRETO Nº 6.033 DE 19 DE MARÇO DE 2010

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DA ORGANIZAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE NA REGIÃO NORTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e em consonância com a Portaria



Ministerial GM nº 10.20/2009 do Ministério da Saúde; Decreta:

Art.1º) Nomear os seguintes membros para compor a Comissão Municipal, para a condução da "ORGANIZAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE NA REGIÃO NORTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA", a qual será composta conforme abaixo descrito:

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social:

ELIANA PESSOA MACHADO COLLET;
AURIONIZE COSENTINO;
LÉRCIO PÉRICLES VIRMOND;
MARIA DE LOURDES CÂNDIDO DA ROSA;
FLÁVIA NUNES PATRÍCIO;
ZURITA MARIA PACHECO.

Representantes do I.E.A.S – Hospital Salvatoriano São Luiz:
Ira. LENIR ZANINI.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de publicação,

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 5.878 de 20 de novembro de 2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de março de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 7.257

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.257 DE 03 DE MARÇO DE 2010
CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA GESTANTE.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 187, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Gestação a Servidora Srª. LUCIANA FUCHNER WALTMANN, Professora Auxiliar, matrícula nº 000516, por um período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 03 de março de 2010 à 30 de junho de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 03 de março de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:

03/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.258

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.258 DE 05 DE MARÇO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Operacional I – ISABEL TEREZINHA TEIXEIRA DA SILVA, matrícula nº 292, referente ao período aquisitivo: 01 de julho de 2008 à 30 de junho de 2009.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 08 de março de 2010 à 17 de março de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 05 de março de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.259

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.259 DE 05 DE MARÇO DE 2010
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE
DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 186, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença por motivo de doença em pessoa da família, pelo período de 60 (sessenta) dias ao servidor: GIOVANI JOSÉ TOMAZ, Agente Operacional III, matrícula nº 000477, a partir do dia 01 de março de 2010 à 29 de abril de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 05 de março de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina



Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.260

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.260 DE 08 DE MARÇO DE 2010
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora – Professor Auxiliar – ANGELA MARIA GSCHWENDTNER, matrícula nº 000557, por motivo de doença, pelo período de 08 de março de 2010 à 08 de abril de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 08 de março de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 08/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.261

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.261 DE 12 DE MARÇO DE 2010
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora – Agente Operacional I – IZABEL MARQUES, matrícula nº 354, por motivo de doença, pelo período de 12 de março de 2010 à 25 de março de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de março de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 12/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.262

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.262 DE 12 DE MARÇO DE 2010
ALTERA DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 1º DA
PORTARIA Nº 6.955 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Alterar as disposições do Artigo 1º da Portaria nº 6.955 de 21 de dezembro de 2009, a qual passa a ter a seguinte redação:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Chefe da Casa da Cidadania e Junta do Serviço Militar, GUSTAVO MACHADO DO AMARAL, matrícula nº 000495, referente ao período aquisitivo: 15 de janeiro de 2009 à 14 de janeiro de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de dezembro de 2009.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 12 de março de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 12/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.263

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.263 DE 16 DE MARÇO DE 2010
REVOGA A PORTARIA Nº 7.254 DE 02 DE MARÇO DE 2010.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 18, Inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Revogar todas as disposições da Portaria nº 7.254 – DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS, de 02 de março de 2010, a partir desta.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 16 de março de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:



16/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 7.264

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 7.264 DE 19 DE MARÇO DE 2010
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Agente Operacional I – MARCIANE LOPES DOS SANTOS, matrícula nº 000392, referente ao período aquisitivo de 05 de março de 2009 à 04 de março de 2010, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/032010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 7.265

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 7.265 DE 19 DE MARÇO DE 2010
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao Agente Administrativo IV – CLAUDIO DE SOUZA, matrícula nº 000254, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, referente ao período aquisitivo 01 de outubro de 2004 à 01 de outubro de 2009.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 7.266

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 7.266 DE 19 DE MARÇO DE 2010
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao Agente Administrativo IV – CÉSAR ELOIR MOURA, matrícula nº 000320, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, referente ao período aquisitivo 13 de março de 2005 à 13 de março de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 7.267

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 7.267 DE 19 DE MARÇO DE 2010
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Agente Comunitária de Saúde – LARA BELANDRINO, matrícula nº 000556, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF



Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/032010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.268

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.268 DE 19 DE MARÇO DE 2010

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO

PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Agente Administrativo II – LUIZ ERNANDES WESCHE, matrícula nº 000569, referente ao período aquisitivo de 26 de janeiro de 2009 à 25 de janeiro de 2010, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/032010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.269

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.269 DE 19 DE MARÇO DE 2010

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO

PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Agente Operacional I – CÉSAR ELOIR MOURA, matrícula nº 000320, referente ao período aquisitivo de 13 de março de 2009 à 12 de março de 2010, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/032010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.270

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.270 DE 19 DE MARÇO DE 2010

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO

PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Agente Operacional II – LUIZ SILDONIR CARDOSO, matrícula nº 000041, referente ao período aquisitivo de 26 de outubro de 2008 à 25 de março de 2010, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/032010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.271

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.271 DE 19 DE MARÇO DE 2010

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO

PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Agente Administrativo II – LUCIELLE KAROLYNE CUBAS, matrícula nº 0005000, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.



Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.272

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.272 DE 22 DE MARÇO DE 2010
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora – Agente Operacional I – TEREZA TELMA, matrícula nº 000204, por motivo de doença, pelo período de 23 de março de 2010 à 21 de março de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.273

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.273 DE 22 DE MARÇO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Agente Operacional II – JOSÉ ERNANDES WESCHE, matrícula nº 000569, referente ao período aquisitivo 26 de janeiro de 2009 a 25 de janeiro de 2010, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.
Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 22 de março de

2010 à 31 de março de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.274

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.274 DE 22 DE MARÇO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Terapeuta Ocupacional – MÁRIO CÉSAR DEUNISIO, matrícula nº 000457, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 22 de março de 2010 à 31 de março de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.275

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.275 DE 22 DE MARÇO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial



ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I – SELMA ROSELINA PEREIRA DA SILVA, matrícula nº 000224, referente ao período aquisitivo 01 de fevereiro de 2009 a 31 de janeiro de 2010, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de março de 2010 à 20 de abril de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.276

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.276 DE 24 DE MARÇO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Agente Administrativo III – GUSTAVO MACHADO DO AMARAL, 000495, referente ao período aquisitivo 15 de janeiro de 2009 à 14 de janeiro de 2010.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 31 de março de 2010 à 09 de abril de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 24 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decisão Quanto Impugnação Pregão 10/2010 - SAÚDE

DECISÃO EM IMPUGNAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO

(Processo Licitatório n.º 10/2010)

IMPUGNANTE(S): PRODIET FARMACÊUTICA LTDA. e AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

ATO IMPUGNADO (S): EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2010

I – RELATÓRIO

Trata-se de processo licitatório modalidade Pregão Presencial, cujo objeto resume-se na aquisição de medicamentos para manutenção da farmácia básica municipal.

As empresas PRODIET FARMACÊUTICA LTDA. e AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., inconformadas com o critério de apresentação e julgamento das propostas (menor preço por lote), apresentam manifestação escrita, ora recebidas como Impugnações Editalícias, consoante previsão do §1º do Art. 41 da Lei Federal n.º 8.666/93, norma de aplicação subsidiária à presente modalidade consoante previsão do Art. 9º da Lei Federal n.º 10.520/02.

Entendem as Impugnantes, em síntese, que a exigência de propostas de fornecimento de medicamentos por lote e o julgamento através da aferição do menor preço por lote frustram o caráter competitivo da licitação, por tratar-se de critério restritivo, impondo ao licitante que não puder ofertar todos os itens do lote, o impedimento de participar do referido certame público.

A empresa PRODIET FARMACÊUTICA LTDA. ainda afirma em sua impugnação editalícia, que o instrumento convocatório deixou de exigir das empresas o “Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle por linha de produção/produtos, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde”, documento este que seria de apresentação obrigatória, nos termos da Portaria n. 2.814/98 do Ministério da Saúde.

É o relato do indispensável.

II – FUNDAMENTAÇÃO

a) FATOS JUSTIFICADORES DAS CONDIÇÕES DO PRESENTE CERTAME

O processo licitatório, como é sabido, divide-se em etapas ou fases, sendo a primeira delas denominada pela doutrina especializada como “fase interna da licitação”. Neste momento, são definidos os detalhes, critérios, condições e exigências para a aceitação das propostas e posterior contratação, sempre voltados ao atendimento das necessidades da Administração para garantir a satisfação do interesse público, incluindo-se também neste ponto, a prevenção contra inadimplência de obrigações assumidas pelos licitantes.

É razoável concluirmos que a forma de aquisição de produtos e serviços pela Administração Pública, sempre que possível, deverá ser efetivada nas mesmas condições em que normalmente são contratadas no mercado interno, facilitando a participação de um maior número de empresas, ressalvadas as licitações em que a necessidade da administração seja especialíssima e a execução ou entrega do objeto dependa de fatores outros que a torne complexa.

Durante a fase interna do presente certame, decidiu-se, portanto, agrupar os objetos licitados em lotes, evitando assim, ainda que por via oblíqua, problemas comumente enfrentados com entrega dos medicamentos, pois sabemos que em razão da pequena quantidade licitada, a aquisição individual de cada item torna-se



inviável na prática.

Contrapondo-se a este evidente problema de mercado, a Secretaria Municipal de Saúde trabalha contra o tempo e contra a necessidade indeclinável de adquirir os 190 itens e não apenas alguns deles.

Explica-se:

Muito embora o argumento das Impugnantes pareça, em princípio, revestir-se de razão — se analisado pela ótica da economia em relação a um único item — a experiência desta Municipalidade na aquisição de produtos impõe a análise da questão por uma ótica um pouco diversa, eis que o interesse público em comento é a aquisição da totalidade dos 190 itens licitados, posto que todos, sem exceção, são de extrema importância para a saúde pública.

Tratando-se de aquisição de 190 itens, a possibilidade de julgamento individual revela-se desvantajosa quando abrimos a possibilidade de 190 empresas diferentes sagrarem-se vencedoras, uma para cada item.

Por simples razões de mercado, este fator fomenta a inadimplência de algumas empresas quanto ao fornecimento do medicamento, posto que torna-se desvantajoso fornecer um único item de pequeno valor em razão dos custos inerentes ao fornecimento, especialmente o frete.

Podemos também analisar a mesma hipótese, considerando a participação de poucas empresas, em que uma delas venha sagrar-se vencedora em apenas um único item. A mesma dificuldade será enfrentada. Ou seja, mesmo cotando todos os itens individualmente, a licitante fica sujeita a vencer apenas um único, contraindo a obrigação de fornecê-lo, o que na prática nem sempre ocorre, como podemos atestar, pois esta Municipalidade já passou por este problema.

Poderia-se argumentar que a Administração Pública possui meios para punir os inadimplentes, o que além de previsto na legislação aplicável é também previsto no edital ora impugnado. Contudo, a experiência desta Municipalidade com licitações como a presente, leva a concluir que as penalidades existentes não são suficientes para garantir o efetivo cumprimento das obrigações das licitantes, impondo à Administração a necessidade de aquisições emergenciais de última hora e o enfrentamento de outros obstáculos desnecessários para não descuidar de seus deveres, especialmente no que tange a Saúde, que constitui-se atividade precípua do Estado pela Lei Maior.

A título de exemplo, vejamos o seguinte:

Se uma fábrica sediada no do Estado de São Paulo cota diversos itens, mas sagra-se vencedora em apenas um único item, cujo valor total é de R\$ 3,54 (a exemplo do valor orçado para o item Saubutamol 2mg, previsto no Anexo VI do presente certame, para pronta entrega) [1], dificilmente a mesma realizará a entrega do produto, pois seus custos com frete tornariam a operação inviável.

A penalidade prevista no instrumento convocatório com o intuito de coibir a recusa da entrega, prática extremamente danosa para os pacientes/administrados, seria a aplicação de multa de 10% sobre o valor da proposta, o que importaria na obrigação da empresa recolher aos cofres públicos o equivalente a R\$ 0,35 (trinta e cinco centavos)!!!!

Evidente que para a distribuidora citada em nosso exemplo, seria muito mais vantajoso recolher a multa aplicada à realizar a entrega do medicamento, o que já não se pode dizer da aplicação da

mesma multa sobre o valor proposto para os lotes.

Ou seja, a aquisição de medicamentos através do critério “menor preço por lote” vem sendo praticada com sucesso por esta Administração Municipal, consignando considerável redução dos preços, sem registrar qualquer problema com o fornecimento dos medicamentos, garantindo a satisfação do interesse público, razão pela qual esta foi a forma prevista no instrumento convocatório impugnado.

De qualquer forma, vale explicitar ainda, que o presente certame dividiu os medicamentos a serem adquiridos em 38 (trinta e oito) lotes que, para um município pequeno, do porte de Campo Alegre, é um número representativo. Assim, não há que se falar prejuízos à competitividade, se o agrupamento foi realizado 38 (trinta e oito) lotes diversos.

As alegações das Impugnantes neste sentido caberiam mais, ao nosso sentir, para um certame em que todos os medicamentos fossem agrupados em 01 (um) único lote, com critério de julgamento de menor preço global.

Não é, entretanto, o que ocorre no presente caso!

Com a divisão da compra em 38 (trinta e oito) lotes pré definidos no edital, a aquisição continua a ser fracionada, não causando prejuízo em razão de suposta (e não comprovada) inviabilidade de competição alegada pelas Impugnantes.

Há que se ressaltar ainda, que o próprio §1º do Art. 23 da Lei n. 8.666/93 — transcrito pela Impugnante PRODIET em suas razões de impugnação —, prevê tal possibilidade, afirmando que a divisão deverá ser objeto de análise da Administração acerca da viabilidade técnica e das condições de parcelamento.

É o que ocorre no presente caso!

Sabemos que o referido §1º dispõe o seguinte:

“§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.”

Ou seja, como já explanado, a aquisição dos medicamentos no caso em tela e a sua efetiva entrega pelas empresas licitantes somente se torna viável, técnica e economicamente, se agrupadas em pelo menos 38 (trinta e oito) lotes, em razão da pequena quantidade adquirida, correspondente às necessidades e às limitações financeiras do nosso Município, considerado de pequeno porte.

Ante o exposto, fica desde já explicitada a motivação do ato administrativo que fixou os critérios e condições no presente certame durante a fase interna da licitação, atendendo questões de conveniência e oportunidade da Administração, com fulcro no disposto no §1º do Art. 23 da Lei n. 8.666/93, sem ferir direitos subjetivos dos interessados em contratar com o Poder Público Municipal, como veremos adiante.

b) DA QUESTÃO DO PREJUÍZO AO CARÁTER COMPETITIVO DA LICITAÇÃO

Obviamente a discricionariedade inerente a alguns atos e decisões administrativas não é absoluta, ou seja, não pode ser erigida em detrimento de direito de terceiros, ou quando venha a ferir princípios jurídicos inerentes. Contudo, no presente caso, não

verificamos o prejuízo alegado pelas Impugnantes que, por seu turno, não demonstram satisfatoriamente que estão sendo impedidas de participar do deste certame.

Certamente a fixação de critério de julgamento por item seria mais vantajosa para algumas fabricantes de medicamentos. Contudo, o objetivo dos certames públicos não é garantir os interesses das empresas participantes, mas sim a satisfação do interesse público.

Não há qualquer argumento plausível nas impugnações editalícias apresentadas pelas empresas PRODIET FARMACÊUTICA LTDA. e AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., que demonstre por que as mesmas não pode cotar os medicamentos constantes do lote, que podem ser adquiridos no mercado e fornecidos à esta Municipalidade.

Apesar de ser até admissível a hipótese de que algum distribuidor não possua todos os medicamentos licitados, este fator não é preponderante para caracterizar sua exclusão ou impedimento em participar do pregão. Na prática não exclui, pois ainda assim os fornecedores entregam todos os produtos licitados, mesmo que não represente alguns deles.

Aliás, este é o principal negócio desenvolvido pelas Impugnantes, que são distribuidoras de medicação. Ou seja, adquirem os medicamentos diretamente dos fabricantes e o comercializam, como pretendem fazer através da presente licitação. Ora, não havendo provas do impedimento das Impugnantes em participar, não há que se falar em tratamento desigual ou em prejuízo ao caráter competitivo, uma vez que as cláusulas que definiram a forma de apresentação e julgamento das propostas no presente certame não são restritivas, podendo as Impugnantes simplesmente adquirir e entregar os produtos licitados, como sempre fizeram.

Devemos ressaltar, por fim, que a simples falta de interesse em participar não pode e não deve ser confundida com a proibição de participar e, que os motivos da Administração para promover o certame nas condições delimitadas no edital já estão devidamente explicitados nesta decisão.

c) QUANTO A INEXIGÊNCIA DE DOCUMENTO PREVISTO EM PORTARIA

A licitante PRODIET FARMACÊUTICA LTDA., ainda formula sua pretensão de ver modificado o instrumento convocatório, em razão da Administração não ter efetuado qualquer exigência acerca de "documento especial", previsto na Portaria n. 2.814/98 do Ministério da Saúde, mais precisamente no §1º de seu Art. 5º, a saber: "Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle por linha de produção/produtos, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde".

Afirma a impugnante, que a Administração Pública tem esse dever, em decorrência do disposto no Inciso IV do Art. 30 da Lei n. 8.666/93.

Ora, é cediço que o Art. 30 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, contém relação numerus clausus de documentos passíveis de serem exigidos em certames públicos. Apesar de somente admitir interpretação "fechada" dos documentos exigíveis, o referido artigo torna-se mais abrangente em seu inciso IV, ao admitir que o edital exija "prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso".

Contudo, é fácil perceber que tal argumento da Impugnante PRODIET FARMACÊUTICA LTDA não se encaixa nesta "quase" exceção prevista pela lei de regência das licitações.

Isto porque a Lei Federal n. 8.666/93 dispõe que os documentos excedentes ao rol delimitado em seu Art. 30, deverão ser previstas em lei especial, status que certamente uma portaria ministerial não possui, sob pena de admitir que o Poder Executivo possa legislar isoladamente, em detrimento do "processo legislativo" instituído pela Lex Fundamental, em decorrência do Princípio da Separação Harmônica dos Poderes, previsto em seu Art. 2º.

Tal raciocínio, aliás, foi recentemente confirmado pelo Supremo Tribunal Federal em 17/03/2010 — após a oposição das Impugnações Editalícias ora analisadas — na apreciação do pedido de concessão de liminar na ADI N. 4.105.

Na ação, o STF suspendeu a vigência do §3º do Art. 5º da Portaria n. 2.814/98, do Ministério da Saúde, seguindo o entendimento esposado pelo e. Ministro Marco Aurélio Mello, de que o dispositivo contestado é um "verdadeiro aditamento à Lei das Licitações".

Ainda segundo o Ministro, "a pretexto de regular fornecimento de remédios [o dispositivo questionado], disciplinou-se licitação ao exigir das empresas concorrentes em licitação a apresentação de declaração de credenciamento como distribuidora e a subscrição de termo de responsabilidade quanto à entrega dos produtos nas quantidades estabelecidas na licitação. Mediante portaria se aditou a lei de licitações, com outras exigências substanciais, que não são aquelas exigências comuns aos editais para licitação." (destacamos)

Tal voto foi seguido por todos os demais membros da Suprema Corte aptos a julgar. Ou seja, além da Portaria n. 2.814/98 não revestir-se do caráter de "lei especial" exigido pela Lei Federal n. 8.666/93, a Suprema Corte brasileira já vem reconhecendo que suas exigências extrapolam o poder legal e os efeitos inerentes às portarias ou outros atos normativos de governo.

Não há, portanto, como dar guarida à pretensão da Impugnante PRODIET FARMACÊUTICA LTDA, também neste sentido.

III – DECISÃO

Diante do exposto, na qualidade de Gestor do Fundo Municipal de Saúde e ordenador da despesa com a aquisição dos medicamentos licitados, no uso de minhas atribuições conferidas pela Lei n.º 8.666/93 e pela legislação aplicável à espécie, DECIDO indeferir os pedidos formulados pelas empresas PRODIET FARMACÊUTICA LTDA. e AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., apresentados sob a forma de impugnações ao Edital de Pregão 10/2010, razão pela qual MANTENHO INALTERADO o referido edital em todos os seus termos e cláusulas, inclusive quanto a realização da sessão.

Intimem-se as Impugnantes da presente decisão.
Publique-se.

Campo Alegre/SC, 19 de março de 2010.
DEODATO RAUL HRUSCHKA
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Publicação ata de Registro de preços_processo 07/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 07/2010
PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2010

O Município de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, em cumprimento ao § 2º do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, torna público o(s) preço(s) registrado(s) por meio do Processo acima:

lote	Fornecedor	material	Quant. estimada	unidade medida	preço un. R\$
01	Mineradora Porto Iguazu Ltda (CNPJ 05.968.861/0002-62).	Pedregulho limpo	15.000	M3	14,00

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Publicação ata de Registro de preços_processo 08/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 08/2010
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2010

O Município de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, em cumprimento ao § 2º do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, torna público o(s) preço(s) registrado(s) por meio do Processo acima:

lote	Fornecedor	material	quantidade estimada	unidade medida	preço unitário
01	Ceres Comércio e transporte de derivados de Petróleo Ltda (CNPJ 78.695.996/0001-94).	óleo diesel	450.000	litro	1,75

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Edital de Processo Seletivo Para Contratação Temporária Nº /2010

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº /2010

O Prefeito Municipal de Canoinhas-SC, torna público que se encontram abertas as inscrições ao Processo Seletivo para Contratação Temporária de Agente da Dengue, visando a contratação temporária e de excepcional interesse público, conforme o disposto no Art. 1º, Art. 2º, II, da Lei Municipal 3.869/2005 e Lei 3.832/2005, para atuar junto ao Programa de Combate à Dengue do Governo Federal e Município, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital:

I – DAS VAGAS, HABILITAÇÕES, CARGA HORÁRIA, REMUNERA-

ÇÃO

O número de vagas a serem preenchidas através deste Processo Seletivo compreende:

Nº DE VAGAS	FUNÇÃO	REQUISITOS	REMUNERAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	TIPO DE PROVA
01	Agente da Dengue	Segundo Grau Completo ou equivalente; Carteira de motorista para carro e moto categoria "A e B"; Conhecimentos em informática; Experiência comprovada na área da Saúde de 01 (um) ano.	R\$ 552,97	40 horas	Objetiva

II – DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições serão realizadas entre 25 de março à 05 de abril de 2010, das 08h às 12h, na Secretaria Municipal de Saúde, localizada junto à Prefeitura Municipal, situada à Rua Felipe Schmidt nº 10 – Centro, Canoinhas-SC.

2.2 O candidato deverá preencher o requerimento de inscrição e o Cartão de Identificação, com letra de forma, de forma clara e sem rasuras. O requerimento de inscrição poderá ser efetuado pelo próprio candidato ou através de procurador com poderes específicos.

2.3 Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição, o candidato receberá no ato, o Cartão de Identificação com a indicação de seu número, sem o qual não terá ingresso no recinto onde se realizarão as provas.

2.4 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar documento de identificação, acompanhado da respectiva fotocópia, comprovante de segundo grau completo ou equivalente (original e cópia), carteira de motorista "AB" (original e cópia), documentos que comprovem conhecimentos em informática (original e cópia) e documentos que comprovem 01 (um) ano de experiência na área da saúde (original e cópia).

2.5 Julgados os pedidos de inscrição com o exame da documentação apresentada, o Prefeito Municipal homologará as inscrições, ocorrendo, após, a publicação e afixação junto à Prefeitura Municipal.

2.6 Havendo inscrições indeferidas é facultado ao candidato a interposição de recurso dirigido à Comissão Organizadora do presente Processo Seletivo, no prazo de dois dias úteis após a publicação das relações das inscrições deferidas.

2.7 Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento da inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sobre qualquer condição ou pretexto.

III – DOS REQUISITOS PARA ASSUMIR O CARGO E DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO

3.1 Ter idade mínima de 18 anos;

3.2 Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares (para candidatos do sexo masculino);

3.3 No ato da contratação o candidato deverá apresentar a seguinte documentação:

3.3.1 Fotocópia do Diploma de Conclusão de Segundo Grau ou equivalente;

3.3.2 Fotocópia legível da Carteira de Identidade;

3.3.3 Fotocópia legível do Título Eleitoral e comprovante de quitação eleitoral;



3.3.4 Cópia legível do Certificado de Reservista (para os candidatos do sexo masculino);
3.3.5 Duas fotos 3x4;
3.3.6 Fotocópia legível da Certidão de Nascimento ou Casamento;
3.3.7 Fotocópia legível da Certidão de Nascimento dos filhos;
3.3.8 Apresentação de Carteira de Trabalho e Previdência Social;
3.3.9 Apresentação de Carteira de Motorista para carro e moto categoria "AB";
3.4 A contratação temporária objeto deste Processo Seletivo, decorre da necessidade de manutenção da execução de atividades na Vigilância Epidemiológica do Município;
3.5 O prazo de vigência da contratação será de (01) um ano, em conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 3.869/2005, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período conforme parágrafo único do Artigo 4º da Lei Municipal nº 3.869/2005, ou até a realização de concurso público.

IV – DA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA

4.1 O Processo Seletivo será regido pelas regras estabelecidas neste Edital e executado pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo, já devidamente constituída e nomeada pelo Prefeito Municipal, através de Portaria.
4.2 A prova escrita será realizada no dia 08 de abril de 2010, com início às 08h e término às 12h, nas dependências da Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, situada à Rua Felipe Schmidt nº 10 - Centro, neste município de Canoinhas – SC;
4.3 As provas serão compostas de 20 questões objetivas que versarão sobre português e conhecimentos específicos do cargo, cujo conteúdo programático é parte integrante deste Edital (Anexo I);
4.4 Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, na grade de respostas estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada, que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível;
4.5 Não serão atribuídos pontos a questões divergentes do gabarito, que apresentarem rasura, duplicidade de resposta (mesmo que uma delas esteja correta), ou que estiverem em branco;
4.6 Na realização da Prova não é permitido pedir esclarecimentos sobre o enunciado das questões ou modo de resolvê-las;
4.7 Ao final das provas escritas, os três últimos candidatos deverão permanecer no recinto, juntamente com os fiscais;
4.8 Será excluído do Processo Seletivo candidato que:
Tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;
For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato ou terceiros, bem como se utilizando de livros, notas, impressos ou equipamentos não permitidos;
Ausentar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;
Usar telefone celular no local da prova, ou qualquer outro meio de comunicação;
Perturbar, de qualquer forma, a ordem dos trabalhos;
Permanecer no local após a conclusão e entrega da prova.
4.9 No mesmo dia, após a realização das provas, serão divulgados os gabaritos em mural específico no próprio local de realização das provas;
4.10 A divulgação da classificação dos candidatos dar-se-á no dia 13 de abril de 2010, junto à Prefeitura Municipal de Canoinhas.

V – DA CLASSIFICAÇÃO GERAL

5.1 Serão considerados classificados aqueles que obtiverem nota igual ou superior a 4,0 (quatro) pontos na prova objetiva;
5.2 Os candidatos aprovados serão classificados em listas nominais na ordem decrescente de acordo com a nota obtida;
5.3 Em caso de igualdade de notas na classificação, terá preferência o candidato de maior idade e, persistindo o empate, o candidato com maior número de dependentes.

VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 O candidato deverá apresentar-se, no ato da prova, munido do cartão de inscrição e documento original que possibilite sua identificação;
6.2 O candidato que não apresentar o cartão de inscrição e documento de identificação ou ainda, não comparecer no local e hora determinados, perderá o direito de realizar a prova, estando automaticamente desclassificado;
6.3 Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala deverão entregar a prova ao mesmo tempo e retirar-se, todos juntos da sala;
6.4 As inscrições poderão ser feitas por procuração, com poderes específicos, devidamente registrada em cartório, devendo o procurador apresentar, além dos documentos do candidato, documento que possibilite sua própria identificação;
6.5 Após a divulgação do resultado final (nota final), o candidato terá dois dias úteis para apresentar recurso, desde que fundamentado, endereçado à Comissão Organizadora do Processo Seletivo e protocolado junto à Secretaria Municipal de Saúde, sendo facultado ao candidato, durante este prazo, examinar a sua prova mediante a fiscalização;
6.6 Os pontos relativos às questões eventualmente anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos participantes;
6.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo;
6.8 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não assegura o candidato o direito de ingresso automático no programa especificado neste Edital;
6.9 O requerimento da inscrição implica no conhecimento e aceitação, pelo candidato, de todos os prazos estabelecidos neste Edital. O candidato que fizer sua declaração falsa ou inexata e que não satisfazer as condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada e declarados nulos todos os atos dela decorrentes;
6.10 A Comissão Organizadora do Processo Seletivo fará divulgar, sempre que necessárias, normas complementares ao presente Edital.

Canoinhas, 16 de março de 2010.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito Municipal

ANEXO I CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA A PROVA

LÍNGUA PORTUGUESA

Conteúdo Programático:

Leitura, compreensão e interpretação de textos.
Conhecimentos Lingüísticos gerais e específicos relativos à leitura e produção de textos.
Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua.
Estrutura fonética: encontros vocálicos e consonantais, dígrafos, divisão silábica, ortografia, acentuação tônica e gráfica.
Classes de palavra: classificação, flexões nominais e verbais, emprego.
Sintaxe de concordância: concordância nominal e verbal (casos gerais e particulares).
Crase.
Pontuação: emprego dos sinais de pontuação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Conteúdo Programático:

Dengue;
Sinais e Sintomas da Dengue;
Vigilância Epidemiológica da Dengue;
Prevenção e Controle da Dengue.



Capinzal

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 018.2010

DECRETO Nº 018, DE 22 DE MARÇO DE 2010.

Aprova desmembramento na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Municipal nº 1291, de 12 de agosto de 1987, que instituiu o Código de Parcelamento de Solo Urbano do Município de Capinzal e suas alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento em que é requerente Alcides Paulino Lazari e Terezinha Luiza Lazari, inscritos no CPF sob o nº 099.373.159-72, relativo ao terreno com a área de vinte e quatro mil, cento e vinte e oito metros e quinze centímetros quadrados (24.128,15 m²), situado no Acesso Cidade Alta, nesta cidade.

Parágrafo único. O terreno de que trata o caput deste artigo é registrado na Serventia de Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal, sob o nº 7.455, às Fls. nº 216 do Livro nº 2-AD, de propriedade dos requerentes, nos termos da Planta Topográfica, Memorial Descritivo e demais documentos anexos, que fazem parte integrante, na forma a seguir especificada, mantidos os ônus eventualmente existentes e/ou constantes nas certidões representadas:

I - Área Total do terreno urbano. 24.128,15m².

II - Área desmembrada. 3.114,22m²

III - Área remanescente. 21.013,93m².

Art. 2º De conformidade com o Ofício-Parecer nº 023/2010 da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense – AMMOC, o presente desmembramento é aprovado com ressalva de utilização da área desmembrada que importe em declividade igual ou superior a 30%, nos moldes da legislação ambiental.

Art. 3º Toda a área, dividida em lotes, após a publicação do presente Decreto, será computada no Cadastro de Contribuintes do Município e o recolhimento de tributos, será de inteira responsabilidade da empresa/proprietária, enquanto não se proceder a baixa e a transferência em nome do comprador, mediante a apresentação da Escritura Pública, mantidos os ônus que eventualmente incidirem sobre o imóvel desmembrado.

Art. 4º Dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, a contar desta data, a requerente/proprietária, pela via legal, submeterá o desmembramento para registro na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, na forma da legislação vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 22 de março de 2010.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

Parcere Comed

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação/ Escolas Municipais		UF: SC
ASSUNTO: Aprovação de calendário letivo para o ano de 2010.		
RELATORA: Rosangela Vitoria Rossete Scheuerman		
PROCESSO: 005/2009		
PARECER COMED Nº: 005/2009	COLEGIADO: CP	APROVADO EM: 16/12/2009

I – RELATÓRIO

O presente parecer é resultado de leituras da LDB, Constituição Federal, e parecer do CNE: nº 05/1997, nº 02/2002, nº 02/2003, nº 23/2003, nº10/2005 e visa aprovação sobre calendário letivo da secretaria municipal de educação para o ano letivo de 2010 em resposta ao ofício 045/2009 da secretaria Municipal de educação, Cultura e Esportes do Município de Capinzal.

Considerações

Considerando-se a Lei nº 9394/96 em seu artigo 24, inciso I que disciplina sobre a carga horária mínima a ser cumprida em cada ano letivo a qual está prevista no calendário.

Levando-se em consideração os pareceres do CNE anteriormente citados.

Analisando o calendário letivo apresentado.

II VOTO DA RELATORA

Responda-se a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes que diante do calendário exposto sou favorável a forma como está organizado, observou-se que a Olimpíada Estudantil que se realiza no município todos os anos não está prevista no calendário da Secretaria de Educação, sugiro que, se for realizada, ocorra no último bimestre do ano letivo devido o período ser mais quente e não correr o risco de ser cancelada por causa de epidemias que podem ocorrer em períodos mais frios.

Capinzal(SC), 16 de dezembro de 2009

Conselheira Rosangela Vitória Rossete Scheuerman – Relatora

III – DECISÃO DA PLENÁRIA

A plenária acompanha o voto da relatora aprovando a o calendário letivo para 2010 por unanimidade dos presentes.

Capinzal(SC), 16 de dezembro de 2009.

Conselheira Marcia Regina Melloto _____
 Conselheira Cimara Moreira Bau _____
 Conselheira Josi Mary Côas _____
 Conselheira Cimara Demin _____
 Conselheira Ivonete Boesing Mendes Rodrigues _____
 Conselheira Cinthia Maria Zocoli Campioni _____
 Conselheira Rosangela V. R. Scheuerman- presidente _____
 Conselheira Ivete Terezinha Gralha-Vice- presidente _____



Catanduvas

PREFEITURA MUNICIPAL

Câmara Municipal de Vereadores - RESOLUÇÃO Nº 007

RESOLUÇÃO Nº 007, de 23 de março de 2010.

Institui o Diário Oficial dos Municípios como órgão de publicação legal da Câmara de Vereadores.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele

RESOLVE

Art. 1º. Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Legislativo do Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A partir de 1º de abril de abril de 2010, o Diário Oficial dos Municípios substitui as demais formas de publicação e será veiculado no endereço www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores – Internet.

Parágrafo único. A assinatura digital do Diário Oficial dos Municípios ficará sob responsabilidade do Presidente do Consórcio de Informativa na Gestão Pública Municipal – CIGA

Art. 3º. Os atos oficiais de feitos externos surtirão seus efeitos somente depois de publicados no Diário Oficial dos Municípios.

Parágrafo único. Os atos oficiais de efeitos internos entrarão em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas – SC, 23 de março de 2010.

ODAIR JOSÉ GABRIELLI

Presidente da Câmara

Balancete Financeiro - Câmara Municipal de Vereadores

CPL Informática.

Pág. 001

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 02/2010

Emissão: 28/02/2010

> TÍTULOS	V A L O R	> TÍTULOS	V A L O R
		DESPESA ORÇAMENTARIA	37.003,90
		LEGISLATIVA	37.003,90
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	73.102,87	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	13.110,16
DEPOSITOS A TRANSFERIR	7.744,85	DEPOSITOS A TRANSFERIR	7.752,14
INSS	2.507,39	INSS	2.507,39
ASSERV	767,93	ASSERV	767,93
EMPRESTIMO CEF	2.800,31	EMPRESTIMO CEF	2.800,31
EMPRESTIMO BESC	547,97	EMPRESTIMO BESC	547,97
PENSAO ALIMENTICIA	510,00	PENSAO ALIMENTICIA	510,00
IRRF	191,96	IRRF	199,25
DESPESA CELULAR - EXCEDENTE	419,29	DESPESA CELULAR - EXCEDENTE	419,29
CONVENIOS A PAGAR	304,90	CONVENIOS A PAGAR	304,90
DO EXERCICIO NUMERO CONVENIO + NUM.PARC	304,90	DO EXERCICIO NUMERO CONVENIO + NUM.PARC	304,90
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.053,12	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.053,12
INSS	5.053,12	INSS	5.053,12
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	60.000,00		
> DESPESA EMPENHADA	37.003,90	> DESPESA PAGA	36.243,90
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	37.003,90	CREDITO LIQUIDADO	36.243,90
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	36.243,90
> SALDOS ANTERIORES	28.396,57	> SALDOS ATUAIS	52.145,38
BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	2.409,73	BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	1.861,76
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	25.986,84	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	50.283,62
> TOTAL	138.503,34	> TOTAL	138.503,34

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC CONT CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



Comparativo da Despesa - Câmara Municipal de Vereadores

CPL Informática.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de fevereiro, Saldo até 28/02/2010

Pág. 001

Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	37.003,90	71.414,93	0,00	648.585,07	36.243,90	760,00
0101 CAMARA MUNICIPAL	720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	37.003,90	71.414,93	0,00	648.585,07	36.243,90	760,00
01 LEGISLATIVA	720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	37.003,90	71.414,93	0,00	648.585,07	36.243,90	760,00
0031 AÇÃO LEGISLATIVA	720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	37.003,90	71.414,93	0,00	648.585,07	36.243,90	760,00
0001 PROCESSO LEGISLATIVO	720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	37.003,90	71.414,93	0,00	648.585,07	36.243,90	760,00
2001 FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO DA CAMARA	597.000,00	0,00	0,00	0,00	597.000,00	37.003,90	71.414,93	0,00	525.585,07	36.243,90	760,00
30000000 DESPESAS CORRENTES	597.000,00	0,00	0,00	0,00	597.000,00	37.003,90	71.414,93	0,00	525.585,07	36.243,90	760,00
31000000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	390.000,00	0,00	0,00	0,00	390.000,00	28.363,94	58.967,01	0,00	331.032,99	28.363,94	0,00
31900000 APLICAÇÕES DIRETAS	390.000,00	0,00	0,00	0,00	390.000,00	28.363,94	58.967,01	0,00	331.032,99	28.363,94	0,00
31901101 * 00 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.706,23	45.412,46	0,00	0,00	22.706,23	0,00
31901137 * 00 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	604,59	1.180,84	0,00	0,00	604,59	0,00
31901145 * 00 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.868,56	0,00	0,00	0,00	0,00
31901302 * 00 000000 contribuições previde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.053,12	10.505,15	0,00	0,00	5.053,12	0,00
33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	207.000,00	0,00	0,00	0,00	207.000,00	8.639,96	12.447,92	0,00	194.552,08	7.879,96	760,00
33500000 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	304,90	608,94	0,00	9.391,06	304,90	0,00
33504199 * 00 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	304,90	608,94	0,00	0,00	304,90	0,00
33900000 APLICAÇÕES DIRETAS	197.000,00	0,00	0,00	0,00	197.000,00	8.335,06	11.838,98	0,00	185.161,02	7.575,06	760,00
33901414 * 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.266,00	4.266,00	0,00	0,00	4.266,00	0,00
33903007 * 00 000000 gêneros de alimentaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903016 * 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021 * 00 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73,50	73,50	0,00	0,00	73,50	0,00
33903024 * 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026 * 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903615 * 00 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	665,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903901 * 00 000000 assinatura de períodi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903905 * 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00
33903911 * 00 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	486,00	972,00	0,00	0,00	486,00	0,00
33903916 * 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903922 * 00 000000 exposições, congresso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	760,00	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
33903943 * 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	138,42	330,27	0,00	0,00	138,42	0,00
33903944 * 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69,48	138,96	0,00	0,00	69,48	0,00
33903958 * 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.041,66	2.328,25	0,00	0,00	1.041,66	0,00
33903978 * 00 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903997 * 00 000000 despesas de teleproce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
44000000 INVESTIMENTOS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
1002 CONSTRUÇÃO, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DA	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00
44000000 INVESTIMENTOS	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	37.003,90	71.414,93	0,00	648.585,07	36.243,90	760,00

CPL Informática.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de fevereiro, Saldo até 28/02/2010

Pág. 002

Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30000000 DESPESAS CORRENTES	597.000,00	0,00	0,00	0,00	597.000,00	37.003,90	71.414,93	0,00	525.585,07	36.243,90	760,00
31000000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	390.000,00	0,00	0,00	0,00	390.000,00	28.363,94	58.967,01	0,00	331.032,99	28.363,94	0,00
31900000 APLICAÇÕES DIRETAS	390.000,00	0,00	0,00	0,00	390.000,00	28.363,94	58.967,01	0,00	331.032,99	28.363,94	0,00
31901101 * 000000 vencimentos e salários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.706,23	45.412,46	0,00	0,00	22.706,23	0,00
31901137 * 000000 gratificação por tempo de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	604,59	1.180,84	0,00	0,00	604,59	0,00
31901145 * 000000 férias abono constitucion	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.868,56	0,00	0,00	0,00	0,00
31901302 * 000000 contribuições previdenciár	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.053,12	10.505,15	0,00	0,00	5.053,12	0,00
33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	207.000,00	0,00	0,00	0,00	207.000,00	8.639,96	12.447,92	0,00	194.552,08	7.879,96	760,00
33500000 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	304,90	608,94	0,00	9.391,06	304,90	0,00
33504199 * 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	304,90	608,94	0,00	0,00	304,90	0,00
33900000 APLICAÇÕES DIRETAS	197.000,00	0,00	0,00	0,00	197.000,00	8.335,06	11.838,98	0,00	185.161,02	7.575,06	760,00
33901414 * 000000 diárias no país civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.266,00	4.266,00	0,00	0,00	4.266,00	0,00
33903007 * 000000 gêneros de alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903016 * 000000 material de expediente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021 * 000000 material de copa e cozinha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73,50	73,50	0,00	0,00	73,50	0,00
33903024 * 000000 material para manutenção d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026 * 000000 material elétrico e eletrô	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903615 * 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	665,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903901 * 000000 assinatura de periódicos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903905 * 000000 serviços técnicos profissi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00
33903911 * 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	486,00	972,00	0,00	0,00	486,00	0,00
33903916 * 000000 manutenção e conservação d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903922 * 000000 exposições, congressos e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	760,00	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
33903943 * 000000 serviços de energia elétri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	138,42	330,27	0,00	0,00	138,42	0,00
33903944 * 000000 serviços de água e esgoto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69,48	138,96	0,00	0,00	69,48	0,00
33903958 * 000000 serviços de telecomunicaçõ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.041,66	2.328,25	0,00	0,00	1.041,66	0,00
33903978 * 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903997 * 000000 despesas de teleprocessame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	123.000,00	0,00	0,00	0,00	123.000,00	0,00	0,00	0,00	123.000,00	0,00	0,00
44000000 INVESTIMENTOS	123.000,00	0,00	0,00	0,00	123.000,00	0,00	0,00	0,00	123.000,00	0,00	0,00
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	123.000,00	0,00	0,00	0,00	123.000,00	0,00	0,00	0,00	123.000,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	37.003,90	71.414,93	0,00	648.585,07	36.243,90	760,00
						Estornos até o Mes	0,00	Pagos até o Mes	70.654,93		

PRESIDENTE DA CAMARA
OSAIR JOSE GABRIELLITEC CONT CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI

Comparativo da Receita - Câmara Municipal de Vereadores

CPL Informática.

Pág. 001

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

Saldos até 28/02/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	0,00	7.744,85	15.839,34	15.839,34	
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00
30000000	RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA	0,00	7.744,85	15.839,34	15.839,34	
31000000	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	7.744,85	15.839,34	15.839,34	
31001000 0000 000000	Inss	0,00	2.507,39	5.178,18	5.178,18	
31002000 0000 000000	Asserv	0,00	767,93	1.686,94	1.686,94	
31003000 0000 000000	Irrf	0,00	191,96	577,86	577,86	
31004000 0000 000000	Emprestimo Cef	0,00	2.800,31	5.600,62	5.600,62	
31007000 0000 000000	Emprestimo Besc S/a	0,00	547,97	1.095,94	1.095,94	
31008000 0000 000000	Pensao Alimenticia	0,00	510,00	1.020,00	1.020,00	
31009000 0100 000000	Despesa Celular - Excedente	0,00	419,29	679,80	679,80	

	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC CONT CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



Relatório EO - Câmara Municipal de Vereadores - Anexo I

-----{ 001 }-----									
Município de CATANDUVAS									
Relatório Resumido da Execução Orçamentária									
Balanço Orçamentário									
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social									
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO									

LRF, Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I									

RECEITAS Categoria Econômica / Fontes	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	%	até o Bimestre (c)	%	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	100,000	0,00	100,000	0,00
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	0,00	0,00	0,00	100,000	0,00	100,000	0,00
DÉFICIT (VI)					70.654,93		
TOTAL (VII)=(V+VI)	0,00	0,00	0,00				
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	0,00	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

								INSCRITAS EM			
								RESTOS A PAGAR			
								NÃO			
DESPESAS	D O T A Ç ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A			%	Saldo a	
Cat.Econômica/Grupo de Natureza	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	PROCESSADOS	((g+h)	Liquidar	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	(h)	(f-e)	(f-(g+h))	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)	720.000,00	0,00	720.000,00	71.414,93	71.414,93	70.654,93	70.654,93	0,00	9,81	649.345,07	
DESPESAS CORRENTES	597.000,00	0,00	597.000,00	71.414,93	71.414,93	70.654,93	70.654,93	0,00	11,83	526.345,07	
Pessoal e Encargos Sociais	390.000,00	0,00	390.000,00	58.967,01	58.967,01	58.967,01	58.967,01	0,00	15,12	331.032,99	
Juros/Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas Correntes	207.000,00	0,00	207.000,00	12.447,92	12.447,92	11.687,92	11.687,92	0,00	5,65	195.312,08	
DESPESAS DE CAPITAL	123.000,00	0,00	123.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123.000,00	
Investimentos	123.000,00	0,00	123.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123.000,00	
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VII+IX)	720.000,00	0,00	720.000,00	71.414,93	71.414,93	70.654,93	70.654,93	0,00	9,81	649.345,07	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento de Outras dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	720.000,00	0,00	720.000,00	71.414,93	71.414,93	70.654,93	70.654,93	0,00	9,81	649.345,07	
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	0,00	0,00	-	-	-	
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	720.000,00	0,00	720.000,00	71.414,93	71.414,93	70.654,93	70.654,93	0,00	9,81	649.345,07	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

		P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS				
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	SALDO
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)	
		0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

								INSCRITAS EM				
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	D O T A Ç ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		NÃO	%	Saldo a		
	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	PROCESSADOS	((g+h)	Liquidar		
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	(h)	(f)	(f-(g+h))		
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE DA CÂMARA
ODAIR JOSÉ GABRIELLITéc. Cont. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI

Relatório EO - Câmara Municipal de Vereadores - Anexo II

+= [CPL] =-----{ 001 }+
|
| Município de CATANDUVAS |
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
| Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
| JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
+-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

			D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESPEAS			Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	% (F)	(F/B)	SALDO
	DESPEAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		720.000,00	720.000,00	71.414,93	71.414,93	70.654,93	70.654,93	100,00	9,81	649.345,07
01	LEGISLATIVA		720.000,00	720.000,00	71.414,93	71.414,93	70.654,93	70.654,93	100,00	9,81	649.345,07
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA		720.000,00	720.000,00	71.414,93	71.414,93	70.654,93	70.654,93	100,00	9,81	649.345,07
	Subtotal		720.000,00	720.000,00	71.414,93	71.414,93	70.654,93	70.654,93	100,00	9,81	649.345,07
	DESPEAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III) = (I+II)		720.000,00	720.000,00	71.414,93	71.414,93	70.654,93	70.654,93	100,00	9,81	649.345,07

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	% (F)	(F/B)	SALDO
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE DA CAMARA

ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC CONT CRC/SC 22.439/0-0

SIMONE V. SANTOS DE MARTINI

Relatório EO - Câmara Municipal de Vereadores - Anexo III

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|               Município de CATANDUVAS
|
|               Relatório Resumido da Execução Orçamentária
|
|               Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
|
|               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
|
|               MARÇO/2009 A FEVEREIRO/2010
+-----+

```

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						
	03/2009	04/2009	05/2009	06/2009	07/2009	08/2009	09/2009
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
II-DEDUÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



```

+=[ CPL ]=-----{ 002 }+
|
|          Município de CATANDUVAS
|
|          Relatório Resumido da Execução Orçamentária
|
|          Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
|
|          Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
|
|          MARÇO/2009 A FEVEREIRO/2010
|
+-----+

```

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão
	10/2009	11/2009	12/2009	01/2010	Mes Atual	TOTAL	Atualizada
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
II-DEDUÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC CONT CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



Relatório EO - Câmara Municipal de Vereadores - Anexo IX

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de CATANDUVAS |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2010 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos					Inscritos				
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2009	Cancelados	Pagos	a Pagar	Em 31 de Dez. de 2009	Cancelados	Pagos	a Pagar	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
LEGISLATIVO										
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III) = (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos					Inscritos				
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2009	Cancelados	Pagos	a Pagar	Em 31 de Dez. de 2009	Cancelados	Pagos	a Pagar	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE DA CAMARA
 ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC CONT CRC/SC 22.439/0-0
 SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



Relatório EO - Câmara Municipal de Vereadores - Anexo V

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de CATANDUVAS |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc. Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Receitas Previdenciárias (V=I+II+III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc. Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Despesas Previdenciárias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	Previsão Orçamentária	
Valor	0,00	

	Período de Referência		
	Mês	Exercício	Exercício
BENS E DIREITOS DO RPPS	Anterior (01/2010)	Anterior (2009)	Atual (2010)

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc. Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS					
Total das Receitas Previdenciárias Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc. Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE DA CAMARA
 ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC CONT CRC/SC 22.439/0-0
 SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



Relatório EO - Câmara Municipal de Vereadores - Anexo VI

```

+=[ CPL ]=------{ 001 }+
|
|                               Município de CATANDUVAS
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária
|                               Demonstrativo do Resultado Nominal
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
|                               JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO
+-----+

```

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior (B)	Bimestre Atual (C)
Divida Consolidada (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	52.145,38
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	52.145,38
Demaís Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	0,00	0,00	-52.145,38
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	0,00	0,00	-52.145,38

	Período de Referencia	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	-52.145,38	-52.145,38

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC CONT CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



Relatório EO - Câmara Municipal de Vereadores - Anexo VII

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
| Município de CATANDUVAS |
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
| Demonstrativo do Resultado Primario |
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
| JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
+-----+

```

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão Atualizada	RECEITAS REALIZADAS		Período de
		No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Liquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação Atualizada	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
		No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	597.000,00	70.654,93	70.654,93	87.415,08
Pessoal e Encargos Sociais	390.000,00	58.967,01	58.967,01	58.100,18
Outras Despesas Correntes	207.000,00	11.687,92	11.687,92	29.314,90
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	597.000,00	70.654,93	70.654,93	87.415,08
Despesas de Capital (XI)	123.000,00	0,00	0,00	449,00
Investimentos	123.000,00	0,00	0,00	449,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	123.000,00	0,00	0,00	449,00
Reserva de Conting. (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	720.000,00	70.654,93	70.654,93	87.864,08
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-720.000,00	-70.654,93	-70.654,93	-87.864,08
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			0,00	

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
------------------------------	-------

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	0,00
--	------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC CONT CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



Relatório EO - Câmara Municipal de Vereadores - Anexo XI

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|          Município de CATANDUVAS
|          Relatório Resumido da Execução Orçamentária
|          Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
|          Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
|          JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO
+-----+
LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

```

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada (a)	No Bimestre	Até o Bim. (b)	Realiz. (a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada (c)	No Bimestre	Até o Bim. (d)	Liquidar (c-d)
Despesas de Capital	123.000,00	0,00	0,00	123.000,00
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	123.000,00	0,00	0,00	123.000,00
--------------------------------	------------	------	------	------------

DIFERENÇA (A) - (B)	-123.000,00	0,00	0,00	-123.000,00
---------------------	-------------	------	------	-------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC CONT CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



Relatório EO - Câmara Municipal de Vereadores - Anexo XIV

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|          Município de CATANDUVAS
|
|          Relatório Resumido da Execução Orçamentária
|
|          Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
|
|          Orçamento da Seguridade Social
|
|          JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO
|
+-----+

```

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
	Atualizada(a)	Realizadas(b)	a Realizar(a-b)
RECEITAS			
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

	Dotação	Despesas	Saldo
	Atualizada(c)	Liquidadas(d)	a Realizar(c-d)
DESPESAS			
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC CONT CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



Relatório EO - Câmara Municipal de Vereadores - Anexo XVI

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de CATANDUVAS |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão		Receitas Realizadas	
	Inicial	Atualizada (a)	Até o Bim. (b)	% (b/a)
	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Receita de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas com Saúde (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada (c)	Até o Bim. (d)	% (d/c)
	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas Próprias com Saúde	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim. (e)	% (e)
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Saude	Aplic.Min.		RESTOS A PAGAR	
	em 2009(e)	em 2009(F)	Insc.em 31 de dez.de 2009	Can.em 2010(g)
RP de Des.Proprias com Acoes e Serv. Publ.de Saude	15,00	0,00	0,00	0,00
Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2009				0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na	
Receita de Impostos - Limite Constitucional 15%	0,00

Despesas com Saúde (Por SubFunção)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.	%
	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	100,00

(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelador - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Prórias com Saúde	0,00	0,00	0,00	100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE DA CAMARA
 ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC CONT CRC/SC 22.439/0-0
 SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



Relatório EO - Câmara Municipal de Vereadores - Anexo XVII

[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de CATANDUVAS

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanço Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	0,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00	0,00
Receitas Realizadas	0,00	0,00
SalDOS de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Déficit Orçamentário	0,00	720.000,00

Balanço Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	720.000,00
Dotação Atualizada	0,00	720.000,00
Despesas Empenhadas	71.414,93	71.414,93
Despesas Liquidadas	70.654,93	70.654,93
Superávit Orçamentario	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	71.414,93	71.414,93
Despesas Liquidadas	70.654,93	70.654,93

Receita Corrente Liquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Liquida	0,00

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00

	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO(a)	Res. Apur. até o Bimestre(b)	% em Relação a Meta(b/a)
Resultados Nominal e Primário			
Resultado Nominal	0,00	-52.145,38	0,0000
Resultado Primario	0,00	-70.654,93	0,0000

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag. Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00



[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de CATANDUVAS

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Limites Constitucionais Anuais			
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE	Valor Apurado %Min.a Aplicar		%Aplicado
	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Min Anual de<18%/25%>dos Imp.na Manut.e Des.do Ens.-MDE		<25%/18%>	
Min Anual de 60% das Despesas com MDE no Ens.Fundam.		60%	
Min Anual de 60% do FUNDEB na Rem.dos Prof.do Ens.Fund.		60%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	0,00	123.000,00

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	0,00	0,00

Limites Constitucionais Anuais			
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde	Valor Apurado %Min.a Aplicar		%Aplicado
	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	0,00	15,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC CONT CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N.º 018/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO N.º 018/2010

"ABRE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o Art. 6º, inciso II da Lei nº 0458 de 18.12.2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Fiscal de 2010, crédito adicional especial no montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços

Unidade 02 – Divisão do D.M.E.R

Função 26 – Transportes

Programa: 029 – Estradas Vicinais

Sub-Função: 782 - Transportes Rodoviários

Recurso: 121- Operação de Crédito Interna – Outros Programas

Elemento: 44.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Projeto/Atividade: 1040 – Aquisição de Equipamentos
R\$ 500.000,00

Art. 2º Será utilizado como fonte de recurso o financiamento do Programa de Intervenção Viárias - PROVIAS, do Governo Federal, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 047/2009 de 06.08.2009 e demais disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de março de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Processo Licitatório nº 033/2010 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 033/2010 - PM

DISPENSA Nº 05/2010 - PM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA CONserto do giro e caixa de giro da PATROLA DE USO DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS.

VALOR: R\$ 6.861,10 (SEIS MIL OITOCENTOS E SESSENTA E UM REAIS E DEZ CENTAVOS).

FUNDAMENTO: Artigo 24, inc. IV, da Lei n. 8.666/93.

CONTRATADA: SERVIÇOS DE TORNIO METZLER LTDA

Chapadão do Lageado (SC), 25 de março de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Despacho de Revogação do Convite N° 0010/2010 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE CONVITE Nº 0010/2010 – PMC

Objeto: Contratação de serviço para elaboração de projetos complementares, para reforma e ampliação do terminal de embarque de passageiros do Aeroporto Municipal Pedra Ferro, no Município de Concórdia.

EXTRATO DE DESPACHO DE REVOGAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93 e de conformidade com o caput do art. 49 do citado diploma legal, torna-se pública a REVOGAÇÃO do processo licitatório em referência.

Concórdia, SC, 23 de março de 2010.

BEATRIZ F. C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato de Despacho de Anulação do Edital de Pregão Presencial N° 0017/2010 – PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0017/2010 – PMC

Objeto: Aquisição e instalação de sistema de registro e controle eletrônico da jornada de trabalho de funcionário das Unidades do Município de Concórdia.

EXTRATO DE DESPACHO DE ANULAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93 e de conformidade com o art. 49 do citado diploma legal, torna-se pública a ANULAÇÃO do processo licitatório em referência.

Concórdia, SC, 22 de março de 2010.

BEATRIZ F. C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial N°. 28/2010 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2010 - PMC

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios hortifrutigranjeiros para a preparação de merenda nos Centros Municipais de Educação Infantil de Concórdia.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até às 13:45 do dia 14/04/2010.

Abertura: dia 14/04/2010, às 14:00

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2125.



Concórdia, SC, 22 de março de 2010.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº 0002/2010 - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0002/2010 - FMAS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de gêneros alimentícios, material de higiene e limpeza, artigos de uso pessoal e utensílios de cozinha, para atendimento nos CEBES, CRAS, CREAS, LAR ANJO GABRIEL e grupos de convivência de idosos, através dos recursos provenientes dos convênios, PAIF, Sentinela, PETI, Pró-jovem, Idosos/FNAS, CREAS e Abrigo/FEAS.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 09/04/2010.

Início da Sessão: dia 09/04/2010, às 08 h e 30 min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo fone (0**49) 3441-2162.

Concórdia, SC, 22 de março de 2010.

MAURO KICHEL

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Municipal

Adendo 001 ao Pregão Presencial Nº 20/2010 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

ADENDO 001 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2010 PMC

A Prefeitura do Município de Concórdia, SC, através da Secretária Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: Registro de Preços para possível aquisição de óleos, graxas, querosene e detergentes para manutenção de máquinas e veículos da Frota Municipal de Concórdia, sofreu ADENDO. O prazo para protocolo dos envelopes contendo a proposta de preços e a documentação de habilitação continua marcada para o dia 29 de março de 2010, às 13:45, sendo a abertura da licitação neste mesmo dia às 14:00. Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (0 ** 49) 3441-2160

Concórdia, SC, 24 de março de 2010.

BEATRIZ F.C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração.

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial SRP Nº 29/2010 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 29/2010 - PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível contratação de empresa para prestação de serviço de transporte de calcário e horas máquinas.

Forma de Pregão: Presencial

Tipo: Menor Preço. Por item

Recebimento das propostas: até as 08:15 do dia 15/04/2010.

Abertura: dia 15/04/2010, às 08:30.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 22 de março de 2010.

BEATRIZ F.C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Edital de notificação Salário Educação

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 120.858,39 (cento e vinte mil oitocentos e cinquenta e oito reais e trinta e nove centavos).

Concórdia SC, 22 de março de 2010.

VILMA INEZ STRINGHINI

Secretária Municipal de Finanças

Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº. 037

PORTARIA Nº. 037 DE 12 DE MARÇO DE 2010.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 15/03/2010 à 13/04/2010.

Nome	Cargo	Referência
Bernardete de Freitas	Auxiliar de Serviços Gerais	13/07/08 à 12/07/09

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 12 de março de 2010.



DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 038

PORTARIA Nº. 038, DE 12 DE MARÇO DE 2010.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Premio por Assiduidade ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 18/03/2010 à 16/04/2010

Nome	Cargo	Referência
Daniel Souza Dutra	Cirurgião Dentista	16/03/2007 à 16/03/2010

Art. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 12 de março de 2010.
DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 039

PORTARIA Nº. 039, DE 18 DE MARÇO DE 2010.
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 15 (quinze) dias no período de 22/03/2010 à 05/04/2010.

Nome	Cargo	Referência
Geldecir Mariane	Motorista	06/02/2009 à 05/02/2010

Art. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 18 de março de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de Contrato de Permissão de Uso a Título Precário de Bens Públicos Municipais Nº 056/2010

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO DE BENS PÚBLICOS MUNICIPAIS Nº 056/2010.

MÊS/ANO: MARÇO/2010. NÚMERO CONTRATO: 056/2010
VALOR TOTAL CONTRATO: A presente Permissão de Uso opera-se de forma gratuita.
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 16/03/2010.

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a Permissão de Uso a Título Precário de um imóvel, em Alvenaria com 69,70 metros quadrados, edificada sobre uma área de terra denominada Chácara nº. 45 com 3,760 m2 de propriedade do Município de Coronel Martins sob Matrícula nº. 00257 do CRI da cidade de São Domingos – SC, com máquinas e equipamentos (pedras para moagem, correias e motor hidráulico) fazendo confrontações: ao norte com a chácara 43, ao leste com a Rua Aires, ao Sul com os lotes nº. 51, 52, 53, 54, 55 e 56 e ao Oeste com parte do lote 57 neste Município de Coronel Martins, à Cooperativa de Produto e Comercialização Pedra Banca - COOPER PEDRA BRANCA, para a realização de atividades afins da referida Associação.
TIPO PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ: 07.208.046/0001-40
CONTRATADO: Cooperativa de Produção e Comercialização Pedra Banca - COOPER PEDRA BRANCA.
DATA VENCIMENTO CONTRATO: 16/03/2020

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de Contrato de Permissão de Uso a Título Precário de Bens Públicos Municipais Nº 057/2010

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO DE BENS PÚBLICOS MUNICIPAIS Nº 057/2010.

MÊS/ANO: MARÇO/2010. NÚMERO CONTRATO: 057/2010
VALOR TOTAL CONTRATO: A presente Permissão de Uso opera-se de forma gratuita.
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 16/03/2010.

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a Permissão de Uso a Título Precário de um imóvel, em Alvenaria com 132 metros quadrados, edificada sobre lote urbano nº. 08 da quadra 10 com superfície de 1.000 m2, de propriedade do Município de Coronel Martins sob Matrícula nº. 7.228 do CRI da cidade de São Domingos – SC, situada na Rua Ararangua nº. 02 Município de Coronel Martins, à Cooperativa de Crédito Rural Com Interação Solidária - CRESOL PEDRA BRANCA, para a realização de atividades exclusivas da referida Associação.
TIPO PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ: 05.070.112/0001-32
CONTRATADO: Cooperativa de Crédito Rural Com Interação Solidária – CRESOL PEDRA BRANCA
DATA VENCIMENTO CONTRATO: 16/03/2020

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de Contrato 054

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 054

MÊS/ANO: MARÇO/2010 NÚMERO CONTRATO: 054/2010
 VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 7.000,00 (sete mil reais))
 INÍCIO DA VIGÊNCIA: 16/03/2010
 DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para realização de sonorização e show com a dupla sertaneja Rômulo e Roni a ser realizado na data de 30 de março de 2010, além de realização de sonorização e Show com a Banda Cheiro de Paixão, junto à Praça Municipal "Otto May" no dia 30 de março de 2010, em comemoração ao 18º (décimo oitavo) aniversário de Emancipação Política e Administrativo de Coronel Martins/ SC, com o seguinte detalhamento dos serviços:
 1. Show com a dupla sertaneja Rômulo e Roni a ser realizado na data de 30 de março de 2010;
 2. Instalação da sonorização junto ao palco central com todos os equipamentos necessários;
 3. Show com a Banda Cheiro de Paixão a ser realizado na data de 30 de março de 2010;
 RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693
 TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CGC: 08.278.495/0001-27
 CONTRATADO: SOMINCAI SONORIZAÇÃO LTDA
 CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$

Corupá

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei nº 1961/10 - Financiamento BADESC

LEI Nº 1961/10

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA OPERACIONAL DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA PRO-FDM A TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições constitucionais, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e, ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Operacional do Fundo de Desenvolvimento Municipal do Estado de Santa Catarina – PRO-FDM, mediante assinatura de convênio com o BADESC – AGÊNCIA CATARINENSE DE FOMENTO S/A. com a Secretaria de Estado de Planejamento e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul.

Art. 2º - A adesão ao PRO-FDM propiciará o aporte de recursos ao Município para o financiamento de Obras de pavimentação asfáltica das Ruas José Pasqualini, Domingos Salvador, Clara Herrmann, Adeli Herrmann e Parte das Ruas João Tozini, Ano Bom, Francisco Mees, Roberto Seidel, além de outras que se fizerem necessárias.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos em obras, serviços, máquinas e equipamentos, e projetos de desenvolvimento institucional, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – AGÊNCIA CATARINENSE DE FOMENTO S/A, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Municipal – FDM, até o montante de R\$ 1.155.000,00 (um milhão, cento e cinquenta e cinco mil reais) Parágrafo único – Em garantia ao empréstimo estabelecido neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação

de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º - Para dar continuidade ao PRO-FDM, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como, para cumprimento dos compromissos com encargos e empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta do financiamento estabelecido no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 9% (nove por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo – TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Para fins de consecução da presente Lei, fica autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir no orçamento-programa do Município de Corupá, para o exercício de 2010, um Crédito Especial, no valor de R\$ 1.155.000,00 (um milhão cento e cinquenta e cinco mil reais), para o seguinte programa:

07000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
07001 – DIVISÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
015.451.0040.1003 – Pavimentação e Cons. da Área Urbana	
4.4.90.00.00.00.00 – DR – 0.1.90 – Aplicações Diretas	R\$ 1.155.000,00

Art. 7º - Como recursos para abertura de crédito suplementar de que trata o artigo anterior, a ser operada mediante Decreto específico, serão utilizadas as receitas provenientes da operação de crédito autorizada pela presente Lei.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá em Exercício, 05 de Março de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
 Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos cinco dias do mês de Março de 2010.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Lei nº 1962/10 - Abertura de Crédito Especiais Suplementares

LEI Nº. 1962/10

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ESPECIAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Especiais Suplementares até o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria de Administração e Finanças	
03.001		Divisão de Administração	



004.122.0009.2003		Manutenção Atividades Divisão de Pessoal, Administração e Compras	
3.1.71.00.00.00.00	0.1.00	Transferências à Consórcios Públicos	3.000,00
		TOTAL	3.000,00

Art.2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria de Administração e Finanças	
03.001		Divisão de Administração	
004.122.0009.2003		Manutenção Atividades Divisão de Pessoal, Administração e Compras	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00	Aplicações Diretas	3.000,00
		TOTAL	3.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá em Exercício, 05 de Março de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos cinco dias do mês de Março de 2010.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Lei nº 1963/10 - Institui Programa de Recolhimento Provisório de Crianças e Adolescentes

LEI Nº 1963/10

INSTITUI O PROGRAMA DE ACOLHIMENTO PROVISÓRIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, DENOMINADO "PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA".

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS E COMPETÊNCIA

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Acolhimento Familiar Provisório de Crianças e Adolescentes denominado "PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA" para atender o disposto no artigo 227, caput, §1º inciso VI e §7º da Constituição Federal, nos artigos 19 e seguintes da Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e Adolescente, no Sistema Único de Assistência Social - SUAS e o determinado na Política Nacional de Assistência Social, dentro da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Art. 2º - O Programa será vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação e tem por objetivo:
I - garantir às crianças e adolescentes em situação de risco e

que necessitem de proteção, o acolhimento provisório por famílias acolhedoras, respeitando o seu direito à convivência em ambiente familiar e comunitário;

II - oferecer apoio às famílias de origem, favorecendo a sua reestruturação para o retorno de seus filhos, sempre que possível;
III - contribuir na superação da situação vivida pelas crianças e adolescentes com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar ou colocação em família substituta.
Parágrafo único - A colocação em família substituta de que trata o inciso III dar-se-á através das modalidades de tutela ou guarda, e são de competência exclusiva do Juízo da Infância e da Juventude da Comarca de Jaraguá do Sul, com a cooperação de profissionais do Grupo de Trabalho Permanente.

Art. 3º - O programa Família Acolhedora atenderá crianças e adolescentes, de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos incompletos, residentes no Município de Corupá que tenham seus direitos ameaçados ou violados, vítimas de violência sexual, física e psicológica, negligência, em situação de abandono e que necessitem de proteção, sempre com determinação judicial.

Parágrafo único - O atendimento aos adolescentes dependerá da disponibilidade de acolhimento das famílias acolhedoras cadastradas.

Art. 4º - Compete à autoridade judiciária determinar o acolhimento familiar, encaminhando a criança ou adolescente para a inclusão no Programa Família Acolhedora.

Parágrafo único - É vedada a adoção ou guarda definitiva das crianças e adolescentes acolhidos por família do Programa Família Acolhedora que os acolher.

CAPÍTULO II ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

Art. 5º - O Programa ficará vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, sendo parceiros:

- I - o Poder Judiciário;
- II - o Ministério Público;
- III - o Conselho Tutelar;
- IV - o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA;
- V - o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;
- VI - o Grupo de Trabalho Permanente;
- VII - os órgãos de segurança pública - Polícias Militar e Civil;
- VIII - as Secretarias Municipais de Saúde e de Educação;
- IX - a Fundação Municipal de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer.

Art. 6º - A criança ou adolescente cadastrado no Programa, receberá:

- I - com absoluta prioridade, atendimento nas áreas de saúde, educação e assistência social, através das políticas públicas existentes;
- II - acompanhamento psicossocial e pedagógico pelo Programa Família Acolhedora;
- III - prioridade entre os processos que tramitam no Juízo da Infância e da Juventude, primando pela provisoriedade do acolhimento;
- IV - estímulo à manutenção e/ou reformulação de vínculos afetivos com sua família de origem, nos casos em que houver possibilidade;
- V - permanência com seus irmãos na mesma família acolhedora, sempre que possível.

CAPÍTULO III CADASTRO E SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS

Art. 7º - A inscrição das famílias interessadas em participar do Programa Família Acolhedora será gratuita, feita por meio do preenchimento de Ficha de Cadastro do Programa, apresentando os



documentos abaixo indicados:

I – Carteira de Identidade e CPF;

II – Certidão de Nascimento ou Casamento;

III – Comprovante de Residência;

IV – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais.

Parágrafo único - Não se incluirá no Programa pessoa com vínculo de parentesco com a criança ou adolescente.

Art. 8º - A família acolhedora prestará serviço de caráter voluntário não gerando vínculo empregatício ou profissional com o órgão executor do Programa.

Art. 9º - Para participar do Programa Família Acolhedora os interessados deverão preencher os seguintes requisitos:

I – ter mais de 21 (vinte e um), sem restrição de sexo e estado civil;

II – firmar declaração de desinteresse na adoção;

III – comprovar a concordância de todos os membros da família;

IV – residir no Município de Corupá;

V – ter disponibilidade de tempo e interesse em oferecer proteção às crianças e adolescentes;

Parágrafo único – Além dos requisitos constantes deste artigo será obrigatório a apresentação de um parecer psicossocial favorável.

Art. 10 – A seleção entre as famílias inscritas será feita através de estudo psicossocial de responsabilidade da Equipe Técnica do Programa Família Acolhedora.

§ 1º - O estudo psicossocial envolverá todos os membros da família e será realizado através de visitas domiciliares, entrevistas, contatos colaterais e observação das relações familiares e comunitárias.

§ 2º - Os pareceres emitidos pela Equipe Técnica ficarão ao dispor do Ministério Público e Poder Judiciário, para acompanhamento do cadastramento das famílias acolhedoras.

§ 3º - Após a emissão de parecer favorável à inclusão no Programa, as famílias assinarão o Termo de Adesão ao Programa Família Acolhedora.

§ 4º - Em caso de interesse no desligamento do Programa, as famílias acolhedoras deverão fazer solicitação por escrito.

Art. 11 – As famílias cadastradas receberão acompanhamento e preparação contínuos voltados ao desempenho de seu papel, sobre responsabilidade compartilhada com a família biológica, reunificação com os pais ou família extensa, orientações sobre os objetivos do programa, sobre a diferenciação com a medida de adoção, sobre a recepção, manutenção e o desligamento das crianças.

Parágrafo único – A preparação das famílias cadastradas será feita através de:

I – orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas;

II – participação nos encontros de estudo e troca de experiências com todas as famílias, com abordagem do Estatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais relativas à família de origem, relações intrafamiliares, guarda como medida de colocação em família substituta, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes;

III – participação em cursos e eventos de formação.

CAPÍTULO IV

PERÍODO DE ACOLHIMENTO

Art. 12 – O período de acolhimento em Família Acolhedora durará por 06 (seis) meses prorrogáveis uma vez por igual prazo, tendo em vista o caráter provisório da medida, definido a partir do histórico de cada criança ou adolescente.

Art. 13 – Os profissionais do Programa Família Acolhedora, efetuarão o contato com as famílias acolhedoras, observadas as caracte-

terísticas e necessidades da criança ou adolescente e as preferências expressas pela família acolhedora no processo de inscrição.

Art. 14 – O encaminhamento da criança ou adolescente ocorrerá mediante “Termo de Guarda e Responsabilidade” concedido à família acolhedora por determinação judicial.

Art. 15 – O Conselho Tutelar poderá utilizar-se deste cadastro, desde que comunique a autoridade judiciária até o segundo dia útil imediato à retirada da criança ou adolescente da família de origem e proceda a sua identificação.

Art. 16 – A família acolhedora será previamente informada com relação à previsão de tempo de acolhimento da criança ou adolescente para a qual foi chamada a acolher.

Art. 17 – O término do acolhimento familiar da criança ou adolescente dar-se-á por determinação judicial, atendendo aos encaminhamentos pertinentes ao retorno à família de origem ou colocação em família substituta, através das seguintes medidas:

I – acompanhamento após a reintegração familiar visando a não reincidência do fato que provocou o afastamento da criança;

II – orientação e supervisão do processo de visitas entre a família acolhedora e a família que recebeu a criança;

III – comunicação ao Juízo da Infância e da Juventude, quando ocorrer o desligamento da família de origem do Programa.

CAPÍTULO V

RESPONSABILIDADE DA FAMÍLIA ACOLHEDORA

Art. 18 – A família acolhedora tem responsabilidade familiar pelas crianças e adolescentes acolhidos, obrigando-se a:

I – prestar assistência material, de saúde, moral e educacional à criança e ao adolescente, nos termos do Art. 33 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

II – participar do processo de preparação, formação e acompanhamento;

III – prestar informações sobre a situação da criança e do adolescente acolhido aos profissionais que estão acompanhando a situação;

IV – contribuir na preparação da criança ou adolescente para o retorno à família de origem, sempre sob orientação técnica dos profissionais do Programa Família Acolhedora;

V – proceder à desistência formal da guarda, nos casos de inadaptação, responsabilizando-se pelos cuidados da criança ou adolescente acolhido até novo encaminhamento, o qual será indicado pela Equipe Técnica e determinado pela autoridade do Poder Judiciário;

§ 1º – A transferência para outra família deverá ser feita de maneira gradativa e com o devido acompanhamento técnico de profissionais capacitados para esse fim.

§ 2º – A obrigação de assistência material pela família acolhedora ocorrerá com base no subsídio financeiro oferecido pelo Programa.

CAPÍTULO VI

RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO PROGRAMA

Art. 19 – A Equipe Técnica será formada por profissionais capacitados para o trabalho com crianças e adolescentes em situação de extrema vulnerabilidade social, a qual receberá capacitação periódica para o seu aprimoramento.

Art. 20 – A Equipe Técnica prestará acompanhamento sistemático à família acolhedora, à criança ou ao adolescente acolhido e à família de origem, com o apoio dos seguintes órgãos:

I – Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, a qual deverá priorizar:

a – o atendimento dos pais encaminhados pela Equipe Técnica



no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS, Bolsa Família, Benefício da Prestação Continuada – BPC e em outros programas específicos;

b – a inclusão da criança ou adolescente nos serviços prestados pela Secretaria;

c – a concessão de benefícios eventuais aos pais;

d – a emissão de relatório resultados dos acompanhamentos prestados aos pais.

II – Secretaria de Educação, a qual deverá priorizar:

a – a inclusão da criança em escola de educação infantil ou ensino fundamental;

b – a inclusão do adolescente no ensino fundamental, médio ou Educação de Jovens e Adultos;

c – a colaboração com o Programa Família Acolhedora de forma a assegurar a proteção integral da criança e do adolescente;

d – a inclusão dos pais em classes de Alfabetização ou Educação de Jovens e Adultos.

III – Fundação Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, a qual deverá priorizar:

a – a inclusão da criança e do adolescente nas atividades desenvolvidas pela Fundação;

b – a colaboração com o Programa Família Acolhedora de forma a assegurar a proteção integral da criança e do adolescente.

IV – Secretaria de Saúde, a qual deverá priorizar:

a – a inclusão da criança e do adolescente nos serviços desenvolvidos pela Secretaria;

b – a colaboração com o Programa Família Acolhedora de forma a assegurar a proteção integral da criança e do adolescente;

c – o atendimento dos pais nos serviços da Secretaria.

Art. 21 – O acompanhamento à família acolhedora acontecerá na forma que segue:

I – visitas domiciliares, nas quais os profissionais e família conversam informalmente sobre a situação da criança, sua evolução e o cotidiano na família, dificuldades no processo e outras questões pertinentes;

II – atendimento psicológico;

III – presença das famílias com a criança nos encontros de preparação e acompanhamento.

Art. 22 – O acompanhamento à família de origem e o processo de reintegração familiar da criança será realizado pela Equipe Técnica do Programa Família Acolhedora.

§ 1º - Os profissionais acompanharão as visitas entre criança ou adolescente e família de origem e a família acolhedora, a serem realizados em espaço físico neutro.

§ 2º - A participação da família acolhedora nas visitas será decidida em conjunto com a família.

§ 3º - Sempre que solicitado pela autoridade judiciária, a Equipe Técnica prestará informações sobre a situação da criança acolhida e informará quanto à possibilidade ou não de reintegração familiar, bem como, poderá ser instada à realização de laudo psicossocial com apontamentos das vantagens e desvantagens da medida, objetivando subsidiar as decisões judiciais.

§ 4º - Quando entender necessário, visando a agilidade do processo e a proteção da criança, a Equipe Técnica prestará informações ao Juízo sobre a situação da criança acolhida e as possibilidades ou não de reintegração familiar.

CAPÍTULO VII DA BOLSA AUXÍLIO

Art. 23 – As famílias acolhedoras cadastradas no Programa Família Acolhedora, independentemente de sua condição econômica, têm a garantia do recebimento de subsídio financeiro, por criança ou adolescente acolhido, no montante equivalente a um salário mínimo vigente, para que preste toda a assistência a que se obrigou no ato da assinatura do Termo de Adesão ao Programa Família

Acolhedora.

Art. 24 – A bolsa auxílio será repassada por criança ou adolescente às famílias acolhedoras durante o período de acolhimento e será subsidiada pelo Município através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, prevista na dotação orçamentária.

Art. 25 – A bolsa auxílio será repassada através da emissão de cheque nominal em nome de um dos membros da família acolhedora.

Art. 26 – A família acolhedora que tenha recebido a bolsa auxílio e não tenha cumprido as prerrogativas desta Lei fica obrigada ao ressarcimento da importância recebida durante o período da irregularidade.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27 – A manutenção do Programa Família Acolhedora será subsidiada através de recursos financeiros do Município de Corupá, através da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e convênios com Estado, União e outros órgãos públicos e privados.

Art. 28 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 29 – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 18 de Março de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos dezoito dias do mês de Março de 2010.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Lei nº 1964/10 - Dia de Combate as Drogas e Especialmente ao Crack

LEI Nº 1964/10

DISPÕE SOBRE O DIA DE COMBATE AS DROGAS, ESPECIALMENTE O "CRACK" E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições constitucionais, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e, ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o dia 01 de outubro como dia de combate às drogas, especialmente o "CRACK", no Município de Corupá.

Art. 2º - O dia ora instituído passará a constar no calendário oficial de eventos do Município.

Art. 3º - O Poder Público promoverá nesta data, com a participação da sociedade, eventos para o combate ao "CRACK", como debates, palestras de conscientização nas escolas e em locais públicos.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 18 de Março de 2010.



LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos dezoito dias do mês de Março de 2010.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Lei nº 1965 - Indenização AMVALI X CIACAVI

LEI Nº 1965/10

AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA AMVALI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder Auxílio Financeiro, no valor de R\$ 9.985,23 (nove mil novecentos e oitenta e cinco reais e vinte três centavos), para a Associação dos Municípios do Vale do Itapocu - AMVALI.

Art. 2º - O auxílio financeiro, descrito no artigo anterior, será destinado exclusivamente para pagamento de rescisões contratuais e adequação do quadro funcional da entidade.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente lei, correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 5º - Fica revogado a Lei nº 1900/09 de 01 de abril de 2009, as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 18 de Março de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos dezoito dias do mês de Março de 2010.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto 175/10

DECRETO Nº 175/10

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM ESTÁGIO PROBATÓRIO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 69 da Lei Complementar 014/09, c/c a Lei Municipal nº 1379/01 de 26 de Junho de 2001, e parágrafo 4º do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 e demais legislações vigentes,

D E C R E T A :

Art.1º – Fica constituída a Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório, formada pelos seguintes servidores estáveis:

- JAIME ALBANO MELCHERT – Presidente;
- DAIRTON JOSÉ GIRALDI;
- HEINZ GEHARD KOPSCH;

- DANIELI HANEMANN BERNER; e
- DARCI RUTSATZ.

Parágrafo Único: O Presidente deverá preparar, executar e julgar e Avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório da Prefeitura Municipal de Corupá.

Art.2º – A Comissão de ora constituída seguirá as normas da Lei Municipal nº 1379/01 de 26 de Junho de 2001, que institui o Programa de Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório, e as disposições legais em vigor, tomadas as providências necessárias a sua fiel execução e julgamento.

Art.3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 055/2005 de 22 de Julho de 2005.

Corupá, 24 de Fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Mun. Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto 179/10

DECRETO Nº 179/10

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no item VII, do art. 66 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que saúde é direito de todos e dever do Estado, conforme preceitua o art. 196 da Constituição Federal, bem como, que as ações e os serviços de saúde são de relevância pública, conforme norma do art. 197 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que a Administração Pública obedecerá os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput, da CF);

CONSIDERANDO que as formas de acesso aos cargos, aos empregos e às funções públicas submetem-se às previstas na Carta Federal;

CONSIDERANDO que o art. 37, IX da Constituição Federal estabelece que "IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público";

CONSIDERANDO que o programa Estratégia Saúde da Família (ESF) é uma estratégia do Ministério da Saúde de reorientação do modelo assistencial, operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais, em unidades básicas de saúde, responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias localizadas em uma área geográfica delimitada, que atuam na promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes bem como na manutenção da

saúde da referida comunidade;

CONSIDERANDO que no Município de Corupá tem necessidade de preencher imediatamente as vagas propostas nas Secretarias de Saúde e Educação diante da disponibilidade de vagas no quadro de pessoal, previsto na Lei Complementar 014/09 de 15 de dezembro de 2009;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº. 014/2009, em seu artigo 248, estabelece que: "A Administração Municipal poderá proceder a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, com o objetivo de preservar e garantir o fornecimento de bens e serviços públicos essenciais à comunidade";

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº. 014/2009 em seu artigo 250, preceitua que o Município de Corupá poderá efetuar a contratação mediante processo seletivo simplificado, compreendendo, obrigatoriamente, prova escrita e ou títulos e ou entrevista, sem prejuízo de outras modalidades que, a critério do Município, ou entidade contratante, venham a ser exigidas.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de Processo Seletivo, para a Contratação de Pessoal por Tempo Determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no artigo 248, da Lei Complementar nº 014/09, para preenchimento das funções de:

- PSICOLOGO
- TÉCNICO EM ENFERMAGEM – 40 hs

Art. 2º - As funções atividades acima referidas serão exercidas por profissionais contratados temporariamente, mediante Processo Seletivo, cuja classificação, disposta em cadastro de reserva, servirá como parâmetro de contratação dentro das necessidades do Município.

Art. 3º - A contratação do pessoal que trata o presente Decreto Municipal será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, conforme preceitua o art. 251 da Lei Complementar nº. 014/2009 e de acordo com o interesse e conveniência da administração.

Art. 4º - O Processo Seletivo será realizado com observância da natureza e a complexidade de atribuições e requisitos específicos para o exercício das funções atividades, atendendo aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 5º - O Processo Seletivo será válido pelo período de 01 (um) Ano.

Art. 6º - Fica constituída, a Comissão encarregada de organizar, coordenar, supervisionar, aplicar e julgar as provas do processo seletivo para preenchimento de funções na Coordenadoria de Saúde nos termos do presente Decreto Municipal, representada pelos seguintes membros:

- I – Joney Cícero Morozini – Presidente;
- II – Danieli Hannemann Berner – Secretária;
- III – Valquiria Michalak – Membro;
- IV – Márcia Helena Muller Bueno – Membro;
- V – Petila Karoline Bernardes – Membro.

Art. 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 05 de Março de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Mun. Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto 180/10

DECRETO Nº 180/10

PRORROGA O PRAZO DO VENCIMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO EXERCÍCIO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no Artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica de Corupá, combinado com o Artigo 39-A da Lei Complementar 010/09 de 29 de setembro de 2009;

CONSIDERANDO re-implantação de sistema de processamento de dados e a necessidade de efetuar recadastramento em campo dado o crescimento da construção civil no Município;

CONSIDERANDO problemas de ordem técnica no sistema de rede ocasionado pela implantação de novos sistemas;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 010/09, sancionado em 29 de setembro de 2009 e sua posterior alteração;

CONSIDERANDO o atraso da entrega das guias do IPTU;

CONSIDERANDO ainda, a publicação da Lei Complementar nº 015/10, de 09 de março de 2010;

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo do vencimento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e das Taxas de Serviços Públicos do exercício de 2010, dos imóveis cadastrados junto a Municipalidade.

§ 1º – As datas de vencimento do imposto para o exercício de 2010 ficam assim fixadas:

I – Vencimento da Cota única com desconto de 20%, 15%, 12% ou 10% – 15/04/2010;

II – Vencimento das Parcelas:

- 1ª Parcela: 15/04/2010;
- 2ª Parcela: 15/05/2010;
- 3ª Parcela: 15/06/2010;
- 4ª Parcela: 15/07/2010;
- 5ª Parcela: 15/08/2010;
- 6ª Parcela: 15/09/2010;
- 7ª Parcela: 15/10/2010.

Art. 2º - As demais disposições sobre esta matéria, inclusive as concernentes aos descontos no pagamento, continuam obedecendo ao que dispõe a Lei Complementar nº. 010/09 de 29 de setembro de 2009 e posterior alteração.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de Março de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Mun. Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.



Decreto 182/10

DECRETO Nº 182/10

DELEGA PODERES PARA AUTENTICAÇÃO DE DOCUMENTOS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no Art. 67, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam delegados poderes para autenticarem documentos de interesse da Prefeitura Municipal de Corupá, aos Servidores Públicos Municipais, pela ordem abaixo relacionados:

MÁRCIA HELENA MÜLLER BUENO

VALQUIRIA MICHALAK

STEPHANIE GISELA MENDES PADILHA DE LIMA

Art. 2º - Fica revogado o decreto nº 016/2009.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 15 de março de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Decreto 183/10

DECRETO N.º 183/10

DISPÕE SOBRE O PRAZO PARA PAGAMENTO DO TAXA DE FISCALIZAÇÃO REGULAR DE FUNCIONAMENTO E TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 131 e 169 da Lei Complementar 010/09, de 29 de Setembro de 2009 e demais legislações vigentes,

D E C R E T A :

Art.1º – A Taxa de Fiscalização de Funcionamento regular, prevista no inciso II do artigo 121, será paga em Cota Única, com vencimento em 30/03/2010.

Art. 2º - A Taxa de Vigilância Sanitária, prevista no Parágrafo Único do artigo 169, será paga em Cota Única, com vencimento em 30/03/2010.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 15 de Março de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Mun. Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto 184/10

DECRETO Nº 184/10

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO E REALIZAÇÃO DE INVENTÁRIO DOS BENS MUNICIPAIS QUE CONSTITUEM O PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa

Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no Artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica de Corupá.

CONSIDERANDO que, a Lei Federal nº 4.320/64, em especial os artigos de 94 a 100 de que trata a Contabilidade Patrimonial;

CONSIDERANDO que, o artigo 13 da Lei Orgânica do Município, estabelece, são bens do Município todos os que atualmente o pertencem, e os que vier a adquirir ou lhe forem atribuídos, além dos demais atribuídos, e nos incisos do referido artigo;

CONSIDERANDO o Prejulgado do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº 880 que determina "Nos termos do § 3º do artigo 106 da Lei 4.320/64 é permitida a reavaliação de bens públicos móveis e imóveis do poder público municipal, que deverá ser realizada por profissionais especializados em avaliações, pertencentes ao quadro de servidores da entidade ou contratados mediante processo licitatório nos termos da Lei Federal nº 8.666/93."

CONSIDERANDO que, os registros contábeis do Município encontram-se totalmente desatualizado diante da falta de alimentação no sistema.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Especial para avaliação e realização de inventário dos bens municipais que constituem o patrimônio público do Município de Corupá, que será constituída pelos seguintes membros:

I – Representante da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda:

- Pétila Karoline Bernardes

II – Representante da Secretaria de Educação:

- Emanuelle Françoise Blunk

III – Representante da Secretária de Saúde:

- Danieli Hanemann Berner

IV – Representante da Secretaria de Infra-estrutura:

- Lourenço Piontkiewicz

Art. 2º - A Comissão Especial terá por competência o levantamento, identificação, conferência, numeração de todos os bens móveis e imóveis que constituem o patrimônio público do Município de Corupá, com poderes e atribuições de avaliação dos bens inventariados, a fim de determinar o seu valor.

Art. 3º - Presidirá a Comissão Especial o servidor PÉTILA KAROLINE BERNARDES e a supervisão ficará a cargo do Diretor de Administração.

Art. 4º - A Comissão Especial realizará reuniões mensais registrando em atas e expedirá atos e regulamentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 5º - Fica determinado como sendo R\$ 50,00 (cinquenta reais) como valor mínimo para registro patrimonial de bens pertencente a municipalidade.

Art. 6º - Com a finalização dos trabalhos caberá a Comissão Especial emitir relatório final e providenciar o registro eletrônico de todos os bens em sistema próprio do município.

Art. 7º - Caberá a Controladoria Interna acompanhar o desenvolvimento de todos os trabalhos da comissão.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 15 de Março de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI



Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Mun. Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto 185/10

DECRETO Nº. 185/2010

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

Luiz Carlos Tamanini, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, Nº. 1.948/2009 de 09 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
4.4.90.00.00.00.00	01.23.55	Aplicações Diretas	25.000,00
		TOTAL	25.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.3.90.00.00.00.00	01.23.55	Aplicações Diretas	25.000,00
		TOTAL	25.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 16 de março de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 796/10

PORTARIA Nº 796/10

NOMEIA A SERVIDORA VALQUIRIA MICHALAK RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal

Art. 1º - Fica designada como responsável pelo registro e publicação dos atos oficiais do município a Assistente de Biblioteca VALQUIRIA MICHALAK.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 11 de Fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 824/10

PORTARIA Nº 824/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. MUNYKE KERLLYN STELTER, a partir de 01 de março de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para substituir as licenças-prêmio e férias de professores, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 01 de março de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 825/10

PORTARIA Nº 825/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. PAULA ELENA ROSA VOELZ, a partir de 01 de março de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Auxiliar de Sala, com carga horária de 40 horas semanais, em razão à substituição da auxiliar de sala Sirlene Pavarin Maciel, que solicitou demissão, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Corupá, 01 de março de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 826/10

PORTARIA Nº 826/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. SIMONE GAUDETE, a partir de 01 de março de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Auxiliar de Sala, com carga horária de 40 horas semanais, em razão à substituição da auxiliar de sala Jociane Martins dos Santos, que solicitou demissão, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 01 de março de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 827/10

PORTARIA Nº 827/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. SUSAN NARA VIEIRA, a partir de 01 de março de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Auxiliar de Sala, com carga horária de 40 horas semanais, em razão à substituição da auxiliar de sala Nilena Jacklin dos Santos, que solicitou demissão, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 01 de março de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 828/10

PORTARIA Nº 828/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. TATIANE GONÇALVES BAPTISTA, a partir de 01 de março de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão à substituição da professora efetiva Elaine Ossmer, que está em licença-maternidade, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 01 de março de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 829/10

PORTARIA Nº 829/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. TAYNA LARISSA EGGERT, a partir de 01 de março de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão à substituição da auxiliar de sala Anilce da Cunha dos Santos, que solicitou demissão, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 01 de março de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 830/10

PORTARIA Nº 830/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.



LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. CHARLEINE MAXIMIANO DE JESUS, a partir de 03 de março de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Psicólogo, com carga horária de 35 horas semanais, em razão à substituição da psicóloga Susan Alberton Pozzer, que solicitou demissão e da inexistência de candidato classificado em concurso público, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 03 de março de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 832/10

PORTARIA Nº 832/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. MICHELI ADRIANE MELCHIORETTI, a partir de 09 de março de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão à substituição da professora efetiva Luciane Dall Igna, que está em tratamento de saúde, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de março de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 833/10

PORTARIA Nº 833/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09

de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. RUBENS JUNIOR HEINRICH, a partir de 11 de março de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, em razão à implantação do Projeto de Atividades Culturais da Secretaria Municipal de Bem Estar, Trabalho e Habitação, desenvolvido com alunos e adolescentes em risco de situação social, lotado na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 11 de março de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 834/10

PORTARIA Nº 834/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. JILIAN DOS PASSOS FERREIRA, a partir de 16 de março de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, em razão à substituição da professora Act Catiana Adler, que solicitou demissão, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 16 de março de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 835/10

PORTARIA Nº 835/10

DEMITE A SRA. GABRIELA MARIA LORENZÃO, DO CARGO DE AUXILIAR DE SALA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. GABRIELA MARIA LORENZÃO, do cargo de Auxiliar de Sala, admitida sob contratação temporária,



nomeada através da Portaria nº 519/10 de 09 de fevereiro de 2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 16 de março de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 836/10

PORTARIA Nº 836/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. GABRIELA MARIA LORENZO, a partir de 17 de março de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão à substituição da professora Act Valquiria de Fátima Xavier Oliveira, que solicitou demissão, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 17 de março de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 837/10

PORTARIA Nº 837/10

EXONERA A PEDIDO, A SRA. NILENA JACKLIN DOS SANTOS, DO CARGO DE AUXILIAR DE SALA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a Sra. NILENA JACKLIN DOS SANTOS, do cargo de Auxiliar de Sala, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 525/10 de 09 de fevereiro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 17 de março de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 838/10

PORTARIA Nº 838/10

EXONERA A PEDIDO, A SRA. ANILCE DA CUNHA, DO CARGO DE AUXILIAR DE SALA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a Sra. ANILCE DA CUNHA, do cargo de Auxiliar de Sala, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 515/10 de 09 de fevereiro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 17 de março de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 839/10

PORTARIA Nº 839/10

EXONERA A PEDIDO, O SR. JAIME ODORIZZI, DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, o Sr. JAIME ODORIZZI, do cargo de Professor ACT, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 774/10 de 09 de fevereiro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 17 de março de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 840/10

PORTARIA Nº 840/10

EXONERA A PEDIDO, A SRA. CATIANA ADLER, DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a Sra. CATIANA ADLER, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 765/10 de 09 de fevereiro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de março de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 17 de março de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal



Portaria 841/10

PORTARIA Nº 841/10

EXONERA A PEDIDO, A SRA. JOCIANE MARTINS DOS SANTOS, DO CARGO DE AUXILIAR DE SALA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a Sra. JOCIANE MARTINS DOS SANTOS, do cargo de Auxiliar de Sala, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 522/10 de 09 de fevereiro de 2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de março de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 17 de março de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 842/10

PORTARIA Nº 842/10

EXONERA A PEDIDO, A SRA. VALQUÍRIA DE FÁTIMA XAVIER OLIVEIRA, DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a Sra. VALQUIRIA DE FÁTIMA XAVIER OLIVEIRA, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 782/10 de 09 de fevereiro de 2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 16 de março de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 17 de março de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Ermo**PREFEITURA MUNICIPAL****Contrato nº 10/2010**

Contrato nº 10/2010

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Clavio Marcon Francisco EPP

OBJETO: Aquisição de pneus, câmaras e acessórios, de forma parcelada para uso em máquinas e veículos da Prefeitura.

Valor total: R\$ 79.550,94 (setenta e nove mil, quinhentos e cinquenta reais e noventa e quatro centavos).

Prazo: 22/03/2010 à 31/12/2010.

Data assinatura: 22/03/2010

Erval Velho**PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto 1404/2010**

DECRETO 1404, de 19 de março de 2010.

Homologa resultado final do Processo Seletivo nº 004/2010, de que trata o Edital n. 004, de 22 de fevereiro de 2010, e dá outras providências.

Lenita Dadalt Fontana, Prefeita Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal de acordo com o Edital n. 004, de 22 de fevereiro de 2010, homologa resultado final do Processo Seletivo nº 004/2010.

DECRETA:

Art. 1º. Fica de acordo com o disposto no Edital do Processo Seletivo n. 004/2010, de 22 de fevereiro de 2010, homologado o resultado final, da seguinte forma:

CARGO: PROFESSOR DE INGLÊS - Habilitado

INSC. NOME DO CANDIDATO

001 LAURA AP. RECALCATTI FATTORI

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 19 de março de 2010.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, 19 de março de 2010.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2315/2010

PORTARIA 2315, de 22 de março de 2010.

Contrata servidor por tempo determinado e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o artigo 2º, da Lei Municipal nº 0937/2001, conforme o Processo Seletivo n. 005/2009, originado pelo Edital n. 005/2009, de 20 de novembro de 2009, em conformidade com a Lei Complementar nº 021/2009, em consonância com a Lei Complementar 007, de 28 de dezembro de 2001,

Resolve:

Art. 1º. Contratar por tempo determinado a Senhora VÂNIA RECALCATTI PIOVESAN, para ocupar temporariamente o cargo de Professor ACT, Habilitado com vencimento do nível 02-A, com carga horária de 20hs (vinte horas) semanais e vencimentos proporcionais, inclusive regência de classe, conforme prevê a legislação vigente, pelo período de 22 de março de 2010 até o término do ano letivo, limitando-se a 31 de dezembro de 2010, podendo haver rescisão antecipadamente a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC, em 22 de março de 2010.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2316/2010

PORTARIA 2316, de 24 de março de 2010.

Contrata servidor por tempo determinado e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o artigo 2º, da Lei Municipal nº 0937/2001, conforme o Processo Seletivo n. 004/2010, originado pelo Edital n. 004/2010, de 22 de fevereiro de 2010, em conformidade com a Lei Complementar nº 021/2009, em consonância com a Lei Complementar 007, de 28 de dezembro de 2001,

Resolve:

Art. 1º. Contratar por tempo determinado a Senhora LAURA APARECIDA RECALCATTI FATTORI, para ocupar temporariamente o cargo de Professor de Inglês, Habilitado com vencimento do nível 02-A, com carga horária de 10hs (dez horas) semanais e vencimentos proporcionais, inclusive regência de classe, conforme prevê a legislação vigente, pelo período de 24 de março de 2010 até o término do ano letivo, limitando-se a 31 de dezembro de 2010, podendo haver rescisão antecipadamente a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC, em 24 de março de 2010.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Edital de Pregão 0004/2010/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

Processo Licitatório nº 0006/2010

Edital de Pregão nº 0004/2010

Objeto: Aquisição de um veículo zero KM para transporte de passageiros com 16 lugares. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 07/04/2010. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

SANDRA MASSON

Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº. 1.532

LEI Nº. 1.532, DE 19 DE MARÇO DE 2010.

AUTORIZA O PARCELAMENTO DOS DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DE TAXAS E CONCEDE REDUÇÃO DOS VALORES DAS PENALIDADES, INCIDENTES SOBRE OS DÉBITOS, INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA OU NOTIFICADOS DE OFÍCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito do Município de Forquilha/SC, faço saber aos habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica concedida redução nos valores das multas e juros incidentes sobre os débitos inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, ou notificados de ofício, como segue:

I – de 100% (cem por cento) quando pagos em parcela única;

II – de 90% (noventa por cento) quando pagos em até 3 (três) parcelas, mensais e sucessivas;

III – de 80% (oitenta por cento) quando pagos em até 10 (dez) parcelas, mensais e sucessivas;

IV – de 70% (setenta por cento) quando pagos em até 15 (quinze) parcelas, mensais e sucessivas;

Parágrafo único. Na hipótese de pagamento parcelado, será firmado termo próprio de confissão do débito, estabelecendo os prazos e condições.

Art. 2º O parcelamento e o pagamento dos débitos em execução fiscal, terão redução de 100% (cem por cento) dos honorários advocatícios devidos no processo.

Art. 3º Vencendo 3 (três) parcelas e não pagas no prazo concedido, as demais vencerão antecipadamente para fins de execução fiscal, perdendo o contribuinte os benefícios aplicados sobre as parcelas vincendas.

Art. 4º Os benefícios de que trata o art. 1º desta Lei vigorarão até 30 de junho de 2010, e o benefício de que trata o art. 2º desta Lei vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Art. 5º O valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 30,00 (trinta reais).

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 19 de março de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria em 19 de março de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Lei Nº. 1.533

LEI Nº. 1.533, DE 19 DE MARÇO DE 2010.

CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE FORQUILHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, Santa Catarina, faço saber aos habitantes do Município que a Câ-



mara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Fundo Municipal de Cultura de Forquilha, com vigência ilimitada, destinado a promover apoio financeiro a projetos que visem fomentar e estimular a produção artístico-cultural do Município de Forquilha.

Parágrafo único. O Fundo Municipal de Cultura de Forquilha tem na Prefeitura Municipal a sua estrutura organizacional para fins de execução nas situações orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, incluindo quanto a prestação de contas perante aos órgãos fiscalizadores competentes, na forma da legislação que trata sobre a matéria.

Art. 2º O Fundo será mantido com recursos provenientes das seguintes fontes:

I – subvenções, auxílios e contribuições definidas e transferidas pelas esferas de governo federal, estadual, ou municipal;
II – dotações orçamentárias que forem destinadas nas leis de orçamento, inclusive as transferências financeiras repassadas pelo Município;
III – doações e auxílios recebidos de pessoas físicas e jurídicas da iniciativa privada;

IV – receita financeira resultante de:

a) receitas operacionais de atividades artístico-culturais;
b) renda de bens patrimoniais;
c) quaisquer outras receitas inerentes as suas atividades.

Parágrafo único. Os recursos financeiros, os bens e direitos do Fundo serão administrados e aplicados exclusivamente na execução de seus objetivos.

Art. 3º O Fundo terá como gestor o Chefe do Poder Executivo Municipal, auxiliado pelo Conselho Municipal de Cultura.

Art. 4º Fica criado o Conselho Municipal de Cultura de Forquilha, como órgão de assessoramento direto do Executivo Municipal.

Art. 5º São atribuições do Conselho:

I – Opinar sobre a proposta do Plano Municipal de Cultura que será submetido à apreciação do Prefeito Municipal;
II – Opinar sobre quaisquer projetos artístico-culturais que contém apoio institucional e de recursos do Município, e deliberar sobre aqueles que requeiram apoio financeiro por meio de incentivos fiscais ou fundos municipais;
III – Opinar sobre o reconhecimento público de instituições artístico-culturais;
IV – Opinar sobre a concessão de auxílio ou subvenção pública a instituições artístico-culturais, mediante análise do plano de aplicação dos recursos correspondentes;
V – Fiscalizar a aplicação de recursos concedidos pelo Município a entidades ou pessoas para a realização de projetos ou atividades artístico-culturais;
V – Analisar, anualmente, a atuação da municipalidade em relação à cultura e propor as mudanças que julgar necessário.

Art. 6º O Conselho Municipal de Cultura será composto por membros efetivos e seus respectivos suplentes, de forma paritária, por representantes do Poder Público e representantes da sociedade civil.

§ 1º Os representantes do Poder Público serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 2º Os representantes da sociedade civil serão indicados na forma definida pelo Regimento Interno do Conselho, dentre representantes de entidades sem fins lucrativos que tenham atuação nas áreas artístico-culturais.

§ 3º O Conselho será presidido pelo Secretário Municipal de Cultura e secretariado por quem ele indicar.

§ 4º Os membros do Conselho serão nomeados por Decreto do

Prefeito Municipal.

Art. 7º As atribuições e funcionamento do Conselho serão definidos e regulamentados no Regimento Interno, que será baixado por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º A presente Lei será regulamentada, no que couber, por Decreto, pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 19 de março de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria em 19 de março de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Lei Nº. 1.534

LEI Nº. 1.534, DE 19 DE MARÇO DE 2010.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

Eu, VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha/SC, faço saber aos habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha no montante de R\$ 210.000,00 (cento e dez mil), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 05 – Secretaria de Educação

1.011 – CONST.AMPL. REF. E REEQ. CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

37 – 4490 – Aplicações DiretasR\$ 100.000,00

Órgão 08 – Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo

1.018 – AQUISIÇÃO ÁREA, CONST. CENTROS ESPORTIVOS/QUADRAS POLIESPORTIVAS

131 – 4490 – Aplicações DiretasR\$ 30.000,00

132 – 4490 – Aplicações DiretasR\$ 80.000,00

TOTALR\$ 210.000,00

Art. 2º Para atender ao crédito de que trata o seu art. 1º, serão utilizadas como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações do orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha das seguintes contas:

Órgão 08 – Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo

1.017 – CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES

128 – 4490 – Aplicações DiretasR\$ 30.000,00

1.019 – AQUISIÇÃO DE ÁREA E CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA POPULAR

135 – 4490 – Aplicações DiretasR\$ 50.000,00

Órgão 05 – Secretaria de Educação

1.013 – CONST.AMPL. REF. E REEQ. CENTROS DE UNIDADES ESCOLARES

44 – 4490 – Aplicações DiretasR\$ 100.000,00

Órgão 02 – PROCURADORIA GERAL



2.004 – MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL
10 – 4490 – Aplicações DiretasR\$ 30.000,00

TOTAL.....R\$ 210.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 19 de março de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria em 19 de março de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Decreto Nº. 020

DECRETO Nº. 020, DE 08 DE MARÇO DE 2010.

CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO NAS FUNÇÕES DO MAGISTÉRIO, COM PROVENTOS INTEGRAIS A NARDETE MARIA DESTRO DA SILVA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 51, inciso I da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de acordo com o que consta do Processo nº. 005/2009 e de conformidade com o art. 6º, da Emenda Constitucional nº. 041/2003 e art. 49 da Lei nº. 1.325/07,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição nas funções do magistério, com proventos integrais a NARDETE MARIA DESTRO DA SILVA, matrícula nº. 825, Professora, lotado na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a seguinte memória de cálculo:

CÁLCULO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA	
1- RENDA MENSAL INICIAL	R\$ 1.080,59
2 – FATOR DE PROPORCIONALIDADE	100,00%
3- VALOR LÍQUIDO DO BENEFÍCIO MENSAL	R\$ 1.080,59
4 – TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO DA SEGURADA FUNÇÕES DE MAGISTÉRIO (=) tempo total líquido até 04/02/2010	25 anos, 08 meses e 16 dias

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 08 de março de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 08 de março de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Decreto Nº. 21

DECRETO Nº. 21 DE 15 DE MARÇO DE 2010

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no

uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Inciso IV do artigo 12 e artigo 13, da Lei Municipal 1.403/2008;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, no montante de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 05 – Secretaria de Educação

2011 – Manut.Centro de Educ. Infantil

53 - 4490 - Aplicações Diretas.....R\$ 100.000,00

TOTAL.....R\$ 100.000,00

Art. 2º - Para Atender ao montante do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, serão utilizados como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias, que relacionamos a seguir:

Órgão 05 – Secretaria de Educação

2011 – Manut.Centro de Educ. Infantil

51 - 3350 - Aplicações Diretas.....R\$ 100.000,00

TOTAL.....R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 15 de março de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 15 de março de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretaria de Administração e Finanças

Decreto Nº. 022

DECRETO Nº. 022, DE 15 DE MARÇO DE 2010.

CONCEDE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA, SOB A FORMA DE BOLSA DE ESTUDOS, AOS ESTUDANTES DE CURSO DE NÍVEL SUPERIOR QUE RELACIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinada com a Lei Municipal nº. 785, de 18 de outubro de 2001,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida assistência financeira mensal, de março a dezembro de 2010, sob a forma de bolsa de estudos aos estudantes de curso de nível superior nos valores abaixo relacionados:

UNESC						
NOME	CURSO	CÓDIGO	FASE	MENS.	PERC.	VALOR BOLSA
Ademir Mariot da Silva	Direito	59821	3ª	605,96	20%	121,19
Aleceia Gomes	Artes Visuais	65782	1ª	515,00	20%	103,00
Aline Eyng	Administração	58218	5ª	627,28	20%	125,45
Aline Machado	Ed.Física	56405	6ª	497,03	20%	99,40



Aline Mota da Silva	Economia	65773	1ª	423,77	20%	84,75
Ana Paula de Oliveira	Psicologia	63730	2ª	590,48	20%	118,09
Andreia de Oliveira	Arquitetura	45944	9ª	898,08	20%	179,61
Angélica Ronchi Manentti	Administração	60279	4ª	501,83	20%	100,36
Ariadne Forgiarini	Ciências Contábeis	57614	5ª	509,45	20%	101,89
Bruna Coelho Vassoler	Ed.Física	66390	1ª	497,97	20%	99,59
Bruna Schneider Topanotti	Fisioterapia	65306	1ª	883,30	20%	176,66
Camila Cardoso Borges	Psicologia	65712	1ª	574,17	20%	114,83
Camila Silveira	Recursos Humanos	60248	4ª	464,27	20%	92,85
Cristina Mezari dos Santos	Eng.Ambiental	59736	4ª	903,35	20%	180,67
Daiane Becker Tiscoski	Administração	54800	5ª	494,37	20%	98,87
Daiane Brigido de Freitas	Ciências Biológicas	56049	6ª	460,95	20%	92,19
Daiane Darolt Luiz	Direito	55962	6ª	605,98	20%	121,19
Deise Backes	Ciências Biológicas	53681	7ª	444,96	20%	88,99
Everton Vitali de Medeiros	Ed.Física	54166	7ª	521,88	20%	104,37
Fábia De Luca Tiscoski	Ciências Contábeis	40535	1ª	504,00	20%	100,80
Fabiana da Silva Colonetti	Direito	59862	4ª	605,98	20%	121,19
Gislaine Coelho Vassoler	Pedagogia	66390	5ª	460,95	20%	92,19
Gislaine Savi	Psicologia	47968	8ª	658,61	20%	131,72
Jardel Alamini	Administração	47375	5ª	507,47	20%	101,49
Jéssica Cardoso	Farmácia	65253	1ª	891,58	20%	178,31
Jonatan Eyng Dagostin	Artes Visuais	63818	2ª	551,10	20%	110,22
Joziane Eyng	Direito	57535	2ª	484,56	20%	96,91
Joziani Fernandes da Rocha	Gestão de RH	62502	4ª	469,47	20%	93,89
Kerli de Souza da Costa	Tec. Em Gestão Comercial	66187	1ª	323,57	20%	64,71
Lidiane Dagostim da Rocha	Pedagogia	45301	8ª	502,86	20%	100,57
Manuela Pereira	Psicologia	65210	1ª	574,17	20%	114,83
Marcelo Fabris Premoli	Ciências Contábeis	58399	5ª	509,45	20%	101,89
Marta Libardoni	Ciências Contábeis	54685	8ª	458,41	20%	91,68
Mayara Daniel da Rosa	Ciências Contábeis	65139	1ª	504,00	20%	100,80

Micheli Guinzani	Nutrição	57903	5ª	768,40	20%	153,68
Morgana Fabri Sehnem	Administração	60047	4ª	499,93	20%	99,98
Morgana Tomazi da Silva	Pedagogia	50279	7ª	481,90	20%	96,38
Naiane André Miranda	Direito	59758	4ª	605,98	20%	121,19
Paula Ghisi Minatto	Ciências Contábeis	28354	1ª	504,00	20%	100,8
Priscila Junkes	Ciências Contábeis	63397	2ª	498,40	20%	99,68
Rafael Gonçalves	Ciências Computação	64301	2ª	629,49	20%	125,89
Ramon Coral	Ciências Contábeis	44670	9ª	551,90	20%	110,38
Raulf João Souza	Administração	37963	8ª	692,12	20%	138,42
Renata Viana Vitali	Ciências Contábeis	65103	1ª	504,00	20%	100,80
Rene Dornel	Eng.Ambiental	59888	4ª	514,39	20%	102,87
Samuel Tonetto Martins	Ciências Contábeis	53800	2ª	498,40	20%	99,68
Susana Kulkamp	Nutrição	53966	7ª	801,90	20%	160,38
Susane Nunes Zanoni	Ciências Contábeis	60104	4ª	509,45	20%	101,89
Suzana Pirola Vassoler Cavaler	Psicologia	45588	9ª	545,06	20%	109,01
Taise Vitali Spillerre	Enfermagem	61705	3ª	667,92	20%	133,58
Tayrini Vitali Felisberto	Direito	46206	3ª	605,98	20%	121,19
Vanessa Premoli	Ciências Contábeis	62156	2ª	378,56	20%	75,71
Waldner Corneo Viola	Ciências da Computação	55975	6ª	572,26	20%	114,45
Willian Acordi Cardoso	Eng.Química	65927	2ª	729,25	20%	145,85
Yves Lupini Salamawu	Enfermagem	62251	3ª	667,92	20%	133,58
SENAI – UNESC						
NOME	CURSO	CÓDIGO	FASE	MENS.	PERC.	VALOR BOLSA
Fabiola da Silva Cavaler	Design de Moda		5ª	588,12	20%	117,62
Greice Kelly da Silva Scheffer	Design de Moda		7ª	588,12	20%	117,62
Jadiane Mandelli Campanholi	Design de Moda		7ª	588,12	20%	117,62
ESUCRI						
NOME	CURSO	CÓDIGO	FASE	MENS.	PERC.	VALOR BOLSA
Andrieli da Silva Mota	Administração		5ª	438,40	20%	87,68

Denise Machado Neves	Enfermagem		9ª	544,88	20%	108,97
Edmo de Bona Alano	Administração		7ª	438,40	20%	87,68
Edson da Silva Mota	Administração		5ª	438,40	20%	87,68
Elaine Delfino Patrício	Administração	1001045	1ª	438,40	20%	87,68
Everson Goulart	Ciências Contábeis		1ª	438,40	20%	87,68
Gislaine Martins	Ed. Física		3ª	474,20	20%	94,84
Jonas Fontana Delfino	Administração		7ª	438,40	20%	87,68
Josiane Scarsi	Marketing		1ª	438,40	20%	87,68
Josue Vitorino Costa	Administração		1ª	438,40	20%	87,68
Julia Souza da Silva	Enfermagem		1ª	544,88	20%	108,97
Lucas Colanetti	Ciências Contábeis		2ª	350,72	20%	70,14
Patricia Dondossola	Administração		6ª	438,40	20%	87,68
Robson Locatelli	Ciências Contábeis		2ª	350,72	20%	70,14
Tatiana Duminelli	Administração		1ª	438,40	20%	87,68
Terume Isabel Beretta Fukushima	Enfermagem		3ª	544,88	20%	108,97
Vania Elias Pereira	Administração		7ª	438,40	20%	87,68
SATC						
NOME	CURSO	CÓDIGO	FASE	MENS.	PERC.	VALOR BOLSA
Camila Denski	Eng. Mecânica		4ª	723,00	20%	144,60
Mariane Generoso Rodrigues	Jornalismo		5ª	456,29	20%	91,25
Rodrigo Martins Minatto	Automação		5ª	499,83	20%	99,96
Rosimere Mizeeski	Jornalismo		6ª	633,73	20%	126,74
Thomas Jhoni Colanetti	Tec. Manut. Industrial		4ª	379,88	20%	75,97
UNIBAVE						
NOME	CURSO	CÓDIGO	FASE	MENS.	PERC.	VALOR BOLSA
Eduardo da Rosa	Eng. De Produção		1ª	614,00	20%	122,80
Fabiana Marangoni	Administração		4ª	429,00	20%	85,80
João Francisco Fagundes	Administração		3ª	429,00	20%	85,80
Mariane Savi	Eng. De Produção		4ª	614,00	20%	122,80
UNISUL						

NOME	CURSO	CÓDIGO	FASE	MENS.	PERC.	VALOR BOLSA
Roberto Junkes Ricken	Agronomia		3ª	976,47	20%	195,29

Parágrafo único. Os estudantes contemplados com a Bolsa de Estudos do art. 170 da Lei Estadual, deixarão, automaticamente, de receber a assistência financeira concedida pelo Município de Forquilha.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 15 de março de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 15 de março de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Decreto Nº. 017

DECRETO Nº. 017, DE 1º DE MARÇO DE 2010.

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A DELÍCIA ALEXANDRE TANQUELLA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 51, inciso I da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de acordo com o que consta do Processo nº. 001 e de conformidade com o art. 40, § 1º, inciso III, da Constituição Federal, o art. 31, da Lei Municipal nº. 1.325/2007,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida aposentadoria por idade com proventos proporcionais ao tempo de contribuição a DELÍCIA ALEXANDRE TANQUELLA, matrícula nº. 151, Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a seguinte memória de cálculo:

CÁLCULO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA

1- RENDA MENSAL INICIAL	R\$ 510,00
2 – FATOR DE PROPORCIONALIDADE	63,50%
3- VALOR LÍQUIDO DO BENEFÍCIO MENSAL	R\$ 510,00
4 – TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO DA SEGURADA (=) tempo total líquido até 15/12/2009	19 anos, 03 meses e 03 dias

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 1º de março de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 1º de julho de 2009.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças



Aviso de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 42/PMF/2010.

OBJETIVO: O presente edital tem por objetivo a aquisição de mobiliário e equipamentos padronizados para Escola de Educação Infantil (PROINFÂNCIA) construída por meio de convênio firmado entre a Prefeitura e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no Bairro Vila Lourdes, município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 08 de abril de 2010 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3463 8121 ou 3463 8122.

Forquilha, 23 de março de 2010.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Extrato de Contrato PMF Nº. 041/2010

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 041/2010.

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – JALMAQ-CONCERTOS DE MÁQUINAS LTDA ME

OBJETO – Serviços de reforma do Britador BM500 e Rebritador 90X26 Piacentini, do Município de Forquilha/SC, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

VALOR – R\$ 32.320,00 (trinta e dois mil trezentos e vinte reais).

VIGÊNCIA – 30/06/2010

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 25/PMF/2010.

DATA DA ASSINATURA – 09 de março de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 045/2010

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 045/2010.

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – SIDERCOMP INFORMÁTICA LTDA

OBJETO – Aquisição de equipamentos de informática para uso nas escolas da rede de ensino fundamental e procuradoria geral do município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 18.400,00 (dezoito mil e quatrocentos reais).

VIGÊNCIA – 15/06/2010

DOTAÇÃO - 0203.2004.4490 (10) e 0501.2013.4490 (61)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93 e Carta Convite nº. 28/PMF/2010.

DATA DA ASSINATURA – 15 de março de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo**PREFEITURA MUNICIPAL****LC 112/2010**

LEI COMPLEMENTAR Nº 112, DE 23 DE MARÇO DE 2010
ALTERA ANEXO VIII DA LEI COMPLEMENTAR N.º 097/2008 E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei Complementar:

Art. 1º. Fica alterado o Anexo VIII da Lei Complementar municipal nº 097/2008, que dispõe sobre o Plano Diretor, alterando enquadramento dos lotes 0039 a 0053 e 0159-01, da Quadra 043, para classificação ZMD – ZONA MISTA DIVERSIFICADA, e os lotes 0001 e 0012 a 0020 da Quadra 054, para a classificação ZCB1 – ZONA COMERCIAL DE BAIRRO 1, com a seguinte redação:

COD. BAIRRO	NOME DO BAIRRO	QUADRA	LOTE	UNIDADE	UNID. SIST	ZONA
3	CENTRO	043	0039	000	1	ZMD
7	CENTRO	043	0040	000	1	ZMD
7	CENTRO	043	0041	000	1	ZMD
7	CENTRO	043	0042	000	1	ZMD
7	CENTRO	043	0043	000	1	ZMD
7	CENTRO	043	0044	000	1	ZMD
7	CENTRO	043	0045	000	1	ZMD
7	CENTRO	043	0046	000	1	ZMD
7	CENTRO	043	0047	000	1	ZMD
7	CENTRO	043	0048	000	1	ZMD
7	CENTRO	043	0049	000	1	ZMD
7	CENTRO	043	0050	000	1	ZMD
7	CENTRO	043	0051	000	1	ZMD
7	CENTRO	043	0052	000	1	ZMD
7	CENTRO	043	0053	000	1	ZMD
7	CENTRO	043	0159	001	0	ZMD
7	CENTRO	054	0001	000	1	ZCB 1
7	CENTRO	054	0012	000	1	ZCB 1
7	CENTRO	054	0013	000	1	ZCB 1
7	CENTRO	054	0014	000	1	ZCB 1
7	CENTRO	054	0015	000	1	ZCB 1
7	CENTRO	054	0016	000	1	ZCB 1
7	CENTRO	054	0017	000	1	ZCB 1
7	CENTRO	054	0018	000	1	ZCB 1
7	CENTRO	054	0019	000	1	ZCB 1
7	CENTRO	054	0020	000	1	ZCB 1

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Fraiburgo, 23 de Março de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento



Lei 2046/2010

LEI N. 2046, DE 23 DE MARÇO DE 2010.

DENOMINA VIAS PÚBLICAS DOS LOTEAMENTOS TUPÃ 12 FASES II E III E JARDIM AMÉRICA – I QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º - As vias públicas situadas no Loteamento Tupã - 12, Fase II, nesta cidade, adiante relacionadas, passam a ter as seguintes denominações:

- 1ª) Av. "A" passa a ser denominada AVENIDA MIGUEL NOVICKI;
- 2ª) Av. "B" passa a ser denominada AVENIDA IDAMIR BOGONI;
- 3ª) Rua "D" passa a ser denominada RUA PORTUGAL;

Art. 2º - As vias públicas situadas no Loteamento Tupã - 12, Fase III, nesta cidade, adiante relacionadas, passam a ter as seguintes denominações:

- 1ª) Av. "A" passa a ser denominada AVENIDA IDAMIR BOGONI;
- 2ª) Av. "B" passa a ser denominada AVENIDA PRES. AFONSO PENA;
- 3ª) Av. "C" passa a ser denominada AVENIDA MIGUEL NOVICKI;
- 4ª) Rua "A" passa a ser denominada RUA IAZODARA MARIA DE LIMA CORREA WOITKE;
- 5ª) Rua "B" passa a ser denominada RUA MILTON KOGICOSKY;
- 6ª) Rua "C" passa a ser denominada RUA IUGUSLÁVIA;
- 7ª) Rua "D" passa a ser denominada RUA REINO UNIDO;
- 8ª) Rua "E" passa a ser denominada RUA ROMÊNIA;
- 8ª) Rua "F" passa a ser denominada RUA SAN MARINO;
- 8ª) Rua "G" passa a ser denominada RUA VICENTE ERNO BOTH;

Art. 3º - As vias públicas situadas no Loteamento Jardim América - I, nesta cidade, adiante relacionadas, passam a ter as seguintes denominações:

- 1ª) Rua "A" passa a ser denominada RUA URUGUAI;
- 2ª) Rua "B" passa a ser denominada RUA EQUADOR;
- 3ª) Rua "C" passa a ser denominada RUA COSTA RICA;
- 4ª) Rua "D" passa a ser denominada RUA GUATEMALA;
- 5ª) Rua "E" passa a ser denominada RUA HONDURAS;

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 23 de Março de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto nº 0087/2010

DECRETO Nº 0087 DE 24 DE MARÇO DE 2010.

ALTERA O ARTIGO 4º DO DECRETO Nº 275/2009 QUE TRATA DA CAUÇÃO OFERECIDA COMO GARANTIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DO LOTEAMENTO JARDIM AMÉRICA I, DA EMPRESA IRI'S COMERCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - O artigo 4º do Decreto Municipal nº 275 de 4 de dezembro de 2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º - Conforme determinação do artigo 108 da Lei Complementar Municipal nº 097/2008, ficarão caucionados os lotes nº 25 e 27 da quadra 26, Loteamento Tupã 11, devidamente registrados sob nº 10164 e 10165, situados na Rua Pe. Biagio Simonetti, em favor do Município de Fraiburgo, como garantia das obras de infraestrutura a serem executadas pelo loteador, conforme Termo de Compromisso firmado, anexo ao processo de loteamento.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 24 de Março de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0648/2010

PORTARIA N.º 0648 DE 22 DE MARÇO DE 2010.

Exonera Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora MARINES MARCONDES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 960.845.539-15, contratada em caráter temporário para o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, em 19 de março de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de março de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0649/2010

PORTARIA N.º 0649 DE 22 DE MARÇO DE 2010.

Exonera Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora EVANILDE MARIA MONTANI CONTE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 814.002.929-72, contratada em caráter temporário para o cargo de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS – HABILITAÇÃO 200, com carga horária de 20 horas semanais, em 19 de março de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de março de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0650/2010

PORTARIA N.º 0650 DE 22 DE MARÇO DE 2010.

Exonera Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora EVANILDE MARIA MONTOANI CONTE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 814.002.929-72, contratada em caráter temporário para o cargo de PROFESSOR – EDUCAÇÃO GERAL – ENSINO INFANTIL – HABILITAÇÃO 200, com carga horária de 20 horas semanais, em 19 de março de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de março de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0651/2010

PORTARIA N.º 0651 DE 22 DE MARÇO DE 2010.

Exonera Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor SILVIO SCHULER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 304.874.399-53, nomeado para o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DIVISÃO JUNIOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 22 de março de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de março de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0652/2010

PORTARIA Nº. 0652, DE 24 DE MARÇO DE 2010.

NOMEIA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL PARA DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO SOCIOFUNCIONAL ATRAVÉS DE ANAMNESE CLÍNICA E SOCIAL DE TODOS OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE FRAIBURGO.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o contido no artigo 185 da Lei Complementar n. 109/2010 e Decreto n. 0003/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear as pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Decreto n. 0003/2010, para integrarem a Equipe Multiprofissional para desenvolvimento do Programa de Avaliação Sociofuncional através de anamnese clínica e social de todos os servidores públicos municipais de Fraiburgo:

I – PAULO DRESLER – Médico do Trabalho;

II – DAYANE APARECIDA RUMPEL DALAGNOL – Assistente Social;
III – PATRICIA CERON MACHADO – Técnico em Administração;
IV – CLAUDIANE APARECIDA MATTEUCCI – Assessor de Gestão Sênior;
V – LUCIANA APARECIDA DOLBERTH PAVIANI – Diretor de Departamento;
VI – NAIR PINZ – Técnica Enfermagem;
VII – MARIANE FRUET – Enfermeira;
VIII – ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA – Procurador Adjunto;
IX – ADILSON DE PAULA – Técnico Segurança Trabalho.

Parágrafo único. A coordenação da Equipe Multiprofissional ficará a cargo da servidora Luciana Aparecida Dolberth Paviani.

Art. 2º. Os membros da Equipe Multiprofissional ficarão dispensados de suas atividades quando a serviço do múnus que lhe é atribuído.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 24 de Março de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0653/2010

PORTARIA N.º 0653 DE 24 DE MARÇO DE 2010.

Exonera Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora HERCILIA MARIA CORREA FRAGOSO GEMO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 783.140.549-68, contratada em caráter temporário no cargo de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS – HABILITAÇÃO 200, com carga horária de 20 horas semanais, em 23 de março de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Inexigibilidade de Licitação Nº 0010/2010 FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo Licitatório nº 0010/2010-FMS

O Município de Fraiburgo através do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo - SC, neste ato representado pela Secretária Municipal, torna público a Inexigibilidade de Licitação nº 0004/2010-FMS, de acordo com o Edital de Credenciamento nº 0001/2010, o credenciamento da empresa LUCENA SERVIÇOS S/S, inscrita no CNPJ sob nº 07.365.434/0001-34, para prestação de serviços relativo a exames especializados de ultrassonografia, para o período de março a dezembro de 2010.



Fraiburgo (SC), 24 de março de 2010.
NILCE PINZ
Secretária Municipal

Extrato do Edital de Seleção para ACT Nº 0011/2010
EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0011 DE 24 DE MARÇO DE 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Admissão em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público do Município de Fraiburgo, no cargo de Operador de Trator de Pneu, para preenchimento de vagas no ano de 2010, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e alterações posteriores. As inscrições serão realizadas no período de 25 de março a 1º de abril de 2010, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento de Fraiburgo, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3000.

Fraiburgo, 24 de março de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei n.º 1.383/2010

LEI N.º 1.383, DE 19 DE MARÇO DE 2010.
DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE MULTA E JUROS DE MORA INCIDENTES SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS VENCIDOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a reduzir no período de 01/03/2010 à 24/12/2010, em 90% (noventa por cento) para pagamento à vista, e 50% (cinquenta por cento) para parcelamento em até 10 (dez) vezes, as multas e juros de mora, previstos no artigo 125 do Código Tributário Municipal, incidentes sobre os créditos tributários, inclusive os ajuizados, parcelados e vencidos até 31/12/2009.

Parágrafo Único. O Valor da parcela não poderá ser inferior a R\$ 10,00 (dez reais).

Art. 2º. Para beneficiar-se desta Lei o contribuinte deverá pagar as custas judiciais se o crédito estiver ajuizado.

Art. 4º. Esta lei tem seus efeitos retroativos a 01/03/2010.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de Março de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em ____/____/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

Lei n.º 1.384/2010

LEI N.º 1.384, DE 19 DE MARÇO DE 2010.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, uma subvenção no limite de R\$ 32.160,00 (trinta e dois mil e cento e sessenta reais), destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Garopaba, CNPJ n.º 79.679.940/0001-09.

Art. 2º. A concessão de subvenção de que trata o artigo 1º, será dividida em parcelas mensais e disciplinada, através de Convênio a ser firmado com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Garopaba, na forma da legislação vigente.

§ 1º. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo convênio.

§ 2º. A vigência do convênio supracitado será até 31 de dezembro do presente exercício.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de Março de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em ____/____/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

Lei n.º 1.385/2010

LEI N.º 1.385, DE 19 DE MARÇO DE 2010.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO DE DANÇA DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, uma contribuição no limite de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pela Associação de Dança de Garopaba, CNPJ n.º 10.784.989/0001-25.

Art. 2º. A concessão de contribuição de que trata o artigo 1º, será



dividida em parcelas mensais e disciplinada, através de Convênio a ser firmado com a Associação de Dança de Garopaba, na forma da legislação vigente.

§ 1º. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo convênio.

§ 2º. A vigência do convênio supracitado será até 31 de dezembro do presente exercício.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de Março de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em ____/____/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

Termo de Parceria Nº 001/2010/PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE PARCERIA

TERO DE PARCERIA Nº 001/2010/PMG

A Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que firmou termo de parceria conforme segue:

Parceiro: Lobos construções e Transportes Ltda Me; Objeto: Limpeza de Ruas no Loteamento Panorâmico com o fornecimento de equipamentos, insumos e mão de obra; Data: 01/03/2010; Termo de Parceria: 001/2010/PMG; Valor: Sem ônus para o município.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Termo de Parceria Nº 002/2010/PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

TERMO DE PARCERIA Nº 002/2010/PMG

A Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que firmou termo de parceria conforme segue:

Parceiro: Lobos construções e Transportes Ltda Me; Objeto: Marcação de sinalização viária e pintura de meios fios, no Município de Garopaba com fornecimento de Mão de obra e materiais; Data: 01/03/2010; Termo de Parceria: 002/2010/PMG; Valor: Sem ônus para o município.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

CÂMARA DE VEREADORES

Aviso de Licitação - Dispensa de Licitação 03/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2010

O Município de Garopaba - Câmara Municipal de Garopaba, com sede à Rua Professor Antônio José Botelho, nº 113, Centro - Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o artigo 24, inciso X da lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por Dispensa de Licitação a locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas do Poder Legislativo Municipal, de propriedade do Senhor Sérgio Pacheco de Lima, brasileiro, solteiro, natural da cidade de Garopaba/SC, comerciante, portador da Carteira de Identidade nº 4.217.747 SSP/SC, CPF nº 066.734.809-39, residente e domiciliado à Rua Antônio Claudino dos Santos nº 40, Centro, Município de Garopaba/SC no período de 15 de março de 2010 à 31 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) mensais.

Garopaba, 15 de março de 2010.

MAURO SANTOS DO NASCIMENTO

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA

Certifico que o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2010, foi publicado no período de 15/03/2010 a 22/03/2010.

Local da Publicação: Mural Público Câmara Municipal

Garopaba, em 15 de março de 2010.

IVALDO DA SILVA LOBO FILHO

Presidente da Comissão de Licitações

Extrato de Contrato 03/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 03/2010

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Garopaba

CONTRATADO: SERGIO PACHECO DE LIMA, CPF 066.734.809-39

OBJETO: Locação de imóvel, imóvel, sito. à Rua Professor Antônio José Botelho, nº. 113, Centro, Garopaba/SC, com uma área total construída de 420,00 m2 (quatrocentos e vinte metros quadrados) de 590,74 m2 (quinhentos e noventa metros e setenta e quatro decímetros quadrados) da área total do terreno, exclusivo do Poder Legislativo Municipal de Garopaba e mais uma área destinada a estacionamento compartilhado, com 400 m2 de superfície. VALOR GLOBAL: R\$ 55.800,00 (cinquenta e cinco mil e oitocentos reais)

VIGÊNCIA: 15/03/2010 à 31/12/2010

ASSINADO EM: 15/03/2010, por Mauro Santos do Nascimento, Presidente da Câmara Municipal de Garopaba, como contratante e Sérgio Pacheco de Lima, como locador/contratado.

Garuva

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação PMG 13/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade : PREGÃO PRESENCIAL PMG Nº 013/2010
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES E DE CONSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS CRECHES MUNICIPAIS, PROGRAMA MUSICART E CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS).
Credenciamento e Abertura dos Envelopes das Propostas: 19/04/2010 às 09:10 horas.
A fase de Lances Verbais ocorrerá logo após.
O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

Garuva, 24 de março de 2010.
JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação FMA 03/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE : PREGÃO PRESENCIAL FMA Nº 003/2010
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item
Objeto: AQUISIÇÃO DE SEIXO PARCIALMENTE BRITADO ROLADO, PASSANTE 100% NA PENEIRA Nº 02, MÉDIO, PARA ATENDER OS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE GARUVA, COM ENTREGA DE FORMA PARCELADA, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA "PORTEIRA À DENTRO", INSTITUÍDO PELA LEI Nº 1419 DE 24/04/2009 .
Credenciamento e Abertura dos Envelopes das Propostas: 13/04/2010 às 09:10 horas.
A fase de Lances Verbais ocorrerá logo após.
O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site: www.garuva.sc.gov.br.

Garuva, 24 de março de 2010.
JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 3.848

DECRETO Nº 3.848 DE 19 DE MARÇO DE 2010.
EXONERA A PEDIDO DO CARGO EFETIVO DE TOPÓGRAFO O SERVIDOR RODRIGO BOEING ALTHOF.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de

Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido, a partir de 19 de março de 2010, o servidor RODRIGO BOEING ALTHOF, do cargo efetivo de TOPÓGRAFO, lotado com 40 horas semanais na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, a qual foi nomeado através do Concurso Público 001/2002, Decreto nº 06 de 31 de janeiro de 2003.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de março de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.113 DE 10 DE MARÇO DE 2010.

P O R T A R I A Nº. 2.113 DE 10 DE MARÇO DE 2010.
COLOCA À DISPOSIÇÃO NO CDI TIA MARIA ELISA, A SERVIDORA GIOVANIA MARIA SCHMITT DE BORBA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Colocar à disposição no CDI Tia Maria Elisa, a partir de 02 de fevereiro, a servidora GIOVANIA MARIA DE BORBA, ocupante do cargo efetivo de Berçarista, lotada com 40 horas semanais no CDI Vovó Leonida.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1.879 de 22 de abril de 2009 e retroagindo seus efeitos para 02 de fevereiro de 2010.

Gaspar, 10 de março de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.114 DE 10 DE MARÇO DE 2010.

P O R T A R I A Nº. 2.114 DE 10 DE MARÇO DE 2010.
COLOCA A DISPOSIÇÃO NO CDI DEPUTADO FRANCISCO MASTELLA, A SERVIDORA MARISE KREMER THEISS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Colocar à disposição do CDI Deputado Francisco Mastella, a servidora MARISE KREMER THEISS, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil, lotada com 40 horas semanais no CDI Ivan Carlos D. Duarte, a partir de 02 de fevereiro 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02 de fevereiro de 2010 e revogando a Portaria nº 1.656 de 1º de fevereiro de 2008.

Gaspar, 10 de março de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.115 DE 10 DE MARÇO DE 2010.

P O R T A R I A Nº. 2.115 DE 10 DE MARÇO DE 2010.

REVOGAR A PORTARIA Nº. 1.819 DE 06 DE MARÇO DE 2009, QUE COLOCA A DISPOSIÇÃO NO PROCON, A SERVIDORA LEONETE DA SILVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 1.819 de 06 de março de 2009, que colocou à disposição no PROCON, a servidora LEONETE DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Professora DOC IV - 6, lotada com 30 horas semanais na EEB Luiz Franzói, devendo a mesma retornar à sua lotação de origem a partir de 08 de fevereiro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 08 de fevereiro de 2010.

Gaspar, 10 de março de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.116 DE 10 DE MARÇO DE 2010.

P O R T A R I A Nº. 2.116 DE 10 DE MARÇO DE 2010.

REVOGAR A PORTARIA Nº. 1.855 DE 16 DE MARÇO DE 2009, QUE COLOCA À DISPOSIÇÃO NO CDI TIA MARIA ELISA, A SERVIDORA SANDRA FERNANDES FERREIRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 1.855 de 16 de março de 2009, que colocou a servidora SANDRA FERNANDES FERREIRA, ocupante do cargo efetivo de Berçarista à disposição no CDI Tia Maria Elisa, a partir de 31 de janeiro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 31 de janeiro de 2010.

Gaspar, 10 de março de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.117 DE 10 DE MARÇO DE 2010.

P O R T A R I A Nº. 2.117 DE 10 DE MARÇO DE 2010.

REVOGAR A PORTARIA Nº. 1.849 DE 16 DE MARÇO DE 2009, QUE COLOCA À DISPOSIÇÃO NA EEF FERANDINO DAGNONI, O SERVIDOR HÉLIO CARLOS FERREIRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 1.849 de 16 de março de 2009, que colocou o servidor HÉLIO CARLOS FERREIRA, ocupante do cargo efetivo de Professor de Geografia, à disposição 5 horas na EEF Ferandino Dagnoni, a partir de 31 de janeiro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 31 de janeiro de 2010.

Gaspar, 10 de março de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.118 DE 10 DE MARÇO DE 2010.

P O R T A R I A Nº. 2.118 DE 10 DE MARÇO DE 2010.

REVOGAR A PORTARIA Nº. 1.909 DE 15 DE JUNHO DE 2009, QUE COLOCA À DISPOSIÇÃO NA EEB DOLORES KRAUSS, A SERVIDORA MARIA LEONOR DAROS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 1.909 de 15 de junho de 2009, que colocou a servidora MARIA LEONOR DAROS, ocupante do cargo efetivo de Professora DOC IV-6, à disposição 30 horas na EEB Dolores Krauss, a partir de 31 de janeiro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 31 de janeiro de 2010.

Gaspar, 10 de março de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.119 DE 10 DE MARÇO DE 2010.

P O R T A R I A Nº. 2.119 DE 10 DE MARÇO DE 2010.

REVOGAR A PORTARIA Nº. 1.881 DE 22 DE ABRIL DE 2009, QUE COLOCA À DISPOSIÇÃO NO CDI THEREZA BEDUSCHI, A SERVIDORA MARICASIA WICHNOSKI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 1.881 de 22 de abril de 2009, que colocou a servidora MARICASIA WICHNOSKI, ocupante do cargo efetivo de Berçarista, à disposição no CDI Thereza Beduschi, a partir de 31 de janeiro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 31 de janeiro de 2010.

Gaspar, 10 de março de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.121 DE 10 DE MARÇO DE 2010.

P O R T A R I A Nº. 2.121 DE 10 DE MARÇO DE 2010.

REVOGAR A PORTARIA Nº. 1.203 DE 03 DE AGOSTO DE 2007, QUE COLOCA A DISPOSIÇÃO NA EEB LUIZ FRANZÓI, O SERVIDOR CLODOALDO OLIVEIRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 1.203 de 03 de agosto de 2007, que colocou à disposição na EEB Luiz Franzói o servidor CLODOALDO OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Geografia – DOC III - 4, a partir de 31 de janeiro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 31 de janeiro de 2010.

Gaspar, 10 de março de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar



Portaria Nº. 2.122 DE 10 DE MARÇO DE 2010.

P O R T A R I A Nº. 2.122 DE 10 DE MARÇO DE 2010.

COLOCA À DISPOSIÇÃO NO DITRAN, A SERVIDORA ANGELA MÜLLER VELOSO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Colocar à disposição no DITRAN a servidora ANGELA MÜLLER VELOSO, cargo de provimento efetivo de Fiscal, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, a contar de 11 de novembro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 11 de novembro de 2009.

Gaspar, 10 de março de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 2.123, DE 12 DE MARÇO DE 2010.

P O R T A R I A Nº 2.123, DE 12 DE MARÇO DE 2010.

REVOGA A PEDIDO PORTARIA Nº 1.949 DE 13 DE AGOSTO DE 2009 QUE CONCEDE A PEDIDO LICENÇA SEM VENCIMENTO, À SERVIDORA MARCIA CARDOSO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Revoga a pedido Portaria nº 1.949 de 13 de agosto de 2009, que concedeu a pedido, licença sem vencimento, à servidora MARCIA CARDOSO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, lotada com 40 horas semanais na Secretaria de Saúde, a partir de 04 de abril de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de março de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.124 DE 12 DE MARÇO DE 2010.

PORTARIA Nº. 2.124 DE 12 DE MARÇO DE 2010.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, após cumpridas as formalidades do Edital de Concurso Público nº 002/2006,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 002/2006, o empregado público aprovado para o Emprego e Carga Horária abaixo especificados:
Nome Cargo Carga Horária Classificação
Wagner Iansen Pansard Dentista ESF 40h 7º

Art. 2º O empregado público nomeado pela presente terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse, contados do recebimento da intimação, bem como, sujeitando-se à apresentação de todos os documentos exigidos, tudo de acordo com os termos do item número 2.3 do Edital de Concurso Público nº 002/2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de março de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.125 DE 16 DE MARÇO DE 2010.

PORTARIA Nº. 2.125 DE 16 DE MARÇO DE 2010.

DISPENSA A PEDIDO EMPREGADO PÚBLICO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica dispensada de suas atividades, a pedido, a partir de 16 de março de 2010, a empregada pública BIANCA KELLER, do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada com 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de março de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.087 DE 10 DE MARÇO DE 2010.

P O R T A R I A Nº. 2.087 DE 10 DE MARÇO DE 2010.

COLOCA A DISPOSIÇÃO NA BIBLIOTECA PÚBLICA DOM DANIEL HOSTIN, A SERVIDORA MÁRCIA DE SOUZA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Coloca à disposição 20 horas semanais na Biblioteca Pública – Dom Daniel Hostin, com o Projeto de Poesias, a servidora MÁRCIA DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Professora de Português, lotada com 40 horas semanais na EEB Dolores L. S. Krauss, a partir de 08 de fevereiro 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 08 de fevereiro de 2010.

Gaspar, 10 de março de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.108 DE 10 DE MARÇO DE 2010.

P O R T A R I A Nº. 2.108 DE 10 DE MARÇO DE 2010.

COLOCA A DISPOSIÇÃO NA BIBLIOTECA DA EEB ERVINO VENTURI, A SERVIDORA IVANIR STIEGEMEIER SUAVI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Colocar à disposição na Biblioteca da EEB Ervino Venturi, a servidora IVANIR STIEGEMEIER SUAVI, ocupante do cargo efetivo de Professora de Anos Iniciais, lotada com 40 horas semanais na EEB Luiz Franzói, a partir de 08 de fevereiro 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 08 de fevereiro de 2010 e revogando



as demais disposições em contrário.

Gaspar, 10 de março de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.110 DE 10 DE MARÇO DE 2010.

P O R T A R I A Nº. 2.110 DE 10 DE MARÇO DE 2010.
COLOCA À DISPOSIÇÃO NA EEB NORMA MÔNICA SABEL, A SERVIDORA MARIA ROGÉRIA DA SILVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Colocar à disposição, na EEB Norma Mônica Sabel, a servidora MARIA ROGÉRIA DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Professora de Artes, lotada com 40 horas semanais, sendo 15 horas na EEB Zenaide Schmitt Costa, 15 horas, na EEF Ferandino Dagnoni e 10 horas na EEB Aninha P. Rosa, a partir de 08 de fevereiro 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 08 de fevereiro de 2010 e revogando a Portaria nº 1.979 de 17 de setembro de 2009.

Gaspar, 10 de março de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 2.126, DE 19 DE MARÇO DE 2010.

P O R T A R I A Nº 2.126, DE 19 DE MARÇO DE 2010.
HOMOLOGA CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Homologar, a conclusão de estágio probatório dos servidores abaixo relacionados:

Nome	Cadastro	Cargo	Data Posse	Término Estágio Probatório
Marilse Ramos	5229	Merendeira/Servente	06/02/2006	04/03/2009
Sylvana Bruno	5286	Berçarista	08/02/2006	13/06/2009

Art. 2º. O servidor que obteve aprovação fica por este ato declarado ESTÁVEL NO SERVIÇO PÚBLICO, nos termos do artigo 41, § 4º, da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de março de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.127 DE 22 DE MARÇO DE 2010.

P O R T A R I A Nº. 2.127 DE 22 DE MARÇO DE 2010.
COLOCA A DISPOSIÇÃO NA SECRETARIA DO CDI TIA MARIA ELI-

SA, A SERVIDORA VIVIANA LENZI MARTINELLI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Colocar à disposição na Secretaria do CDI Tia Maria Elisa, a servidora VIVIANA LENZI MARTINELLI, ocupante do cargo efetivo de BERÇARISTA, lotada com 40 horas semanais no mesmo CDI, a partir de 01 de março 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de março de 2010 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 22 de março de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.128 DE 22 DE MARÇO DE 2010.

P O R T A R I A Nº. 2.128 DE 22 DE MARÇO DE 2010.
COLOCA A DISPOSIÇÃO NA SECRETARIA DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, A SERVIDORA ELISABETH VITENCOURT.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Colocar à disposição na Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio, a servidora ELISABETH VITENCOURT, ocupante do cargo efetivo de MERENDEIRA/SERVENTE, lotada com 40 horas semanais na SEMED – Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 22 de março de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Extrato da Inexigibilidade nº 20/2010

PREFEITURA DE GASPAR/SC
Extrato da Inexigibilidade nº 20/2010

Objeto: serviços técnicos especializados e suporte em hardware e software para solução de telefonia do Paço Municipal. Contratado: DIGITRO TECNOLOGIA LTDA (83.472.803/0001-76). Valor Total: R\$ 7.676,50 (sete mil, seiscentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos). Base legal: artigo 25, caput da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 5 de Março de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Aviso de Adiamento do Pregão Presencial nº 16/2010

PREFEITURA DE GASPAR/SC
AVISO DE ADIAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2010

A Prefeitura de Gaspar torna público e para conhecimento dos interessados em participar do certame supramencionado, o qual tem por objeto o Registro de Preços de materiais de limpeza e higiene, que a data anteriormente publicada foi ADIADA em vista das alterações ocorridas no Edital, redesignando-se o dia



09/04/2010, às 8h45min para o recebimento dos envelopes e às 9h do mesmo dia para a abertura do certame, no mesmo local indicado inicialmente. O Edital na íntegra está disponível no Depto. de Compras da Prefeitura de Gaspar, situada a Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 22 de março de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Contrato nº SAF-3/2010

PREFEITURA DE GASPAR/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-3/2010

Vigência: 05/02/2010 Vencto.: 05/08/2010 Convite nº.: 159/2009. Órgão contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Objeto: ampliação do CDI Thereza Beduschi. Contratado: POLI CONSTRUÇÕES LTDA (04.888.617/0001-46). Valor total: R\$ 149.165,88 (cento e quarenta e nove mil, cento e sessenta e cinco reais e oitenta e oito centavos).

Gaspar/SC, 5 de Fevereiro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Contrato nº SAF-6/2010

PREFEITURA DE GASPAR/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-6/2010

Vigência: 12/02/2010 Vencto.: 31/12/2010 Inexigibilidade nº.: 12/2010. Órgão contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Objeto: contratação da banda musical BRASIL TROPICAL SHOW para animação do Carnaval de Rua de Gaspar. Contratado: NATIVO KOCHAN ME "NK PRODUÇÕES ARTÍSTICAS" (80.463.664/0001-26). Valor Total: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

Gaspar/SC, 12 de Fevereiro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Contrato nº SAF-7/2010

PREFEITURA DE GASPAR/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-7/2010

Vigência: 19/02/2010 Vencto.: 19/10/2010 Convite nº.: 169/2009. Órgão contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Objeto: ampliação do CDI Vovó Leonida. Contratado: WF COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME (03.543.616/0001-05). Valor: R\$ 47.966,19 (quarenta e sete mil, novecentos e sessenta e seis reais e dezenove centavos).

Gaspar/SC, 19 de Fevereiro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Contrato nº SAF-8/2010

PREFEITURA DE GASPAR/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-8/2010

Vigência: 24/02/2010 Vencto.: 25/05/2010 Ordem de Serviço: 03/03/2010. Convite nº.: 8/2010. Órgão contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS. Objeto: contratação de empresa especializada na mão-de-obra em climatização de ambientes com fornecimento de materiais e equipamentos. Con-

tratado: TECNOPONTO ELETRODOMÉSTICOS E ELETRÔNICOS LTDA ME (00.897.750/0001-08). Valor: R\$ 139.739,55 (cento e trinta e nove mil, setecentos e trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos).

Gaspar/SC, 03 de Março de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Contrato nº SAF-9/2010

PREFEITURA DE GASPAR/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-9/2010

Vigência: 26/02/2010 Vencto.: 26/08/2010 Convite nº.: 168/2009. Órgão contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS - CONVÊNIO POLÍCIA MILITAR. Objeto: construção de muro de arrimo, garagem e pavimentação de pátio da Polícia Militar. Contratado: WF COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME (03.543.616/0001-05). Valor: R\$ 86.204,17 (oitenta e seis mil, duzentos e quatro reais e dezessete centavos).

Gaspar/SC, 26 de Fevereiro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Contrato nº SAF-1/2010

PREFEITURA DE GASPAR/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-1/2010

Vigência: 22/01/2010 Vencto.: 21/07/2010 Dispensa nº.: 4/2010. Órgão contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS. Objeto: contratação de empresa especializada em suporte e locação dos direitos de licença de uso de softwares da Administração Pública. Contratado: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA (95.836.771/0001-20). Valor: R\$ 44.300,00 (quarenta e quatro mil, trezentos reais).

Gaspar/SC, 22 de Janeiro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Contrato nº SAF-2/2010

PREFEITURA DE GASPAR/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-2/2010

Vigência: 04/01/2010 Vencto.: 31/12/2010 Dispensa nº.: 1/2010. Órgão contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS. Objeto: serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Gaspar no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), conforme Contrato de Programa nº 08/2009 e Contrato de Rateio nº 08/2009, publicados na edição nº 236 do DOM/SC, de 11/05/2009. Contratado: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (09.427.503/0001-12). Valor: R\$ 8.400,00 (oito mil, quatrocentos reais).

Gaspar/SC, 4 de Janeiro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 590 466/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 7

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 590 466/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AAB4383	8590000838	ADEMAR ANTONIO MAFESSONI	7463/0	218 * II
ABM0135	8590001354	NILZA KEMPNER	7455/0	218 * I
ABM0135	8590003127	NILZA KEMPNER	7455/0	218 * I
ADL6443	LE00079776	SOELI PFUETZENREITER	7455/0	218 * I
AER0305	LE00078689	JOELSON EGER	7455/0	218 * I
AGN3446	8590001964	SANTANDER LEASING S. A. ARRENDAMENTO MERCANTIL	7455/0	218 * I
AHB9552	8590001621	ELONIR SOSSMEIER	7455/0	218 * I
AHI8663	8590002040	VALDEMAR ALVES DE CANDIDO	7455/0	218 * I
AHV0262	8590001875	MAURILIO JOSE FERREIRA GUIMARAES	7455/0	218 * I
AIA4496	8590000908	CEZAR CLEISON MARCHI	7471/0	218 * III
AJA5182	8590001635	FABRICIO BECKER	7463/0	218 * II
AJH3678	LE00083810	VILMAR JOSE ANTUNES DA CRUZ	7463/0	218 * II
AJO0352	8590001509	SIRLEIA ROCHA	7463/0	218 * II
AJO2847	8590002466	ELIZETE INACIO	7455/0	218 * I
AKH2579	8590001306	JOSE DOS SANTOS GAITOLINI	7455/0	218 * I
AKJ3630	LE00084567	EDNILSON ANILTON DE SOUZA	7455/0	218 * I
ALD7385	8590002010	PAULO SERGIO FELIX DOS SANTOS	7463/0	218 * II
ALJ4498	8590001932	ESDEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTARES LTDA	7455/0	218 * I
ALK3457	LE00079825	POMERGRAF INDUSTRIA GRAFICA LTDA EPP	7463/0	218 * II
AMI2886	8590001446	ANGELITA KLOCH ZANELLA	7471/0	218 * III
AMX4956	8590002605	MAICON DA ROCHA	7455/0	218 * I
ANB0624	8590002901	JOSE LUIZ DA SILVA	7455/0	218 * I
ANX5618	LE00080145	JOAO CARLOS HENTZ	7455/0	218 * I
BBB8300	LE00079845	JEFERSON LUIS PEREIRA	7455/0	218 * I
BJH8643	8590000572	ANTONIO GOMES COELHO JUNIOR	7455/0	218 * I
BOG3504	8590002945	SANDRA APARECIDA PACKER	7455/0	218 * I

BQQ2481	8590001810	EDSON DOS SANTOS DE SOUZA	7455/0	218 * I
BVM0176	8590001409	MARCIA REGINA VIEIRA ESPINDOLA	7455/0	218 * I
BXK6635	LE00078983	JOAO PLANCA	7455/0	218 * I
BYR2016	8590001678	ADRIANO REIS	7463/0	218 * II
CAD7865	8590001492	FRANCISCO PAULO DA SILVA	7471/0	218 * III
CGI5468	8590001239	LUIS ADRIANO DE ALMEIDA	7455/0	218 * I
CHE2436	8590001489	DOUGLAS MARCOS DOS SANTOS	7463/0	218 * II
CIB8851	8590001537	VALDIRA FORTUNATO HODECKER	7455/0	218 * I
CID7628	LE00079958	PABLO DIOGO MIRANDA	7455/0	218 * I
CJA8410	LE00083605	CLAUDIA MIRIAN MACHADO	7455/0	218 * I
CLX8110	8590000361	LUCIO ROGERIO DA SILVEIRA JUNIOR	7455/0	218 * I
CNB4185	8590002377	ELVANI BARBOSA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
COW0138	LE00080148	BMG LEASING SA ARRENDAMENTO MERCANTIL	7455/0	218 * I
DDX7120	8590001188	JOEL FRANCISCO GUIMARAES	7455/0	218 * I
DIP4545	LE00084275	ANTONIO CARLOS ANACLETO	7455/0	218 * I
DRO0796	8590001802	SILVIO LUIS WILBERT	7455/0	218 * I
GOT1692	8590002885	ADILSON ROCHA	7455/0	218 * I
GPQ3232	8590001921	GENTIL VIEIRA DE SOUZA	7455/0	218 * I
ICO0054	8590000240	LUIZ ALESSANDRO DA SILVA	7455/0	218 * I
ICY2817	8590001947	JACIR SIQUEIRA	7455/0	218 * I
IGI3004	8590001580	LUIZ CARLOS ANTUNES GUERRA	7455/0	218 * I
IGK6488	8590001488	ANTONIO LOCH	7471/0	218 * III
IJZ7258	8590000355	IEDA MARIA MACHADO	7471/0	218 * III
IKU7512	LE00080017	DERLI DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
JTO0652	8590001378	JAISON MONTIBELLER DORING	7455/0	218 * I
KEJ5530	LE00080410	SIMONE ALVES DE JESUS	7455/0	218 * I
KXU0202	8590000393	MARIA APARECIDA HOSTERT	7455/0	218 * I
LCP9594	8590000453	OSNEIDE GUIMARAES NEPOMUCENO	7463/0	218 * II
LCU5018	8590001939	ANDERSON ANTUNES	7463/0	218 * II
LWR8152	8590002760	SERGIO ALIPIO DE MORAIS	7455/0	218 * I
LWS1073	8590001249	SEBASTIAO JOSE MANOEL	7463/0	218 * II
LWS2756	8590001311	JULIANO JOSE ROECKER	7455/0	218 * I
LWS3868	8590002344	MARLA LIDIANE SCHRAMM RODEN	7455/0	218 * I
LWT4785	LE00078538	JANAINA FERNANDES	7463/0	218 * II
LWV0581	8590000281	VANIO BRASIL	7455/0	218 * I
LWV6815	8590001699	JANETE BARBOSA	7455/0	218 * I
LWX1264	8590001309	TARCISIO KRIEGER	7455/0	218 * I

LXA4598	8590002745	MOACIR FRANCISCO GAIO	7463/0	218 * II
LXB9967	8590000220	ANTONIO ANDRE AMORIM	7455/0	218 * I
LXG5669	LE00078674	ANTONIO RICARDO MOTA DE AGUIAR	7455/0	218 * I
LXH4841	8590000687	VALERIO HOFFMANN	7455/0	218 * I
LXH8808	8590001626	MANOEL VERGILIO DA SILVA	7463/0	218 * II
LXL8310	8590001705	DUNILEY MARTELLO	7463/0	218 * II
LXM4421	8590001543	CESAR SCHENEKEMBERG	7463/0	218 * II
LXM5910	8590002025	JOAO VENERI	7463/0	218 * II
LXM9803	8590001652	RICARDO DA CUNHA MAFRA	7455/0	218 * I
LXP5603	8590000394	DIRCEU ROBERTO DOMINGOS	7455/0	218 * I
LXT5973	8590001897	BERTOLDO GESSNER	7463/0	218 * II
LXU9017	LE00080065	JULIO CESAR FERREIRA CASE	7455/0	218 * I
LXV3677	8590001848	ANTONIO PEDRO FRANCISCO	7455/0	218 * I
LYE2575	LE00083579	SALESIO BITTENCOURT	7455/0	218 * I
LYE6032	8590002069	ANTONIO LUIZ GIANESINI	7463/0	218 * II
LYG2153	8590000665	BERNARDO MACHADO	7455/0	218 * I
LYH6549	8590000767	IGNACIO DE LUCA	7455/0	218 * I
LYJ7398	8590001923	CLAUDIO DE SOUZA	7455/0	218 * I
LYM6398	8590001658	MAURO ALVES CORREA JUNIOR	7455/0	218 * I
LYN4519	8590001324	RUDI TIMM	7455/0	218 * I
LYO5115	8590001597	EDUARDO LUIZ CUNHA MACHADO	7455/0	218 * I
LYO5115	8590001768	EDUARDO LUIZ CUNHA MACHADO	7455/0	218 * I
LYO7097	8590002861	JOAO ROCHA	7455/0	218 * I
LYQ8353	8590001661	ADILSON LEWIN	7455/0	218 * I
LYQ8634	8590001694	LINO SCHAEFER	7463/0	218 * II
LYQ9909	8590001103	MARCOS AURELIO COSTA	7455/0	218 * I
LYR0447	8590000723	GILBERTO DAL MOLIN	7455/0	218 * I
LYR9147	8590000996	CELIO DALMOLIN	7455/0	218 * I
LYS3399	8590001928	VORLI ANTONINHO SAITZ	7455/0	218 * I
LYT9709	8590001526	CASSIO JOSE FRUET	7455/0	218 * I
LYU7992	8590001866	RICARDO DA COSTA FERRETTI	7455/0	218 * I
LYW3506	8590002407	TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES CAIBI LTDA	7455/0	218 * I
LYW3506	8590002611	TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES CAIBI LTDA	7455/0	218 * I
LYW9083	8590001667	JOAO MARIA DE CORDUVA	7455/0	218 * I
LYY2086	8590001930	MARIA ALBERTINA EMERIM PAUSEWANG	7455/0	218 * I
LYY4880	8590001592	PAULO DA COSTA	7455/0	218 * I
LYZ8738	8590001753	CELIA SILVA	7463/0	218 * II

LZB6567	8590001956	EDEMAR BROSLAVETZ	7455/0	218 * I
LZB7060	8590000483	JANDIRA CARVALHO DE AZEVEDO	7455/0	218 * I
LZG4092	8590001299	IVO FRONZA	7463/0	218 * II
LZI9012	LE00079831	ROSANE APARECIDA ANTUNES	7455/0	218 * I
LZL4090	LE00077148	JAIME EBEL	7455/0	218 * I
LZO4193	8590002021	SILVANO ALVES CARDOSO	7463/0	218 * II
LZU2344	8590000123	GREGORIO VALENTIN DA COSTA	7455/0	218 * I
LZW1582	8590001303	RAQUEL RODRIGUES DA ROSA	7455/0	218 * I
MAF1787	8590000099	ANTONIO JOSE PEREIRA	7455/0	218 * I
MAH6891	8590001233	PAULO SUAVI	7463/0	218 * II
MAI7807	8590001890	ISAIAS PEREIRA	7463/0	218 * II
MAJ1920	8590002058	SONIA APARECIDA MIORANCA	7455/0	218 * I
MAM0443	8590000346	JAIR DA SILVA	7463/0	218 * II
MAM5966	8590001981	DANIEL ANTONIO FRATTINI	7455/0	218 * I
MAM5966	LE00083880	DANIEL ANTONIO FRATTINI	7455/0	218 * I
MAN3798	8590001954	LIRIO FORMAGINI	7463/0	218 * II
MAN8396	8590000537	BANCO ITAUCARD S.A.	7463/0	218 * II
MAO5841	8590000265	IRIA KRANKEL	7455/0	218 * I
MAQ4738	8590002889	ELZA SUKENSKI DUARTE	7471/0	218 * III
MAS3817	LE00079370	ADELINO ARRUDA	7455/0	218 * I
MAS8766	8590002484	JOSE KAMERS NETO	7455/0	218 * I
MAU6823	LE00079271	ATAIDES RIBEIRO DE CARVALHO	7455/0	218 * I
MAW5866	8590001496	ROSANGELA SILVEIRA	7455/0	218 * I
MAW5866	8590001657	ROSANGELA SILVEIRA	7455/0	218 * I
MAW5866	8590002290	ROSANGELA SILVEIRA	7455/0	218 * I
MAW5866	8590002296	ROSANGELA SILVEIRA	7455/0	218 * I
MBA6608	8590002071	JOSE BELIZARIO CAPISTRANO	7463/0	218 * II
MBB9025	LE00080075	HELIO IANEZ DUARTE	7455/0	218 * I
MBC1040	8590001622	ROGERIO SCHULZE	7455/0	218 * I
MBD6682	8590000671	DIOMAR DARIO MEDEIROS	7455/0	218 * I
MBE0595	8590000470	PEDRO GALDINO FAGUNDES	7463/0	218 * II
MBF0304	8590000868	DELMA BELARMINO E JOSEFINA EVARISTO	7455/0	218 * I
MBF1100	8590001994	MARLI FATIMA CIPRIANI	7463/0	218 * II
MBI0695	8590002865	SERGIO PARIZOTTO	7455/0	218 * I
MBI0695	8590002987	SERGIO PARIZOTTO	7455/0	218 * I
MBI5426	8590001077	MARCIA MARIA SANT ANA DOS SANTOS SULZBACH	7455/0	218 * I
MBL1982	8590000093	IVAN GOEDERT	7455/0	218 * I

MBL3836	8590001200	FAUSTO BIANCHI	7463/0	218 * II
MBM8355	8590001700	VANDEIR ALBERTTI	7455/0	218 * I
MBO0203	8590001648	MAURISIA LEA FRANCISCO	7455/0	218 * I
MBO3331	LE00084020	MAXMILIANO DA SILVA	7455/0	218 * I
MBO8358	8590002135	DAGOBERTO GRAMKOW JUNIOR	7463/0	218 * II
MBP0180	8590002064	HEINZ PROCHNOW	7455/0	218 * I
MBR1232	LE00080337	JOSE FLORINDO LEONI	7463/0	218 * II
MBR7199	8590001901	MAURO ANTONIO FIAMONCINI	7455/0	218 * I
MBS9269	8590001747	GILMAR FREITAS	7455/0	218 * I
MBU3933	8590001468	ALTAMIR CAMARGO	7455/0	218 * I
MBV5288	8590001366	JOAO CARLOS DA SILVA	7455/0	218 * I
MBV6837	8590001834	GERALDO ALVES DA COSTA	7455/0	218 * I
MBV7415	LE00080483	REGINALDO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MBV8382	8590000744	MAURICIO DANIEL CABRAL	7455/0	218 * I
MBW9522	8590002293	MARCO ANTONIO BARBOSA	7455/0	218 * I
MCA1930	LE00078988	ALVACIR VIEIRA	7455/0	218 * I
MCB6787	8590000454	CLOVIS RIFFEL	7455/0	218 * I
MCD2076	8590001671	ANTONIO VALDIR SIMONES	7455/0	218 * I
MCD8600	8590001690	EUDALDO SEBASTIAO DE LIMAS	7463/0	218 * II
MCF2123	8590001867	WILLY ARMANDO SIQUEIRA NETO	7455/0	218 * I
MCF9205	8590001520	ANDRE RUON	7455/0	218 * I
MCO3419	8590001396	MARIA TEREZINHA MOURA	7455/0	218 * I
MCP4899	8590002000	ROSELI APARECIDA PEREIRA DA SILVA	7455/0	218 * I
MCS5356	LE00080401	ANTONIO NELSON VARGAS	7455/0	218 * I
MCY3551	8590002821	JANECLEI DE SOUZA	7455/0	218 * I
MDH3066	8590000633	LUIZ ROQUE SEGER	7463/0	218 * II
MDI4920	8590001988	JAIME PORTELA	7455/0	218 * I
MDL1879	8590001482	CLAUDIO VALLE	7455/0	218 * I
MDL9438	8590001953	AURINO JOAO DA ROSA	7455/0	218 * I
MDM0618	8590001965	EDITH BRATFISCH	7455/0	218 * I
MDP1187	8590000505	ALVACI POSTINGEL ME	7455/0	218 * I
MDS8534	8590000731	MARIA DE LOURDES LAMIM	7455/0	218 * I
MDV2045	8590002047	EVELYN MAIRA DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MDW0505	8590001781	ANDRESSA ISFER DE MARI	7455/0	218 * I
MDW2934	8590001379	IDEVALDO POMPILIO DE AGUIAR	7455/0	218 * I
MDX6572	8590000876	JOSE ALVES	7455/0	218 * I
MDY0939	8590002097	MAICON JOSE SILVA	7455/0	218 * I

MDY6364	8590001751	CRISTIANE PEZENTE PANATO TOMAZZIA	7463/0	218 * II
MEB1066	8590002389	VANISE APARECIDA DOLBERTH ZOLET	7455/0	218 * I
MEB1676	8590001676	ALVARO BRANDAO FILHO	7463/0	218 * II
MEC2179	8590003354	JEAN PIERRE KUHLE	7455/0	218 * I
MEE5767	LE00079454	ANDREIA MENDONCA MARCHIORO	7455/0	218 * I
MEG6894	8590001951	MARCOS PAULO DUARTE	7455/0	218 * I
MEG6943	8590001139	LAUZEMAR PACHER	7463/0	218 * II
MEG9386	8590001557	JAIME GONCALVES COSTA	7463/0	218 * II
MEH9159	LE00079430	VIEIRA CRUZ COMERCIO DE VIDROS LTDA ME	7455/0	218 * I
MEJ8478	8590001063	ROSA MARIA DOS SANTOS MANERICK	7463/0	218 * II
MEK2483	LE00077539	JULIANA CRISTINA MANERICH	7455/0	218 * I
MEL1022	8590001630	DELCIDES DA COSTA CHAVES	7463/0	218 * II
MEM3790	8590001322	NAYARA BITTENCOURT	7455/0	218 * I
MEN3171	LE00080249	IMAGECLEAR COMERCIAL LTDA	7455/0	218 * I
MEN6429	8590001443	MARIA GORETI DEBATIN	7455/0	218 * I
MEO6162	8590001944	DEIVISON GOMES TRINDADE	7455/0	218 * I
MEP0690	LE00084334	PEDRO ADELMO WEBBER	7455/0	218 * I
MEQ2716	8590002102	JOAO JOSE SANZON	7455/0	218 * I
MET8044	LE00080068	PAULO SERGIO ROSSA	7463/0	218 * II
MEU9743	8590001097	RUBENS RAUL RAVACHE	7455/0	218 * I
MEW6905	8590001882	ALMERINDO FRANZOI	7455/0	218 * I
MEY4565	8590001835	CLAUDEMAR GALISA	7463/0	218 * II
MFB4125	8590000344	RODRIGO PINHEIRO DE MENEZES SANTOS	7463/0	218 * II
MFC0499	LE00078767	MARCIA CRISTINA DE SOUZA MENOTTI	7455/0	218 * I
MFF4509	8590000860	ANA PAULA ANDRIETI	7455/0	218 * I
MFG6103	8590002670	MARGARETE APARECIDA LOPES	7455/0	218 * I
MFH7893	8590002375	THEILACKER E OLIVEIRA REPRESENTACAO COMERCIAL LTI	7455/0	218 * I
MFI3811	8590002394	TRANSPORTADORA BARONCELLO LTDA	7455/0	218 * I
MFJ0625	8590000917	BERTOLINO SEBOLD	7463/0	218 * II
MFL0079	8590002909	THEILACKER E OLIVEIRA REPRESENTACAO COMERCIAL LTI	7455/0	218 * I
MFL0079	8590002910	THEILACKER E OLIVEIRA REPRESENTACAO COMERCIAL LTI	7455/0	218 * I
MFP7949	8590001026	MARINA MARISTELA STRINGARI	7455/0	218 * I
MFR3716	8590001065	JERUSA GRACIOLO	7455/0	218 * I
MFY3262	8590000796	FUNDICAO TECNOLUMY LTDA-EPP	7455/0	218 * I
MFY9369	8590001961	DOCLEIA DA APARECIDA GOMES DE JESUS	7455/0	218 * I
MGL0481	8590000872	ISMAEL CLEVERSON SANTANA	7455/0	218 * I
MGT1611	8590002081	ANGELA GUMS	7455/0	218 * I

MHG9670	8590002771	VANDERLEIA TOMASONI	7455/0	218 * I
MHI2102	8590002784	JHONNY DUARTE	7455/0	218 * I
MHI4830	LE00080109	SANDRA REGINA BELLANI SOMENSI	7471/0	218 * III
MHM2220	8590002400	GILSON CANDINHO	7463/0	218 * II
MHU0910	8590001668	JOSE NICOLAU SOUZA	7455/0	218 * I
MIM0101	8590001948	IVANIR DUARTE	7455/0	218 * I
MJD5070	8590001727	LENIRA SENEGAGLIA	7463/0	218 * II
MJH2260	LE00083556	ALFREDO MULLER	7455/0	218 * I
MKF2030	8590001924	CLOVIS EDUARDO MONTIBELLER	7455/0	218 * I
MMD5005	8590001941	JOAO CARLOS ZIMMERMANN	7455/0	218 * I
MMD7799	8590001351	PAULO CESAR FRELIQUE DE QUADROS	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE MARÇO DE 2010

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 837/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 147 837/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MAW0056	55114500C	JANILSON AURELIO CHAVES	5045/0	162 * V
MAW0056	55114552C	JANILSON AURELIO CHAVES	6599/2	230 * V
MAW0056	55114553C	JANILSON AURELIO CHAVES	6408/0	221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE MARÇO DE 2010

CIRO ANDRE QUINTINO

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 838/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 147 838/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MCT3008	55273179B	OSVALDO BAUMGARTNER	5738/0	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE MARÇO DE 2010

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 839/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 839/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
BEL1948	55074496C	ALEXTONI DA SILVA	6920/0	233
MES2941	55074521C	JORGE SERPA	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE MARÇO DE 2010

CIRO ANDRE QUINTINO

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 840/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 147 840/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ACP9551	55074901C	PEDRO LUIZ ROSA	5118/0	164 c/c 162 * I
DRL4625	55074806C	RAFAEL DE SOUZA	6920/0	233
DWF7992	55074805C	JOAO PAULO DOS PASSOS	6920/0	233
ERI1331	55073894C	JOAO GONCALVES	6920/0	233
HWN5129	55074911C	JOSE CARLOS PSCHIEDT	6920/0	233
LWR0588	55114499C	SIRLEI MOREIRA	5010/0	162 * I
LXP3134	55113114C	ROSA MARIA DA MOTA	6599/2	230 * V
LYC4521	55113675C	CLAUDIO ROBERTO FEDENCIO	6912/0	232
LYI6936	55114045C	ROBERTO JOSE MELATO	6637/2	230 * IX
MAG2005	55075185C	SIMONE PEREIRA	6920/0	233
MAP0565	55113665C	ISABEL CRISTINA SIMAS	6912/0	232
MAS2311	55113730C	GORETE PERES	5010/0	162 * I
MAS2311	55113731C	GORETE PERES	6599/2	230 * V
MAS2311	55113732C	GORETE PERES	6912/0	232
MAS2311	55113734C	GORETE PERES	5118/0	164 c/c 162 * I
MBO9115	55074575C	LEANDRO JOSE ALTINI	6920/0	233
MBS9890	55114177C	AURINHA SCHOVINDEN	6599/2	230 * V
MBX5504	55074919C	RODRIGO LEMOS	6920/0	233
MCA2891	55113107C	ELIANE PINHEIRO	6599/2	230 * V
MCA2891	55113108C	ELIANE PINHEIRO	5010/0	162 * I
MCA2891	55113109C	ELIANE PINHEIRO	6610/2	230 * VII
MCA2891	55113110C	ELIANE PINHEIRO	6556/4	230 * I
MCF3376	55074576C	SALETE TOM ROWEDER	6920/0	233
MCP8733	55113099C	HELTON NUNES	6599/2	230 * V
MDI8769	55074807C	SERGIO ROBERTO SANSÃO	6920/0	233
MDO7670	55074550C	RENI RODRIGUES DE SOUZA	6920/0	233

MDW6057	55113364C	MARISTELA SCHAEFER	6599/2	230 * V
MEB5739	55114491C	ROSBERG BATISTA	6556/1	230 * I
MFH2273	55114150C	TABITTA CONFECÇÕES LTDA ME	6599/2	230 * V
MGS2831	55114367C	MARLON HENRIQUE DE SOUZA REIS	6602/0	230 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE MARÇO DE 2010

CIRO ANDRE QUINTINO

DIRETOR GERAL DA DITRAN

SAMAE

Portaria nº 28/2010 - SAMAE

PORTARIA Nº 28 DE 23 DE MARÇO DE 2010

EXONERA A PEDIDO DO CARGO EFETIVO DE PEDREIRO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR GILMAR ARNO ZILKE.

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica exonerado, a pedido, a partir do dia 23 de março de 2010, o servidor GILMAR ARNO ZILKE, portador do CPF nº. 460.269.089-00 e da CI nº. 3R/1483.836 do cargo de Pedreiro do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível ASE VI Ref. 20, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 23 de março de 2010.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor-Presidente

Portaria nº 30/2010 - SAMAE

PORTARIA Nº 30 DE 23 DE MARÇO DE 2010

EXONERA A PEDIDO DO CARGO EM COMISSÃO DE SUPERVISOR DE CAPTAÇÃO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR IVANIR CARDOSO DE SIQUEIRA.

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica exonerado, a pedido, a partir do dia 24 de março de 2010, o servidor IVANIR CARDOSO DE SIQUEIRA, portador do CPF nº. 186.721.028-27 e da CI nº. 6.157.687 do cargo de Supervisor de Captação do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 26, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 23 de março de 2010.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor-Presidente

Portaria nº 31/2010 - SAMAE

PORTARIA Nº 31 DE 23 DE MARÇO DE 2010

EXONERA A PEDIDO DO CARGO EFETIVO DE AGENTE DE SER-



VIÇOS GERAIS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR IVANIR CARDOSO DE SIQUEIRA.

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica exonerado, a pedido, a partir do dia 24 de março de 2010, o servidor IVANIR CARDOSO DE SIQUEIRA, portador do CPF nº. 186.721.028-27 e da CI nº. 6.157.687 do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível ASG A, Ref. 10, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 23 de março de 2010.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor-Presidente

Extrato Dispensa de Licitação nº 11/2010 - SAMAE

E X T R A T O

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 11/2010

OBJETO: Serviços de disposição final de resíduos sólidos e compactáveis domiciliares, comercial-industriais (com características domiciliares), das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do Município de Gaspar; em Aterro Sanitário que esteja de acordo com a legislação ambiental e comercial vigente e, portador de todas as licenças necessárias conforme preconiza o órgão ambiental competente.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI (03.111.139/0001-09).

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 129.500,00 (cento e vinte e nove mil, quinhentos reais).

DATA VIGÊNCIA: 17/03/2010.

DATA VENCIMENTO: 30/04/2010.

BASE LEGAL: Artigo 241 da Constituição Federal, nos Artigos 24, Inciso XXVI e 26 da Lei nº. 8.666/93, bem como no Convênio de Cooperação nº. 01/2009.

Gaspar(SC), em 17 de março de 2010.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Aviso Convite nº 12/2010 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Convite nº. 12/2010

OBJETO: Serviços de publicidade, propaganda e marketing, visto a necessidade de divulgar os atos do SAMAE em atendimento às normas legais, bem como proporcionar conhecimento aos munícipes das ações realizadas pela Autarquia.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 08/04/2010.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 08/04/2010 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar.

Gaspar (SC), em 22 de março de 2010.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Pregão Presencial nº. 021/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GOVERNADOR

CELSO RAMOS

SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2010.

Objeto: Aquisição de fraldas geriátricas para distribuição a carentes do município (APPD) Data de Abertura da Documentação e Proposta de Preços: Dia 06 de abril de 2010, às 15:00 horas. Local para retirada do Edital: No setor de licitações sito à Praça 06 de novembro, 01, Centro – Gov. Celso Ramos/SC. Maiores informações poderão ser obtidas pelo Fone: (48) 3262-0141 Ramal 207.

Governador Celso Ramos, 22 de março de 2010.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial nº. 022/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GOVERNADOR

CELSO RAMOS

SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2010.

Objeto: Aquisição de leite para atendimento ao Programa de Apoio à Criança (PAC) conforme edital e anexo. Data de Abertura da Documentação e Proposta de Preços: Dia 07 de abril de 2010, às 15:00 horas. Local para retirada do Edital: No setor de licitações sito à Praça 06 de novembro, 01, Centro – Gov. Celso Ramos/SC. Maiores informações poderão ser obtidas pelo Fone: (48) 3262-0141 Ramal 207.

Governador Celso Ramos, 22 de março de 2010.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal

Herval D' Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto nº 2.771/2010

DECRETO Nº 2.771/2010.

"NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE HERVAL D'OESTE (SC)".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.053/1989, alterada pela Lei nº 2.773/2010,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados, sem ônus para o Município, e de acordo com a Lei Municipal nº 1.053/1989, alterada pela Lei nº 2.773/2010, os cidadãos abaixo relacionados, para comporem pelo prazo de 02 (dois) anos a COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE HERVAL D'OESTE (SC):

- a) REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO
ADRIANO BARETTA MANDRYK
- b) REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
JUAREZ ANTONIO DE SOUZA
- c) REPRESENTANTE DA 1ª COMPANHIA DA POLÍCIA MILITAR
JORGE LUIZ HAACK
- d) REPRESENTANTE DA POLÍCIA CIVIL
UILSON CERVELIN
- e) REPRESENTANTE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
DIEGO SOMMER THIESEN ALVES
- f) REPRESENTANTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA
CASSIO CECCONELLO
- g) REPRESENTANTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA
GILMAR DEBUS
- h) REPRESENTANTE DA 7ª GERED – GERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
LUIZ JOSÉ PRANDO
- i) REPRESENTANTE DOS SINDICATOS MUNICIPAIS
JAIME MEDEIROS
- j) REPRESENTANTE DO ROTARY CLUB DE HERVAL D'OESTE
MAURO MATEVI
- k) REPRESENTANTE DA JCI DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA
CHARLENE RAMPAZZO
- l) REPRESENTANTE DA ACIHO – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE HERVAL D'OESTE
JUNIOR ADELAR ARENHART
- m) REPRESENTANTE DA CDL – CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE HERVAL D'OESTE
IVO HACK JUNIOR
- n) REPRESENTANTE DA UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES
CLEOMAR MACIEL

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e em especial o Decreto nº 2.451/2008.

Herval d'Oeste (SC), 22 de março de 2010.

NELSON GUINDANI
Prefeito

Portaria Nº 332/2010

PORTARIA Nº 332/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Alterar a redação da Portaria Nº 311/2010, da Servidora ELENARI APARECIDA CASSUL DE MENEZES FIORIN (Matr. 1012), onde se lê: com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, leia-se: com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 19 de Março de 2010.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 333/2010

PORTARIA Nº 333/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR o Servidor NERI PEREIRA DUARTE (Matr. 871), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível – 4/2, Referência "C", 40 horas semanais, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Operacional, Nível/Referência DAS-1, 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com LC Nº 192/2005, a partir de 19 de março de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 19 de Março de 2010.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 334/2010

PORTARIA Nº 334/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 17 de março de 2010 por tempo indeterminado, com fulcro no Artigo 71, inciso I, §1º, da Lei Complementar Nº 191/2005, à Servidora Fabiana Corbari de Vargas (Matr. 1689), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível 5, Referência "B", quadro geral, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 19 de Março de 2010.



NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 335/2010

PORTARIA Nº 335/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Alterar a redação da Portaria Nº 636/2009, da Servidora MARLENE MARIA DE OLIVEIRA PINHO (Matr. 490), onde se lê: A Servidora acima assumirá a Secretaria de Esportes do Município; Leia-se: A Servidora ficará à disposição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, podendo ali desempenhar funções de acordo com o interesse da municipalidade e dentro dos limites descritos no seu atestado de readaptação, de conformidade com LC Nº 191/2005, e conforme CI Nº 32/2010 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 22 de março de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 22 de Março de 2010.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 336/2010

PORTARIA Nº 336/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional por Mérito – Cursos de atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora LUCINEIA REGINA MACHADO (Matr. 423), nascida aos 18/03/1975, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência 6/D, anexo III, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência 6/E, anexo III, a partir de 22 de Março de 2010, de conformidade com os artigos 25 a 33 da Lei Complementar Nº 081 de 21 de dezembro de 1998.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de março de 2010.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 338/2010

PORTARIA Nº 338/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 22 de março de 2010 por tempo indeterminado, com fulcro no Artigo 71, inciso I, §1º, da Lei Complementar Nº 191/2005, ao Servidor AN-

TONIO NELSON ROMUALDO (Matr. 447), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Edificações e Manutenção, Nível 3, Referência "E", quadro geral, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Março de 2010.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto PMI nº 38.2010

DECRETO PMI Nº 38, de 17 de março de 2010.

DISPÕE SOBRE A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no Art. 32 da Lei Orgânica do Município de Imbituba, e

Considerando o ingresso do Município de Imbituba no Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, autorizado pela Lei nº 3.464, de 5 de março de 2009;

Considerando, ainda o disposto no Decreto PMI nº 63, de 25 de maio de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Ficam os servidores a seguir arrolados, responsáveis pelos lançamentos nos sistemas de bases de dados do DOM/SC:

I –Fernanda Martins João, CPF nº 035.676.069-30, responsável pelos lançamentos, da Procuradoria Geral;

II – Andreza Barcelos Carvalho, CPF nº 051.581.209-94, responsável pelos lançamentos, do Departamento de Gestão de Pessoas;

III – Ana Maria Espíndola da Silveira, CPF Nº 578.446.159-15, responsável pelos lançamentos, da Diretoria de Gestão Pública;

IV – Micheli Nascimento, CPF nº 005.062.979-42, responsável pelos lançamentos, do Departamento de Contratos;

V – Milene Ribeiro, CPF nº 043.356.679-57, responsável pelos lançamentos do, Departamento de Licitações e Compras;

VI – Leda Suzana da Silva Gonçalves Pamato de Souza, CPF nº 578.516.039-00, responsável pelos lançamentos, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;

VII – Ana Paula Barcelos, CPF nº 753.129.649-72, responsável pelos lançamentos, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Habitação;

VIII – Eduardo dos Passos Nunes, CPF nº 033.666.139-80, responsável pelos lançamentos, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental;

IX – Gisele Rocha dos Santos, CPF nº 983.807.299-00, responsável pelos lançamentos, da Secretaria Municipal de Infraestrutura;

X – Cristiane Xavier de Lima, CPF nº 620.095.059-04, responsável pelos lançamentos, da Secretaria de Desenvolvimento Regional Norte;

XI – George Willian dos Santos, CPF nº 888.356.939-34, responsável pelos lançamentos, da Secretaria Municipal da Fazenda;

XII – Diego Huorlin Leopoldo, CPF nº 044.690.879-71, respon-



sável pelos lançamentos, da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca;

XIII – Zalmir Moraes Pires, CPF nº 591.630.119-72, responsável pelos lançamentos, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional Sul;

XIV – Gean Carlos Fermino, CPF nº 806.471.209-25, responsável pelos lançamentos, da Controladoria Geral.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de março de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 088/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 088, de 22 de março de 2010.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora LENICE DA SILVA GONÇALVES, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 952.309.559-53, admitida em 02 de março de 1998, contrato nº 267, referente aos quinquênios dos períodos aquisitivos devidos, com fruição conforme o quadro a seguir:

Períodos aquisitivos	Períodos de Fruição
2003 a 2008	15.03.2010 a 12.06.2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 22 de março de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 089/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 089, de 23 de março de 2010.

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, e com base na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar férias do servidor PAULO SERGIO SIQUEIRA, Téc-

nico em Edificações, matrícula nº 450, inscrito no CPF sob o n.º 520.789.569-87, nos termos da Sentença exarada nos autos da AT n.º 117/2007, referente ao período aquisitivo e com fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Fruição
2001/2002	1º/4/2010 a 30/4/2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Imbituba SC, 23 de março de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 090/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 090, de 23 de março de 2010.

DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Público 001/2009, com carga horária de 40 horas semanais, admitido para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	Admissão	Demissão
Gustavo Locatelli	Agente Administrativo	01/07/2009	22/03/2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de março de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 23 de março de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 091/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 091, de 23 de março de 2010.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora SOLANGE DA SILVA,



Servente Merendeira, inscrita no CPF sob o n.º 800.009.089-91, admitida em 14 de agosto de 2002, contrato nº 1769, referente aos quinquênios dos períodos aquisitivos devidos, com fruição conforme o quadro a seguir:

Períodos aquisitivos	Períodos de Fruição
2002 a 2007	01.03.2010 a 29.05.2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de março de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 23 de março de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI nº 009.2010

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 009, de 25 de março de 2010.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais prevista no Artigo 32 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.444, de 29 de janeiro de 2009, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, do cargo/função de Secretária Municipal de Saúde a Sra. Léa de Oliveira Lopes, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 303.247.349-72, nomeada através da Portaria PMI/SEAGP N.º 154, de 31, de julho de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de março de 2010.

Imbituba, 25 de março de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI nº 10.2010

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 010, de 25 de março de 2010.
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE DIRETORA DE SAÚDE PÚBLICA - DSP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, com base da Lei Complementar nº 3.444, de 29 de janeiro de 2009 e a Lei Complementar n.º 3.445, de 29 de janeiro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar do cargo/função de Diretora de Saúde Pública – DSP a Sra. MARIA MADALENA DOMINGOS NUNES, brasileira,

Assistente Social, inscrita no CPF sob o n.º 482.363.579-53 e RG nº 5/R 933.834/SSP/SC, nomeada através da Portaria PMI/SAGP nº 157, de 31 de julho de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de março de 2010.

Imbituba, 25 de março de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI nº 11.2010

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 011, de 25 de março de 2010.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais prevista no Artigo 32 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.444, de 29 de janeiro de 2009, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARIA MADALENA DOMINGOS NUNES, brasileira, Assistente Social, inscrita no CPF sob o n.º 482.363.579-53 e RG nº 5/R 933.834/SSP/SC, para exercer as funções de Secretária Municipal de Saúde, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de março de 2010.

Imbituba, 25 de março de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI nº 11.2010

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 012, de 25 de março de 2010.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE ASSESSOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais prevista no Artigo 32 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.444, de 29 de janeiro de 2009, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar do cargo/função de Assessor III, BÁRBARA RAQUEL FERREIRA CHUCRE, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 041.497.129-99 e RG nº 4.052.068 – SSP / SC, nomeada através da Portaria PMI/SAGP nº 173, de 31 de julho de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,



com efeitos retroativos a 19 de março de 2010.

Imbituba, 25 de março de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI nº 13.2010

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 013, de 25 de março de 2010.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE DIRETORA DE SAÚDE PÚBLICA - DSP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, com base da Lei Complementar n.º 3.444, de 29 de janeiro de 2009 e a Lei Complementar n.º 3.445, de 29 de janeiro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, BÁRBARA RAQUEL FERREIRA CHUCRE, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 041.497.129-99 e RG n.º 4.052.068 – SSP / SC, para exercer as funções de Diretora de Saúde Pública – DSP, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de março de 2010.

Imbituba, 25 de março de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI nº 14.2010

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 14, de 25 de março de 2010.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE ASSESSOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais prevista no Artigo 32 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.444, de 29 de janeiro de 2009, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, do cargo/função de Assessor V, Lenio Luiz Brasil de Jesus, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 062.527.409-18, nomeado através da Portaria DGP/SEAGP N.º 216, de 31 de Julho de 2009.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de março de 2010.

Imbituba, 25 de março de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI nº 15.2010

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 15, de 25 de março de 2010.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ASSESSOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais prevista no Artigo 32 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.444, de 29 de janeiro de 2009, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Lenio Luiz Brasil de Jesus, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 041.497.129-99 e RG n.º 4.052.068 – SSP / SC, para exercer o cargo/função de Assessor III, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de março de 2010.

Imbituba, 25 de março de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 50/2010 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 76/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2010

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 08 de abril de 2010, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/91 e suas alterações, para Contratação de empresa especializada em engenharia elétrica, em conformidade com a NR 10, com fornecimento de materiais e mão de obra para manutenção preventiva e corretiva da iluminação pública na área de abrangência da Celesc Distribuição S/A no município de Imbituba. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 24 de março de 2010.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 08/2010 (SAÚDE)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO Nº 10/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2010



A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 08 de abril de 2010, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/91 e suas alterações, para Contratação de empresa especializada em consultoria para realização de serviços de gestão, capacitação e fortalecimento institucional da Secretaria Municipal de Imbituba. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 24 de março de 2010.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Cancelamento de Pregão 03/2010 (DEMUTRAN)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba através do Fundo Municipal de Trânsito comunica que fica cancelado o Processo Licitatório nº 03/2010, na modalidade de Pregão Presencial nº 03/2010, devido a alterações nas especificações técnica do objeto do edital.

Imbituba, 25 de março de 2010.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro

CÂMARA DE VEREADORES

Decreto Legislativo N° 001

DECRETO LEGISLATIVO N° 001, DE 23 DE MARÇO DE 2010.

Autoriza a Vice-Prefeita Léa de Oliveira Lopes a ausentar-se do país no exercício de 2010, por tempo indeterminado, para tratar de interesses particulares.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 35, inciso IV do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica promulgado o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica autorizada a Vice-Prefeita Léa de Oliveira Lopes a ausentar-se do país, nos termos do Artigo 88 da Lei Orgânica do Município de Imbituba, no exercício de 2010, por tempo indeterminado, em viagem ao exterior, para tratar de interesses particulares.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de março de 2010.
CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Aviso de Audiência Pública N° 002/10

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N° 002/10

O Presidente da Câmara de Vereadores de Imbituba, Vereador Christiano Lopes de Oliveira, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, COMUNICA aos interessados que fará realizar AUDIÊNCIA PÚBLICA com a finalidade de tratar sobre os problemas que envolvem os serviços de telefonia e Internet no município de Imbituba.

A audiência ocorrerá no dia 29 de março de 2010, segunda-feira, com início previsto para 19h30min e término às 22h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

Imbituba/SC, 22 de março de 2010.
CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria N° 085/2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso III, § 1º, da Lei Complementar n° 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n° s 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E:

CONTRATAR ROMILDA BAUM, conforme Contrato de Trabalho Temporário n° 039/2010, nascida em 22/07/1975, portadora do CPF nº 983.511.769-15, RG. n° 3.247.108-SSP/SC, para no período de 01/03/2010 à 17/12/2010, exercer as atividades de Professora de Séries Iniciais (20h/sem), cujas atividades serão desenvolvidas junto ao PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de março de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N° 086/2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso III, § 1º, da Lei Complementar n° 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n° s 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E:

CONTRATAR MARIA CELINA KEITTO, conforme Contrato de Trabalho Temporário n° 039/2010, nascida em 18/08/1985, portadora do CPF n° 066.216.299-40, RG. n° 51894505 – SESP/SC, para no período de 01/03/2010 à 17/05/2010, exercer as atividades de Professora de Inglês (40h/sem), cujas atividades serão desenvolvidas junto ao N.E. Guilherme Bossow.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.



Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de março de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N° 087/2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso III, § 1º, da Lei Complementar n° 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n° s 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E:

CONTRATAR MAYRA APARECIDA MAIDL, conforme Contrato de Trabalho Temporário n° 045/2010, nascida em 12/02/1980, portadora do CPF n° 032.880.749-40, RG. n° 4343883, para no período de 02/03/2010 á 17/12/2010, exercer as atividades de Professora de Português (20h/sem), cujas atividades serão desenvolvidas junto ao N.E. Guilherme Bossow.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de março de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria NR. 007/2010.

"DESIGNA CONTADORA PARA RESPONDER PELOS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR SOFIA SYDOL, profissão Contadora, CRC 014640/0-8/SC, para responder, sem ônus para o município, pelos serviços de Contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis - FMS, a contar de 01/01/2010.

Art. 2º - A responsabilidade atribuída à servidora será encerrada quando da ocasião da nomeação em caráter efetivo, de Contador devidamente habilitado através de Concurso Público Municipal.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 07 de janeiro de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

Portaria N° 046//2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001e amparado no que dispõe a Lei Complementar n° 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n° s 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E:

Art.º - CONTRATAR RITA DE FÁTIMA MARECK COELHO, conforme Contrato de Trabalho Temporário n° 010/2010, nascida em 27/10/1975, portadora do CPF n° 027.783.189-09, RG. n° 3.363.819 – SSP/SC, para no período de 17/02/2010 á 17/05/2010 exercer as atividades de Professora de Artes (ACT 20 h/sem), com atividades junto a N.E. Presidente Adolfo Konder.

Art. 2º - O caráter temporário previsto no artigo anterior poderá ter encerramento antecipado caso haja o preenchimento da vaga por funcionário efetivo aprovado em Concurso Público.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de fevereiro de 2010.

CIRCE NEPPEL SFAIR
Prefeita Municipal em Exercício.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N° 081/2010

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso III, § 1º, da Lei Complementar n° 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n° s 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E:

CONTRATAR EMERSON KEITTO, conforme Contrato de Trabalho Temporário n° 041/2010, nascido em 03/03/1980, portador do CPF nº 037.773.959-60, RG. n° 4662294–SESP/SC, para no período de 02/03/2010 á 17/05/2010 exercer as atividades de Professor de Educação Física (40h/sem), cujas atividades serão desenvolvidas junto ao N.E. Guilherme Bossow, em substituição a professora ACT Alessandra de Cácia Bendlin, dispensada a pedido em data de 01/03/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de março de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N° 073/2010

DISPENSA SERVIDOR Á PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo



65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E:

Dispensar á pedido, em data de 01/03/2010, a servidora ALECSANDRA DE CÁCIA BENDLIN das atividades temporárias do cargo de Professora de Educação Física (40h/sem) do Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi contratada em data de 18/02/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de março de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N.º 088/2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso III, § 1º, da Lei Complementar n.º 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n.ºs 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E:

CONTRATAR CRISTIANE GREGÓRIO WAGNER, conforme Contrato de Trabalho Temporário n.º 037/2010, nascida em 11/07/1982, portadora do CPF n.º 045.611.429-75, RG. n.º 4.667.624, para no período de 01/03/2010 á 31/05/2010, exercer as atividades de Professora de Séries Iniciais (20h/sem), cujas atividades serão desenvolvidas junto ao N.E. Presidente Adolfo Konder, em substituição a titular Eliane Terezinha Gonchork, em gozo de Licença à Título de Prêmio por Assiduidade.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de março de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N.º 089/2010

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe o Art. 2º, § 1º, da Lei Complementar n.º 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n.ºs 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONTRATAR MURILO SELAU KOPPE, conforme Contrato de Trabalho Temporário n.º 035/2010, nascido em 25/06/1988, portador do CPF n.º 053.995.909-05, RG. n.º 4.581.475, para no

período de 22/02/2010 á 17/05/2010, exercer as atividades de Professor de Educação Física (40h/sem), cujas atividades serão desenvolvidas junto ao N.E. Presidente Adolfo Konder, e Escolas Multisseriadas.

Art. 2º - O caráter temporário previsto no artigo anterior poderá ter encerramento antecipado caso haja o preenchimento da vaga por funcionário efetivo aprovado em Concurso Público.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de março de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N.º 090/2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe o Art. 2º, da Lei Complementar n.º 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n.ºs 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E:

CONTRATAR ANGELA PATRÍCIA CUNHA, nascida em 20/05/1982, portadora do CPF n.º 305.968.768-40, RG. n.º 4581519, para no período de 08/03/2010 á 06/04/2010, exercer as atividades de Auxiliar de Serviços Gerais II (44h/sem), cujas atividades serão desenvolvidas junto a EI de Pedra Branca, em substituição a servidora efetiva Osmari Braz de Oliveira Reichardt, em gozo de suas férias regulamentares.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de março de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N.º 092/2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe o Art. 2º, § 1º, da Lei Complementar n.º 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n.ºs 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E:

CONTRATAR CIDILAINE ZIELINSKI, conforme Contrato de Trabalho Temporário n.º 046/2010, nascida em 19/09/1989, portador do CPF n.º 074.725.999-21, RG. n.º 4.917.960-8 para no período de 08/03/2010 á 31/05/2010, exercer as atividades de Professora de Séries Iniciais (20h/sem), cujas atividades serão desenvolvidas junto ao N.E. Presidente Adolfo Konder, em substituição a servido-



ra efetiva Eliane Terezinha Gonchork, em gozo de Licença à Título de Prêmio por Assiduidade.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de março de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N ° 093/2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe o Art. 2º, da Lei Complementar n °. 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n ° s 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E:

Art. 1 ° - CONTRATAR JANDIRA ALVES MASSANEIRO, nascida em 31/12/1984, portadora do CPF n ° 061.002.339-08, RG. n ° 9.239.018-7, para no período de 04/03/2010 á 17/05/2010, exercer as atividades de Auxiliar de Serviços Gerais II (44h/sem), cujas atividades serão desenvolvidas junto a EI de Colônia Escada, em virtude do funcionamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

Art. 2º - O caráter temporário previsto no artigo anterior poderá ter encerramento antecipado caso haja o preenchimento da vaga por funcionário efetivo aprovado em Concurso Público.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de março de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N ° 094/2010

REDUZ CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E:

REDUZIR a pedido, a carga horária de trabalho do servidor ADRIANO RICARDO PEREIRA, contratado para as atividades de Professor de Educação Física, através da Portaria n ° 027/2010, passando de 30 para 20 horas semanais.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de março de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N°. 095/2010.

PRORROGA EFEITOS DA PORTARIA N °. 070/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal combinado com o título III, Capítulo Único, Artigo 2º, Inciso III, Das Disposições Transitórias da Lei Complementar n °. 007/2001 de 15/10/2001, amparado no que dispõe a Lei Complementar n °. 026/05, de 30/11/2005 e de acordo com o Edital de Teste Seletivo n°. 003/2007, de 10/12/2007,

R E S O L V E:

Prorrogar até a data de 30/06/2010, os efeitos da Portaria n ° 070/2009, que autoriza a contratação de ADRIANA LEANDRO MENEGUEL, nascida em 03/02/1980, portadora do CPF n °. 035.789.079-52, RG n °. 4.198.307-SESP/SC, para exercer as atividades de Técnica de Enfermagem, visando o atendimento excepcional na área de Saúde Pública Municipal (Programa SAMU).

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de março de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO
Secretária Municipal da Saúde.

Portaria N °. 097/2010.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E:

Art. 1º - DELEGAR a JOSYCARLA RODRIGUES DA SILVA, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheira Tutelar, portadora da CNH Registro n ° 03716120535, categoria AB, competência para dirigir o veículo Fiat Uno, Placa MCA7219, quando no desempenho de atividades inerentes ao seu cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de março de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

Portaria N ° 099/2010

DISPENSA SERVIDOR Á PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar

tar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E:

Dispensar á pedido, o servidor ANTONIO MARCELO MARQUES das atividades temporárias do cargo de Professor de Matemática (10h/sem) do Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi contratado em data de 17/02/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 06 de março de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N.º 100/2010

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001e amparado no que dispõe o Art. 2º, § 1º, da Lei Complementar n.º 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n.º s 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E:

Art. 1.º - CONTRATAR WALDYR CARNEIRO DE CAMPOS, conforme Contrato de Trabalho Temporário n.º 048/2010, nascido em 30/08/1982, portador do CPF n.º 030.680.829-35, RG. n.º 7.643.591-0, para no período de 08/03/2010 á 17/05/2010, exercer as atividades de Professor de Matemática (10h/sem), cujas atividades serão desenvolvidas junto ao N.E. Presidente Adolfo Konder, em substituição ao professor ACT Antonio Marcelo Marques, dispensado á pedido em data de 06/03/2010.

Art. 2.º - O caráter temporário previsto no artigo anterior poderá ter encerramento antecipado caso haja o preenchimento da vaga por funcionário efetivo aprovado em Concurso Público.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de março de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N.º 102/2010

PORTARIA N.º 102/2010
ALTERA ÁREA DE ATUAÇÃO DE PROFESSOR ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E:

ALTERAR a área de atuação da servidora CRISTIANE GREGÓRIO WAGNER, contratada para as atividades de Professora de Séries Iniciais, através da Portaria n.º 088/2010, passando a atuar na condição de Segundo Professor, junto ao N.E. Presidente Adolfo

Konder, com prazo determinado até a data de 17/12/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de março de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N.º 103/2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001e amparado no que dispõe o Art. 2º, § 1º, da Lei Complementar n.º 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n.º s 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E:

Art. 1.º - CONTRATAR ANDREA APARECIDA KOPECKI, conforme Contrato de Trabalho Temporário n.º 047/2010, nascida em 26/08/1975, portadora do CPF n.º 017.732.099-06, RG. n.º 30640, para no período de 10/03/2010 á 17/05/2010, exercer as atividades de Professor de Artes (10h/sem), cujas atividades serão desenvolvidas junto ao N.E. Presidente Adolfo Konder, em substituição a professora ACT Cecília Pavarin, dispensada á pedido em data de 06/03/2010.

Art. 2.º - O caráter temporário previsto no artigo anterior poderá ter encerramento antecipado caso haja o preenchimento da vaga por funcionário efetivo aprovado em Concurso Público.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de março de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N.º 104/2010

ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E:

ALTERAR a carga horária do contrato de trabalho temporário da servidora CRISTIANE JUNG, contratada para as atividades de Professora de Português, através da Portaria n.º 047/2010, passando de 10 para 20h/sem, para atuação junto ao N.E. Guilherme Bosow, com prazo determinado até a data de 17/12/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 13 de março de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.



MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N ° 105/2010

ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E:

ALTERAR a carga horária do contrato de trabalho temporário do servidor MURILO SELAU KOPPE, contratado para as atividades de Professor de Educação Física, através da Portaria n ° 089/2010, passando de 30 para 40h/sem, cujas atividades serão desenvolvidas junto ao N.E. Presidente Adolfo Konder e Escolas Multisseriadas, com prazo determinado até a data de 17/05/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 13 de março de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N°. 106/2010

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001

R E S O L V E:

Art. 1 ° - PRORROGAR até a data de 17/05/2010, o Contrato de Trabalho Temporário da servidora ADRIANA KOMAN, nascida em 04/09/1985, portadora do CPF n ° 045.452.029-85, RG. n ° 4.819.419, SESP/SC, para exercer as atividades de Auxiliar de Serviços Gerais (44h/sem), para atendimento excepcional na área da educação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 13 de março de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretaria Municipal da Educação.

Portaria N ° 108/2010

DISPENSA SERVIDORA Á PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n °. 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E:

Dispensar á pedido, na data de 05/03/2010, a servidora JOELMA JURASZEK das atividades temporárias do cargo de Professor de Artes (10h/sem) do Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi contratada em data de 17/02/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 13 de março de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N ° 109/2010

DISPENSA SERVIDORA Á PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n °. 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E:

Dispensar á pedido, na data de 10/03/2010, a servidora ROSMARI KASTCHUK das atividades temporárias do cargo de Professor de Artes (10h/sem) do Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi contratada em data de 18/02/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 13 de março de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N ° 111/2010

DISPENSA SERVIDORA Á PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n °. 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E:

Dispensar á pedido, na data de 05/03/2010, a servidora CECÍLIA PAVARIN das atividades temporárias do cargo de Professor de Artes (10h/sem) do Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi contratada em data de 18/02/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 13 de março de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.



Portaria Nº. 112/2010

ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA MUNICIPAL EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, INCISOS VII e IX da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E:

Art. 1º - ALTERAR a contar de 08/02/2010, a carga horária do Contrato de Trabalho Efetivo da Servidora SUELLEN WAGNER, ocupante do cargo de Professora de Artes, passando de 30 para 40 horas semanais, percebendo os vencimentos previstos em Lei, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2005, homologado em 14/02/2006.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 15 de março de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal de Educação.

Extrato homologação e adjudicação Processo licitatório nº 10/2010 - PM

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2010

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação das empresas: Supermercado Bahniuk – Clemente Bahniuk & Cia Ltda, Luis Kaminski, Papelaria São Bento Ltda, Atacado Ouro Verde Ltda.

Irineópolis (SC), 22 de março de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato Contrato Nº 29/2010 - PM

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº 29/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis
Contratada: Atacado Ouro Verde Ltda

Objeto: Aquisição de material de expediente para manutenção de atividades na secretaria da Educação e nas unidades escolares de ensino infantil e fundamental do Município, com entrega parcelada, conforme discriminado:

Item	Unidade	Quant	Descrição	Marca	Valor unit.	Valor total
03	Caixa	200	Alfinete sem cabeça com 50 unidades	BACHI	2,59	518,00
12	Unidade	300	Caneta Esferográfica vermelha esfera de tungstênio	LYKE	0,16	48,00
20	Unidade	200	Caneta para retroprojector verde (ponta fina ou média)	MARIPEL	1,40	280,00

29	Caixa	50	Grampo para grampeador grande 23/10 – com 5000	CIS	10,00	500,00
39	Unidade	08	Cartucho HP 27 preto original	HP	41,00	328,00
42	Unidade	04	Cartucho HP 615 preto original	HP	41,00	164,00
45	Unidade	200	Cola com glitter - cores variadas	TURMINHA FELIZ	0,55	110,00
46	Unidade	100	Cola para tecido	ACRILEX	1,00	100,00
47	Unidade	200	Cola alto relevo - cores variadas	ACRILEX	1,78	356,00
55	Estojo	300	Canetinha grande atóxica com ponta firme, contendo 12 cores	LYKE	1,50	450,00
62	Rolo	100	Fita Adesiva estreita transparente 12mm x 50m	DELFIX	0,34	34,00
68	Folha	500	Plástico para pastas com 4 furos – plástico grosso	DAC	0,08	40,00
69	Folha	250	Plástico para pastas com 2 furos – plástico grosso	DAC	0,12	30,00
80	Pacote	250	Guardanapo para decoupage (pacotes com no mínimo 50 unidades)	REGINA	19,80	4,950,00
81	Metro	25	Imã (metro) – no mínimo com 1cm de largura	IMAR	1,50	37,50
83	Tubo	200	Cola Puff – cores variadas	ACRILEX	1,60	320,00
84	Pacote	10	Lantejoulas 500gr vermelho	ART	27,50	275,00
85	Pacote	10	Lantejoulas 500gr verde	ART	27,50	275,00
86	Pacote	10	Lantejoulas 500gr azul	ART	27,50	275,00
87	Pacote	10	Lantejoulas 500gr amarelo	ART	27,50	275,00
88	Pacote	10	Lantejoulas 500gr pink	ART	27,50	275,00
89	Pacote	10	Lantejoulas 500gr branco	ART	27,50	275,00
90	Pacote	10	Lantejoulas 500gr preto	ART	27,50	275,00
91	Pacote	10	Lantejoulas 500gr prata	ART	27,50	275,00
92	Pacote	10	Lantejoulas 500gr dourado	ART	27,50	275,00
94	Rolo	50	Linha tipo pesca para artesanato (rolo)	ART	1,50	75,00
97	Pote	500	Massa de modelar 150gr, atóxica – varias cores	EBRAS	1,80	900,00
130	Unidade	100	Papel Celofane 90cm x 60cm - cores a escolher	VMP	0,42	42,00
136	Unidade	300	Papel para dobradura (cores variadas – 10x10cm; 15x15cm; 26x26cm)	VMP	0,13	39,00
142	Unidade	50	Pasta tipo fichário com 4 ganchos (para folhas com 4 furos)	DAC	5,25	262,50
143	Unidade	30	Pasta tipo arquivo fichário	DAC	11,20	336,00
151	Unidade	10	Pendrive – 16 GB de memória	KINGSTON	69,00	690,00
160	Unidade	50	Pincel n.º 10	CASTELO	1,00	50,00
164	Unidade	08	Quadro branco pequeno com no mínimo 40 cm x 60 cm	SOUZA	9,00	72,00
167	Unidade	20	Régua de madeira de 1 metro	SOUZA	2,53	50,60



194	Unidade	50	Lã – novelo com no mínimo 50gr (cores bem vivas)	FAMILIA	2,50	125,00
208	Unidade	50	Tinta Facial 5gr - cores variadas	VYUS	3,00	150,00
211	Unidade	150	Tinta Auto-relevo no mínimo 35ml - cores variadas	ACRILEX	1,75	262,50

Valor Total - R\$ 13.795,10

Vigência – 22/03/2010 a 31/12/2010

Base Legal – Processo Licitatório nº 10/2010, Pregão Presencial nº 05/2010

Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02.

Irineópolis (SC), 22 de março de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato Contrato Nº 30/2010 - PM

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 30/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Supermercado Bahniuk – Bahniuk & Cia Ltda

Objeto: Aquisição de material de expediente para manutenção de atividades na secretaria da Educação e nas unidades escolares de ensino infantil e fundamental do Município, com entrega parcelada.

Item	Unidade	Quant	Descrição	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Unidade	15	Almofada para carimbo	CAR-BRINK	1,55	23,25
05	Unidade	300	Apontador para lápis sem reservatório	DANKEL	0,07	21,00
09	Unidade	800	Caderno de Linguagem – 48 folhas	NORMA	0,37	296,00
24	Unidade	300	Lápis preto n.º2 com madeira de boa qualidade	GREEN-CASTLE	0,06	18,00
27	Caixa	100	Giz colorido contendo no mínimo 55 unidades	PRATININGA	0,95	95,00
31	Caixa	300	Clips colorido 2/0 pequeno c/50 unidades	GASFER	0,89	267,00
44	Tubo	50	Cola p/ E.V.A. tubo com no mínimo 25gr.	ART MAXI	1,37	68,50
50	Unidade	200	Corretivo líquido a base de água 18ml	NEW MAGIC	0,45	90,00
53	Unidade	400	Envelope médio 18 x 25cm (meia folha A4) Amarelo ou Branco – não pode ser pardo	IPECOL	0,07	28,00
58	Metro	60	Fita de tecido de cetim (cores variadas) - metros	PRO-GRESSO	0,48	28,80
59	Metro	60	Fita para presente – 3 cm de largura - cores variadas	FITIL	0,29	17,40
63	Rolo	100	Fita dupla face larga 48mm x 50m	DELFIX	5,95	595,00
65	Pacote	50	Fucinho para artesanato pequeno com 50 unidades	ART	0,80	40,00
66	Unidade	250	Fucinho para artesanato médio	ART	0,05	12,50
82	Folha	50	Isopor 20 mm - folhas	ISSO	2,29	114,50

99	Pacote	05	Olhos para artesanato pequeno com 50 pares	ART	1,79	8,95
100	Pacote	05	Olhos para artesanato médio com 50 pares	ART	3,15	15,75
101	Pacote	05	Palito para churrasco com 100	PALITEX	1,99	9,95
103	Unidade	200	Papel Cartão (cores a escolher)	ALLCARD	0,32	64,00
104	Unidade	100	Papel Crepom branco	VMP	0,28	28,00
105	Unidade	70	Papel Crepom azul escuro	VMP	0,28	19,60
106	Unidade	70	Papel Crepom azul claro	VMP	0,28	19,60
107	Unidade	100	Papel Crepom vermelho	VMP	0,28	28,00
108	Unidade	100	Papel Crepom verde escuro	VMP	0,28	28,00
109	Unidade	70	Papel Crepom verde claro	VMP	0,28	19,60
110	Unidade	100	Papel Crepom amarelo	VMP	0,28	28,00
111	Unidade	100	Papel Crepom preto	VMP	0,28	28,00
112	Unidade	70	Papel Crepom laranja	VMP	0,28	19,60
113	Unidade	70	Papel Crepom roxo	VMP	0,28	19,60
114	Unidade	70	Papel Crepom rosa	VMP	0,28	19,60
115	Unidade	70	Papel Crepom Pink	VMP	0,28	19,60
116	Unidade	70	Papel Crepom marrom	VMP	0,28	19,60
117	Unidade	100	Papel Seda 40cm x 60cm branco	VMP	0,07	7,00
118	Unidade	70	Papel Seda 40cm x 60cm azul escuro	VMP	0,07	4,90
119	Unidade	70	Papel Seda 40cm x 60cm azul claro	VMP	0,07	4,90
120	Unidade	100	Papel Seda 40cm x 60cm vermelho	VMP	0,07	7,00
121	Unidade	100	Papel Seda 40cm x 60cm verde escuro	VMP	0,07	7,00
122	Unidade	70	Papel Seda 40cm x 60cm verde claro	VMP	0,07	4,90
123	Unidade	100	Papel Seda 40cm x 60cm amarelo	VMP	0,07	7,00
124	Unidade	100	Papel Seda 40cm x 60cm preto	VMP	0,07	7,00
125	Unidade	70	Papel Seda 40cm x 60cm laranja	VMP	0,07	4,90
126	Unidade	70	Papel Seda 40cm x 60cm roxo	VMP	0,07	4,90
127	Unidade	70	Papel Seda 40cm x 60cm rosa	VMP	0,07	4,90
128	Unidade	70	Papel Seda 40cm x 60cm Pink	VMP	0,07	4,90
129	Unidade	70	Papel Seda 40cm x 60cm marrom	VMP	0,07	4,90
137	Unidade	100	Papel Couchê 40 x 60cm	ALLCARD	0,22	22,00
138	Unidade	200	Papel Vegetal 40 x 60 cm	ALLCARD	0,21	42,00
140	Unidade	200	Pasta de papelão com elástico	MARCARI	0,53	106,00
144	Pacote	10	Balão n.º 7.0 branco (com no mínimo 50 balões por pacote)	IDEATEX	2,39	23,90
145	Pacote	10	Balão n.º 7.0 verde (com no mínimo 50 balões por pacote)	IDEATEX	2,39	23,90
146	Pacote	10	Balão n.º 7.0 vermelho (com no mínimo 50 balões por pacote)	IDEATEX	2,39	23,90



147	Pacote	10	Balão n.º 7.0 azul (com no mínimo 50 balões por pacote)	IDEATEX	2,39	23,90
148	Pacote	10	Balão n.º 7.0 amarelo (com no mínimo 50 balões por pacote)	IDEATEX	2,39	23,90
149	Pacote	10	Balão n.º 7.0 rosa (com no mínimo 50 balões por pacote)	IDEATEX	2,39	23,90
150	Pacote	10	Balão n.º 7.0 preto (com no mínimo 50 balões por pacote)	IDEATEX	2,39	23,90
161	Unidade	50	Pincel para aquarela (redondo com cercas moles)	TIGRE	0,99	49,50
180	Rolo	03	Plástico para encapar – verde (c/ 25 metros)	EMCAP	13,70	41,10
181	Rolo	03	Plástico para encapar – azul (c/ 25 metros)	EMCAP	13,70	41,10
182	Rolo	10	Papel Contact transparente (c/ 25 metros)	EMCAP	24,27	242,70
209	Unidade	250	Tinta para tecido com no mínimo 37ml - cores variadas	TINTEX	0,99	247,50

Valor Total - R\$ 3.143,80

Vigência – 22/03/2010 a 31/12/2010

Base Legal – Processo Licitatório nº 10/2010, Pregão Presencial nº 05/2010

Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02.

Irineópolis (SC), 22 de março de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato Contrato Nº 31/2010 - PM

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 31/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Papelaria São Bento Ltda

Objeto: Aquisição de material de expediente para manutenção de atividades na secretaria da Educação e nas unidades escolares de ensino infantil e fundamental do Município, com entrega parcelada.

Item	Unidade	Quant	Descrição	Marca	Valor unit.	Valor total
02	Caixa	200	Alfinete colorido, com cabeça, para mapas, com no mínimo 50 unidades	HELOMAX	1,84	368,00
04	Unidade	100	Apagador estojo tamanho médio	SOUZA	1,95	195,00
06	Unidade	300	Borracha branca pequena nº. 60	ZAP	0,07	21,00
07	Unidade	800	Caderno de Caligrafia pequeno com 48 folhas – brochura	CREDEAL	0,43	344,00
08	Unidade	300	Caderno de Desenho Grande 48 folhas	CREDEAL	1,10	330,00
10	Unidade	300	Caneta Esferográfica preta – esfera de tungstênio	LIKE	0,16	48,00
11	Unidade	300	Caneta Esferográfica azul esfera de tungstênio	LIKE	0,16	48,00

13	Unidade	10	Caneta vermelha para quadro branco	LIKE	0,71	7,10
14	Unidade	10	Caneta preta para quadro branco	LIKE	0,71	7,10
15	Unidade	10	Caneta azul para quadro branco	LIKE	0,71	7,10
16	Unidade	10	Caneta verde para quadro branco	LIKE	0,71	7,10
17	Unidade	200	Caneta para retroprojektor vermelha (ponta fina ou média)	MARIPEL	0,99	198,00
18	Unidade	200	Caneta para retroprojektor azul (ponta fina ou média)	MARIPEL	0,99	198,00
19	Unidade	200	Caneta para retroprojektor preta (ponta fina ou média)	MARIPEL	0,99	198,00
21	Unidade	250	Caneta marca-texto amarelo	LIKE	0,39	97,50
23	Caixa	150	Lápis de cor aquarela com 12 unidades grandes	LABRA	6,20	930,00
28	Caixa	50	Grampo 26/6 contendo no mínimo 5.000 unidades	LIKE	1,70	85,00
30	Caixa	150	Percevejo com 100 unidades	MARCARI	0,82	123,00
32	Unidade	200	Calculadora media 8 dígitos – não de bolso	YINS	4,35	870,00
34	Unidade	400	Cartoplex - cores variadas	REIPEL	0,32	128,00
35	Unidade	200	CD-R	ELGIN	0,36	72,00
36	Unidade	05	Cartucho HP 21 preto original	HP	33,40	167,00
37	Unidade	05	Cartucho HP 22 colorido original	HP	52,30	261,50
38	Unidade	08	Cartucho HP 28 colorido original	HP	67,20	537,60
40	Unidade	03	Cartucho tinta colorida p/ foto p/ impressora HP DESKJET F380 original	HP	52,80	158,40
41	Unidade	03	Cartucho tinta colorida p/ foto p/ impressora HP DESKJET 840C original	HP	59,99	179,97
43	Unidade	04	Cartucho original HP 17 color	HP	75,00	300,00
48	Unidade	06	Cortador de isopor elétrico, 220 v	VALEX	74,90	449,40
49	Unidade	20	Cortador de E.V.A. (vários modelos)	TOKI CRIE	10,60	212,00
51	Unidade	250	DVD- R virgem	ELGIN	0,65	162,50
52	Unidade	400	Envelope grande 22 x 32cm (folha A4) Amarelo ou Branco – não pode ser pardo	IPECOL	0,14	56,00
54	Unidade	500	Envelope pequeno Amarelo ou Branco – não pode ser pardo	IPECOL	0,04	20,00
56	Unidade	50	Estilete grande lamina fina, larga, em plastico	LIKE	0,54	27,00
57	Unidade	500	E.V.A. colorido 45 x 60cm - cores variadas	CORTART	0,74	370,00
60	Rolo	50	Fita Crepe estreita branca 50m x 19mm	POLOS	1,59	79,50



61	Rolo	100	Fita Adesiva larga transparente 48mm x 50m	POLOS	1,19	119,00
64	Rolo	100	Fita dupla face estreita 50m x 19mm	POLOS	2,63	263,00
70	Unidade	50	Grampeador tamanho médio reforçado para grampo 26/6	LIKE	5,60	280,00
71	Unidade	10	Glitter 500gr vermelho	REFLEX	19,15	191,50
72	Unidade	10	Glitter 500gr verde	REFLEX	19,15	191,50
73	Unidade	10	Glitter 500gr azul	REFLEX	19,15	191,50
74	Unidade	10	Glitter 500gr amarelo	REFLEX	19,15	191,50
75	Unidade	10	Glitter 500gr pink	REFLEX	19,15	191,50
76	Unidade	10	Glitter 500gr branco	REFLEX	19,15	191,50
77	Unidade	10	Glitter 500gr preto	REFLEX	19,15	191,50
78	Unidade	10	Glitter 500gr prata	REFLEX	19,15	191,50
79	Unidade	10	Glitter 500gr dourado	REFLEX	19,15	191,50
93	Unidade	10	Livro Ata com 50 paginas – numerado	SÃO DOMINGOS	2,94	29,40
95	Rolo	50	Linha tipo barbante grosso (rolo) – 210mts	PIRATININGA	4,97	248,50
96	Rolo	50	Linha tipo barbante fino (rolo) – no mínimo 200mts	PIRATININGA	3,05	152,50
102	Pacote	05	Palito para picolé com 100	REGINA	1,27	6,35
131	Unidade	100	Papel Camurça 40 x 60cm - cores a escolher	REIPEL	0,30	30,00
132	Unidade	02	Papel Adesivo tamanho A4 com 100 folhas	POLIFIX	19,60	39,20
133	Folha	200	Etiqueta adesiva tamanho A4/carta para impressão com 16 etiquetas por folha	POLIFIX	0,22	44,00
134	Folha	200	Etiqueta adesiva tamanho A4/carta para impressão com 24 etiquetas por folha	POLIFIX	0,22	44,00
135	Unidade	500	Papel Almaço com pauta	CREDEAL	0,05	25,00
139	Unidade	400	Pasta arquivo em plástico transparente com elástico	POLIBRAS	0,90	360,00
141	Unidade	100	Pasta para arquivo colorida com grampo trilha	MARCARI	0,49	49,00
152	Unidade	10	Pendrive – 8 GB de memória	KINGSTON	68,00	680,00
153	Unidade	10	Perfurador grande, resistente, com capacidade para 50 fls.	ADECK	18,80	188,00
154	Unidade	10	Pincel para quadro branco (vermelho; azul; preto)	LIKE	0,79	7,90
155	Unidade	50	Pincel Atômico verde	LIKE	0,60	30,00
156	Unidade	50	Pincel Atômico vermelho	LIKE	0,60	30,00
157	Unidade	50	Pincel Atômico azul	LIKE	0,60	30,00
158	Unidade	50	Pincel Atômico preto	LIKE	0,60	30,00
159	Unidade	50	Pincel n.º 08	TIGRE	0,94	47,00
162	Unidade	20	Pistola de cola quente para uso de refil fino	SERTIC	6,90	138,00
163	Unidade	20	Porta Durex grande	WALEU	5,20	104,00
165	Unidade	200	Refil cola quente fino	RENDICOLA	0,15	30,00

166	Unidade	200	Régua transparente 30 cm	WALEU	0,16	32,00
168	Caixa	70	Papel vergê 180g c/ 50 folhas – cores variadas	OFFPA-PER	5,60	392,00
169	Resma	30	Papel sulfite verde c/ 500 folhas	CHAMEX	11,47	344,10
170	Resma	30	Papel sulfite amarelo c/ 500 folhas	CHAMEX	11,47	344,10
171	Resma	30	Papel sulfite azul c/ 500 folhas	CHAMEX	11,47	344,10
172	Resma	30	Papel sulfite rosa c/ 500 folhas	CHAMEX	11,47	344,10
173	Resma	30	Papel sulfite marfim c/ 500 folhas	CHAMEX	11,47	344,10
174	Resma	300	Papel A4 branco c/ 500 folhas	INCO-PLASTI	10,10	3.030,00
175	Resma	50	Papel jornal A4 c/ 500 folhas	REALCE	9,49	474,50
176	Caixa	300	Papel fotográfico A4 para impressora jato de tinta c/ 50 folhas	OFF-PAPER	23,80	7.140,00
177	Pacote	100	Papel criativo com 50 folhas – cores bem vivas	OFF PAPPER	4,00	400,00
178	pacote	30	Papel canson com 20 folhas	CRE-DEAL	1,96	58,80
179	Resma	50	Papel A4 reciclado – resma com 500 folhas	INCOM-PLATIC	9,80	490,00
183	Rolo	10	Papel Contact colorido (c/ 25 metros) – cores a escolher	POLIFIX	58,79	587,90
184	Rolo	05	TNT vermelho (c/ 50 metros)	NOVO-TEX	40,90	204,50
185	Rolo	05	TNT verde limão (c/ 50 metros)	NOVO-TEX	40,90	204,50
186	Rolo	05	TNT salmão (c/ 50 metros)	NOVO-TEX	40,90	204,50
187	Rolo	05	TNT rosa (c/ 50 metros)	NOVO-TEX	40,90	204,50
188	Rolo	07	TNT branco (c/ 50 metros)	NOVO-TEX	40,90	286,30
189	Rolo	07	TNT verde (c/ 50 metros)	NOVO-TEX	40,90	286,30
190	Rolo	05	TNT amarelo (c/ 50 metros)	NOVO-TEX	40,90	204,50
191	Rolo	05	TNT azul claro (c/ 50 metros)	NOVO-TEX	40,90	204,50
192	Rolo	05	TNT azul escuro (c/ 50 metros)	NOVO-TEX	40,90	204,50
193	Rolo	05	TNT preto (c/ 50 metros)	NOVO-TEX	40,90	204,50
195	Unidade	40	Tesoura Grande, em aço inox, resistente	ADECK	2,50	100,00
196	Unidade	10	Tesoura grande para Picote, em aço inox, resistente	MUN-DIAL	5,50	55,00
197	Unidade	500	Tesoura pequena Escolar, em aço inox, sem ponta, resistente	LEO-NORA	0,75	375,00
198	Pote	50	Tinta Guache branca – 250 ml	ARTMA-XI	1,30	65,00
199	Pote	50	Tinta Guache preta – 250 ml	ARTMA-XI	1,30	65,00
200	Pote	50	Tinta Guache azul claro – 250 ml	ARTMA-XI	1,30	65,00

201	Pote	50	Tinta Guache azul escuro – 250 ml	ARTMA-XI	1,30	65,00
202	Pote	50	Tinta Guache verde – 250 ml	ARTMA-XI	1,30	65,00
203	Pote	50	Tinta Guache vermelho – 250 ml	ARTMA-XI	1,30	65,00
204	Pote	50	Tinta Guache rosa – 250 ml	ARTMA-XI	1,30	65,00
205	Pote	50	Tinta Guache amarelo – 250 ml	ARTMA-XI	1,30	65,00
206	Pote	50	Tinta Guache marrom – 250 ml	ARTMA-XI	1,30	65,00
207	Pote	50	Tinta Guache laranja – 250 ml	ARTMA-XI	1,30	65,00
210	Unidade	100	Tinta Acrípufl com no mínimo 35ml - cores variadas	ACRILEX	1,61	161,00
212	Tubo	50	Tubos de cola para isopor 90 gr	MARIPEL	1,30	65,00
213	Tubo	50	Tubos de cola para madeira 90gr.	ARTMA-XI	0,57	28,50
214	Tubo	100	Tubos de cola pequena 90gr	ARTMA-XI	0,57	57,00
215	Unidade	50	Tubos de cola de 1 litro	ARTMA-XI	4,80	240,00
216	Unidade	500	Transparências A4	FOLIGIN	0,29	145,00

Valor Total - R\$ 30.401,92

Vigência – 22/03/2010 a 31/12/2010

Base Legal – Processo Licitatório nº 10/2010, Pregão Presencial nº 05/2010

Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02.

Irineópolis (SC), 22 de março de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato Contrato nº 32/2010 - PM

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 32/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Luis Kaminski

Objeto: Aquisição de material de expediente para manutenção de atividades na secretaria da Educação e nas unidades escolares de ensino infantil e fundamental do Município, com entrega parcelada.

Item	Unidade	Quant	Descrição	Marca	Valor unit.	Valor total
22	Caixa	300	Lápis de cor grande com 12 unidades, não tóxico, em madeira resistente e de boa qualidade	FABER	1,67	501,00
25	Unidade	150	Lápis 6B	CIS	0,45	67,50
26	Caixa	100	Giz branco contendo no mínimo 55 unidades	DELTA	0,64	64,00
33	Unidade	200	Cartolinas cores a escolher – no mínimo 65 x 50cm	VMP	0,17	34,00
67	Folha	300	Transparência para impressora jato de tinta	USA	0,47	141,00
98	Unidade	50	Marcador ponta fina para CD (vermelho, preto e azul)	MARI-PEL	0,99	49,50

Valor Total - R\$ 857,00

Vigência – 22/03/2010 a 31/12/2010

Base Legal – Processo Licitatório nº 10/2010, Pregão Presencial nº 05/2010

Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02.

Irineópolis (SC), 22 de março de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2009

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2009

Presentes à Sessão Pública para julgamento dos envelopes de propostas, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 28/2009, Pregão Presencial nº 16/2009, a Sra. Gilson Merschner Neppel - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerschler e Sr. Marcio Rafael Dams - Equipe de Apoio, ; designadas pela Portaria nº 188/2009; Sr. Nildo Brand, representante da empresa Auto Posto Valões Ltda, Gilmar José Candido Buzzi, representante da empresa Anesio Buzzi & Cia Ltda e Ipê Comércio de Combustíveis Ltda, Senhor Jackson Favero Slongo, representante da empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda; Senhora Vivian de Fátima Dranka Karvat, representante da empresa Amigão Revendedor de Diesel Ltda, Sr. José Noeli Leonardo, representante da empresa Safra Diesel Ltda. Inicialmente a Pregoeira procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Procedeu-se a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Presente a sessão o Dr. Fábio Roberto Kampmann, Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal, OAB 13.335/SC. Iniciada a fase de julgamento das propostas, foi procedida a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. A empresa Ipê Comércio de Combustíveis Ltda e a empresa Anesio Buzzi & Cia Ltda, não apresentaram marca do produto ofertado nas propostas e o carimbo está incorreto, a empresa Auto Posto Valões Ltda não apresentou a marca dos produtos ofertados em sua proposta, conforme exigido no item 05, sub item 5.1, alínea "e" do Edital e a empresa Safra Diesel Ltda, apresentou o envelope de proposta de preços aberto, em desconformidade com o item 4, sub item 4.2 do Edital, sendo as mesmas por esta razão consideradas desclassificadas, de acordo com orientação jurídica do Dr. Fábio Roberto Kampmann, Assessor Jurídico do Município, presente a sessão. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas: AMIGÃO REVENDEDOR DE DIESEL LTDA; CERES - COMERCIO E TRANSPORTE DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA, as quais seguem classificadas para a fase competitiva do julgamento das propostas.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 28/2009, Pregão Presencial nº 16/2009, a Sra. Gilson Merschner Neppel - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerschler e Sr. Marcio Rafael Dams - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº 188/2009; Sr. Nildo Brand, representante da empresa Auto Posto Valões Ltda, Gilmar José Candido Buzzi, representante das empresas Anesio Buzzi & Cia Ltda e Ipê Comércio de Combustíveis Ltda, Senhor Jackson Favero Slongo, representante da empresa



Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda; Senhora Vivian de Fátima Dranka Karvat, representante da empresa Amigão Revendedor de Diesel Ltda, Sr. José Noeli Leonardo, representante da empresa Safra Diesel Ltda.

Os envelopes de proposta de preços das empresas desclassificadas: Safra Diesel Ltda, Ipê Comércio de Combustíveis Ltda, Auto Posto Valões Ltda e Anesio Buzzi & Cia Ltda, foram devolvidos aos representantes das mesmas, devidamente lacrados, os quais dão plena ciência de recebimento, assinando a presente ata.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas Empresas classificadas: AMIGAO REVENDEDOR DE DIESEL LTDA; CERES - COMERCIO E TRANSPORTE DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA e constatou que as mesmas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 7 do Edital, sendo as mesmas consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe.

O representante da empresa Safra Diesel Ltda, Sr. José Noeli Leonardo, apresentou por escrito intenção de recurso, rubricada por todos os presentes.

Os representantes das empresas IPE COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, ANÉSIO BUZZI & CIA LTDA e AUTO POSTO VALÕES LTDA não manifestaram a intenção de recorrer quanto à desclassificação das suas respectivas propostas.

Analisando-se as razões de recurso da empresa SAFRA DIESEL Ltda., e seguindo orientação jurídica do Dr. Fábio Roberto Kampmann, Assessor Jurídico do Município - OAB/SC, observa-se que o mesmo não possui motivação suficiente para ser admitido.

No caso, as alegações resumem-se a: " pedido de recurso sobre o envelope aberto estava feixado (sic) mas não colado (sic) porque pode ter aberto no trânsito e não esquecido de colar."

Consoante as razões de recurso, o próprio recorrente admite que não providenciou o fechamento correto do envelope de propostas de preços, o qual não foi devidamente colado.

Analisando-se o envelope em si, também é possível de se observar que do mesmo não consta qualquer sinal de cola ou lacre. Ou seja, a desídia partiu da própria empresa recorrente que não providenciou o correto fechamento do envelope, consoante exige o item 4, subitem 4.2 do Edital.

Diante do exposto, entendo que o recurso não possui motivação suficiente para poder ser admitido, tratando-se de meras alegações destinadas apenas a retardar o bom andamento dos trabalhos, razão pela qual aplico o disposto no inciso XX, do art. 4º da Lei Federal n.º 10.520/2002, declarando a decadência do direito de recurso a proponente SAFRA DIESEL LTDA, bem como adjudicando o objeto da licitação ao proponente vencedor, empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda.

A presente Ata de Registro de Preços tem validade para 12 (doze) meses, contados de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, conforme Edital, seguindo abaixo a relação da empresa com os respectivos itens:

CERES COMERCIO E TRANSPORTE DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	150.000 litros	Óleo Diesel Comum	Ipiranga	R\$ 1,745	R\$ 261.750,00

Irineópolis, 08 de dezembro de 2009.

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2009
PREGÃO PRESENCIAL 16/2009
PROCESSO Nº. 28/2009

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Wanderlei Lezan, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Minas Gerais s/n.º, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 153.546.101-25 e portador da cédula de identidade n.º 6.109.615-SC, e a empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na rua Francisco Fernandes Luiz, nº 685, Bairro São Joaquim, na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 78.695.996/0001-94, neste ato representada pelo senhor Jackson Favero Slongo, portador do CPF nº 770.459.639-01, e RG nº 4.641.891-3-PR, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1777/2008 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 16/2009, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 28/2009, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecendo as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Os valores definidos na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços n.º 01/2009 - Processo de Licitação n.º 28/2009, Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 16/2009, da Prefeitura Municipal de Irineópolis, por este aditado, conforme faculta a alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, consolidada, e cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 001/2009, e de acordo com pareceres contábil e jurídico, passam a ser a partir da data da assinatura deste, conforme segue:

Item	Descrição	Marca	Valor Anterior R\$	Valor Alterado R\$	Valor Total
01	Óleo Diesel Comum	Ipiranga	R\$ 1,745	R\$ 1,765	R\$ 261.750,00

CLAUSULA SEGUNDA- Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 27 de janeiro de 2010.

WANDERLEI LEZAN
PREFEITO MUNICIPAL

CERES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA
JACKSON FAVERO SLOGO

Testemunhas:

Nome: Mauricio Juraszek
CPF: 044.088.849-28

Nome: Rosani Rodrigues da Silva Mischka
CPF: 664.622.159-68

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO 33/2010
E TERMO ADITIVO - ATA Nº 02/2010**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2009

PREGÃO PRESENCIAL 21/2009

PROCESSO Nº. 33/2009

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público In-



terno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Wanderlei Lezan, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Minas Gerais s/n.º, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 153.546.101-25 e portador da cédula de identidade n.º 6.109.615-SC, e a empresa Anésio Buzzi & Cia Ltda., estabelecida na Avenida 22 de Julho, 767 – centro, em Irineópolis, estado de Santa Catarina, sob a CNPJ nº. 85.605.061/0001-35, pelo seu representante, Sr. Gilmar Jose Candido Buzzi, sob CPF nº. 558.125.119-34 e RG nº. 18R/ 1.459.609 SSPSC, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1777/2008 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 21/2009, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 33/2009, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecendo as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

– Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados, de COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, PARA O EXERCÍCIO DE 2010, COM ENTREGA PARCELADA, conforme abaixo especificado:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	35.000 litros	Gasolina Comum	IPIRANGA	2,597	90.895,00
02	16.000 litros	Álcool Combustível Comum	IPIRANGA	1,889	30.224,00
Valor global da empresa R\$ 121.119,00 (Cento e vinte um mil, cento e dezenove reais)					

CLAUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de 01/01/2010 e término em 31/12/2010.

2.2 – Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis, não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os produtos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 – Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº. 21/2009, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLAUSULA TERCEIRA DO PAGAMENTO

3.1. Para os itens Gasolina Comum e Álcool Combustível Comum, poderá ser adotado o critério de emissão das Notas Fiscais diariamente, conforme cada abastecimento, sendo que o pagamento

deverá ocorrer até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

3.2. No documento fiscal deverá ser discriminando o objeto licitado, o número do processo licitatório e o número do respectivo contrato.

3.3 – Juntamente com a Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar o Certificado de Regularidade do FGTS e CND do INSS.

3.4 - O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.5 – Nenhum pagamento será efetuado a detentora da ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.6 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

CLAUSULA QUARTA DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1. Para os itens Gasolina Comum e Álcool Combustível Comum, a entrega do objeto acontecerá na forma de abastecimento realizado diretamente em cada veículo.

4.2. Se a empresa vencedora do presente certame para os itens gasolina comum e álcool combustível comum, for sediada a uma distância superior a 05 (cinco) quilômetros da sede da Prefeitura Municipal de Irineópolis, a mesma deverá instalar bomba e tanque para armazenamento de álcool combustível comum e gasolina comum no Parque de Máquinas da Secretaria Municipal da Infra-estrutura, no endereço Rua Rio Grande do Sul, nº 421, Centro, Irineópolis, Estado de Santa Catarina, livre de frete e descarga e de acordo com a legislação vigente, devido ao fato da Prefeitura Municipal não possuir tanque e bomba própria para abastecimento de gasolina e álcool no Parque de Máquinas da Secretaria da Infra-Estrutura.

4.3. A fiscalização na entrega e controle referente à qualidade dos combustíveis entregue e gerenciamento da Ata será de competência e responsabilidade da Secretaria Municipal da Infra-Estrutura, através dos Senhores Marcio Rafael Dams – Secretário Municipal da Infra-Estrutura; Senhor José Mauricio Marcelo – Diretor do Departamento de Urbanismo, Senhor José Felix Martins – Diretor do Departamento de Transportes e Senhor Robson Roberto Binder – Almoxarife, e dos responsáveis pelas Secretarias da Agricultura, Educação, Desenvolvimento Comunitário, Administração, Fazenda e Gabinete do Prefeito, à quem caberá verificar a qualidade dos produtos e somente deverá ser aceito se for de ótima qualidade.

CLAUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES

5.1 – Do Município de Irineópolis:

5.1.1 – Atestar nas notas fiscais e ou faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;

5.1.2 – Aplicar à empresa vencedora penalidades, quando for o caso;

5.1.3 – Prestar a empresa toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;

5.1.4 – Efetuar o pagamento à empresa no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

5.1.5 – Notificar, por escrito, à empresa da aplicação de qualquer sanção.

5.2 – Da empresa Vencedora:

5.2.1 – Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;

5.2.2 – pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;

5.2.3 – Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4 – Aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da Ata de Registro de Preços;

5.2.5 – Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulada na proposta;

5.2.6 – Fornecer o objeto de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no edital.

CLAUSULA SEXTA**DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

6.1 – Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2 – A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 – Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

6.4 – A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLAUSULA SETIMA**DAS PENALIDADES**

7.1 – Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitara a detentora da Ata, às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das destacam-se:

a) advertência;

b) multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da nota de empenho, por dia de atraso, injustificado na execução da mesma, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis;

c) multa de 02%% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-la;

d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 5 (cinco) anos;

e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado as detentoras da Ata o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 – Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 – Da aplicação das penas definidas nas alíneas “a”, “d” e “e”, do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 – O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLAUSULA OITAVA**DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

8.1 – Considerado o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da cláusula segunda da presente Ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº. 9.069 de 29.06.1995, ao artigo 3º §1º, da Medida Provisória 1488-16, de 02.10.1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do Pregão Presencial nº 21/2009 – CPL, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

8.2 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLAUSULA NONA**DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

9.1.1 – a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2 – a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3 – a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração, observada a legislação em vigor;

9.1.4 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;

9.1.5 – os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6 – por razões de interesse público devidamente demonstrada e justificada pela Administração.

9.2 – A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço e registradas a partir da última publicação.

9.3 – Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos XIII a XVI do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3.1 – A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 10 (dez) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA DECIMA**DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO**

10.1 – A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de

despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Licitações, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 – A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA DAS COMUNICAÇÕES

11.1 – As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 – Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº. 21/2009 e a proposta da empresa Anésio Buzzi & Cia Ltda., classificada nos itens numerados na clausula Primeira, do Objeto.

12.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93, Decreto Federal nº. 3.555/00 e pelo Decreto Municipal nº. 1.777/2008, no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA DO FORO

13.1 – As partes elegem o foro da Comarca de Porto União/SC, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 28 de dezembro de 2009.

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

GILMAR JOSE CANDIDO BUZZI
ANESIO BUZZI & CIA LTDA.

Testemunhas:

Nome: Marcio Rafael Dams Nome: Robson Roberto Binder
CPF: 023.516.239-67 CPF: 780.541.689-34

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2009
PREGÃO PRESENCIAL 21/2009
PROCESSO Nº. 33/2009

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Wanderlei Lezan, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Minas Gerais s/n.º, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 153.546.101-25 e portador da cédula de identidade n.º 6.109.615-SC, e a empresa Anésio Buzzi & Cia Ltda., estabelecida na Avenida 22 de Julho, 767 – centro, em Irineópolis, estado de Santa Catarina, sob a CNPJ nº. 85.605.061/0001-35, pelo seu representante, Sr. Gilmar Jose Candido Buzzi, sob CPF nº. 558.125.119-34 e RG nº. 18R/ 1.459.609 SSPSC, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1777/2008 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 21/2009, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 33/2009, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata

de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores tem, justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Os valores definidos na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços n.º 02/2009 - Processo de Licitação n.º 33/2009, Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 21/2009, da Prefeitura Municipal de Irineópolis, por este aditado, conforme faculta a alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, consolidada, e cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 002/2009, e de acordo com pareceres contábil e jurídico, passam a ser a partir da data da assinatura deste, conforme segue:

Item	Descrição	Marca	Valor Anterior R\$	Valor alterado R\$
01	Gasolina Comum	IPIRANGA	2,597	2,658
02	Álcool Combustível Comum	IPIRANGA	1,889	2,161

CLAUSULA SEGUNDA- Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 26 de janeiro de 2010.

WANDERLEI LEZAN
PREFEITO MUNICIPAL

GILMAR JOSE CANDIDO BUZZI
ANESIO BUZZI & CIA LTDA.

Testemunhas:

Nome: Mauricio Juraszek
CPF: 044.088.849-28

Nome: Rosani Rodrigues da Silva Mischka
CPF: 664.622.159-68

Extrato de Ata de Registro de Preços 33/2009

Prefeitura Municipal de Irineópolis

Estado de Santa Catarina

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 33/2009, Pregão Presencial nº. 21/2009, a Sra. Gilson Merschner Neppel - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kersch e Sr. Marcio Rafael Dams - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº 188/2009; Sr. José Donizete Ruckl, representante da empresa Anesio Buzzi & Cia Ltda.

Inicialmente a Pregoeira procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Procedeu-se a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Iniciada a fase de julgamento das propostas, foi procedida a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta da empresa: Anesio Buzzi & Cia Ltda, a qual segue classificada para a fase competitiva do julgamento das propostas.

O representante da empresa Anesio Buzzi & Cia Ltda, Senhor José Donizete Ruckl, permaneceu com a proposta escrita, alegando que não podia diminuir os valores, que estão compatíveis com os preços do mercado. A Comissão de Pregão através do pregoeiro e



Equipe de Apoio declarou a empresa ANESIO BUZZI & CIA LTDA, vencedora do presente certame, as qual apresentou preços considerados compatíveis com os praticados no mercado e de acordo com o valor máximo estipulado no edital, apresentando-se vantajoso para a Municipalidade, encaminhando o resultado para o Excelentíssimo Senhor Wanderlei Lezan - Prefeito Municipal. A presente Ata de Registro de Preços tem validade para 12 (doze) meses, conforme Edital, seguindo abaixo os itens com seus respectivos valores:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	35.000 litros	Gasolina Comum	IPIRANGA	2,597	90.895,00
02	16.000 litros	Álcool Combustível Comum	IPIRANGA	1,889	30.224,00
Valor global da empresa R\$ 121.119,00 (Cento e vinte um mil, cento e dezenove reais)					

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 33/2009, Pregão Presencial nº 21/2009, a Sra. Gilson Merschner Neppel - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher e Sr. Marcio Rafael Dams - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº 188/2009; Sr. José Donizete Ruckl, representante da empresa Anesio Buzzi & Cia Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela Empresa classificada: Anesio Buzzi & Cia Ltda e constatou que a mesma apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 7 do Edital, sendo a mesma considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Irineópolis, 28 de novembro de 2009.

Ata de Registro de Preços Processo 10/2009 - FMS

Aos(s) 09 de novembro de 2009, às 08:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 217/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 10/2009, Licitação nº 6/2009 – PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 10/2009, Pregão Presencial nº 06/2009, o Sr. Jose Osnir Cardoso - Pregoeiro; Sra. Edineia Ambrosi Levandoski, Sra. Cicera Angelica de Souza Costa, Sra. Gilson Merschner Neppel e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº 217/2009; Sr. Adalberto Luiz Reese, representante da empresa Masif Artigos Medicos e Hospitalares, Sr. Renne Franz Scardueli Hillesheim, representante da empresa Metromed Comercio de Material Medico Hospitalar Ltda; Sr. Cristiano Scornhetzki, representante da empresa Medvel Comercio de Medicamentos Ltda; Sr. Juliano de Lacerda, representante da empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda; Sr. Bruno Vasques da Costa, representante da empresa Prestomedi Distribuidora de Medicamentos Ltda; Sr. Harri Borgonovo, representante da empresa Aliança Hospitalar Ltda - ME; Sr. Maicon Roberto Deola, representante da empresa Dimaci/SC Material Cirurgico Ltda; Sr. Paulo Ricardo Costa Palmeira, representante da empresa Centrosul Comercio Importação e Exportação Ltda.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas em-

presas: MASIF ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA; METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA; CENTROSUL COMERCIO IMPORTAÇÃO E ESPORTAÇÃO LTDA; PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA; DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA; ALIANÇA HOSPITALAR LTDA; PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; MEDVEL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, e constatou que as mesmas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 6 do Edital, sendo as mesmas consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe.

A empresa PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, foi considerada inabilitada, pois não entregou a AFE - Autorização de Funcionamento de Empresa, emitido pela ANVISA, para distribuição e armazenagem de Correlatos e sim, foi entregue de medicamentos, não tendo validade para os materiais licitados neste edital.

Os representantes das empresas proponentes presentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas e ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Propostas, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 10/2009, Pregão Presencial nº 06/2009, o Sr. Jose Osnir Cardoso - Pregoeiro; Sra. Edineia Ambrosi Levandoski, Sra. Cicera Angelica de Souza Costa, Sra. Gilson Merschner Neppel e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº 217/2009; Sr. Adalberto Luiz Reese, representante da empresa Masif Artigos Medicos e Hospitalares, Sr. Renne Franz Scardueli Hillesheim, representante da empresa Metromed Comercio de Material Medico Hospitalar Ltda; Sr. Cristiano Scornhetzki, representante da empresa Medvel Comercio de Medicamentos Ltda; Sr. Juliano de Lacerda, representante da empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda; Sr. Bruno Vasques da Costa, representante da empresa Prestomedi Distribuidora de Medicamentos Ltda; Sr. Harri Borgonovo, representante da empresa Aliança Hospitalar Ltda - ME; Sr. Maicon Roberto Deola, representante da empresa Dimaci/SC Material Cirurgico Ltda; Sr. Paulo Ricardo Costa Palmeira, representante da empresa Centrosul Comercio Importação e Exportação Ltda.

Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Procedeu-se a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas: MASIF ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA; METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA; CENTROSUL COMERCIO IMPORTAÇÃO E ESPORTAÇÃO LTDA; PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA; DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA; ALIANÇA HOSPITALAR LTDA - ME; PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; MEDVEL COMERCIO

DE MEDICAMENTOS LTDA; as quais seguem classificadas para a fase competitiva do julgamento das propostas.

O representante da empresa Centrosul Comercio Importação e Exportação Ltda, Sr. Paulo Ricardo Costa Palmeira, solicitou a sua desclassificação nos itens 44 e 65, pois segundo ele, ficarm muito abaixo do valor de mercado, e não sera possivel fazer a sua entrega.

O representante da empresa Aliança Hospitalar Ltda, o Sr. Harri Borgonovo, pediu a desclassificação dos itens 02, 03, 04, 05, 06 e 15, pois o item foi cotado por unidade e a proposta era por caixa, tornando-se inexecuível.

O representante da empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda., Sr. Juliano de Lacerda, pediu a desclassificação do item 14, pois o preço estava inexecuível.

O representante da empresa Dimaci/Sc Material Cirurgico Ltda, Sr. Maicon Roberto Deola, pediu a desclassificação dos itens 01, 28, 86 e 87, pois não há condições de entrega nos valores orçados.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

A presente Ata de Registro de Preços tem validade para 12 (doze) meses, conforme Edital, seguindo abaixo a relação das empresas com seus respectivos itens:

METROMED COMERCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
22	01	Unidade	Aparelho de pressão arterial completo, com velcro, infantil c/ estetosc.	PREMIUM	48,90	48,90
28	20	Unidade	Cateter para oxigênio tipo óculos	BIOSANI	0,73	14,60
37	20	Rolo	Esparadrapo 4,5cmX12mm com 10 metros e capa protetora	MISSNER	3,63	72,60
46	04	Galão	Gel para ECG com 05 litros azul	DENTAL TEC	15,49	61,96
57	50	Par	Luva estéril nº 7,5	CIEX	0,674	33,70
65	10	Rolo	Papel raft 60 cm largura com 15 kg	DIUCAPEL	41,67	416,70
76	20	Pacote	Saco para lixo preto 20 litros com 100 unidades	NECKPLAST	4,00	80,00
78	20	Pacote	Saco para lixo preto 60 litros com 100 unidades	NECKPLAST	7,86	157,20
82	5.000	Unidade	Seringa descartável 10 ml sem agulha	DESCARPACK	0,15	750,00
83	300	Unidade	Seringa descartável 20 ml sem agulha	DESCARPAK	0,25	75,00
85	5.000	Unidade	Seringa descartável 5 ml sem agulha	DESCARPAK	0,10	500,00
TOTAL					R\$ 2.210,66	

MASIF ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	30	Pacote	Abaixador de língua descartável com 100 unidades	THEOTO	1,14	34,20
08	9.000	Unidade	Agulha descartável 13 x 3 para insulina	MEDSNEEDLE	0,073	657,00
10	3.000	Unidade	Agulha descartável 20 x 5,5	ADVANTIVE	0,039	117,00
11	3.500	Unidade	Agulha descartável 25 x 7	ADVANTIVE	0,032	112,00
26	50	Unidade	Bolsa coletora de urina sistema fechado 2000 ml	STARMED	1,74	87,00
40	800	Unidade	Especulo vaginal descartável pequeno	VAGISPEC	0,64	512,00
42	30	Rolo	Fita adesiva micro-porosa 2,5 cm com 10 mt com capa protetora	WILTEX	1,56	46,80
45	10	Rolo	Gaze 91mmX91mt 11 fios – tipo queijo	M.B. TEXTIL	19,50	195,00
52	50	Caixa	Lâmina fosca 26X76 com 50 unidades	EXACTA	2,10	105,00
53	50	Caixa	Lâmina lisa para microscopia 26X76 com 50 unidades	EXACTA	1,90	95,00
54	05	Caixa	Lâminulas 20X20 mm com 100	EXACTA	1,54	7,70
56	50	Par	Luva estéril nº 08	REQUINTE	0,59	29,50
67	50	Unidade	Porta lâmina em plástico individual	J. PROLAB	0,19	9,50
79	300	Unidade	Scalp nº 23	STARMED	0,10	30,00
80	300	Unidade	Scalp nº 25	STARMED	0,109	32,70
88	30	Unidade	Sonda foley nº 16 2 vias	STARMED	0,90	27,00
89	10	Unidade	Sonda foley nº 18	STARMED	0,92	9,20
95	20	Unidade	Termômetro clínico	ADVANTIVE	1,30	26,00
TOTAL					R\$ 2.132,60	

ALIANÇA HOSPITALAR LTDA.

Item	Qtd.	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
25	100	Pacote	Atadura de crepom 13 fios – 3m x 15cm – pacote com 12 unidades	PEROLA	4,07	407,00
29	07	Caixa	Coletor para perfurocortante 07 litros – caixa com 10 unidades	CARTOON-BOX	14,85	103,95
30	07	Caixa	Coletor para perfurocortante 13 litros – caixa com 10 unidades	CARTOON-BOX	19,88	139,16
33	10	Unidade	Dispositivo intra uterino – DIU – T380A com validade para 10 anos	INJEFLEX	34,854	348,54
36	1.000	Unidade	Escova cervical	LABOR	0,174	174,00



63	10	Unidade	Máscara para nebulização adulto	NS	1,69	16,90
64	10	Unidade	Máscara para nebulização infantil	NS	1,68	16,80
81	5.000	Unidade	Seringa descartável 1 ml para insulina sem agulha	DESCARPACK	0,127	635,00
92	02	Frasco	Soro anti A frasco com 10 ml	BIOTEST	20,80	41,60
93	02	Frasco	Soro Anti B frasco com 10 ml	BIOTEST	20,80	41,60
96	05	Kit	Teste de gravidez soro urina 25 ut/ml com 100 tiras	LABORLAB	55,80	279,00
97	800	Unidade	Tubo de vidro 10 ml para imunologia a vácuo	VACUM	0,45	360,00
98	800	Unidade	Tubo de vidro 5 ml para hematologia a vácuo	VACUM	0,39	312,00
TOTAL					R\$ 2.875,55	

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Item	Qtd.	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
02	02	Caixa	Abocath nº 16 com 24 unidades	MED CATHE-TER	12,80	25,60
03	02	Caixa	Abocath nº 18 com 24 unidades	MED CATHE-TER	12,80	25,60
04	02	Caixa	Abocath nº 20 com 24 unidades	MED CATHE-TER	12,80	25,60
05	02	Caixa	Abocath nº 22 com 24 unidades	MED CATHE-TER	12,80	25,60
06	02	Caixa	Abocath nº 24 com 24 unidades	MED CATHE-TER	13,73	27,46
09	5.000	Unidade	Agulha descartável 13 x 4,5	EMBRAMAC	0,034	170,00
12	2.500	Unidade	Agulha descartável 25 x 8	EMBRAMAC	0,031	77,50
16	03	Frasco	Alcool iodado 1 lt	CINCO	5,00	15,00
17	30	Rolo	Algodão hidrófilo 500 gr	BRATEST	4,98	149,40
31	300	Pacote	Compressa de gaze 7,5 x 7,5 com 11 fios - 500 unidades	REAL MINAS	6,34	1.902,00
35	50	Unidade	Equipo para soro macro gotas com injetor lateral	TKL	0,49	24,50
44	05	Rolo	Fita para autoclave 19mmX30mt	CIEX	2,53	12,65
47	25	Bisnaga	Gel para eletrocardiograma 100 ml	HALL	0,76	19,00
55	20	Rolo	Lençol de papel branco 70cm com 50 metros	RDG	3,97	79,40
59	20	Caixa	Luva para procedimento tamanho grande caixa com 100 unidades	LEMGRUBER	15,75	315,00
60	50	Caixa	Luva para procedimento tamanho média caixa com 100 unidades	LEMGRUBER	15,75	787,50

61	100	Caixa	Luva para procedimento tamanho pequena caixa com 100 unidades	LEMGRUBER	15,75	1.575,00
62	20	Caixa	Luva plástica descartável procedimento com 100 unidades	PLAST LUVAS	2,08	41,60
68	2.000	Unidade	Pote para urina estéril com tampa 80 ml	J. PROLAB	0,197	394,00
69	10	Frasco	Povidine tópico 1 lt	GLICOLABOR	8,83	88,30
71	10	Pacote	Saco para lixo hospitalar branco leitoso 100 litros com tarja de identificação com 100 unidades	NEKPLAST	17,16	171,60
72	10	Pacote	Saco para lixo hospitalar branco leitoso 20 litros com tarja de identificação com 100 unidades	NEKPLAST	5,72	57,20
73	10	Pacote	Saco para lixo hospitalar branco leitoso 40 litros com tarja de identificação com 100 unidades	NEKPLAST	9,30	93,00
74	10	Pacote	Saco para lixo hospitalar branco leitoso 60 litros com tarja de identificação com 100 unidades	NEKPLAST	12,59	125,90
75	02	Pacote	Saco para lixo preto 100 litros com 100 unidades	NEKPLAST	12,87	25,74
77	20	Pacote	Saco para lixo preto 40 litros com 100 unidades	NEKPLAST	5,85	117,00
86	50	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 06	BIOSANI	0,32	16,00
87	50	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 08	BIOSANI	0,33	16,50
TOTAL					R\$ 6.403,65	

MEDVEL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Qtd.	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
07	05	Frasco	Água oxigenada 1 lt	RIOQUIMICA	1,67	8,35
13	200	Frasco	Alcool 70% 1 lt	CICLO FARMA	1,90	380,00
14	02	Frasco	Alcool cetona 500 ml	CICLO FARMA	6,00	12,00
15	100	Frasco	Alcool gel 70% 1 lt	WIRATH	6,75	675,00
18	10	Unidade	Almotolia plástica escura reta 250 ml	J. PROLAB	1,05	10,50
19	03	Unidade	Aparelho completo para inalação adulto com cachimbo, máscara, 220V	DARU	96,50	289,50
20	02	Unidade	Aparelho completo para inalação infantil com cachimbo, máscara, 220V	DARU	96,50	193,00
21	02	Unidade	Aparelho de pressão arterial completo, com velcro, adulto c/ estetosc.	ACCUMED	38,00	76,00



23	100	Pacote	Atadura de crepom 13 fios – 3m x 08cm – pacote com 12 unidades	ORTOFEN	2,00	200,00
24	100	Pacote	Atadura de crepom 13 fios – 3m x 12cm – pacote com 12 unidades	ORTOFEN	3,15	315,00
34	50	Pacote	Eletrodo adesivo 5X5 com 04 unidades	CARBOGEL	26,90	1.345,00
38	10	Pacote	Espátula de Ayres com 100 unidades	ESTILO	2,15	21,50
39	200	Unidade	Especulo vaginal descartável médio	ADLIN	0,705	141,00
41	10	Rolo	Fita adesiva branca 16X50	MISSNER	1,18	11,80
43	30	Rolo	Fita adesiva micro-porosa 5,0 cm com 10 mt com capa protetora	MISSNER	2,59	77,70
48	04	Kit	Imuno látex ASLO com 100	WAMA	94,20	376,80
49	04	Kit	Imuno látex fator reumatóide com 100	WAMA	60,20	240,80
50	04	Kit	Imuno látex PCR com 100	WAMA	69,50	278,00
51	04	Kit	Instante prov para hematologia – 3 x 500 ml	WAMA	33,00	132,00
58	200	Caixa	Luva para procedimento tamanho extra P caixa com 100 unidades	SEMPERMED	16,40	3.280,00
66	200	Pacote	Papel toalha branco 20X22,5cm com 1.000 folhas	DIPLOMATA	4,29	858,00
84	3.500	Unidade	Seringa descartável 3 ml sem agulha	INJEX	0,099	346,50
90	50	Unidade	Sonda nasogástrica nº 14	MEDSONDA	0,39	19,50
91	50	Unidade	Sonda nasogástrica nº 16	MEDSONDA	0,44	22,00
94	02	Frasco	Soro Anti RH frasco com 10 ml	WAMA	37,00	74,00
TOTAL					R\$ 9.383,95	
TOTAL DO PROCESSO					R\$ 23.006,41	

Ata de Registro de Preços Processo 8/2009 - FMS

Aos(s) 04 de novembro de 2009, às 08:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 217/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 8/2009, Licitação nº 5/2009 – PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no

Processo Licitatório nº 08/2009, Pregão Presencial nº 05/2009, o Sr. Jose Osnir Cardoso - Pregoeiro; Sra. Edineia Ambrosi Levandoski, Sra. Cicera Angelica de Souza Costa, Sra. Gilson Merschner Neppel e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº 217/2009; Sr. Fabio Elias Leal, representante da empresa Altermed Material Medico Hospitalar Ltda, Sr. Angelo Follador Sobrinho, representante da empresa Angeomed - Comercio de Produtos Medico Hospitalar Ltda; Sr. Diego Desiderio, representante da empresa Mauro Marciano Garcia de Freitas; Sr. Fernando de Lacerda, representante da empresa Promefarma representações Ltda; Sr. Roberto dos Santos, representante da empresa Comercial Cirurgica Rio Clarense Ltda; Sr. Jonas Paulo Bielski Cadore, representante da empresa Centermedi - Comercio de Produtos Hospitalares Ltda; Sr. Everton Jair Michels, representante da empresa Aglon Com. e Representações Ltda; Sr. Andre Trzcinski, representante da empresa Dimaster - Com. Produtos Hospitalares Ltda; Sr. Renne Franz Scardueli Hilleshein, representante da empresa Metromed - Com. Materiais Medico Hospitalar Ltda; Sr. Cristiano Sconhetzki, representante da empresa Medvel Comercio de Medicamentos Ltda.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas Empresas: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA; ANGEOMED - COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA; MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - MF MEDICAMENTOS; PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA; GENESIO A MENDES E CIA LTDA; CIRURGICA JAW COM. DE MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA; COMERCIAL CIRURGICA RIO CLARENSE LTDA; CENTERMEDI COM. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; AGLON COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA; DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA; DIMASTER - COM. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; METROMED - COM. MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR LTDA; MEDVEL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, e constatou que as mesmas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 6 do Edital, sendo as mesmas consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe.

Os representantes das empresas proponentes presentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas e ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Propostas, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 08/2009, Pregão Presencial nº 05/2009, o Sr. Jose Osnir Cardoso - Pregoeiro; Sra. Edineia Ambrosi Levandoski, Sra. Cicera Angelica de Souza Costa, Sra. Gilson Merschner Neppel e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº 217/2009; Sr. Fabio Elias Leal, representante da empresa Altermed Material Medico Hospitalar Ltda, Sr. Angelo Follador Sobrinho, representante da empresa Angeomed - Comercio de Produtos Medico Hospitalar Ltda; Sr. Diego Desiderio, representante da empresa Mauro Marciano Garcia de Freitas; Sr. Fernando de Lacerda, representante da empresa Promefarma representações Ltda; Sr. Roberto dos Santos, representante da empresa Comercial Cirurgica Rio Clarense Ltda; Sr. Jonas Paulo Bielski Cadore, representante da empresa Centermedi - Comercio de Produtos Hospitalares Ltda; Sr. Everton Jair Michels, representante da empresa Aglon Com. e Representações Ltda; Sr. Andre Trzcinski, representante da empresa Dimaster - Com. Produtos Hospitalares Ltda; Sr. Renne Franz Scardueli Hilleshein, representante da empresa Metromed - Com. Materiais Medico Hospitalar Ltda; Sr. Cristiano Sconhetzki, representante da empresa Medvel Comercio de Medicamentos Ltda.



Inicialmente a Pregoeira procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Procedeu-se a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA; ANGEOMED - COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA; MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - MF MEDICAMENTOS; PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA; GENESIO A MENDES E CIA LTDA; CIRURGICA JAW COM. DE MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA; COMERCIAL CIRURGICA RIO CLARENSE LTDA; CENTERMEDI COM. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; AGLON COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA; DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA; DIMASTER - COM. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; METROMED - COM. MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR LTDA; MEDVEL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA; as quais seguem classificadas para a fase competitiva do julgamento das propostas.

As empresas Cirurgica JAW Com. de Materiais Med. Hospitalar Ltda, Dimaci Material Medico Hospitalar e Genesio A. Mendes e Cia Ltda., entregaram os envelopes contendo os documentos de habilitação e proposta de preços antecipadamente, pessoalmente e também através da empresa de Correios, não tendo nenhum representante das empresas presentes no ato da abertura e lances, permanecendo somente as propostas escritas das proponentes.

As 12:00 o Pregoeiro determinou intervalo para o almoço, com retorno das atividades as 13:30.

O representante da empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda, o Sr. Fernando de Lacerda, pediu a desclassificação de item 111 - Norestin 0,35mg - cartela, pois o item foi cotado por comprimido, e não por cartela.

O representante da empresa Metromed - Comercio de Materiais Medico Hospitalar Ltda, Sr. Renne Franz Scarduelli Hillesheim, pediu a desclassificação do item 135 - Triquilar cartela, pois o item foi cotado por comprimido e não por cartela, havendo cotação equivocada de preço.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

A presente Ata de Registro de Preços tem validade para 12 (doze) meses, conforme Edital, seguindo abaixo a relação das empresas com seus respectivos itens:

METROMED COMERCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Qtd.	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
07	500	Frasco	Albendazol suspensão 40 mg/ml	PHYTOLAB	0,419	209,50

26	100	Frasco	Carbocisteína xarope adulto 50 mg/ml com 100 ml	PRATI DONA-DUZZI	1,17	117,00
27	100	Frasco	Carbocisteína xarope infantil 20 mg/ml com 100 ml	PRATI DONA-DUZZI	0,99	99,00
47	5.000	Comprim.	Complexo B	BELFAR	0,038	190,00
51	100	Frasco	Deltametrina suspensão 60 ml	SANTA TEREZINHA	1,19	119,00
79	50	Ampola	Glicose 25% 10 ml	MED QUIMICA	0,135	6,75
97	500	Comprim.	Maleato de metilergometrina 0,125mg	UNIÃO QUIMICA	0,29	145,00
124	40	Frasco	Purilon gel hidrogel 35 gr	LM FARMA	7,67	306,80
TOTAL						R\$ 1.193,05

DIMASTER – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Item	Qtd.	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
44	500	Comprim	Cloridrato de tioridazina 50 mg	UNIÃO QUIMICA	0,398	199,00
45	1.000	Comprim	Clortalidona 50 mg	VITAPAN	0,075	75,00
88	30	Frasco	Insulina glargina lantus 100 UI / 10 ml	SANOFI	290,00	8.700,00
90	500	Frasco	Iodeto de potássio xarope 120ml	IFAL	0,909	454,50
94	100	Cartela	Levonorgestrel 0,25 mg + etinilestradiol 0,05 mcg, com 21 drageas	UNIÃO QUIMICA	1,419	141,90
TOTAL						R\$ 9.570,40

MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS – MF MEDICAMENTOS

Item	Qtd.	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
22	20	Frasco	Brometo de ipratrópio 0,25 mg – frasco com 20 ml	HIPOLABOR	0,615	12,30
28	2.000	Comprim	Carvedilol 3,125 mg	TORRENT	0,09	180,00
89	20	Frasco	Insulina NPH Regular 100 UI / 10 ml	NOVO NOR-DISK	25,60	512,00
105	5.000	Comprim	Metronidazol 250 mg	PRATI	0,024	120,00
107	200	Tubo	Nistatina creme vaginal com 60 gr	BERGAMO	0,99	198,00
114	6.000	Comprim	Oxcarbamazepina 600 mg	MEDLEY	0,519	3.114,00
117	500	Comprim	Paroxetina 20 mg	MEDLEY	0,195	97,50
134	200	Comprim	Sulfato de hidroxicloroquina 400 mg	SANOFI	0,988	197,60
TOTAL						R\$ 4.431,40

ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPIT. LTDA

Item	Qtd.	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
------	------	---------	-----------	-------	--------------------	-----------------



01	60.000	Comprimido	AAS 100 mg	GREENPHARMA	0,007	420,00
15	200	Ampola	Ampicilina 500 mg injetável com diluente	TEUTO	0,66	132,00
19	500	Frasco	Benzoato de benzila 25% loção 100 ml	SANTA TEREZA	0,783	391,50
21	50	Frasco	Bicarbonato de sódio injetável	SAMTEC	0,297	14,85
43	2.000	Comprimido	Cloridrato de sertralina 50 mg	NEO QUIMICA	0,082	164,00
49	50	Frasco	Complexo B gotas 30 ml	PHARMASCIENSE	1,20	60,00
52	200	Caixa	Dexadoze injetável caixa com 3 – 2 ml / 1 ml	TEUTO	1,305	261,00
55	300	Frasco	Dexametasona elixir – 100 ml	FARMACE	0,849	254,70
56	200	Ampola	Dexaneurim 5.000UI	TEUTO	1,27	254,00
62	30	Tubo	Diclofenaco emulgel – tubo com 60 gr	PRATI	1,05	31,50
115	1.500	Frasco	Paracetamol 100 mg com 10 ml – gotas	SOBRAL	0,405	607,50
TOTAL					R\$ 2.591,05	

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Qtd.	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
48	200	Ampola	Complexo B + ácido ascórbico + frutose com 10 ml	BUNKER	1,00	200,00
57	3.000	Comprimido	Dexclorfeniramina 2 mg	SANVAL	0,015	45,00
132	3.000	Comprimido	Sulfa 400 mg + trimetopina 80 mg	PRATI	0,043	129,00
133	500	Frasco	Sulfa 400 mg + trimetopina 80 mg suspensão 50 ml	SOBRAL	0,689	344,50
139	130	Tubo	Vitamina A e D pomada dermatológica – tubo com 45 gr	MEO QUIMICA	1,13	146,90
140	10	Tubo	Xilocaína gel 20mg/ gr – 30gr	NEO QUIMICA	1,357	13,57
TOTAL					R\$ 878,97	

GENESIO A. MENDES E CIA. LTDA

Item	Qtd.	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
46	10	Frasco	Colírio anestésico 20ml	ALLEGAN	5,16	51,60
67	10	Tubo	Epítezan pomada – bisnaga com 3,5gr	ALLEGAN	7,11	71,10
71	30	Frasco	Fenobarbital 4% gotas 20 ml	UNIÃO QUIMICA	1,76	52,80
73	500	Comprimido	Fosfato de codeína 30 mg	CRISTALIA	0,692	346,00
74	600	Comprimido	Fumarato de quetiapina 25 mg	ASTRAZENECA	1,69	1.014,00

84	200	Frasco	Hioscina composta gotas 20 ml	HIPOLABOR	0,576	115,20
86	100	Ampola	Hioscina simples 1 ml – intramuscular	BOEHRINGER	0,328	32,80
111	120	Cartela	Norestin 0,35 mg	BIOLAB	5,52	662,40
TOTAL					R\$ 2.345,90	

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Qtd.	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
02	10.000	Comprimido	AAS 500 mg	SOBRAL	0,023	230,00
35	2.000	Comprimido	Ciprofloxacino 500 mg	PRATI DONADUZZI	0,07	140,00
82	200	Frasco	Hidróxido de alumínio suspensão 120 ml	MARIOL	0,86	172,00
99	10.000	Comprimido	Metformina 500 mg	MULTILAB	0,029	290,00
120	4.000	Comprimido	Prednisona 20 mg	PRATI DONADUZZI	0,044	176,00
123	10	Tubo	Propionato de clobetazol 0,5 mg/ gr – 30 gr	PRATI DONADUZZI	3,68	36,80
136	10.000	Comprimido	Valproato de sódio 500 mg	ABBOTT	0,475	4.750,00
137	50	Frasco	Valproato de sódio solução oral com 100 ml	TEUTO	2,25	112,50
TOTAL					R\$ 5.907,30	

AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

Item	Qtd.	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
36	30	Tubo	Cloranfenicol + colagenase 30 gr	ABBOTT-IRUXOL	9,50	285,00
TOTAL					R\$ 285,00	

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Item	Qtd.	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
03	100	Frasco	Acebrofilina xarope adulto 50 mg / 5ml com 120 ml	PRATI DONADUZZI	2,00	200,00
09	10.000	Comprimido	Aminofilina 100 mg	HIPOLABOR	0,015	150,00
20	3.000	Comprimido	Besilato de anlodipino 10 mg	VITAPAN	0,02	60,00
58	200	Frasco	Dexclorfeniramina 2 mg xarope – 100 ml	NEO QUIMICA	0,775	155,00
68	200	Frasco	Eritromicina 250 mg suspensão – frasco com 60 ml	PRATI DONADUZZI	1,40	280,00
77	200	Ampola	Gentamicina 80 mg	HIPOLABOR	0,275	55,00
83	5.000	Comprimido	Hioscina composta	BELFAR	0,09	450,00
87	1.000	Comprimido	Hioscina simples 10 mg	HIPOLABOR	0,09	90,00



98	20	Frasco	Mentol + terpinol + eucalipto + ácido benzóico gotas 20 ml p/inalação	DAUDT	12,10	242,00
125	150	Frasco	Salbutamol xarope 20mg 120 ml	TEUTO	0,725	108,75
127	1.500	Unidade	Soro fisiológico 125 ml	SEGMENTA	2,17	3.255,00
128	50	Unidade	Soro fisiológico 250 ml	SEGMENTA	2,42	121,00
129	50	Unidade	Soro fisiológico 500 ml	SEGMENTA	2,67	133,50
130	10	Unidade	Soro glicofisiológico 500 ml	SEGMENTA	3,04	30,40
131	20	Unidade	Soro glicosado 500 ml	SEGMENTA	2,775	55,50
135	840	Cartela	Triquilar	BAYER	4,85	4.074,00
TOTAL					R\$ 9.460,15	

MEDVEL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Qtd.	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
42	100	Ampola	Cloridrato de prometazina 25 mg 2 ml	SANVAL	0,555	55,50
63	500	Frasco	Diclofenaco resinato gotas 15 mg – 20 ml	HIPOLABOR	0,44	220,00
TOTAL					R\$ 275,50	

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

Item	Qtd.	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
04	100	Frasco	Acebrofilina xarope infantil 25 mg / 5ml com 120ml	PRATI DONADUZZI	1,70	170,00
06	1.000	Comprimido	Albendazol 400 mg	PRATI DONADUZZI	0,117	117,00
25	60.000	Comprimido	Carbamazepina 200 mg	SANVAL	0,033	1.980,00
33	10.000	Comprimido	Cimetidina 200 mg	PRATI DONADUZZI	0,025	250,00
53	400	Ampola	Dexametasona 2 mg	HIPOLABOR	0,276	110,40
95	20.000	Comprimido	Losartan potássico 50 mg	PRATI DONADUZZI	0,046	920,00
101	20.000	Comprimido	Metildopa 250 mg	SANVAL	0,059	1.180,00
102	10.000	Comprimido	Metildopa 500 mg	SANVAL	0,118	1.180,00
110	460	Ampola	Noregyna – enantato de norestisterona 50mg/ml + valerato de estradiol 5mg/ml com 01ml	CIFARMA	5,99	2.755,40
TOTAL					R\$ 8.662,80	

DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA

Item	Qtd.	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
05	1.500	Ampola	Água destilada 5 ml	ISOFARMA	0,089	133,50

08	3.000	Comprimido	Alendronato de sódio 70 mg	ELOFAR	0,25	750,00
10	5.000	Comprimido	Amiodarona 200 mg	GEOLAB	0,085	425,00
11	30.000	Comprimido	Amitriptilina 25 mg	TEUTO	0,018	540,00
12	500	Frasco	Amoxicilina 250mg suspensão – 150 ml	PRATI DONADUZZI	1,90	950,00
13	2.000	Comprimido	Amoxicilina 500 mg	TEUTO	0,065	130,00
14	2.000	Cápsula	Ampicilina 500 mg	MULTILAB	0,095	190,00
16	20.000	Comprimido	Atenolol 50 mg	PRATI DONADUZZI	0,012	240,00
17	2.000	Comprimido	Azitromicina 500 mg	PRATI DONADUZZI	0,26	520,00
18	1.000	Frasco/ Amp	Benzil penicilina proc. + potássica 400.000UI	TEUTO	0,42	420,00
23	20	Frasco	Bromidrato de fenoterol 5mg/ml – frasco com 20 ml	HIPOLABOR	1,08	21,60
24	150.000	Comprimido	Captopril 25 mg	BRASTERAPICA	0,01	1.500,00
29	2.000	Comprimido	Paracetamol 300mg + carisoprodol 125mg + diclofenaco de sódio 50mg + cafeína anidra 30mg	PHARLAB	0,09	180,00
30	150	Frasco	Cefalexina 250 mg suspensão 60 ml	TEUTO	1,90	285,00
31	3.000	Comprimido	Cefalexina 500 mg (comprimido/cápsula)	TEUTO	0,15	450,00
32	1.000	Comprimido	Cetoconazol 200 mg	HIPOLABOR	0,05	50,00
34	3.000	Comprimido	Cinazina 25 mg	MEDQUIMICA	0,012	36,00
37	1.000	Frasco	Cloridrato de ambroxol adulto xarope – 120 ml	TEUTO	0,75	750,00
38	1.000	Frasco	Cloridrato de ambroxol pediátrico xarope – 120 ml	TEUTO	0,75	750,00
39	3.000	Comprimido	Cloridrato de biperideno 2 mg	TEUTO	0,036	108,00
40	2.000	Comprimido	Cloridrato de imipramina 25 mg	TEUTO	0,025	50,00
41	1.000	Comprimido	Cloridrato de prometazina 25 mg	TEUTO	0,023	23,00
50	240	Ampola	Contracep 150 mg	EMS	9,90	2.376,00
54	1.000	Tubo	Dexametasona creme 10 gr	TEUTO	0,40	400,00
59	12.000	Comprimido	Diazepam 10 mg	SANTISA	0,019	228,00
60	80.000	Comprimido	Diclofenaco de sódio 50 mg	VITAMED	0,01	800,00
61	1.500	Ampola	Diclofenaco de sódio 75 mg – 3 ml	TEUTO	0,17	255,00
64	10.000	Comprimido	Digoxina 0,25 mg	PHARLAB	0,019	190,00
65	20.000	Comprimido	Dipirona 500 mg	PRATI DONADUZZI	0,024	480,00



66	300	Frasco	Dipirona sódica gotas 500 mg – frasco com 10 ml	FARMACE	0,32	96,00
69	1.000	Comprimido	Eritromicina 500 mg	PRATI DONADUZZI	0,15	150,00
70	2.000	Comprimido	Fenitoína 100 mg	TEUTO	0,035	70,00
72	5.000	Comprimido	Fluoxetina 20 mg	TEUTO	0,027	135,00
75	10.000	Comprimido	Furosemida 40 mg	HIPOLABOR	0,011	110,00
76	300	Ampola	Gentamicina 40 mg	SANTISA	0,28	84,00
78	20.000	Comprimido	Glibenclamida 5 mg	MEDQUIMICA	0,009	180,00
80	5.000	Comprimido	Haloperidol 5 mg	TEUTO	0,016	80,00
81	40.000	Comprimido	Hidroclorotiazida 25 mg	TEUTO	0,01	400,00
85	200	Ampola	Hioscina composta injetável 5 ml	FARMACE	0,49	98,00
91	5.000	Comprimido	Isossorbida 10 mg	SANVAL	0,019	95,00
92	1.000	Comprimido	Levodopa + Carbidopa 25/250 mg	TEUTO	0,11	110,00
93	3.600	Cartela	Levonorgestrel 0,15 mg + etinilestradiol 0,03 mcg com 21 drageas	CIFARMA	0,462	1.663,20
96	30.000	Comprimido	Maleato de enalapril 10 mg	ROYTON	0,018	540,00
100	10.000	Comprimido	Metformina 850 mg	ACCORD	0,024	240,00
103	5.000	Comprimido	Metoclopramida 10 mg	HIPOLABOR	0,013	65,00
104	500	Frasco	Metoclopramida gotas – frasco com 10 ml	HIPOLABOR	0,25	125,00
106	200	Tubo	Neomicina + bacitracina pomada 10 gr	TEUTO	0,54	108,00
108	100	Frasco	Nistatina solução oral 30 ml	TEUTO	1,00	100,00
109	200	Tubo	Nitrato de miconazol creme 60 gr	TEUTO	0,95	190,00
112	3.000	Comprimido	Norfloxacina 400 mg	HIPOLABOR	0,06	180,00
113	40.000	Comprimido	Omeprazol 20 mg	PRATI DONADUZZI	0,024	960,00
116	30.000	Comprimido	Paracetamol 750 mg	MARIOL	0,025	750,00
118	500	Frasco/Amp	Penicilina 1.200.000UI	TEUTO	0,69	345,00
119	200	Frasco/Amp	Penicilina 600.000UI	TEUTO	0,49	98,00
121	2.000	Comprimido	Prednisona 5 mg	SANVAL	0,018	36,00
122	10.000	Comprimido	Propanolol 40 mg	PHARLAB	0,009	90,00
126	20.000	Comprimido	Sinvastatina 20 mg	MULTILAB	0,028	560,00
138	2.000	Comprimido	Verapamil 80 mg	TEUTO	0,035	70,00
TOTAL					R\$ 20.959,30	
TOTAL DO PROCESSO					R\$66.560,82	

Extrato Ata de Registro de Preços Processo 11/2009 - FMS

Aos(s) 10 de novembro de 2009, às 08:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 217/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 11/2009, Licitação nº 7/2009 – PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL. Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 11/2009, Pregão Presencial nº 07/2009, o Sr. Jose Osnir Cardoso - Pregoeiro; Sra. Edineia Ambrosi Levan-doski, Sr. Jean Carlo Voigt, Sra. Gilson Merschner Neppel e Sra. Marcia Maria Kersch - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº 217/2009; Sra. Juliana Katia Tonet Menestrina, representante da empresa Dental America Comercio de Materiais Odontologicos Ltda., Sr. Paulo Ricardo Costa Palmeira, representante da empresa Centrosul Comercio Imp. e Exp. Ltda.; Sr. Luiz Carlos Balam, representante da empresa Comercial Brasileira de Medicamentos CBM Ltda; Sr. Renne Franz Scardueli Hilleshein, representante da empresa Metromed - Com. Materiais Medico Hospitalar Ltda; Sr. Cristiano Sconhetzki, representante da empresa Medvel Comercio de Medicamentos Ltda.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas Empresas: MASIF ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA; PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA; DENTAL AMERICA COMERCIO DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS LTDA; COMERCIAL BRASILEIRA DE MEDICAMENTOS - CBM; MEDVEL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA; METROMED COMERCIO MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR LTDA; CENTROSUL COM. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e constatou que as mesmas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 6 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe.

A empresa MASIF ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, após a análise dos documentos, foi constatado que ela não apresenta em seu contrato Consolidado e nem em seu Alvará Sanitário, o ramo de atividade para venda de Materiais Odontologicos, sendo assim desclassificada nos itens: 03 - Agulha gengival curta 0,3 x 21mm com 100 unidades, item 05 - Agulha gengival longa com 100 unidades e item 69 - Macro Modelo de escova de dente em acrílico, vencidos na etapa de lances, passando para o segundo colocado.

Os representantes das empresas proponentes presentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas e ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Propostas, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 11/2009, Pregão Presencial nº 07/2009, o Sr. Jose Osnir Cardoso - Pregoeiro; Sra. Edineia Ambrosi Levan-doski, Sr. Jean Carlo Voigt, Sra. Gilson Merschner Neppel e Sra. Marcia Maria Kersch - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº 217/2009; Sra. Juliana Katia Tonet Menestrina, representante da empresa Dental America Comercio de Materiais Odontologicos Ltda.; Sr. Paulo Ricardo Costa Palmeira, representante da empresa



Centrosul Comercio Imp. e Exp. Ltda.; Sr. Luiz Carlos Balam, representante da empresa Comercial Brasileira de Medicamentos CBM; Sr. Renne Franz Scardueli Hilleshein, representante da empresa Metromed - Com. Materiais Medico Hospitalar Ltda; Sr. Cristiano Sconhetzki, representante da empresa Medvel Comercio de Medicamentos Ltda.

Inicialmente a Pregoeira procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Procedeu-se a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas: MASIF ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA; PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA; DENTAL AMERICA COMERCIO DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS LTDA; COMERCIAL BRASILEIRA DE MEDICAMENTOS - CBM MEDVEL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA; METROMED COMERCIO MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR LTDA; CENTROSUL COM. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA; as quais seguem classificadas para a fase competitiva do julgamento das propostas.

As empresas Masif Artigos Medicos e Hospitalares Ltda e Promefarma Representações Comerciais Ltda., entregaram os envelopes contendo os documentos de habilitação e proposta de preços antecipadamente, pessoalmente, não tendo nenhum representante das empresas presentes no ato da abertura e lances, permanecendo somente as propostas escritas das proponentes.

O Pregoeiro, Sr. Jose Osnir Cardoso, desclassificou a empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda, no item 02 - Adesivo Monocomponente frasco com 06 ml, pois o preço esta inexequível, muito abaixo do valor de referencia; nos itens 87 a 91, pois a marca cotada não atende as especificações dos itens; no item 95 - Selante de Fissuras e fissuras fotopolimerizavel 5ml com 05 seringas, pois o seu valor esta cotado por unidade e não por kit; no item 56 - Haste flexível de plastico com algodão tipo cotonete com 500 unidades, valor muito abaixo do valor de referencia .

O representante da empresa Metromed Com. de Materiais Medico Hospitalar Ltda., o Sr. Renne Franz Scardueli Hilleshein, pediu a desclassificação dos itens 02 - Anestésico Monocomponente frasco com 06ml, pois o seu valor refere-se a frasco com 04ml, e dos itens 87 a 91, pois a marca cotada não atende as especificações dos itens do edital.

O representante da empresa Comercial Brasileira de Medicamentos Ltda, Sr. Luiz Carlos Balam, pediu a desclassificação dos itens 45 - Escovodromo Portatil e do item 58 - Ionometro de vidro fotopolimerizavel pó 5gr + liquido, pois os valores foram cotados erroneamente pela empresa.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

A presente Ata de Registro de Preços tem validade para 12 (doze)

meses, conforme Edital, seguindo abaixo a relação das empresas com seus respectivos itens:

METROMED COMERCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
54	04	Frasco	Fluoreto de sódio 0,2% líquido 1000 ml	Iodontosul	3,62	14,48
TOTAL					R\$14,48	

CENTROSUL COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
11	20	Caixa	Anestésico tópico gel benzocaína pote com 12 gr	DFL	3,95	79,00
22	30	Unidade	Broca baixa rotação nº ¼	DYNA	1,80	54,00
23	30	Unidade	Broca baixa rotação nº ½	DYNA	1,80	54,00
24	30	Unidade	Broca baixa rotação nº 1	DYNA	1,80	54,00
25	30	Unidade	Broca baixa rotação nº 2	DYNA	1,80	54,00
26	60	Unidade	Broca baixa rotação nº 4	DYNA	1,80	108,00
27	100	Unidade	Broca baixa rotação nº 6	DYNA	1,80	180,00
28	100	Unidade	Broca baixa rotação nº 8	DYNA	1,80	180,00
29	20	Unidade	Broca shofu chama de vela	JON	4,29	85,80
30	20	Unidade	Broca shofu esférica	JON	4,29	85,80
32	10	Caixa	Cimento de hidróxido de cálcio pasta base + catalizador 24 gr radiopaco	TECHNEW	9,80	98,00
33	10	Kit	Cimento de ionometro de vidro R cor A2 - líquido 8 ml, pó 10 gr	FGM	14,55	145,50
35	30	Unidade	Crete dental 90 gr	ICE FRESH	0,91	27,30
36	10	Pote	Dappen de vidro	PREVEM	1,12	11,20
39	06	Kit	Disco para polimento de resina com 100 tdv kit	TDV	18,20	109,20
44	04	Unidade	Escova limpa broca	IODONTOSUL	3,64	14,56
47	40	Unidade	Espelho bucal nº 05	PREVEM	1,54	61,60
50	10	Rolo	Fio dental encerado com 100 metros	PREVEM	1,24	12,40
52	20	Rolo	Fita adesiva para autoclave 19mmX30mt	CIEX	2,51	50,20
60	09	Caixa	Irm pó e líquido - pó 38 gr e líquido 15 ml	INODON	11,80	106,20

69	02	Unidade	Macro modelo de escova de dente em acrílico	MEDFIO	14,384	28,77
76	02	Frasco	Óleo para lubrificação spray de alta rotação 200 ml	MAQUIRA	13,30	26,60
77	02	Frasco	Óleo para lubrificação spray de baixa rotação 200 ml	MAQUIRA	13,30	26,60
80	03	Tubo	Pasta maisto 10 gr	INODON	9,45	28,35
81	04	Tubo	Pasta profilática para limpeza e polimento 50 gr 90gr	VIGODENT	3,71	14,84
82	10	Caixa	Pastilha para revelação de placa com 120 unidades	IODONTO-SUL	13,30	133,00
83	20	Unidade	Pinça curva para algodão nº 7	LM	4,06	81,20
84	30	Caixa	Pincel microbrush com aplicador descartável com 100 unidades	FGM	5,43	162,90
86	04	Unidade	Porta matriz toflimire adulto	LM	14,00	56,00
92	03	Unidade	Resina composta micro particulada fotopolimerizável 4 g A2	FGM	11,20	33,60
93	03	Unidade	Resina composta micro particulada fotopolimerizável 4 g B2	FGM	11,20	33,60
96	10	Unidade	Sindesmótomo	LM	4,06	40,60
98	05	Frasco	Ticresol formalina 10 ml	INODON	3,808	19,04
99	05	Caixa	Tira de lixa para amálgama com 12 unidades	PREVEM	3,984	19,92
TOTAL					R\$ 2.275,78	

MASIF ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
37	01	Galão	Desinfetante hospitalar de artigos semi críticos 5 lt	RICIE	5,33	5,33
40	50	Caixa	Embalagem alto selante para esterilização 14cmX29cm com 100 um	MEDIPACK	21,24	1.062,00
41	70	Caixa	Embalagem alto selante para esterilização 9cmX26cm com 100 unidades	MEDIPACK	12,79	895,30
61	04	Caixa	Lâmina para bisturi nº 12 com 100 unidades	ADVANTIVE	10,66	42,64
62	04	Caixa	Lâmina para bisturi nº 15 com 100 unidades	ADVANTIVE	10,66	42,64
TOTAL					R\$ 2.047,91	

COMERCIAL BRASILEIRA DE MEDICAMENTOS CBM LTDA

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	40	Unidade	Acido gel fosfórico 37% - frasco com 2,5 ml	BIODINÂMICA	1,12	44,80
07	30	Pacote	Algodão odontológico com 100 unidades	SSPLUS	0,769	23,07
09	10	Caixa	Anestésico mepivacaina 3% sem vasoconstritor 1,8 ml com 50 unidades	LIDOSTESIM	20,30	203,00
63	05	Unidade	Lima 25mm 1ª série	MILTEX	18,80	94,00
70	10	Unidade	Mandril para contra ângulo para discos polimento de resina	PREVEN	1,68	16,80
71	50	Caixa	Máscara cirúrgica com elástico tripla camada e filtro com 50 unidades	DESCARPACK	6,30	315,00
72	30	Unidade	Matriz Metálica 0,05 x 5 x 500mm	PREVEN	0,88	26,40
73	05	Unidade	Matriz Metálica 0,05 x 7 x 500mm	PREVEN	0,88	4,40
87	03	Unidade	Resina composta micro hibrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g A1	CHARISMA	35,34	106,02
88	10	Unidade	Resina composta micro hibrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g A2	CHARISMA	35,34	353,40
91	05	Unidade	Resina composta micro hibrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g OA2	CHARISMA	35,34	176,70
95	05	Kit	Selante de Fissuras e fissuras fotopolimerizável 5 ml com 5 seringas	FLU-ROSHIELD	60,20	301,00
97	100	Pacote	Sugador de saliva descartável com 40 unidades	MAXCLEAN	2,27	227,00
101	05	Caixa	Tira de poliéster com 100 unidades	PREVEN	0,98	4,90
102	04	Frasco	Verniz com flúor 15 ml	CAVITINE	7,84	31,36
TOTAL					R\$ 1.927,85	

DENTAL AMERICA COM. DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
02	20	Unidade	Adesivo monocomponente frasco com 6 ml	TETRIC N BOND	70,00	1.400,00
08	03	Caixa	Anestésico injetável cloridrato de lidocaína e fenilefrina c/ 50 un 1,8 ml	NOVOCOL	21,25	63,75



46	05	Unidade	Espátula para resina (inserção) dupla com ponta de titânio	PRISMA	33,45	167,25
64	02	Unidade	Lima 25mm 2ª série	MILTEX	20,50	41,00
74	04	Pote	Obturador provisório branco 25 gr	CAVITEC	8,00	32,00
79	02	Unidade	Paramonocloro fenol canforado 20 ml	BIODINÂMICA	5,50	11,00
94	04	Unidade	Resina fotopolimerizável Flow A2	NATURAL FLOW	17,50	70,00
100	05	Caixa	Tira de lixa para resina com 150 unidades	INJECTA	6,00	30,00
TOTAL					R\$ 1.815,00	

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
03	35	Caixa	Agulha gengival curta 0,3X21 mm com 100 unidades	MED DENTAL	9,36	327,60
04	10	Caixa	Agulha gengival extra curta com 100 unidades	MED DENTAL	7,15	71,50
05	35	Caixa	Agulha gengival longa com 100 unidades	MED DENTAL	8,71	304,85
06	100	Frasco	Alcool 70% 1000 ml	RICIE	2,14	214,00
42	15	Caixa	Escova dental com cerdas macias adulto com 100 unidades	SANIFIL	11,31	169,65
43	30	Caixa	Escova dental com cerdas macias infantil com 100 unidades	SANIFIL	10,27	308,10
75	05	Unidade	Óculos de proteção incolor em policarbonato	SSPLUS	3,76	18,80
78	02	Frasco	Otosporin 10 ml	INODON	3,88	7,76
TOTAL					R\$ 1.422,26	

MEDVEL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
10	70	Caixa	Anestésico mepivacaína com noradrenalina 2% c/ 50 un 1,8 ml	DFL	38,00	2.660,00
12	60	Unidade	Broca alta rotação 1011	TECHNEW	1,01	60,60
13	60	Unidade	Broca alta rotação 1012	TECHNEW	1,01	60,60
14	60	Unidade	Broca alta rotação 1013	TECHNEW	1,01	60,60
15	60	Unidade	Broca alta rotação 1014	TECHNEW	1,01	60,60
16	60	Unidade	Broca alta rotação 1090	TECHNEW	1,01	60,60
17	40	Unidade	Broca alta rotação 1091	TECHNEW	1,01	40,40

18	40	Unidade	Broca alta rotação 1092	TECHNEW	1,01	40,40
19	40	Unidade	Broca alta rotação 1093	TECHNEW	1,01	40,40
20	60	Unidade	Broca alta rotação 2200	TECHNEW	1,01	60,60
21	20	Unidade	Broca alta rotação 3082	TECHNEW	1,01	20,20
31	08	Unidade	Broca zekria	MEDIN	17,80	142,40
34	100	Pacote	Compressa de gaze hidrófila 7,5X7,5 cm com 11 fios com 500 unidades	WS	7,01	701,00
38	02	Frasco	Digluconato de clorexidina 2% 1000 ml	MAQUIRA	5,00	10,00
45	01	Unidade	Escovódromo portátil	D-EXPRESS	3.750,00	3.750,00
48	04	Unidade	Espelho de mão	JON	16,50	66,00
49	30	Caixa	Fio de sutura agulhado de seda 3-0 com 24 unidades	PROCARE	17,52	525,60
51	10	Rolo	Fita adesiva branca para odonto 19mmX30mt	MISSNER	1,459	14,59
53	03	Frasco	Fluor fosfato acidulado gel 1,23% frasco com 200 ml	DFL	2,41	7,23
55	05	Pacote	Gorro branco descartável com 100 unidades	SSPLUS	6,30	31,50
56	03	Caixa	Haste flexível de plástico com algodão tipo cotonete com 500 unidades	HIGIE TOP	5,00	15,00
57	02	Frasco	Hidróxido de cálcio pó 10 gr	ASFER	2,68	5,36
58	06	Unidade	Ionomero de vidro fotopolimerizável pó 5 gr + líquido	DFL	24,50	147,00
59	200	Cápsula	Ionomero de vidro restaurador + duas pistolas	SDI	1,85	370,00
65	50	Caixa	Luva para procedimento extra pequena com 100 unidades	SEMPERMED	16,19	809,50
66	70	Caixa	Luva para procedimento média com 100 unidades	SEMPERMED	16,19	1.133,30
67	200	Caixa	Luva para procedimento pequena com 100 unidades	SEMPERMED	16,19	3.238,00
68	02	Unidade	Macro modelo de arcada dentária superior e inferior em acrílico	D-EXPRESS	68,50	137,00
85	03	Unidade	Porta matriz ivory	GOLFRAN	13,50	40,50
89	10	Unidade	Resina composta micro híbrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g A3	CHARISMA	35,35	353,50

90	05	Unidade	Resina composta micro híbrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g B2	CHARISMA	35,35	176,75
TOTAL				R\$ 14.839,23		
TOTAL DO PROCESSO				R\$ 24.342,51		

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 12/2009 - FMS

Aos(s) 08 de dezembro de 2009, às 10:30 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 217/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 12/2009, Licitação nº 8/2009 – PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 12/2009, Pregão Presencial nº 08/2009, o Sr. Jose Osnir Cardoso - Pregoeiro; Sra. Edinéia Ambrosi Levandoski, Gilsen Merschner Neppel e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 217/2009, Sr. Nildo Brand, representante da empresa Auto Posto Valões Ltda, Gilmar José Candido Buzzi, representante das empresas Anesio Buzzi & Cia Ltda e Ipê Comércio de Combustíveis Ltda, Senhor Jackson Favero Slongo, representante da empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda; Sr. José Noeli Leonardo, representante da empresa Safra Diesel Ltda.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas Empresas: ANESIO BUZZI & CIA LTDA; AUTO POSTO VALÕES LTDA; SAFRA DIESEL LTDA; IPE - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA; CERES - COMERCIO E TRANSPORTE DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA e constatou que as mesmas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 7 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe.

Os representantes das empresas proponentes presentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas e ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Propostas, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 12/2009, Pregão Presencial nº 08/2009, o Sr. Jose Osnir Cardoso - Pregoeiro; Sra. Edineia Ambrosi Levandoski, Sra. Gilsen Merschner Neppel e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 217/2009; Sr. Nildo Brand, representante da empresa Auto Posto Valões Ltda, Gilmar José Candido Buzzi, representante das empresas Anesio Buzzi & Cia Ltda e Ipê Comércio de Combustíveis Ltda, Senhor Jackson Favero Slongo, representante da empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda; Sr. José Noeli Leonardo, representante da empresa Safra Diesel Ltda.

Inicialmente a Pregoeira procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Procedeu-se a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas: ANESIO BUZZI & CIA LTDA; AUTO POSTO VALÕES LTDA; SAFRA DIESEL LTDA; IPE - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA; CERES - COMERCIO E TRANSPORTE DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA; as quais seguem classificadas para a fase competitiva do julgamento das propostas.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

A presente Ata de Registro de Preços tem validade para 12 (doze) meses, conforme Edital, seguindo abaixo a relação das empresas com seus respectivos itens:

AUTO POSTO VALÕES LTDA

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
02	30.000 litros	Gasolina Comum	Bandeira Potencial	2,5790	77.370,00
03	20.000 litros	Álcool Combustível Comum	Bandeira Potencial	1,8690	37.380,00
TOTAL				R\$ 114.750,00	

CERES – COMERCIO E TRANSPORTES DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	30.000 litros	Óleo Diesel Comum	IPIRANGA	1,7590	52.770,00
TOTAL				R\$ 52.770,00	

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 44/2009 PREGÃO PRESENCIAL 08/2009 PROCESSO Nº. 12/2009

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 06.089.125/0001-16, com sede administrativa estabelecida à Avenida 22 de Julho, n.º 1080, em Irineópolis - SC., neste ato representado pela Sra. Nilda Edite Banhuki Galvão, brasileira, casada, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliada a Avenida 22 de Julho, nº. 22, centro, neste município, inscrito no CPF nº 054.059.019-38, e a empresa Auto Posto Valões Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 79.378.469/0001-19, com sede a rua Bahia, nº 35, Centro, na cidade de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo senhor Toni Rosinski, portador do CPF nº 509.559.509-53, e RG nº 18ªR-1.793.935-SESP-SC, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1777/2008 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 08/2009, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 12/2009,

modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Os valores definidos na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços n.º 44/2009 - Processo de Licitação n.º 12/2009, Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 08/2009, da Prefeitura Municipal de Irineópolis, por este aditado, conforme faculta a alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, consolidada, e cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 044/2009, e de acordo com pareceres contábil e jurídico, passam a ser a partir da data da assinatura deste, conforme segue:

Item	Descrição	Marca	Valor Anterior R\$	Valor Alterado R\$
02	Gasolina Comum	Bandeira Potencial	R\$ 2,5790	R\$ 2,667
03	Álcool Combustível Comum	Bandeira Potencial	R\$ 1,869	R\$ 2,089

CLAUSULA SEGUNDA- Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 26 de janeiro de 2010.
NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E GESTORA DO FMS

AUTO POSTO VALÕES LTDA
TONI ROSINSKI

Testemunhas:

Nome: Mauricio Juraszek
CPF: 044.088.849-28

Nome: Rosani Rodrigues da Silva Mischka
CPF: 664.622.159-68

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 45/2009
PREGÃO PRESENCIAL 08/2009
PROCESSO Nº. 12/2009

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 06.089.125/0001-16, com sede administrativa estabelecida à Avenida 22 de Julho, n.º 1080, em Irineópolis - SC., neste ato representado pela Sra. Nilda Edite Banhuki Galvão, brasileira, casada, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliada a Avenida 22 de Julho, nº. 22, centro, neste município, inscrito no CPF nº 054.059.019-38, e a empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na rua Francisco Fernandes Luiz, nº 685, Bairro São Joaquim, na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 78.695.996/0001-94, neste ato representada pelo senhor Jackson Favero Slongo, portador do CPF nº 770.459.639-01, e RG nº 4.641.891-3-PR, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1777/2008 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 08/2009, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 12/2009, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Os valores definidos na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços n.º 45/2009 - Processo de Licitação n.º 12/2009, Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 08/2009, da Prefeitura Municipal de Irineópolis, por este aditado, conforme faculta a alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, consolidada, e cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 045/2009, e de acordo com pareceres contábil e jurídico, passam a ser a partir da data da assinatura deste, conforme segue:

Item	Descrição	Marca	Valor Anterior R\$	Valor Alterado R\$
01	Óleo Diesel Comum	Ipiranga	R\$ 1,759	R\$ 1,78

CLAUSULA SEGUNDA- Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 27 de janeiro de 2010.
NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E GESTORA DO FMS

CERES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA
JACKSON FAVERO SLONGO

Testemunhas:

Nome: Mauricio Juraszek
CPF: 044.088.849-28

Nome: Rosani Rodrigues da Silva Mischka
CPF: 664.622.159-68



Anexo I - RREO 1 BIMESTRE

Município de IRINEOPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.884.250,00	22.884.250,00	2.161.683,35	9,45	2.161.683,35	9,45	20.722.566,65
RECEITAS CORRENTES	14.995.000,00	14.995.000,00	2.102.479,26	14,02	2.102.479,26	14,02	12.892.520,74
RECEITA TRIBUTARIA	640.200,00	640.200,00	75.798,75	11,84	75.798,75	11,84	564.401,25
IMPOSTOS	570.000,00	570.000,00	41.750,58	7,32	41.750,58	7,32	528.249,42
TAXAS	68.700,00	68.700,00	34.048,17	49,56	34.048,17	49,56	34.651,83
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	150.000,00	150.000,00	19.999,53	13,33	19.999,53	13,33	130.000,47
CONTRIBUICOES ECONOMICAS	150.000,00	150.000,00	19.999,53	13,33	19.999,53	13,33	130.000,47
RECEITA PATRIMONIAL	45.800,00	45.800,00	510,11	1,11	510,11	1,11	45.289,89
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	42.500,00	42.500,00	510,11	1,20	510,11	1,20	41.989,89
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
Outras Rec. Patrimoniais	1.800,00	1.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00
RECEITA DE SERVIÇOS	214.000,00	214.000,00	17.359,93	8,11	17.359,93	8,11	196.640,07
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.847.200,00	13.847.200,00	1.971.171,91	14,24	1.971.171,91	14,24	11.876.028,09
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.467.200,00	13.467.200,00	1.971.171,91	14,64	1.971.171,91	14,64	11.496.028,09
Transf. de Conv.	380.000,00	380.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	380.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	97.800,00	97.800,00	17.639,03	18,04	17.639,03	18,04	80.160,97
Multas e Juros de Mora	23.400,00	23.400,00	2.607,49	11,14	2.607,49	11,14	20.792,51
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15.700,00	15.700,00	5.351,97	34,09	5.351,97	34,09	10.348,03
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	27.700,00	27.700,00	5.288,46	19,09	5.288,46	19,09	22.411,54
RECEITAS DIVERSAS	31.000,00	31.000,00	4.391,11	14,16	4.391,11	14,16	26.608,89
RECEITAS DE CAPITAL	7.889.250,00	7.889.250,00	59.204,09	0,75	59.204,09	0,75	7.830.045,91
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.320.000,00	1.320.000,00	37.292,10	2,83	37.292,10	2,83	1.282.707,90
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.320.000,00	1.320.000,00	37.292,10	2,83	37.292,10	2,83	1.282.707,90
ALIENAÇÃO DE BENS	51.000,00	51.000,00	21.911,99	42,96	21.911,99	42,96	29.088,01
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	50.000,00	21.911,99	43,82	21.911,99	43,82	28.088,01
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.518.250,00	6.518.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.518.250,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	6.518.250,00	6.518.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.518.250,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	22.884.250,00	22.884.250,00	2.161.683,35	9,45	2.161.683,35	9,45	20.722.566,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de IRINEOPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	22.884.250,00	22.884.250,00	2.161.683,35	9,45	2.161.683,35	9,45	20.722.566,65
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	22.884.250,00	22.884.250,00	2.161.683,35	9,45	2.161.683,35	9,45	20.722.566,65
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	—	—	—	110.000,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	22.884.250,00	110.000,00	22.994.250,00	2.356.625,00	2.356.625,00	2.034.422,99	2.034.422,99	8,85	20.959.827,01
DESPESAS CORRENTES	13.232.500,00	110.000,00	13.342.500,00	2.093.032,47	2.093.032,47	1.939.311,77	1.939.311,77	14,53	11.403.188,23
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.245.710,00	0,00	7.245.710,00	1.245.161,10	1.245.161,10	1.243.878,60	1.243.878,60	17,17	6.001.831,40
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	78.000,00	0,00	78.000,00	10.831,70	10.831,70	10.831,70	10.831,70	13,89	67.168,30
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.908.790,00	110.000,00	6.018.790,00	837.039,67	837.039,67	684.601,47	684.601,47	11,37	5.334.188,53
DESPESAS DE CAPITAL	9.569.750,00	0,00	9.569.750,00	263.592,53	263.592,53	95.111,22	95.111,22	0,99	9.474.638,78
INVESTIMENTOS	8.854.750,00	0,00	8.854.750,00	195.457,69	195.457,69	26.976,38	26.976,38	0,30	8.827.773,62
INVERSOES FINANCEIRAS	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	515.000,00	0,00	515.000,00	68.134,84	68.134,84	68.134,84	68.134,84	13,23	446.865,16
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	82.000,00	0,00	82.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	22.884.250,00	110.000,00	22.994.250,00	2.356.625,00	2.356.625,00	2.034.422,99	2.034.422,99	8,85	20.959.827,01
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3



Município de IRINEOPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	22.884.250,00	110.000,00	22.994.250,00	2.356.625,00	2.356.625,00	2.034.422,99	2.034.422,99	8,85	20.959.827,01
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	127.260,36	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	22.884.250,00	110.000,00	22.994.250,00	2.356.625,00	2.356.625,00	2.034.422,99	2.161.683,35	8,85	20.959.827,01

FONTE: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO



Anexo II - RREO 1 BIMESTRE

Município de IRINEOPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.884.250,00	22.994.250,00	2.356.625,00	2.356.625,00	2.034.422,99	2.034.422,99	100,00	8,85	20.959.827,01
Legislativa	766.000,00	766.000,00	93.957,91	93.957,91	93.957,91	93.957,91	4,62	12,27	672.042,09
Ação Legislativa	766.000,00	766.000,00	93.957,91	93.957,91	93.957,91	93.957,91	4,62	12,27	672.042,09
Administração	1.835.000,00	1.835.000,00	244.274,76	244.274,76	236.545,39	236.545,39	11,63	12,89	1.598.454,61
Planejamento e Orçamento	357.000,00	357.000,00	62.902,13	62.902,13	62.307,33	62.307,33	3,06	17,45	294.692,67
Administração Geral	1.163.000,00	1.163.000,00	141.972,72	141.972,72	136.402,87	136.402,87	6,70	11,73	1.026.597,13
Administração Financeira	315.000,00	315.000,00	39.399,91	39.399,91	37.835,19	37.835,19	1,86	12,01	277.164,81
Segurança Pública	36.000,00	36.000,00	2.580,05	2.580,05	2.037,05	2.037,05	0,10	5,66	33.962,95
Defesa Civil	36.000,00	36.000,00	2.580,05	2.580,05	2.037,05	2.037,05	0,10	5,66	33.962,95
Assistência Social	1.263.500,00	1.263.500,00	71.374,33	71.374,33	62.757,53	62.757,53	3,08	4,97	1.200.742,47
Assistência ao Idoso	82.000,00	82.000,00	241,61	241,61	241,61	241,61	0,01	0,29	81.758,39
Assistência ao Portador de Deficiência	13.000,00	13.000,00	1.575,52	1.575,52	1.575,52	1.575,52	0,08	12,12	11.424,48
Assistência à Criança e ao Adolescente	197.500,00	197.500,00	11.470,64	11.470,64	11.470,64	11.470,64	0,56	5,81	186.029,36
Assistência Comunitária	846.000,00	846.000,00	38.910,53	38.910,53	30.293,73	30.293,73	1,49	3,58	815.706,27
Previdência Básica	125.000,00	125.000,00	19.176,03	19.176,03	19.176,03	19.176,03	0,94	15,34	105.823,97
Saúde	4.518.500,00	4.518.500,00	920.028,31	920.028,31	742.261,08	742.261,08	36,49	16,43	3.776.238,92
Administração Geral	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Atenção Básica	3.916.500,00	3.916.500,00	832.293,37	832.293,37	663.583,36	663.583,36	32,62	16,94	3.252.916,64
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	556.000,00	556.000,00	82.881,68	82.881,68	75.205,98	75.205,98	3,70	13,53	480.794,02
Vigilância Sanitária	26.000,00	26.000,00	180,00	180,00	180,00	180,00	0,01	0,69	25.820,00
Vigilância Epidemiológica	18.000,00	18.000,00	4.673,26	4.673,26	3.291,74	3.291,74	0,16	18,29	14.708,26
Educação	6.013.000,00	6.013.000,00	639.980,40	639.980,40	533.103,81	533.103,81	26,20	8,87	5.479.896,19
Administração Geral	3.000,00	3.000,00	180,00	180,00	180,00	180,00	0,01	6,00	2.820,00
Ensino Fundamental	5.094.000,00	5.094.000,00	528.119,90	528.119,90	451.667,13	451.667,13	22,20	8,87	4.642.332,87
Ensino Médio	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
Ensino Superior	83.000,00	83.000,00	105,00	105,00	105,00	105,00	0,01	0,13	82.895,00
Educação Infantil	788.000,00	788.000,00	111.575,50	111.575,50	81.151,68	81.151,68	3,99	10,30	706.848,32
Educação de Jovens e Adultos	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Educação Especial	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Cultura	181.000,00	181.000,00	1.629,07	1.629,07	1.629,07	1.629,07	0,08	0,90	179.370,93
Difusão Cultural	181.000,00	181.000,00	1.629,07	1.629,07	1.629,07	1.629,07	0,08	0,90	179.370,93
Urbanismo	3.896.000,00	3.896.000,00	97.836,24	97.836,24	94.926,87	94.926,87	4,67	2,44	3.801.073,13
Infra-Estrutura Urbana	3.896.000,00	3.896.000,00	97.836,24	97.836,24	94.926,87	94.926,87	4,67	2,44	3.801.073,13
Habitação	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Habitação Urbana	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Saneamento	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Saneamento Básico Urbano	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Agricultura	1.002.250,00	1.002.250,00	46.952,11	46.952,11	42.277,22	42.277,22	2,08	4,22	959.972,78
Extensão Rural	1.002.250,00	1.002.250,00	46.952,11	46.952,11	42.277,22	42.277,22	2,08	4,22	959.972,78
Indústria	81.000,00	81.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.000,00
Promoção Industrial	81.000,00	81.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.000,00
Comércio e Serviços	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Turismo	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Energia	120.000,00	120.000,00	20.481,82	20.481,82	20.481,82	20.481,82	1,01	17,07	99.518,18
Energia Elétrica	120.000,00	120.000,00	20.481,82	20.481,82	20.481,82	20.481,82	1,01	17,07	99.518,18
Transporte	2.853.000,00	2.963.000,00	210.193,32	210.193,32	197.108,56	197.108,56	9,69	6,65	2.765.891,44
Transporte Rodoviário	2.853.000,00	2.963.000,00	210.193,32	210.193,32	197.108,56	197.108,56	9,69	6,65	2.765.891,44
Desporto e Lazer	47.000,00	47.000,00	7.336,68	7.336,68	7.336,68	7.336,68	0,36	15,61	39.663,32
Desporto Comunitário	47.000,00	47.000,00	7.336,68	7.336,68	7.336,68	7.336,68	0,36	15,61	39.663,32
Reserva de Contingência	82.000,00	82.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.000,00
Reserva de Contingência	82.000,00	82.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	22.884.250,00	22.994.250,00	2.356.625,00	2.356.625,00	2.034.422,99	2.034.422,99	100,00	8,85	20.959.827,01

FONTE: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO



Anexo X - RREO 1 BIMESTRE

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	604.700,00	604.700,00	46.591,67	46.591,67	7,70
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	203.500,00	203.500,00	3.473,96	3.473,96	1,71
1.1.1- IPTU	180.000,00	180.000,00	627,27	627,27	0,35
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	10.000,00	10.000,00	1.135,72	1.135,72	11,36
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	13.500,00	13.500,00	1.710,97	1.710,97	12,67
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	28.500,00	28.500,00	1.769,60	1.769,60	6,21
1.2.1- ITBI	28.000,00	28.000,00	1.769,60	1.769,60	6,32
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	220.700,00	220.700,00	32.802,66	32.802,66	14,86
1.3.1- ISS	210.000,00	210.000,00	30.808,26	30.808,26	14,67
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	4.000,00	4.000,00	709,16	709,16	17,73
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	6.700,00	6.700,00	1.285,24	1.285,24	19,18
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	152.000,00	152.000,00	8.545,45	8.545,45	5,62
1.4.1- IRRF	152.000,00	152.000,00	8.545,45	8.545,45	5,62
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.010.000,00	10.010.000,00	1.533.828,42	1.533.828,42	15,32
2.1- Cota-Parte FPM	5.900.000,00	5.900.000,00	862.595,05	862.595,05	14,62
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.900.000,00	5.900.000,00	862.595,05	862.595,05	14,62
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.600.000,00	3.600.000,00	618.608,26	618.608,26	17,18
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	36.000,00	36.000,00	4.456,92	4.456,92	12,38
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	110.000,00	110.000,00	13.554,87	13.554,87	12,32
2.5- Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	2.213,93	2.213,93	11,07
2.6- Cota-Parte IPVA	344.000,00	344.000,00	32.399,39	32.399,39	9,42
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.614.700,00	10.614.700,00	1.580.420,09	1.580.420,09	14,89

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	472.000,00	472.000,00	56.470,04	56.470,04	11,96
5.1- Transferências do Salário-Educação	255.000,00	255.000,00	56.470,04	56.470,04	22,15
5.2- Outras Transferências do FNDE	217.000,00	217.000,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.740.000,00	1.740.000,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	1.740.000,00	1.740.000,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.214.000,00	2.214.000,00	56.470,04	56.470,04	2,55

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.921.400,00	1.921.400,00	306.765,28	306.765,28	15,97
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.140.000,00	1.140.000,00	172.518,96	172.518,96	15,13
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	680.000,00	680.000,00	123.721,46	123.721,46	18,19
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.600,00	6.600,00	891,38	891,38	13,51
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	22.000,00	22.000,00	2.710,97	2.710,97	12,32
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	4.000,00	4.000,00	442,76	442,76	11,07
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	68.800,00	68.800,00	6.479,75	6.479,75	9,42
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.860.000,00	2.860.000,00	497.062,21	497.062,21	17,38
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.850.000,00	2.850.000,00	497.062,21	497.062,21	17,44
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	928.600,00	928.600,00	190.296,93	190.296,93	20,49

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB



MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.839.000,00	1.839.000,00	261.467,53	261.467,53	14,22
13.1- Com Educação Infantil	139.000,00	139.000,00	3.403,81	3.403,81	2,45
13.2- Com Ensino Fundamental	1.700.000,00	1.700.000,00	258.063,72	258.063,72	15,18
14- OUTRAS DESPESAS	1.011.000,00	1.011.000,00	75.797,28	75.797,28	7,50
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	1.011.000,00	1.011.000,00	75.797,28	75.797,28	7,50
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.850.000,00	2.850.000,00	337.264,81	337.264,81	11,83
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					52,60
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2009 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2010 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	2.653.675,00	2.653.675,00	395.105,02	395.105,02	14,89
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	633.000,00	633.000,00	55.109,83	55.109,83	8,71
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	139.000,00	139.000,00	3.403,81	3.403,81	2,45
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	494.000,00	494.000,00	51.706,02	51.706,02	10,47
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.847.000,00	2.847.000,00	334.835,00	334.835,00	11,76
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.711.000,00	2.711.000,00	333.861,00	333.861,00	12,32
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	136.000,00	136.000,00	974,00	974,00	0,72
25- ENSINO MÉDIO	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.502.000,00	3.502.000,00	389.944,83	389.944,83	11,13
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					30.499,53
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					30.499,53
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					359.445,30
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					22,74

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	255.000,00	255.000,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.977.000,00	1.977.000,00	93.219,42	93.219,42	4,72
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.232.000,00	2.232.000,00	93.219,42	93.219,42	4,18
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.734.000,00	5.734.000,00	483.164,25	483.164,25	8,43
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2010 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	2.521,24		0,00		



MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	139.986,24	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	497.062,21	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	392.432,85	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	244.615,60	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 79.428,86, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recurso de impostos foi de R\$ 0,00.

Anexo XVI - RREO 1 BIMESTRE

Município de IRINEOPOLIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.614.700,00	10.614.700,00	1.580.420,09	14,89
Impostos	570.000,00	570.000,00	41.750,58	7,32
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	180.000,00	180.000,00	627,27	0,35
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	28.000,00	28.000,00	1.769,60	6,32
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	210.000,00	210.000,00	30.808,26	14,67
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	152.000,00	152.000,00	8.545,45	5,62
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	34.700,00	34.700,00	4.841,09	13,95
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	14.500,00	14.500,00	1.844,88	12,72
Dívida Ativa dos Impostos	20.200,00	20.200,00	2.996,21	14,83
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	10.010.000,00	10.010.000,00	1.533.828,42	15,32
Da União	5.956.000,00	5.956.000,00	869.265,90	14,59
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	5.900.000,00	5.900.000,00	862.595,05	14,62
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	20.000,00	20.000,00	2.213,93	11,07
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. N° 87/96	36.000,00	36.000,00	4.456,92	12,38
Do Estado	4.054.000,00	4.054.000,00	664.562,52	16,39
Cota-Parte do ICMS	3.600.000,00	3.600.000,00	618.608,26	17,18
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	110.000,00	110.000,00	13.554,87	12,32
Cota-Parte do IPVA	344.000,00	344.000,00	32.399,39	9,42
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	2.485.500,00	2.485.500,00	142.474,99	5,73
Da União para o Município	1.692.500,00	1.692.500,00	131.693,83	7,78
Do Estado para o Município	793.000,00	793.000,00	10.781,16	1,36
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	11.705.450,00	11.705.450,00	745.553,55	6,37
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-1.921.400,00	-1.921.400,00	-306.765,28	15,97
TOTAL	22.884.250,00	22.884.250,00	2.161.683,35	9,45

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	3.628.500,00	3.628.500,00	740.902,32	20,42
Pessoal e Encargos Sociais	2.274.500,00	2.274.500,00	449.356,96	19,76
Juros e Encargos da Dívida	3.000,00	3.000,00	157,83	5,26
Outras Despesas Correntes	1.351.000,00	1.351.000,00	291.387,53	21,57
DESPESAS DE CAPITAL	878.000,00	878.000,00	1.358,76	0,15
Investimentos	878.000,00	878.000,00	1.053,00	0,12

Continua 1/2



Município de IRINEOPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	878.000,00	878.000,00	1.358,76	0,15
Amortização da Dívida	0,00	0,00	305,76	0,00
TOTAL (IV)	4.506.500,00	4.506.500,00	742.261,08	16,47

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	4.506.500,00	4.506.500,00	742.261,08	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.480.500,00	2.480.500,00	364.030,23	49,04
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.480.500,00	2.480.500,00	364.030,23	49,04
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	2.026.000,00	2.026.000,00	378.230,85	50,96

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2010 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SA	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL $\leq \frac{V}{V+VI}$ [(V - VI) / I]	23,93
--	-------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	3.916.500,00	3.916.500,00	663.583,36	89,40
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	556.000,00	556.000,00	75.205,98	10,13
Vigilância Sanitária	26.000,00	26.000,00	180,00	0,02
Vigilância Epidemiológica	18.000,00	18.000,00	3.291,74	0,44
Outras Subfunções	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00
TOTAL	4.537.500,00	4.537.500,00	742.261,08	100,00

FONTE: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

José Boiteux

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 195/2010

PORTARIA N° 195/2010

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, RESOLVE NOMEAR POR CONCURSO 001/2009, Thaisi da Cunha, nos termos do inciso I do artigo 11, da Lei nº 170, de 28 de fevereiro de 1992, e artigo 8º da Lei Complementar 001/2005, para exercer o cargo da categoria funcional de Enfermeira, Código 1.06, Grupo I, Carga Horária 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de José Boiteux a partir desta data.

José Boiteux, 26 de fevereiro de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 196/2010

PORTARIA N° 196/2010

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE NOMEAR, Gerson Nunes, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Departamento, carga horária de 40 Horas semanais, a partir de 01.03.2010.

José Boiteux, 01 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 198/2010

PORTARIA N° 198/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE ADMITIR EM CARATER TEMPORÁRIO nos termos do artigo 30 da Lei Complementar n. 002/2005, a servidora Alice Kopp para exercer o cargo de Professor Nível I NH, Grupo I, Docente – DOC, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 01.03.2010.

José Boiteux, 01 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 199/2010

PORTARIA N° 199/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE ADMITIR EM CARATER TEMPORÁRIO nos termos do artigo 30 da Lei Complementar n. 002/2005, a servidora Jennyfer Kimmel para exercer o cargo de Professor Nível I NH, Grupo I, Docente – DOC, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01.03.2010.

José Boiteux, 01 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 200/2010

PORTARIA N° 200/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE ADMITIR EM CARATER TEMPORÁRIO nos termos do artigo 30 da Lei Complementar n. 002/2005, a servidora Nilza Pieritz para exercer o cargo de Professor Nível II, Grupo I, Docente – DOC, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 01.03.2010.

José Boiteux, 01 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 201/2010

PORTARIA N° 201/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, § 1º, I da Lei nº 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO (a pedido) do servidor Anselmo Vinci, a partir de 01.03.2010, admitido pela Portaria nº 015/2006 de 02.01.2006, que admitiu no Cargo efetivo de Mecânico.

José Boiteux, 01 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 202.2010

PORTARIA N° 202/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER DIREITO A FRUIÇÃO DE LICENÇA PREMIO de (3 meses) ao servidor Aldonir da Silva ocupante do cargo de Motorista, correspondente ao quinquênio de 2004 a 2009 que será usufruída no período de 01.03.2010 a 29.05.2010.

José Boiteux, 01 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

202.2010_licenca_premi.doc
Usuário: Maybe Lunelli (24/03/2010 - 11:53:00 - 189.73.97.205)
E-mail: rh@pmjb.sc.gov.br

Portaria 203/2010

PORTARIA N° 203/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando



da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE ADMITIR EM CARATER TEMPORÁRIO nos termos do artigo 30 da Lei Complementar n. 002/2005, a servidora Vanessa Bertelli para exercer o cargo de Professor Nível I NH, Grupo I, Docente – DOC, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01.03.2010.

José Boiteux, 01 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 204/2010

PORTARIA N° 204/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Luiz Teruo Koyama, relativas ao período aquisitivo de 14.02.2009 a 13.02.2010 que serão usufruídas no período de 01.03.2010 a 30.03.2010 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 01 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 205/2010

PORTARIA N° 205/2010

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, TORNA SEM EFEITO A PORTARIA 063/2010 E RESOLVE NOMEAR, Janaina Zimmermann, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Departamento, carga horária de 40 Horas semanais, a partir de 01.03.2010.

José Boiteux, 01 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 206/2010

PORTARIA N° 206/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE ADMITIR EM CARATER TEMPORÁRIO nos termos do artigo 26 da Lei Complementar n. 001/2005, o servidor Armelino Simão para exercer o cargo de Conserveiro, Código 3.05, Grupo III, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01.03.2010.

José Boiteux, 01 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 207/2010

PORTARIA N° 207/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, § 1º, da Lei nº 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO ao servidor Giovannildo Buchmann, a partir de 01.03.2010, admitido pela Portaria nº 119/2010 de 02.02.2010, que admitiu no Cargo temporário de Conserveiro.

José Boiteux, 01 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 208/2010

PORTARIA N° 208/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE ADMITIR EM CARATER TEMPORÁRIO nos termos do artigo 26 da Lei Complementar n. 001/2005, o servidor Jonas Siqueira para exercer o cargo de Conserveiro, Código 3.05, Grupo III, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01.03.2010.

José Boiteux, 01 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 209/2010

PORTARIA N° 209/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE ADMITIR EM CARATER TEMPORÁRIO nos termos do artigo 30 da Lei Complementar n. 002/2005, a servidora Janeide Winter para exercer o cargo de Professor Nível III, Grupo I, Docente – DOC, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01.03.2010.

José Boiteux, 01 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 210/2010

PORTARIA N° 210/2010

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, RESOLVE TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA 117/2010 QUE NOMEIA POR CONCURSO 001/2009, Tatiana Janaina Castellani, classificada para exercer o cargo de Servente, 40 horas semanais, pela desistência do mesmo através de Declaração devidamente assinada no dia 03 de março de 2010.

José Boiteux, 03 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra



Portaria 211/2010

PORTARIA Nº 211/2010

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, RESOLVE TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA 151/2010 QUE NOMEIA POR CONCURSO 001/2009, Marlene Castellani, classificada para exercer o cargo de Servente, 40 horas semanais, pela desistência do mesmo através de Declaração devidamente assinada no dia 03 de março de 2010.

José Boiteux, 03 de março de 2010.

JOSÉ LUIZ LOPES

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 212/2010

PORTARIA Nº 212/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE ADMITIR EM CARATER TEMPORÁRIO nos termos do artigo 26 da Lei Complementar n. 001/2005, a servidora Cristiane Pripa Rode Penz, para exercer o cargo de Servente, Código 3.11, Grupo III, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03.03.2010.

José Boiteux, 03 de março de 2010.

JOSÉ LUIZ LOPES

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 213/2010

PORTARIA Nº 213/2010

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE NOMEAR, Orides da Cunha, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Departamento, carga horária de 40 Horas semanais, a partir de 01.03.2010.

José Boiteux, 03 de março de 2010.

JOSÉ LUIZ LOPES

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 214/2010

PORTARIA Nº 214/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER DIREITO A FRUIÇÃO DE LICENÇA PREMIO de (3 meses) ao servidor Ailton Vicari ocupante do cargo de Técnico Agrícola, correspondente ao quinquênio de 01.11.1998 a 30.10.2003 que será usufruída no período de 03.03.2010 a 31.05.2010.

José Boiteux, 03 de março de 2010.

JOSÉ LUIZ LOPES

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 215/2010

PORTARIA Nº 215/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, ALTERA Portaria 188/2010, da servidora Jaqueline Scherer, para exercer o cargo de Professora Nível II, carga Horária 30 horas semanais, retroagindo efeitos a partir de 01 de março de 2010.

José Boiteux, 03 de março de 2010.

JOSÉ LUIZ LOPES.

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 216/2010

PORTARIA Nº 216/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, ALTERA Portaria 189/2010, da servidora Jaqueline Scherer, para exercer o cargo de Professora Nível I NH, carga Horária 10 horas semanais, retroagindo efeitos a partir de 01 de março de 2010.

José Boiteux, 03 de março de 2010.

JOSÉ LUIZ LOPES.

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Luzerna**PREFEITURA MUNICIPAL****Lei 887**

LEI Nº 887 de 23 de março de 2010.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S/A - EPAGRI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS com a EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S/A - EPAGRI, que tem por objeto a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural pela EPAGRI aos produtores rurais do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), ações descritas no PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT.

Art.2º- O MUNICÍPIO repassará para a EPAGRI pelos serviços prestados de Assistência Técnica e Extensão Rural o valor total de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), pagos em 10 (dez) parcelas iguais e sucessivas de R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais).

Art.3º- As despesas provenientes desta Lei correrão a conta da dotação orçamentária nº 09.0901.20.606.0052.2042 - Manuten-



ção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente - Categoria Econômica 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

Art.4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 23 de março de 2010.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Lei 888

LEI Nº 888 de 23 de março de 2010.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUBSIDIAR PARCIALMENTE AS DESPESAS DE TRANSPORTE DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE QUE ESPECIFICA"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a subsidiar parcialmente as despesas de transporte de estudantes universitários e do ensino profissionalizante residentes no MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) e que se deslocam diariamente à UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de Videira e à UnC - Campus de Concórdia, no valor de R\$ 917,28 (novecentos e dezessete reais e vinte e oito centavos) aluno/ano regular normal e proporcional aluno/ano não regular; à UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de Campos Novos e de Capinzal no valor de R\$ 802,62 (oitocentos e dois reais e sessenta e dois centavos) aluno/ano; de Linha Roça Grande - Luzerna a UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de Joaçaba, no valor de R\$ 491,40 (quatrocentos e noventa e um reais e quarenta centavos) aluno/ano; aos que se deslocam periodicamente a outros Municípios da região e que se cadastraram junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes da Prefeitura de Luzerna até o início do ano letivo, no valor de R\$ 232,05 (duzentos e trinta e dois reais e cinco centavos) aluno/ano e aos que se deslocam de comunidades de Luzerna que margeiam as rodovias estaduais sentido Água Doce/Luzerna e Ibicaré/Luzerna e que cursam o ensino profissionalizante no período noturno no SENAI Luzerna e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IF-SC - Núcleo de Luzerna, no valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) aluno/ano.

§1º- O subsídio será pago às empresas que efetuam o transporte dos estudantes conforme o "caput" deste artigo, de acordo com o número de estudantes que utilizam o transporte, mediante cadastro junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

§2º- O valor do subsídio será liberado parceladamente, sendo uma parcela no primeiro semestre de 2010 e a outra no segundo semestre de 2010, segundo a disponibilidade financeira do Município.

Art.2º- As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária 08.0801.12.364.0034.2033 - Manutenção do Transporte do Ensino Superior - Categoria Econômica 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 23 de março de 2010.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Lei 889

LEI Nº 889 de 23 de março de 2010.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ALIENAR A TERCEIROS MEDIANTE LICITAÇÃO O BEM MÓVEL QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar a terceiros, mediante licitação, o bem móvel abaixo relacionado, inservível ao serviço público municipal:

01. sucata de uma carroceria basculante

Art.2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de março de 2010.

Luzerna(SC), 23 de março de 2010.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Lei 890

LEI Nº 890 de 23 de março de 2010.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO COM ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CONVÊNIO com a COOPERATIVA JOVENS ESTUDANTES LTDA/CEJEL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.253.564/0001-23, com sede no Município de Água Doce(SC), para a criação de 05 (cinco) vagas no CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA no COLÉGIO AGRÍCOLA DE ÁGUA DOCE(SC), que serão preenchidas por alunos do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC).

§1º- O valor do Convênio será da ordem de R\$ 1.150,00 (hum mil, cento e cinquenta reais), por aluno matriculado em REGIME DE MATRÍCULA INTERNA e R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), por aluno matriculado em REGIME DE MATRÍCULA SEMI-INTERNA, correspondendo a 50% (cinquenta por cento) do valor total por aluno/ano, correndo as despesas por conta da dotação orçamentária nº 0901.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - Categoria Econômica - 3.3.90 00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

§2º- As vagas que disporá o Município incluem alimentação e alojamento, pelo período de 01(um) ano letivo, no COLÉGIO AGRÍCOLA DE ÁGUA DOCE, correspondente ao CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA.

§3º- A entidade deverá apresentar os comprovantes de regularidade fiscal (Certidões Negativas de Débitos) para o recebimento dos recursos.

Art.2º- O valor acima mencionado será liberado à entidade segundo a disponibilidade financeira do Município, cabendo a CEJEL encaminhar bimestralmente, uma ficha informativa da participação e rendimento dos alunos beneficiados.

Art.3º- Os alunos beneficiados através da presente Lei ficam obrigados a prestar serviços ao Município de Luzerna(SC), seguindo determinação da Administração Municipal.

Art.4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



Luzerna(SC), 23 de março de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Decreto 1196

DECRETO Nº 1196 de 17 de março de 2010.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei nº 877 de 08 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art.1º - Fica anulada parcialmente na Atividade abaixo discriminada, a Modalidade de Aplicação da despesa:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Administração

Atividade - 06.0601.06.181.0010.2011 - Manutenção do Convênio do Corpo de Bombeiros

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários.....R\$ 1.000,00

Detalhamento das Destinações de Recursos - 000000 - Sem destinação de Recursos

TOTAL ANULADO.....R\$ 1.000,00

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a Modalidade de Aplicação da despesa atribuída à respectiva Atividade:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Administração

Atividade - 06.0601.06.181.0010.2011 - Manutenção do Convênio do Corpo de Bombeiros

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários.....R\$ 1.000,00

Detalhamento das Destinações de Recursos - 000000 - Sem destinação de Recursos

TOTAL SUPLEMENTADO.....R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de março de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Chamamento público pml.001.2010

PREFEITURA DE LUZERNA

EDITAL DE CHAMAMENTO DE FORNECEDORES nº 001/10

O MUNICÍPIO DE LUZERNA, Estado de Santa Catarina torna público aos interessados que, de acordo com o art. 34 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, encontra-se aberta a possibilidade geral e irrestrita para proceder a atualização dos registros cadastrais de fornecedores e para o ingresso de novos interessados, diariamente das 08h às 11h30 e das 13h30m às 17h30m, no Departamento de Compras do Município, sito a Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), ou pelo telefone (49)3551-4700.

Luzerna(SC), 22 de março de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato pml.006.10

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.006.10

MODALIDADE: Dispensa de Licitação pml nº 004/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: MANOEL DALL'OGGIO DE MORAES ME - MDM CONSULTORIA AMBIENTAL

OBJETO: prestação de serviços de realização de Projeto de Licenciamento Ambiental (LAP, LAI LAO) e o Estudo Ambiental Simplificado junto à FATMA de Joaçaba da canalização de um curso de água do Riacho Luzerna no Município de Luzerna(SC).

VALOR: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias contados da data de emissão da Ordem de Serviço Inicial

DOTAÇÃO:

Conta: 11.1101.15.452.0061.2052.33900000

Reduzido: 098

Órgão: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Unidade Orçamentária: DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS

Projeto/Atividade: MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA

Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 00 - Recursos Ordinários

Destinação: 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Luzerna(SC), 22 de março de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

MANOEL DALL'OGGIO DE MORAES

MANOEL DALL'OGGIO DE MORAES ME - MDM CONSULTORIA AMBIENTAL

CONTRATADA

Extrato da Ata de Registro de preços pml.005.10

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PML 005/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº pml.0005/2010

Órgão Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Objeto: Registro de Preços para a contratação de serviços, por hora trabalhada, de monitoramento de aulas de culinária, bordado e pintura, destinados ao Grupo de Mulheres da Escola Profissional Feminina de Luzerna, conforme descrição em anexo

Modalidade: Pregão Presencial nº pml.0005/2010

Validade da Ata: 12 (doze) meses a partir da data da publicação da Ata de Registro de Preços

Órgão Gerenciador da Ata de Registro: Secretaria da Fazenda e Administração

Órgãos Participantes:

1 - MARLI LÚCIA HOFFMANN

2 - NILVA CARDOSO GAB

3 - REGINA CARIN JACOBY CUREAU

A Ata de Registro de Preços encontra-se disponível na íntegra no site www.luzerna.sc.gov.br no link Licitações.

Luzerna(SC), 17 de março de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço fms.006.10

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

FMS 006/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº fms.0005/2010

Órgão Gestor: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS



Objeto: Registro de Preços para a aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à composição da REMUME - Relação Municipal de Medicamentos Essenciais, conforme descrição em anexo

Modalidade: Pregão Presencial nº fms.0005/2010

Validade da Ata: 12 (doze) meses a partir da data da publicação da Ata de Registro de Preços

Órgão Gerenciador da Ata de Registro: Secretaria da Fazenda e Administração

Órgãos Participantes:

- 1 - SULMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA
- 2 - DIMASTER- COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA
- 3 - PRO-DIET FARMACÊUTICA LTDA
- 4 - CENTERMEDI- COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA
- 5 - DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA
- 6 - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
- 7 - DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA

A Ata de Registro de Preços encontra-se disponível na íntegra no site www.luzerna.sc.gov.br no link Licitações.

Luzerna(SC), 18 de março de 2010.

ORLANDO FÁVERO

Gestor do FMS

CÂMARA DE VEREADORES

LISTA DE APROVADOS CONCURSO CMV 001/10

CLASSIFICAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2010

CAMARA MUN. VEREADORES - LUZERNA

CARGO: SECRETÁRIO TÉCNICO LEGISLATIVO

N.F	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
6,3	049 - LEANDRO SARTORI	1º LUGAR
6,2	068 - SUZELI MARIA FIORIN	2º LUGAR
6	074 - PATRICIA C. DE ALMEIDA	3º LUGAR
5,7	061 - LUIZ FERNANDO VACCARI	4º LUGAR
5,6	067 - LUCILENE DE F. DOS SANTOS	5º LUGAR
5,6	094 - RENATE DALLA COSTA	6º LUGAR
5,5	052 - ROGER RICARDO T. KRIEGER	7º LUGAR
5,4	046 - MARIANA DE AZEVEDO RAMOS	8º LUGAR
5,3	064 - CHEILA SACCHETTI	9º LUGAR
5,2	025 - LUANA GEHM	10º LUGAR
5,2	072 - FABIANA AMBROSIO	11º LUGAR
5,1	045 - MAIRA FUSSIGER	12º LUGAR
5	057 - CAROLINE L. LUCIAN BEDIN	13º LUGAR
5	027 - VANDERLEIA C. B. NORA	14º LUGAR
5	004 - MARIO ARTHUR FAVRETTO	15º LUGAR
5	096 - INDIANARA V. ALVES	16º LUGAR

CARGO: CONTADOR

N.F	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
6,2	007 - RUBIANA S. BALESTRIN	1º LUGAR
6,2	030 - GREICY OLIVO	2º LUGAR
5,1	040 - NADIA TORTELI	3º LUGAR

Massaranduba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1167/2010

LEI Nº 1167/2010

INSTITUI A SEMANA DE ORIENTAÇÃO SOBRE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, no Município de Massaranduba, a Semana de Orientação Sobre a Gravidez na Adolescência, na primeira semana do mês de maio.

Art. 2º Na semana de que trata esta lei serão promovidas campanhas de conscientização, sobretudo nas escolas, sobre os riscos da gravidez na adolescência, bem como sobre a necessidade de acompanhamento médico nesses casos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 22 de Março de 2010.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Administração e Finanças

Contrato Nº.: 17/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº.: 17/2010

PROCESSO: Pregão Presencial nº. 05/2010 (P.L. nº. 12/2010)

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Massaranduba

CONTRATADO: MERCADO SPÉZIA LTDA ME

OBJETO: Fornecimento de merenda para os CEI Municipais Hulda Cardoso e Ivete Schmidt

VALOR: R\$ 40.083,20 (Quarenta mil, oitenta e três reais e vinte centavos)

DATA DA VIGÊNCIA: 18/03/2010 a 11/06/2010

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Contrato Nº.: 18/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº.: 18/2010

PROCESSO: Carta Convite nº. 14/2010

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Massaranduba

CONTRATADO: COMERCIAL LAFFIN LTDA EPP

OBJETO: Fornecimento materiais de construção para melhoramentos dos

Pavilhões do Centro Esportivo Municipal

VALOR: R\$ 10.070,50 (Dez mil, setenta reais e cinquenta centavos)

DATA DA VIGÊNCIA: 18/03/2010 a 16/04/2010

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Contrato Nº.: 19/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº.: 19/2010

PROCESSO: Carta Convite nº. 14/2010

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Massaranduba

CONTRATADO: OECHSLER MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

OBJETO: Fornecimento materiais de construção para melhoramentos dos

Pavilhões do Centro Esportivo Municipal

VALOR: R\$ 13.290,95 (Treze mil, duzentos e noventa reais e noventa e cinco centavos)

DATA DA VIGÊNCIA: 18/03/2010 a 16/04/2010

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Contrato Nº.: 20/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº.: 20/2010

PROCESSO: Carta Convite nº. 14/2010

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Massaranduba

CONTRATADO: LGD INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME

OBJETO: Fornecimento materiais de construção para melhoramentos dos

Pavilhões do Centro Esportivo Municipal

VALOR: R\$ 1.771,80 (Um mil, setecentos e setenta e um reais e oitenta centavos)

DATA DA VIGÊNCIA: 18/03/2010 a 16/04/2010

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Contrato Nº.: 21/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº.: 21/2010

PROCESSO: Carta Convite nº. 09/2010

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Massaranduba

CONTRATADO: EMPREITEIRA FORTUNATO LTDA

OBJETO: Construção de uma ponte de concreto armado sobre o Rio Massaranduba, para ligação

dos Bairros Centro e Patrimônio, em um total de 17 m

VALOR: R\$ 130.038,20 (cento e trinta mil, trinta e oito reais e vinte centavos)

DATA DA VIGÊNCIA: 18/03/2010 a 15/07/2010

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N.º 020/2010

DECRETO n.º 020/2010

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

JONNEI ZANETTE Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei n.º 1396/2009, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º As pessoas abaixo nominadas para integrarem o Conselho Municipal de Saúde para um mandato de 02 (dois) anos, permanecendo estes membros no Conselho até o dia 14 de abril de 2011:

I - REPRESENTANTES DO SETOR PÚBLICO

a) Membro da Secretaria Municipal de Saúde:

Ana da Costa Ostetto

Elixsandra da Silva Mota

b) Membros da Secretaria de Educação:

Lílian Isana Rocha Oenning

Zenir Lodete Stradioto

c) Membros da Secretaria de Ação Social:

Fernanda Ferreira

Katrine Casagrande

d) Membros da SAMAE:

Everaldo Martins

Daiane De Luca

II – REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:

a) Membros da Associação São Judas Tadeu:

Osmar Minatto

Antonia Iraci Andrés

b) Membros dos Laboratórios de Análises Clínicas (SUS):

Jovana Piazza Pelegrini

Sílvia Karina Coral

c) Membros dos Profissionais da área de Saúde (não vinculados ao SUS):

Eliana Damiani Coral

Viviane Martins dos Santos

III - REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS:

a) Membros da Pastoral da Saúde:

Valmira Maria Cúnico Ronchi

Ivone Brina Martinello

b) Membros do CDL:

Ronaldo Costa Dornel

Alex Sander da Silva

c) Membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Irio Bonfante

Antoninho Dal Molin Neto

d) Membros de Clube de Mães:

Amarfelina Trento

Zuleide Vassoler

e) Membros da Apae:

Tânia Regina Piazza Rossi

Mara Lucia Manfredini Peruchi

f) Membros da Associação dos Professores Inativos:

Clara Ostetto

Rosa Lair Amboni Citadin

g) Membros do Lions Clube de Meleiro:

Valdir Rossi

Neube Meller

Art. 2.º O Conselho Municipal de Saúde será presidido pela Senhora Jovana Piazza Pelegrini, tendo como Secretaria a Sr. Tânia Regina Piazza Rossi.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário em especial o



Decreto nº 050/2009.

Meleiro, 08 de Março de 2010.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

Monte Carlo

PREFEITURA MUNICIPAL

Processo de Licitação Nº 105/2010 - Pregão (Presencial) Nº 05/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

FUNDO DE SAÚDE DE MONTE CARLO - REGISTRO DE PREÇO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 105/2010 - PREGÃO(PRESENCIAL)
Nº 05/2010

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de MEDICAMENTOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA POSTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE CARLO, de acordo com as necessidades. ORGÃO GESTOR: Fundo de Saúde de Monte Carlo - TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. ENTREGA: Documentos e propostas até as 13:45 horas, para abertura às 14:00 horas do dia 08 de abril de 2010. INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações da Secretaria de Administração e Finanças, situada na Rodovia SC 456 km 15. HORÁRIO: Das 12:00 às 17:30 hs. TELEFONE/FAX: (049) 3546-0194. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 23 de março de 2010
MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA
Gestor do Fundo

Nova Trento

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Municipal Nº 2.350/2010

LEI Nº 2.350/2010

FIXA O MENOR VENCIMENTO AOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA TRENTO.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Mesa da Câmara Municipal, usando das atribuições que lhe confere a Lei, propôs o presente, que foi aprovado pelos Vereadores, e Eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica Fixado em R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais), o menor vencimento dos funcionários da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Trento, para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 01 de janeiro de 2010.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir da data de 01 de janeiro de 2010.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta do Orçamento vigente.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Trento, 24 de Fevereiro de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei, em 24 de fevereiro de 2010.
MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Lei MUNICIPAL Nº 2.351/2010

Lei Nº 2.351/2010

Altera Dispositivos da Lei nº 2.161/2006 e alterações posteriores, que Institui o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Nova Trento - REFIM e dá Outras Providências.

O Excelentíssimo Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Art. 1º da Lei nº. 2.161, de 12 de dezembro de 2006, alterado por leis posteriores que institui o Programa de Recuperação Fiscal – REFIM, do Município de Nova Trento, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Nova Trento - REFIM, destinado a promover a regularização de créditos do Município de Nova Trento, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas, relativos a tributos administrados pela Secretaria de Finanças, com vencimento até 31 de dezembro de 2009, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

Art. 2º - O Art. 4º da Lei nº 2.161, de 12 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

IV - DA FORMALIZAÇÃO DA OPÇÃO:

Art. 4º - O interessado em aderir ao REFIM poderá fazê-lo até a data de 30 de dezembro de 2010, através da assinatura do Termo de Opção ao REFIM, devidamente instruído com os documentos pertinentes, fixados nesta Lei ou estabelecidos pelo Comitê Gestor, na forma prevista no artigo 2º, ou verbalmente nos casos de pagamento total do débito à vista.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de fevereiro de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei, em 24 de fevereiro de 2010.
MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

MENSAGEM

O presente Projeto de Lei visa prorrogar o Programa de Recuperação fiscal – REFIM, do Município de Nova Trento.

A dívida ativa do Município de Nova Trento, hoje, supera a cifra de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Assim, no ano próximo passado foram ajuizadas mais de 150 (cento e cinquenta) ações de execução fiscal com o objetivo de resgatar esse crédito tributário.

Ainda com esse objetivo, o Poder Executivo organizará mutirão de conciliação, pretendendo, através do REFIM, oportunizar o pagamento parcelado e com abatimento de multa e juros de mora.

Desta forma, encaminha-se o presente Projeto de Lei a esta Augusta Câmara Municipal de Vereadores, certos da sua melhor aná-



lise.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de fevereiro de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Lei Municipal Nº 2.352/2010

Lei nº 2.352/2010

Concede Auxílio Financeiro ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Trento-SITRUNT e dá outras Providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Sr. Orivan Jarbas Orsi usando das atribuições que lhe confere a Lei, Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder auxílio financeiro no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Trento – SITRUNT, com sede à Rua Nereu Ramos, 255, na cidade de Nova Trento, cadastrada no CNPJ sob o nº 85.235.497/0001-80.

Parágrafo Único - O valor do auxílio será aplicado na cobertura de despesas provenientes com o encontro municipal de mulheres, que acontecerá no dia 10 de março, em local a ser definido, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, comemorado todos os anos, dia 08 de março.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 24 de fevereiro de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei, em 24 de fevereiro de 2010.
MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Lei Municipal Nº 2.353/2010

Lei Nº 2.353/2010

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a desenvolver ações e aporte de contrapartida municipal para implementar o programa Carta de Crédito - Recursos FGTS, na modalidade produção de unidades habitacionais, Operações Coletivas, regulamentado pela Resolução 291/98 do Conselho Curador do FGTS, com as alterações da Resolução 460/2004, e Instruções Normativas do Ministério das Cidades e das outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a todas as ações necessárias para construção de unidades habitacionais para atendimento aos munícipes necessitados, implementadas por intermédio do Programa Carta de Crédito – Recursos FGTS – Operações Coletivas, regulamentado pela Resolução em 291/98, com as alterações promovidas pela Resolução 460/04 do Conselho Curador do FGTS e Instruções Normativas do Ministério das Cidades;

§ 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal ratificar o Termo de Cooperação e Parceria firmado por este Município e

a Caixa Econômica Federal na data de 26 de dezembro de 2008, onde encontra-se prevista a aquisição de material para construção de 18 (dezoito) unidades habitacionais.

Art. 2º - Os projetos de habitação popular serão desenvolvidos mediante planejamento global, envolvendo todas as Secretarias Municipais.

§ 1º Poderão ser integradas ao projeto outras entidades, mediante convênio, desde que tragam ganhos para a produção, condução e gestão deste processo, o qual tem por finalidade a produção imediata de unidades habitacionais, propiciando ao atendimento as famílias que se enquadrem nas normas do Programa.

§ 2º Os beneficiários atendendo as normas do Programa não poderão ser proprietários de imóveis residenciais no Município e nem detentores de financiamento ativo no SFH (Sistema Financeiro de Habitação) em qualquer parte do País, bem como não terem sido beneficiados com desconto pelo FGTS a partir de 1 de maio de 2005.

Art. 3º - A participação do Município dar-se-á mediante a concessão de contrapartida na forma de auxílio financeiro em nome de cada um dos beneficiados selecionados pela CAIXA ou no fornecimento de materiais de construção, terraplanagem do imóvel, mão de obra para a construção civil e técnicos especializados para o levantamento sócio-econômico do beneficiário e acompanhamento da obra.

Art. 4º - Todas as despesas com a execução da presente lei, de responsabilidade do Município, correrão por conta da dotação orçamentária abaixo específica.

Órgão: 13 – Fundo Municipal de Assistência Social.
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social.
Proj/Ativ: 1.005 – Aquisição de Material para Construção Casas Populares.
Aplicações Diretas: 7 3.3.90.00.00.00.00.00.1.0000.0

Art. 5º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de março de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei, em 05 de março de 2010.
MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Lei Municipal Nº 2.354/2010

Lei nº 2.354/2010

Concede Subvenção à Ação Social Paroquial e dá outras Providências.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe confere o Art. 30 inciso V, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder subvenção no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), à Ação Social Paroquial, estabelecida à Rua Santo Inácio, nº 170, na cidade de Nova Trento, cadastrada no CNPJ sob o nº 78.540.929/0001-09.

Art. 2º – O valor a que se refere o Artigo 1º da presente Lei, será repassado ao Conselho de Pastoral da Comunidade (CPC), da Capela do Calvário, para recuperação da via de acesso onde estão as estações da Via Sacra, danificada pela enxurrada ocorrida em novembro de 2008.



Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de recursos consignados no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 05 de março de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei, em 05 de março de 2010.
MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Lei Municipal Nº 2.355/2010

Lei nº 2.355/2010

Concede Subvenção a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais –APAE de Nova Trento e dá outras providências.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Art. 30, inciso V da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,
Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção durante no exercício de 2010, no período de 06 (seis) meses, em valor até R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) , condicionado o repasse da subvenção de acordo com a disponibilidade financeira, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais –APAE de Nova Trento, cadastrada no CNPJ sob o nº 78.540.846/0001-01, com sede à Rua Salvador Gessele, nº 50, na cidade de Nova Trento.

Parágrafo Primeiro: O repasse da subvenção será de até R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, a partir do mês de março de 2010.

Parágrafo Segundo: Os recursos serão aplicados para cobrir despesas com a manutenção das atividades prestadas pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais –APAE de Nova Trento, durante o ano de 2010.

Art. 2º - As despesas provenientes com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotação própria consignada no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 18 de março de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e autorizado a sua publicação no DOM/SC (Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina), na mesma data.
MOISÉS CIPRIANI
Secretário Municipal Adm. e Finanças

Lei Municipal Nº 2.359/2010

Lei nº 2.359/2010

Concede Subvenção ao Circulo Trentino di Nova Trento e dá outras Subvenção Providências.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Art. 30, inciso V, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90i,

Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder subvenção durante o exercício de 2010, no período de 06 (seis) meses, em valor até R\$ 3.000,00 (três mil reais), condicionado o repasse da subvenção, de acordo com a disponibilidade financeira ao Circulo Trentino di Nova Trento, cadastrado no CNPJ sob o nº 78.540.796/0001-62, entidade estabelecida à Rua Melvin Jones, nº 40, Loteamento Tiago Frederico, nesta cidade.

Parágrafo Primeiro: O repasse da subvenção será de até R\$ 500,00 (quinhentos reais), mensais, a partir do mês de março de 2010.

Parágrafo Segundo: Os recursos serão aplicados para cobrir despesas com a manutenção das atividades prestadas pelo Circulo Trentino di Nova Trento, durante o ano de 2010.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta de recursos consignados dentro do orçamento fiscal vigente, desta Prefeitura.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 18 de março de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e autorizo a sua publicação no DOM/SC (Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina), na mesma data.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Adm. e Finanças

Lei Municipal Nº 2.360/2010

Lei nº 2.360/2010

Concede Subvenção ao Instituto Terapêutico Desafio Jovem de Nova Trento e dá outras Providências.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Art. 30, inciso V, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,
Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder subvenção durante o exercício de 2010, no período de 06 (seis) meses, em valor até R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) condicionado o repasse da subvenção, de acordo com a disponibilidade financeira ao Instituto Terapêutico Desafio Jovem de Nova Trento, cadastrado no CNPJ sob o nº 10.483.007/0001-65, entidade com sede na Rua Tijucas s/nº, Bairro Mato Queimado, nesta cidade.

Parágrafo Primeiro: O repasse da subvenção será de até R\$ 300,00 (trezentos reais), mensais, a partir do mês de março de 2010.

Parágrafo Segundo: Os recursos serão aplicados para cobrir despesas com a manutenção das atividades prestadas pelo Instituto Terapêutico Desafio Jovem de Nova Trento, durante o ano de 2010.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta de recursos consignados dentro do orçamento fiscal vigente, desta Prefeitura.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2010, revogadas as disposições em contrário.



Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 18 de março de 2.010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e autorizo a sua publicação no DOM/SC (Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina), na mesma data.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Adm. e Finanças

Lei Municipal Nº 2.362/2010

LEI Nº 2.362/2010

Concede revisão geral aos benefícios de aposentadoria e pensão por morte e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 40, §§ 3º e 8º, da Constituição Federal; nos artigos 1º e 15, da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004; na Lei Municipal nº 2.149/2006, de 26 de setembro de 2006; na Orientação Normativa MPS/SPS nº 02, de 31 de março de 2009, e; na Medida Provisória nº 475, de 23 de dezembro de 2009, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica determinado o reajuste de 6,14% (seis inteiros e quatorze centésimos por cento) aos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão por morte com renda mensal calculada pela média aritmética das remunerações-de-contribuição, nos termos das disposições constantes nos artigos 1º e 2º da Lei Federal nº 10.887/2004, pagos pelo IPREVENT – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento.

§ 1º - Os benefícios concedidos em data posterior ao mês de fevereiro de 2009 serão reajustados pro rata, obedecendo aos percentuais abaixo indicados:

DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO	REAJUSTE (%)
até fevereiro de 2009	6,14
em março de 2009	5,81
em abril de 2009	5,60
em maio de 2009	5,02
em junho de 2009	4,40
em julho de 2009	3,96
em agosto de 2009	3,72
em setembro de 2009	3,64
em outubro de 2009	3,47
em novembro de 2009	3,23
em dezembro de 2009	2,85

§ 2º - Para os benefícios majorados por força da elevação do salário-mínimo para R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais), o referido aumento deverá ser descontado quando da aplicação do reajuste de que tratam o caput e o § 1º.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correm por conta das dotações orçamentárias próprias constantes do orçamento vigente.

Art. 3º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a aplicação do reajuste a 1º de janeiro de 2010.

Prefeitura Municipal de Nova Trento (SC), 18 de março de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e autorizo a sua publicação no DOM/SC (Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina), na mesma data.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Adm. e Finanças

Lei Municipal Nº 2.356/2010

Lei nº 2.356/2.010

Concede Subvenção a Sociedade Filarmônica Neotrentina e dá outras providências.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Art. 30, inciso V da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção durante o exercício de 2010, no período de 06 (seis) meses, em valor até R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), condicionado o repasse da subvenção, de acordo com a disponibilidade financeira, a Sociedade Filarmônica Neotrentina, mantenedora da entidade Banda Musical Pe. Sabbatini, cadastrada no CNPJ sob o nº 83.558.353/0001-39, com sede à Rua Fernando Facchini, nº 50 na cidade de Nova Trento

Parágrafo Primeiro: O repasse da subvenção será de até R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais, a partir do mês de março de 2010.

Parágrafo Segundo: Os recursos serão aplicados para cobrir despesas com a manutenção das atividades prestadas pela Sociedade Filarmônica Neotrentina, durante o ano de 2010.

Art. 2º - As despesas provenientes com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotação própria consignada no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 18 de março de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e autorizado a sua publicação no DOM/SC (Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina), na mesma data.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Adm. e Finanças

Lei Municipal Nº 2.357/2010

Lei nº 2.357/2.010

Concede Subvenção a Associação de Pais e Amigos do Esporte Neotrentino e dá outras Providências.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Art. 30, inciso V da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção durante o exercício de 2010, no período de 06 (seis) meses em valor até R\$ 3.000,00 (três mil reais), condicionado o repasse da subvenção, de acordo com a disponibilidade financeira, à Associação de Pais e Amigos do Esporte Neotrentino, fundada em 02 de fevereiro de 2002 e cadastrada no CNPJ sob o nº 04.991.606/001-97, com sede à Rua dos Imigrantes s/nº, centro,

na cidade de Nova Trento.

Parágrafo Primeiro: O repasse da subvenção será de até R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais, a partir do mês de março de 2010.

Parágrafo Segundo: Os recursos serão aplicados para cobrir despesas com a manutenção das atividades prestadas pela Associação de Pais e Amigos do Esporte Neotrentino, durante o ano de 2010.

Art. 2º - As despesas provenientes com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotação própria consignada no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 18 de março de 2.010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e autorizo a sua publicação no DOM/SC (Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina), na mesma data.
MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Adm. e Finanças

Lei Municipal Nº 2.358/2010

Lei nº 2.358/2.010

Concede Subvenção a Associação Filantrópica Juvenil de Nova Trento e dá outras Providências.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Art. 30, inciso V da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção durante o exercício de 2010, no período de 06 (seis) meses, em valor até R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), condicionado o repasse da subvenção, de acordo com a disponibilidade financeira, à Associação Filantrópica Juvenil de Nova Trento (Taekendow), cadastrada no CNPJ sob o nº 81.577.827/0001-64, com sede à Rua Nereu Ramos s/nº, centro, na cidade de Nova Trento.

Parágrafo Primeiro: O repasse da subvenção será de até R\$ 300,00 (trezentos reais), mensais, a partir do mês de março de 2010.

Parágrafo Segundo: Os recursos serão aplicados para cobrir despesas com a manutenção das atividades prestadas pela Associação Filantrópica Juvenil de Nova Trento, durante o ano de 2010.

Art. 2º - As despesas provenientes com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotação própria consignada no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 18 de março de 2.010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e autorizo a sua publicação no DOM/SC (Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina), na mesma data.
MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Adm. e Finanças

Lei Municipal Nº 2.361/2010

LEI Nº 2.361/2010

Concede Subvenção Financeira à Associação de Proteção aos Animais de Nova Trento - APANT e dá outras Providências.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Art. 30, inciso V, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90; Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder subvenção durante o exercício de 2010, no período de 10 (dez) meses, em valor até R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais) à Associação de Proteção aos Animais de Nova Trento - APANT, estabelecida na Rua Nicolau Bado, nº 381, centro, na cidade de Nova Trento/SC, cadastrada no CNPJ sob o nº 08.766.748/0001-01.

Parágrafo Primeiro: O repasse da subvenção correspondente as 06 (seis) primeiras parcelas, será de até R\$ 700,00 (setecentos reais) e as 04 parcelas restantes será de até R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais, com início a partir de 01 de março de 2010.

Parágrafo Segundo: Os recursos serão aplicados para cobrir despesas com a manutenção das atividades prestadas pela Associação de Proteção aos Animais de Nova Trento - APANT durante o ano de 2010.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta de recursos consignados dentro do orçamento fiscal Vigente da Prefeitura Municipal.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2.010, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 18 de março de 2.010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e autorizo a sua publicação no DOM/SC (Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina), na mesma data.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Adm. e Finanças

Lei Municipal Complementar Nº 349/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 349/2.010

Altera Planilha de Metas do Plano Plurianual - PPA 2010/2013 e Planilha de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2010.

O Excelentíssimo Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Planilha de Metas do PPA 2010/2013, aprovado pela Lei Complementar nº 306, de 26/08/2009, referente ao Programa 34 - Drenagem e Pavimentação da Rua Felipe Schmidt, fica acrescido da Ação nº 1.012 - Drenagem e Pavimentação da Rua Felipe Schmidt, no valor de R\$ 100.200,00 (cem mil e duzentos reais), conforme Planilha anexa a esta Lei.

Art. 2º - A Planilha de Prioridades e Metas da LDO para 2010, aprovado pela Lei Complementar nº 317, de 22/10/2009, referente ao Programa 34- Drenagem e Pavimentação da Rua Felipe Schmidt, fica acrescido da Ação nº 1.012 - Drenagem e Pavimentação da Rua Felipe Schmidt, no valor de R\$ 100.200,00 (cem mil e duzentos reais), conforme Planilha anexa a esta Lei.



Art. 3º - A nova Ação incluída no PPA 2010/2013 e na LDO para 2010, correrá por conta de recursos de Convênio com o Ministério das Cidades e a contrapartida por conta do excesso de arrecadação previsto para o exercício corrente.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam -se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 08 de janeiro de 2.010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar, em 08 de janeiro de 2.010.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Lei Municipal Complementar Nº 350/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 350/2010

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA CRIAR ELEMENTO E SUPLEMENTAR VERBAS DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar elemento e suplementar verbas no orçamento vigente no valor de R\$ 102.010,00 (cento e dois mil e dez reais), para execução do projeto de Implantação com Sinalização e Arborização de Passeios Públicos, conforme identificação a seguir discriminado:

Órgão: 09 – Secretaria M.de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Unidade: 01 - Secretaria M.de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Função: 15 – Urbanismo

Sub-Função: 451 – Infra Estrutura Urbana

Programa: 35 – Implantação com Sinalização e Arborização de Passeios Públicos

Projeto/Ativ.: 1.013 – Implantação com Sinalização e Arborização de Passeios Públicos

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas –Recursos Ordinários.....R\$ 2.010,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0198 – Transf.Convênio Ministério das Cidades

R\$ 100.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários à suplementação do disposto no Art. 1º desta Lei, decorre de recursos oriundos de convênio a ser firmado entre o município e o Ministério das Cidades, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), mais a contrapartida do município no valor de R\$ 2.010,00 (dois mil e dez reais) pelo provável excesso de arrecadação apurado no corrente exercício.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 08 de janeiro de 2.010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar, em 08 de janeiro de 2.010.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Lei Municipal Complementar Nº 351/2010

Lei Complementar Nº 351/2.010

Altera Planilha de Metas do Plano Plurianual - PPA 2010/2013 e Planilha de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2010.

O Excelentíssimo Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Planilha de Metas do PPA 2010/2013, aprovado pela Lei Complementar nº 306, de 26/08/2009, referente ao Programa 35 – Implantação com Sinalização e Arborização de Passeios Públicos, fica acrescido da Ação nº 1.013 – Implantação com Sinalização e Arborização de Passeios Públicos, no valor de R\$ 102.010,00 (cento e dois mil e dez reais), conforme Planilha anexa a esta Lei.

Art. 2º - A Planilha de Prioridades e Metas da LDO para 2010, aprovado pela Lei Complementar nº 317, de 22/10/2009, referente ao Programa 35 – Implantação com Sinalização e Arborização de Passeios Públicos, fica acrescido da Ação nº 1.013 – Implantação com Sinalização e Arborização de Passeios Públicos, no valor de R\$ 102.010,00 (cento e dois mil e dez reais), conforme Planilha anexa a esta Lei.

Art. 3º - A nova Ação incluída no PPA 2010/2013 e na LDO para 2010, correrá por conta de recursos de Convênio com o Ministério das Cidades e a contrapartida por conta do excesso de arrecadação previsto para o exercício corrente.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam -se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 08 de janeiro de 2.010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar, em 08 de janeiro de 2.010.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Lei Municipal Complementar Nº 352/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 352/2.010

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR IMÓVEL PARA AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art.10, inciso I, letra "F", combinado com o Art. 12, Parágrafo Único, da Lei Orgânica dos Municípios,
Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir uma área de terra medindo 1.235,00 m2 (mil duzentos e trinta e cinco metros quadrados), de forma irregular, localizada nos fundos do Cemitério Público Municipal, com acesso pela Rua da Paz, para ampliação deste cemitério, conforme demonstra o projeto anexo.

Art. 2º - A área de terra a ser adquirida é de propriedade do Sr. Bento Braz Bertotti, no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).

Parágrafo Único - O valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais)



será parcelado em 06 (seis) parcelas de R\$ 5.333,33 (cinco mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), sendo o primeiro pagamento a ser efetuado, no dia 30 de janeiro de 2010 e as demais parcelas no final dos meses de fevereiro, março, abril, maio e junho de 2010.

Art. 3º - O último pagamento a ser efetuado em 30 de junho de 2010, fica condicionado a legalização da escritura definitiva de compra e venda do imóvel ficando as despesas cartorárias de transferência, a cargo do Poder Público Municipal.

Art. 4º - As despesas provenientes com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotação própria, constante no orçamento fiscal vigente.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 08 de Janeiro de 2.010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar, em 08 de janeiro de 2.010.
MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Lei Municipal Complementar Nº 353/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 353/2.010

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA CRIAR ELEMENTO E SUPLEMENTAR VERBAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar elemento e suplementar verba no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme identificação a seguir, não constante no orçamento vigente, para aquisição de 03 (três) caminhões caçamba basculante, 01 (uma) retro escavadeira e 01 (um) caminhão coletor e compactador de lixo - Programa de Intervenções Viárias - Provias, conforme identificação a seguir:

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Função: 26 - Transporte

Sub-Função: 782 - Transporte Rodoviário

Programa : 8 – Estradas Vicinais

Proj/Ativ.: 1.010 - Aquisição de 03 (três) caminhões caçamba basculante, 01 (uma) retro escavadeira e 01 caminhão coletor e compactador de lixo - Programa de Intervenções Viárias - Provias.

Elemento: 4.4.90.00.00.0.1.0207.0 - Aplicações Diretas -Operação de crédito R\$ 1.000.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários a execução do disposto no Art. 1º, decorre da operação de crédito interna, através de financiamento junto ao BNDES - Programa de Intervenções Viárias - Provias, tendo como órgão intermediário o Banco do Brasil S.A., no termo da Resolução nº 3.688, de 19.02.2009, do Conselho Monetário Nacional.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 08 de janeiro de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar, em 08 de janeiro de 2010.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Lei Municipal Complementar Nº 354/2010

Lei Complementar Nº 354/2.010

Altera Planilha de Metas do Plano Plurianual - PPA 2010/2013 e Planilha de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2010.

O Excelentíssimo Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Planilha de Metas do PPA 2010/2013, aprovado pela Lei Complementar nº 306, de 26/08/2009, referente ao Programa 8 - Estradas Vicinais, fica acrescido da Ação nº 1.010 - Aquisição de 03 (três) caminhões caçamba basculante, 01 (uma) retro escavadeira e 01 (um) caminhão coletor e compactador de lixo, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme Planilha anexa a esta Lei.

Art. 2º - A Planilha de Prioridades e Metas da LDO para 2010, aprovado pela Lei Complementar nº 317, de 22/10/2009, referente ao Programa 8 - Estradas Vicinais, fica acrescido da Ação nº 1.010 - Aquisição de 03 (três) caminhões caçamba basculante, 01 (uma) retro escavadeira e 01 (um) caminhão coletor e compactador de lixo, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme Planilha anexa a esta Lei.

Art. 3º - A nova Ação incluída no PPA 2010/2013 e na LDO para 2010, correrá por conta da Operação de Crédito Interna, decorrente de financiamento junto ao BNDES - Programa de Intervenções Viárias - Provias, tendo como órgão intermediário o Banco do Brasil S.A., no termo da Resolução nº 3.688, de 19.02.2009, do Conselho Monetário Nacional.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam -se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 08 de janeiro de 2.010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar, em 08 de janeiro de 2.010.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Lei Municipal Complementar Nº 355/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 355/2010

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA CRIAR ELEMENTO E SUPLEMENTAR VERBAS DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar elemento e suplementar verbas no orçamento vigente no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), para aquisição do imóvel (terreno) para Ampliação do Cemitério Público Municipal, conforme identificação a seguir discriminado:

Órgão: 09 – Secretaria M.de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Unidade: 01 - Secretaria M.de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Função: 17 – Saneamento

Sub-Função: 512 – Saneamento Básico Urbano

Programa: 33 – Aquisição de Imóvel (terreno) para Ampliação do Cemitério

Projeto/Ativ.: 1.011 – Aquisição de Imóvel (terreno) para Ampliação do Cemitério

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas –Recursos Ordinários..... R\$ 32.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários à suplementação do disposto no Art. 1º desta Lei, decorre de recursos próprios, consignados no orçamento financeiro do exercício de 2010.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 08 de janeiro de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar, em 08 de janeiro de 2010.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Adm. e Finanças

Lei Municipal Complementar Nº 356/2010

Lei Complementar Nº 356/2.010

Altera Planilha de Metas do Plano Plurianual - PPA 2010/2013 e Planilha de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2010.

O Excelentíssimo Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Planilha de Metas do PPA 2010/2013, aprovado pela Lei Complementar nº 306, de 26/08/2009, referente ao Programa 33 – Aquisição de Imóvel (terreno) para Ampliação do Cemitério Público Municipal, fica acrescido da Ação nº 1.011 – Aquisição de Imóvel (terreno) para Ampliação do Cemitério Público Municipal, no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), conforme Planilha anexa a esta Lei.

Art. 2º - A Planilha de Prioridades e Metas da LDO para 2010, aprovado pela Lei Complementar nº 317, de 22/10/2009, referente ao Programa 33 – Aquisição de Imóvel (terreno) para Ampliação do Cemitério Público Municipal, acrescido da Ação nº 1.011 – Aquisição de Imóvel (terreno) para Ampliação do Cemitério Público Municipal, no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), conforme Planilha anexa a esta Lei.

Art. 3º - A nova Ação incluída no PPA 2010/2013 e na LDO para 2010, correrá por conta de recursos próprios, consignados no orçamento financeiro do exercício de 2010.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam -se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 08 de janeiro de 2.010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar, em 08 de janeiro de 2.010.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Adm. e Finanças

Lei Municipal Complementar Nº 357/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 357/2010

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA CRIAR ELEMENTO E SUPLEMENTAR VERBAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar elemento e suplementar verba no valor de R\$ 100.200,00 (cem mil e duzentos reais), conforme identificação a seguir, não constante no orçamento vigente, para execução do Projeto de Drenagem e Pavimentação da Rua Felipe Schmidt, conforme identificação a seguir:

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Função: 26 - Transporte

Sub-Função: 782 - Transporte Rodoviário

Programa : 34 – Drenagem e Pavimentação da Rua Felipe Schmidt

Proj/Ativ.: 1.012 – Drenagem e Pavimentação da Rua Felipe Schmidt.

Elemento: 4.4.90.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas –Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

Elemento: 4.4.90.00.00.0.1.0198 – Transf.Conv.da União-Ministério das Cidades R\$ 98.200,00

Art. 2º. Os recursos necessários a execução do disposto no Art. 1º, decorre de recursos provenientes do convênio a ser firmado com o Ministério das Cidades, no valor de R\$ 987.200,00 (noventa e oito mil e duzentos reais), mais o valor da contrapartida de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), por conta do provável excesso de arrecadação apurado no corrente exercício.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 08 de janeiro de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar, em 08 de janeiro de 2010.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Lei Municipal Complementar Nº 358/2010

LEI complementar Nº 358/2010

Regulamenta o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas, às empresas de pequeno porte e aos microempreendedores individuais de que trata a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências.



O Excelentíssimo Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta lei regulamenta e consolida o tratamento jurídico diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, em conformidade com o disposto nos arts. 146, III, "d", 170, IX, e 179 da Constituição Federal e as disposições contidas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

Parágrafo Único - Para fins do disposto nesta lei, aplicam-se as definições de microempresa, de empresa de pequeno porte e de microempreendedor individual contidas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

CAPÍTULO II DA INSCRIÇÃO, LEGALIZAÇÃO E BAIXA Seção I Das Diretrizes

Art. 2º - Os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de abertura e fechamento de empresas observarão a unicidade do processo de registro e de legalização, devendo para tanto articular as competências próprias com aquelas dos demais órgãos das outras esferas envolvidas na formalização empresarial, buscando compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do empresário.

Art. 3º - Deverão ser mantidas à disposição dos empresários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, informações, orientações e instrumentos que permitam pesquisa prévia à etapa de inscrição, alteração e baixa de empresas, de modo a prover a certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade da inscrição.

Art. 4º - Os procedimentos relativos à consulta de viabilidade, inscrição, alteração e baixa de empresas serão realizados por meio de sistemas informatizados, integrados ao Projeto Registro Mercantil Integrado - REGIN.

Parágrafo Único - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a tomar todas as providências necessárias para completa integração dos referidos sistemas.

Art. 5º - O Município adotará, para fins de cadastramento, a codificação prevista na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

Parágrafo Único - O Chefe do Poder Executivo regulamentará a forma de atualização cadastral das empresas já inscritas no Município e respectiva vinculação à Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

Seção II Da Consulta de Viabilidade e Da Inscrição

Art. 6º - É obrigatória a realização da consulta de viabilidade previamente ao pedido de inscrição da microempresa, da empresa de pequeno porte e do microempresário individual, a qual será efetuada por meio do sistema Registro Mercantil Integrado - REGIN, disponível no sítio oficial do Município, e requerida preferencialmente por contador ou técnico contábil devidamente registrado no respectivo conselho de classe.

§ 1º - A consulta de viabilidade deverá bastar a que o empresário seja informado pelos órgãos competentes:

I - da descrição oficial do endereço de seu interesse e da possi-

bilidade de exercício da atividade econômica desejada no local escolhido;

II - de todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças de autorização de funcionamento, segundo a natureza da atividade econômica pretendida, o porte, o grau de risco e a localização.

§ 2º - Os órgãos competentes disporão do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da realização da consulta no REGIN, para emitir o respectivo parecer, o qual poderá ser pelo:

I - Deferimento da consulta de viabilidade, nos casos de atendimento de todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente;

II - Indeferimento da consulta de viabilidade, nos casos em que não forem atendidas todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente.

§ 3º - Na hipótese do inciso II do § 2º deste artigo, o atendimento de todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente, deverá ser cumprido anteriormente ao pedido de inscrição da microempresa, da empresa de pequeno porte ou do microempreendedor individual.

§ 4º - O contador ou escritório de contabilidade optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional deverá prestar orientações e efetuar o pedido de consulta de viabilidade gratuitamente ao microempreendedor individual, nos termos do artigo 18, § 22-B, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 5º - Ao microempreendedor individual será facultada a realização de consulta de viabilidade tão-somente para o exercício de atividades econômicas constantes na regulamentação específica aprovada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

§ 6º - A consulta de viabilidade de que trata este artigo será gratuita.

Art. 7º - O processo de registro do microempreendedor individual deverá ter trâmite especial, opcional para o empreendedor na forma disciplinada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

§ 1º - A inscrição do microempreendedor individual deverá ser realizada no Portal do Empreendedor, disponível no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, após a realização e deferimento da consulta de viabilidade prevista no artigo 6º desta lei complementar.

§ 2º - A realização de inscrição do microempreendedor individual diretamente no Portal do Empreendedor prescindida da realização e deferimento da consulta de viabilidade resultará no indeferimento da inscrição municipal e revogação de eventuais documentos emitidos anteriormente à análise do pedido de inscrição pelo Município, em especial dos registros provisórios do CNPJ e do NIRE.

§ 3º - O microempreendedor individual fica isento do pagamento de todas as taxas relativas à primeira inscrição.

§ 4º - A partir do segundo ano da inscrição municipal, aplicar-se-ão ao microempreendedor individual as disposições legais relativas a taxas aplicáveis às demais empresas.

Art. 8º - A inscrição da microempresa e da empresa de pequeno porte deverá ser realizada no sítio oficial do Município, após o deferimento da consulta de viabilidade.

CAPÍTULO II DO REGIME TRIBUTÁRIO e outras disposições

Art. 9º - As microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacio-



nal, relativamente ao Imposto Sobre Serviços - ISS, cingir-se-ão às disposições fixadas pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, e pelas normas expedidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

Art. 10 - O valor devido mensalmente a título de ISS pelas microempresas optantes pelo Simples Nacional que auferiram receita bruta, no ano-calendário anterior, igual ou inferior ao valor definido no § 18, do art. 18, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, será:

a) Fixo no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para as ME que auferiram receita até R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

b) Fixo no valor de R\$ 100,00 (cem reais) para as ME que auferiram receita entre R\$ 48.000,01 (quarenta e oito mil reais e um centavo) à R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

§ 1º - O valor fixo mensal, nos termos do caput, será aplicado a partir do exercício seguinte ao da publicação desta lei.

§ 2º - As microempresas que possuam mais de um estabelecimento ou que estejam no ano-calendário de início de atividades ficam impedidas de utilizar o disposto neste artigo.

§ 3º - O valor fixado apurado na forma deste artigo será devido ainda que tenha ocorrido retenção ou substituição tributária.

§ 4º - O valor estabelecido no caput deste artigo será devido a partir do exercício seguinte ao da publicação desta lei.

Art. 11 - A retenção na fonte de ISS devido pelas microempresas ou pelas empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional somente será permitida se observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e deverá observar as seguintes normas:

I - a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;

II - na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou da empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº 123/2006;

III - na hipótese do inciso II deste artigo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ao do início de atividade em guia própria do Município;

IV - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere este artigo;

V - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste artigo no documento fiscal, aplicar-se-á a maior alíquota correspondente ao percentual de ISS prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

VI - não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município;

VII - o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

Art. 12 - Os escritórios de contabilidade optantes pelo Simples Nacional recolherão o ISSQN em valor fixo, de acordo com o disposto na Lei Complementar Municipal nº 033/2003, calculado com base no número de sócios e profissionais habilitados ao exercício do objeto da sociedade, independentemente da natureza jurídica do vínculo mantido.

CAPÍTULO III DA FISCALIZAÇÃO

Art. 13 - Sem prejuízo de sua ação específica, a autoridade fiscal exercerá sua atividade prioritariamente de maneira orientadora e não punitiva junto ao micro empreendedor individual, à microempresa e à empresa de pequeno porte;

Parágrafo Único - Sempre que possível e a infração não colocar em risco os consumidores e os trabalhadores, o auto de infração será precedido de intimação com prazo de 30 (trinta) dias para solucionar a irregularidade.

Art. 14 - Fica autorizado o Município de Nova Trento a firmar convênio com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para realizar a inscrição em dívida ativa municipal e a cobrança judicial dos tributos municipais a que se refere a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

CAPÍTULO IV DO LIVRO ELETRÔNICO

Art. 15 - As pessoas jurídicas de direito público e privado, abrangidas pela presente Lei, bem como as Fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidas ou sediadas no Município de Nova Trento, para processamento de dados de suas declarações, ficam obrigadas a adotar o Sistema Eletrônico de Gestão para o Cumprimento das Obrigações Tributárias do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN (Livro Eletrônico), na forma do disposto na Lei Complementar Municipal nº 158/2006 e suas alterações.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 - As disposições da presente Lei Complementar serão regulamentadas por Decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 17 - A presente Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar, em 01 de março de 2010.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Lei Municipal Complementar Nº 359/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 359/2010

DISPÕE SOBRE A ALIENAÇÃO DE UM VEÍCULO (AMBULÂNCIA), ATRAVÉS DA MODALIDADE LEILÃO PÚBLICO.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Art. 12 e § Único, combinado com o Art. 58, inciso VIII, ambos da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o disposto na Lei nº 8.666/93, que dispõe sobre Licitações, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar alienação através da modalidade Leilão Público de 01 (um) veículo/tração mecânica (ambulância); marca/modelo: IVECO/DAI-LYCITY3813VAN1; PLACA: MCY6035; ESPECIE/TIPO: CAR/CAMINHÃO/FURGÃO; COMBUSTÍVEL: DIESEL; ANO FAB. 2005; ANO MOD. 2006; CAP/POT/CIL: 1.6T/125CV; CATEGORIA: OFICIAL; COR: BRANCA; CHASSI: 93ZC3890168319427, de propriedade da Prefeitura Municipal, cadastrado junto ao Setor de Patrimônio, sob



o código 3898, de acordo com o Edital de Leilão Público, a ser lançado após a publicação desta Lei.

Parágrafo Único – O valor do veículo de tração mecânica (ambulância) a ser leiloadado e que constará no referido Edital, será feito por uma empresa autorizada.

Art. 2º - O pagamento do veículo será feito a vista, em moeda vigente no país, e, em hipótese alguma será admitida outra modalidade.

Art.3º - Os recursos provenientes com o Leilão deste bem, serão aplicados na aquisição de veículo novo (ambulância) e que ficará a disposição da Secretaria Municipal da Saúde e Desenvolvimento Comunitário, oferecendo transporte a quem precisar, com mais qualidade e segurança.

Art. 4º - O Leilão Público será efetuado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças de acordo com a Legislação Vigente, em data a ser designada pela mesma, com ampla publicidade, através da publicação do Edital de Leilão Público.

Art. 5º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de março 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar, em 01 de março de 2010.
MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Lei Municipal Complementar Nº 360/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 360/2010

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA CRIAR ELEMENTO E ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Sr. Orivan Jarbas Orsi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar elemento e abrir crédito suplementar especial no valor de R\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais), para Drenagem e Pavimentação de vias urbanas no Município de Nova Trento, conforme identificação a seguir:

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento
Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Projeto/Ativ.: 1.014 – Drenagem e Pavimentação de Vias Urbanas
Elemento: 4.4.90.00.00.0.0.1.0198 – Transf.Convênio Ministério das Cidades..... R\$ 150.000,00
Elemento: 4.4.90.00.00.0.0.1.0000 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários à suplementação do disposto no Art. 1º desta Lei, decorre do convênio firmado com o Ministério das Cidades, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), mais o valor da contrapartida do município de R\$ 3.000,00 (três mil reais), por conta do provável excesso de arrecadação apurado no corrente exercício.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar, em 01 de março de 2010.
MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Lei Municipal Complementar Nº 361/2010

Lei Complementar Nº 361/2.010

Altera Planilha de Metas do Plano Plurianual - PPA 2010/2013 e Planilha de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2010.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Sr. Orivan Jarbas Orsi, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Planilha de Metas do PPA 2010/2013, aprovado pela Lei Municipal nº 306, de 26/08/2009, referente ao Programa 36 - Drenagem e Pavimentação de Vias Urbanas no município de Nova Trento, fica acrescido da Ação: 1.014 – Drenagem e Pavimentação de Vias Urbanas no município, no valor de R\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais)

Art. 2º - A Planilha de Prioridades e Metas da LDO para 2010, aprovado pela Lei Municipal nº 317 de 22/10/2009, referente ao Programa 36 –Drenagem e Pavimentação de Vias Urbanas no município de Nova Trento, fica acrescido da Ação: 1.014 – Drenagem e Pavimentação de Urbanas no município de Nova Trento, no valor de R\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais).

Art. 3º - A nova Ação incluída no PPA 2010/2013 e na LDO para 2010, correrá por conta de recursos provenientes do convênio firmado entre o município e o Ministério das Cidades, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), mais a contrapartida do município no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), pelo provável excesso de arrecadação apurado no corrente exercício.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam -se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de março de 2.010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar, em 01 de março de 2010.
MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Lei Municipal Complementar Nº 362/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 362/2010

Altera o art. 58 da Lei nº 1.739/2000, que dispõe sobre a limpeza dos terrenos situados às margens das vias públicas da Zona Urbana e acrescenta dispositivo que trata sobre a limpeza e manutenção das áreas às margens das estradas e caminhos localizados na Zona Rural do Município.



O Excelentíssimo Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 58 da Lei 1.739/2000, passa a vigorar com as seguinte redação:

“Art. 58 - Os proprietários ou moradores de terrenos urbanos e rurais são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, prédios e terrenos, bem como são responsáveis pela manutenção e conservação da edificação em perfeita higiene, observado o disposto nos seguintes parágrafos”.

(...)

“Parágrafo 4º - Os terrenos, pátios e quintais situados dentro da Zona Urbana devem ser mantidos livres de lixo, detritos, bem como de quaisquer outros dejetos prejudiciais à saúde e à segurança, aplicando-se o disposto no Título II, Capítulo II, da Lei nº 738/83, Código Tributário Municipal, caso o poder público opte por realizar a limpeza, após notificado o proprietário ou morador, podendo ainda o poder público aplicar o mesmo valor acima referido a título de multa em caso de descumprimento ou de qualquer reincidência”.

“Parágrafo 5º - Os terrenos situados dentro da Zona Rural, que extremem com via pública, assim consideradas as estradas e caminhos referidos no art. 24 desta Lei, devem ser mantidos livres de vegetação, lixo, detritos, bem como de quaisquer outros dejetos prejudiciais à saúde, à segurança e ao tráfego de pessoas e veículos por estradas municipais rurais;

I - Considera-se prejudicial ao tráfego de pessoas e veículos por estradas municipais rurais, a vegetação, o lixo, os detritos, bem como quaisquer outros dejetos, que estejam localizados no perímetro situado dentro da distância de 04 (quatro) metros entre a margem da via e o interior do terreno;

II - Tratando-se especificamente de vegetação exótica, assim entendida aquela não natural da região, a distância referida no inciso anterior fica ampliada para o total de 05 (cinco) metros, sendo considera adequada e regular a manutenção do terreno somente com a extração por completo da vegetação exótica existente no local;

III - A extração da vegetação deverá observar o disposto na legislação ambiental em vigor, sendo de responsabilidade do proprietário providenciar as devidas autorizações ambientais necessárias à execução;

IV – Tratando-se de vegetação nativa, sua extração deverá atender ao disposto na legislação ambiental aplicável, ficando a critério do município exigir a extração das mesmas em caso de iminente perigo de dano ou risco ao tráfego de veículos e pessoas;

V – Sendo de competência do Município, as declarações e autorizações necessárias para a extração da vegetação serão emitidas gratuitamente.

Parágrafo 6º - Constatado pelo Município não haver sido realizada a limpeza ou esta ter sido feita em desconformidade com o disposto na presente lei, caberá a autoridade competente, sucessivamente:

I - Notificar o proprietário para, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, cumprir o dever estabelecido neste artigo;

II - Tratando-se de vegetação exótica, o prazo para regularização será de 45 (quarenta e cinco) dias;

III - Transcorrido o prazo da notificação sem a regularização, deverá o município autuar o infrator com multa administrativa de 05 (cinco) UFM's por metro linear de terreno que confronte com a via, limitando-se ao máximo de 1.000 (um mil) UFM's por infração.

IV – Escoado o prazo descrito na notificação sem que o proprietário tenha realizado a limpeza exigida, e se este realizá-la em igual prazo a contar da data final daquele, terá direito ao pagamento da multa com desconto de 50%.

“Parágrafo 7º - A fiscalização para o cumprimento da presente lei, ficará a cargo da Secretaria Municipal de Obras ou do setor de fiscalização da Secretaria Municipal de Administração e Finanças”.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de março de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e autorizado a sua publicação no DOM/SC (Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina), na mesma data.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Adm. e Finanças

Lei Municipal Complementar Nº 363/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 363/2.010

Autoriza a Concessão de uso de Bem Patrimonial, à CELESC Distribuição S.A. e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Sr. Orivan Jarbas Orsi, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os Artigos 10, letra “e” e 12, Parágrafo Único, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder em Comodato a sala nº 1, de propriedade da Prefeitura Municipal, localizada junto ao prédio do Terminal Rodoviário Ângelo Maurici, estabelecido à Rua dos Imigrantes, na cidade de Nova Trento, no período de 01 de março de 2010 à 31 de dezembro de 2012, à CELESC Distribuição S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 08.336.783/0001-90, inscrição estadual nº 25.26.626, com sede a Avenida Itamarati, 160, Blocos A1, B1 e B2, Bairro Itacorubí – CEP 88034-900, Florianópolis/SC.

Parágrafo Único: O objeto da presente cessão é destinado à instalação do escritório local da CELESC Distribuição S.A. para prestação de serviços relacionados a distribuição de energia elétrica, neste município.

Art. 2º - Fica proibido efetuar modificações no imóvel ora cedido, sem expressa autorização do Poder Público, obrigando-se a manter as instalações em perfeito estado de conservação conforme o recebido, devendo tais condições serem mantidas por ocasião de sua devolução..

Art. 3º - A CELESC Distribuição S.A. não será ressarcida por nenhum valor monetário ou equivalente pelas melhorias e benfeitorias que eventualmente possa vir a realizar no imóvel durante o prazo estabelecido no artigo 1º da presente Lei, como também a Prefeitura Municipal não poderá exigir qualquer valor monetário ou equivalente da empresa supra citada pelo ocupação do imóvel.

Art. 4º - Eventual encerramento das atividades do escritório, antes de fluído o prazo de ocupação estabelecido no Art. 1º da presente Lei, obriga a empresa a desocupar o imóvel imediatamente, independente de notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial, não podendo a presente concessão ou qualquer direito dela decorrente ser transferida a terceiros sem expressa da Prefeitura

Municipal.

Art. 5º - As determinações estabelecidas na presente Lei, bem como outros detalhes eventualmente necessários, farão parte de contrato específico a ser firmado entre a CELESC Distribuição S.A. e o Município de Nova Trento (Prefeitura Municipal), a partir da aprovação da presente Lei.

Art. 6º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 01 de março de 2010.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 18 de março de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e autorizado a sua publicação no DOM/SC (Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina), na mesma data.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Adm. e Finanças

Decreto Municipal Nº 008/2010

DECRETO Nº 008/2.010

Restabelece Horário Normal de Funcionamento da Prefeitura Municipal de Nova Trento e dá outras Providências.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

DECRETA:

Art. 1º - Fica restabelecido a partir do dia 22 de fevereiro de 2010, o horário de funcionamento nas Repartições Públicas Municipais, de segunda a sexta feira, que passa a ser o estabelecido a seguir:

I - os servidores públicos municipais em atividades na Casa da Cidadania e nas Secretarias da Agricultura e Meio Ambiente, Administração e Finanças, Educação e Esportes, Cultura e Turismo, Bem Estar Social e Habitação, Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, cumprirão expediente normal das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas;

II - os servidores públicos municipais em atividades na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Comunitário, cumprirão horário de 06 horas ininterruptas ou 8 horas interrompidas, durante o horário de expediente estabelecido das 7 às 18 horas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir de 22 de fevereiro de 2010.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de fevereiro de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 17 de fevereiro de 2010.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. de Administração e Finanças

Decreto Municipal Nº 009/2010

DECRETO Nº 009/2.010

Altera o inciso I do Artigo 1º, do Decreto nº 008/2010 que, Restabelece Horário Normal de Funcionamento da Prefeitura Municipal de Nova Trento e dá outras Providências.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

DECRETA:

Art. 1º -

I - os servidores públicos municipais em atividades na Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, cumprirão horário de trabalho das 7 às 11 horas e das 13 às 17 horas;

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 18 de fevereiro de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 18 de fevereiro de 2010.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. de Administração e Finanças

Decreto Municipal Nº 010/2010

DECRETO Nº 010/2010

NOMEIA APRÍGIO JOSÉ BOTAMELI, COMO PREGOEIRO.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Art. 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE;

Art. 1º - Nomear o servidor público municipal Aprígio José Botameli, concursado, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, nomeado para o cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Serviços de Contabilidade, Nível CC-7, como Pregoeiro, dos certames Licitatórios, na modalidade Pregão, até o mês de julho de 2010.

Art. 2º - Nomear inclusive, os membros da comissão de licitação, nomeados pela Portaria nº 020/2010, como Presidente: Aprígio José Botameli; Membros Efetivos: Márcia Regina Grott Feller e Aduino Raulino; Membros Suplentes: Alirio Apolônio Cim e Jonas Luiz Vinotti, como equipe de apoio, quando da abertura de processos licitatórios, na modalidade Pregão.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 04 de fevereiro de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado presente Decreto, em 04 de fevereiro de 2010.
MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Decreto Municipal Nº 012/2010

DECRETO nº 012/2010

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENT, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Sr. Orivan Jarbas Orsi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas Pelo Art. 94, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com a Lei Complementar nº 360 de 01/03/2010, DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar especial no valor de R\$ 153.000,00



(cento e cinquenta e três mil reais), para Drenagem e Pavimentação de vias urbanas no Município de Nova Trento, conforme identificação a seguir:

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Projeto/Ativ.: 1.014 – Drenagem e Pavimentação de Vias Urbanas

Elemento: 4.4.90.00.00.0.0.1.0198 – Transf.Convênio Ministério das Cidades.....R\$ 150.000,00

Elemento: 4.4.90.00.00.0.0.1.0000 – Aplicações Diretas...R\$ 3.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários à suplementação do disposto no Art. 1º desta Lei, decorre do convênio firmado com o Ministério das Cidades, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), mais o valor da contrapartida do município de R\$ 3.000,00 (três mil reais), por conta do provável excesso de arrecadação apurado no corrente exercício.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de março de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar, em 11 de março de 2010.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Decreto Municipal Nº 013/2010

DECRETO nº 013/2010

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 94, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar Orçamentária nº 348, de 30/12/2010, DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar dentro do orçamento vigente do Município no valor de R\$ 136.218,26 (cento e trinta e seis mil, duzentos e dezoito reais e vinte e seis centavos), conforme identificação a seguir discriminado:

Órgão: 04 – Secretaria Municipal da Educação

Unidade: 01 - Secretaria Municipal da Educação

Projeto/Ativ.: 1.001 – Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0.0.1.0058 - Aplicações Diretas. R\$ 136.218,26

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerá de:

a) Superávit financeiro apurado no Balanço Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de março de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e autorizado a sua publicação no DOM/SC (Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina), na

mesma data.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Adm. e Finanças

Decreto Municipal Nº 014/2010

DECRETO Nº 014/2.010

Dispõe sobre a Permissão para ocupação de uma vaga no Ponto de Taxi nº 007, localizado na Estrada Geral do Distrito de Claraíba, neste Município .

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94 e seu item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e tendo em vista o disposto no artigo 6º da Lei Municipal nº 926 de 06/04/89, DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida permissão para ocupação de uma vaga existente no Ponto de Taxi nº 007, localizado na Estrada Geral do Distrito de Claraíba, em frente a residência do Sr. Carlos Mescke, neste município, ao motorista profissional autônomo, Senhor AL-CIR DE SOUZA, portador do CPF Nº 538.506.299-53, residente e domiciliado na Estrada Geral do Distrito de Claraíba, neste município, por ter o mesmo participado do Edital de Chamamento nº 001/2009, Processo Licitatório nº 121/2009 e cumprido os preceitos legais, determinados pela Lei Municipal nº 926 de 06/04/89.

Art. 2º - O disposto no artigo supra citado vigorará enquanto forem cumpridos os preceitos estabelecidos pela Lei Municipal nº 926 de 06/04/89.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 11 de março de 2.010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado, em 11 de março de 2010.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Processo Licitatorio Nº 17/2010 Pregão Presencial 04/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

Processo Licitatório Nº 017/2010

PREGÃO RESENCIAL Nº 04/2010

Tipo: MENOR PREÇO UNITARIO

Objeto: O presente Edital tem por objetivo a seleção de propostas para: contratação de empresas prestadoras de serviços de Transporte Escolar para alunos do Município de Novo Horizonte, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação, referente o ano de 2010. Contratação de empresa prestadora de serviços de Transporte Escolar para alunos do Município de Novo Horizonte que frequentam a APAE em São Lourenço do Oeste, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos. Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 07/04/2010.

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 7:30 h as 11:30 h e 13:30h as 17:30 h, ou pelo fone



(49) 3362-0024 e pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br.
Fundamentação legal: Lei 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações posteriores

Novo Horizonte (SC) em 25 de Março de 2010.

Paulo Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 081/2010

ESTADO SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº081/2010

O Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o disposto na Lei nº 1259/2008 e 519/91, Resolve;

Contrata Para Emprego Público Por Concurso, Jucinara Bernardo Demetrio, matrícula nº 10521, para ocupar o cargo de Agente de Comunitária de Saúde na área 02, comunidade de areias deste município, classificada em segundo lugar, cargo criado pela Lei 1259/08, carga horária de 220 horas semanais, após concurso público edital001/2008, homologada pela portaria 054/2008, regime de Leis da consolidação do trabalho – CLT, em exercício no programa da saúde da família.

Município de Paulo Lopes-SC em 08 Março de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.
ZENON BERTO BORGES
Sec. Mun. Administração

Portaria Nº 082/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 082/2010

O Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei 819/98, e exposições de motivos nº 032/2010, Resolve;

Contratar Por Prazo Temporário, Jacqueline Lopes Gutterrez, matrícula nº 10522, ensino superior completo, para atuar no cargo de Professora Auxiliar de Classe, classificada em 15º lugar no processo seletivo, área de ensino fundamental – 736 na Escola I. Prof.ª Ernestina Pereira Martins, carga horária 20 horas com regência de classe, no prazo inicial de 09/03/2010, vínculo junto a Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos constantes no quadro de carreira do magistério, Lei complementar nº 010/2000, em anexo III, reajustado pela lei 1357/2009.

Município de Paulo Lopes-SC em 08 de Março de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES
Sec. Mun. Administração

Portaria Nº 083/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 083/2010

O Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei 819/98, e exposições de motivos nº 038/2010, Resolve;

Contratar Por Prazo Temporário, Léa Bernadina Flores, matrícula nº 10523, ensino superior completo, para atuar no cargo de Professora nível II, classificada em 17º lugar no processo seletivo, área de ensino fundamental – 736 na Escola I. Prof. Ernestina Pereira Martins, carga horária 20 horas com regência de classe, no prazo inicial de 09/03/2010 à 18/03/2010, vínculo junto a Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos constantes no quadro de carreira do magistério, Lei complementar nº 010/2000, em anexo III, reajustado pela lei 1357/2009.

Município de Paulo Lopes-SC em 08 de Março de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.
ZENON BERTO BORGES
Sec. Mun. Administração

Portaria Nº 084/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 084/2010

O Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, conforme justificativa nº 039/2010 Resolve;

Contratar Por Prazo Temporário Jonas Cabral, brasileiro, matrícula 10524, cargo de MOTORISTA, em substituição de o motorista titular, que esta afastado para tratamento de saúde, no prazo inicial de 09/03/2010 a 31/03/2010, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 09 de Março de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.
ZENON BERTO BORGES
Sec. Mun. de Administração.

Portaria Nº 085/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº085/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na legislação vigente, e conforme requerimento em anexo Resolve,



EXONERAR,
MANOEL ALFREDO PEREIRA, brasileiro, residente e domiciliado neste município, ocupante do cargo de Oficial de Manutenção e Conservação, por aposentadoria junto ao Regime Geral de Previdência Social, por tempo de contribuição, processo nº 149.271.838-3

Município de Paulo Lopes – SC, em 10 de Março de 2010
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES
Secretário Municipal de Administração.

Portaria Nº 086/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 086/2010

O Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei 819/98, e exposições de motivos nº 040/2010, Resolve;

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORARIO,
Edinéia Dilma Borges, matrícula nº 10525, ensino superior completo, para atuar no cargo de Professora nível I, classificado em 2º lugar no processo seletivo, área de Educação Infantil – 736 na Escola Reunida Prof. Avani da Silva Martins, carga horária 20 horas com regência de classe, no prazo inicial de 15/03/2010 à 06/06/2010, vínculo junto a Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos constantes no quadro de carreira do magistério, Lei complementar nº 010/2000, em anexo III, reajustado pela lei 1357/2009.

Município de Paulo Lopes-SC em 15 de Março de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES
Sec. Mun. Administração

Portaria Nº 087/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 087/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei 819/98, e exposições de motivos nº 041/2010, Resolve,

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORARIO,
KAMILA DE SOUZA GONÇALVES, matrícula nº 10526, ensino superior incompleto, para atuar no cargo de Professora nível I, área de Ensino Fundamental e Cais – 736 na Escola Básica DR Ivo Silveira, carga horária 20 horas com regência de classe, no prazo inicial de 15/03/2010 à 30/11/2010, vínculo junto a Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos constantes no quadro de carreira do magistério, Lei complementar nº 010/2000, em anexo III, reajustado pela lei 1357/2009.

Município de Paulo Lopes-SC em 15 de Março de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES
Sec. Mun. Administração

Portaria Nº 088/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 088/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei 1266/08, e Lei 519/91, exposição de motivos nº 06/2010.

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORARIO

LUDIMILA BATISTA, monitora II, matrícula 10527, para atuar no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti – Jornada Ampliada, classificada em 4º lugar de monitora II, com carga horária de 20 horas semanais vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, com vencimento constante no quadro de carreira do magistério, Lei nº 1266/2008, contrato de trabalho assinado, regime contributivo geral da Previdência Social, a partir dia 15/03/2010 à 30/12/2010.

Município de Paulo Lopes-SC, em 15 de Março de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES
Sec. Mun. de Administração.

Portaria Nº 090/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 090/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei 497/91 (Estatuto) Artigo 144 item I, Resolve,

CONCEDE, a Servidora Pública, estável STAEL AMORIM DO NASCIMENTO matrícula 10510, ocupante do cargo de Professora nível II – FUNÇÃO GRATIFICADA de chefe de setor de Unidade Escolar, na Escola do Morro Agudo, vinculada a Secretaria Municipal de Educação, criado pela lei 653/94, regulamentando pelo Decreto 009/2008, a qual perceberá o constante no anexo II da lei 653/94 (quadro de Função Gratificada), em vigor pela Lei 1263/2008, conforme justificativa nº 029/2010. A partir do dia 01/03/2010.

Município de Paulo Lopes-SC em 16 de Março de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES
Sec. Mun. Administração

Portaria Nº 091/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
P O R T A R I A Nº 091/2010



O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente resolve,

AMPLIA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ate 31/03/2010 a servidora pública municipal efetiva a Senhora, Marly Barbosa de Moraes Marques, matrícula nº 097 cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme comunicado em anexo do serviço de perícia do INSS, .

Município de Paulo Lopes-sc em 16 de Março de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES
Sec. Mun de Administração

Portaria Nº 093/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 093/2010

O Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei 819/98, e exposições de motivos nº 041/2010, Resolve;

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORARIO,
Rosilei Aparecida Figueredo nº10528, ensino superior incompleto, para atuar no cargo de Professora nível I, para atuar como instrutora no projeto de informática – 736, no ensino Fundamental na Escola Reunida Professora Avani da Silva Santos, carga horária 20 horas com regência de classe, no prazo inicial de 17/03/2010 à 30/11/2010, vinculo junto a Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos constantes no quadro de carreira do magistério, Lei complementar nº 010/2000, em anexo III, reajustado pela lei 1357/2009.

Município de Paulo Lopes-SC em 17 de Março de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES
Sec. Mun. Administração

Portaria Nº 094/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 094/2010

O Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei 819/98, e exposições de motivos nº 042/2010, Resolve,

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORARIO,
Giseli Noemi Marcos, matrícula nº10529, ensino superior incompleto, para atuar no cargo de Professora Auxiliar, classificada em 1º lugar em Educação Infantil não habilitada – 736, para atuar no ensino Fundamental na Escola Reunida Professora Avani da Silva Santos, carga horária 20 horas com regência de classe, no prazo inicial de 17/03/2010 à 30/11/2010, vinculo junto a Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos constantes no quadro de carreira do magistério, Lei complementar nº 010/2000, em

anexo III, reajustado pela lei 1357/2009.

Município de Paulo Lopes-SC em 17 de Março de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES
Sec. Mun. Administração

Portaria Nº 095/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº095/2010

O Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente que regulizamos Resolve,

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, a Vânia Maria Zucchi, Servidora Pública efetiva, matrícula. 153 e 10480 ocupantes do cargo de Professora, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/03/2010, encaminhando a perícia médica após o décimo sexto dia, conforme atestado em anexo.

Município de Paulo Lopes-sc em 18 de Março 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES
Sec. Mun. Administração

Portaria Nº 096/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 096/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei 1373/2010.

CONCEDE, ao Servidor Público Municipal Efetivo, Carlo Eduardo Moises matrícula nº 1009, ocupante do cargo de Assistente Administrativo II, Função Gratificada de Chefe Diretor Geral de Ensino, vinculada a Secretaria Municipal de Educação, criado pela lei 1373/2010, conforme art. nº 144 da lei 497/91.

Município de Paulo Lopes-SC em 18 de Março de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES
Sec. Mun. Administração

Portaria Nº 097/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 97/2010

O Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições,



e de conformidade do disposto na lei complementar nº10/2000 e edital 03/2009 publicado em 18 de novembro de 2009 Resolve;

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL, conforme anexo III DA Lei complementar 010/2000 em vigor pela lei 020/2005 Maria Aparecida de Assis Soares, matrícula nº 100, de G para H, Jherusa Iolanda Rodrigues, matrícula nº 10109, de A para B.

Município de Paulo Lopes-SC, em 18 de Março 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES
Sec. Mun. de Administração

Errata do Aviso de Credenciamento - Nº 01/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Paulo Lopes

ERRATA

AVISO DE CREDENCIAMENTO – Nº 01/2010

O Item 4.1. Letra "c" passa a ser a Letra "b" e com o seguinte texto: "Certidão Simplificada atualizada (últimos 12 meses) emitida pela Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores"; e a letra "c" passa a ter o seguinte texto: "Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício e respectivas alterações contratuais".

Paulo Lopes, 24 de março de 2010.
CACILDO ANTÔNIO JEREMIAS
Prefeito Municipal em exercício

Aviso de Licitação - TP 25/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Paulo Lopes

TOMADA DE PREÇOS Nº025/2010

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES torna público que realizará licitação na modalidade de Tomada de Preços, do tipo menor preço por item, para aquisição de uma van, ano e modelo 2010 e um veículo utilitário tipo van ano e modelo 2010, com abertura das propostas às 09:30 horas do dia 09 de abril de 2010. Edital e outras informações encontram-se à disposição na secretaria de administração, no prédio da Prefeitura, no horário das 07:00 às 13:00 horas, de segunda a sexta-feira, e no telefone (48) 32530161.

Paulo Lopes, 25 de março de 2010.
CACILDO ANTONIO GEREMIAS
Prefeito Municipal.

CÂMARA DE VEREADORES

Resolução nº. 01 de 22 de março de 2010

RESOLUÇÃO Nº. 01 DE 22 DE MARÇO DE 2010

DISPÕE SOBRE AS DIÁRIAS DOS SERVIDORES E VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ANTÔNIO ROGÉRIO, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de acordo com o aprovado pelo Plenário, baixa a seguinte,

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Aos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal de Paulo Lopes são concedidas diárias destinadas a custear as despesas de estadia e alimentação, sempre que, no interesse da Câmara Municipal, devam afastar-se do município, na conformidade das tabelas anexas:

SERVIDORES

Diária Simples	Diária com Pernoite no Estado	Diária com Pernoite Fora do Estado
R\$100,00	R\$200,00	R\$ 300,00

VEREADORES

Diária Nacional		Diária Internacional
Diária no Estado	Diária fora do Estado	R\$ 600,00
Diária Simples	Diária com Pernoite	
R\$ 150,00	R\$ 250,00	

Art. 2º Os valores constantes nesta Resolução poderão ser atualizados conforme inflação medida pelo INPC.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as Resoluções, Atos e demais disposições em contrário.

Paulo Lopes, 22 de Março de 2010.

JOSÉ ANTÔNIO ROGÉRIO

Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes/SC.

Publicada a presente Resolução no Diário Oficial dos Municípios em 22 de março de 2010.

Pinheiro Preto

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação Nº 032/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 032/2010

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 08 de abril de 2010, licitação modalidade Tomada de Preços n. 032/2010, visando a contratação de instituição financeira para emissão de carnês para pagamento e recebimento de tributos municipais e demais atos fiscais.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 08/04/2010, até às 09:45 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:00 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-sc, 22 de março de 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal



Contrato ADITADO N° 046/2009

TERMO ADITIVO 09/2010

CONTRATO ADITADO N° 046/2009

OBJETO: Fornecimento de serviços técnicos especializados

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº014/09

EMPRESA CONTRATADA: Laboratório Científico Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$

DATA DO CONTRATO: 15/03/2010

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Contrato ADITADO N° 018/2010

TERMO ADITIVO 010/2010

CONTRATO ADITADO N° 018/2010

OBJETO: Fornecimento de material escolar

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº003/10

EMPRESA CONTRATADA: Gráfica América Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$ 420,00 (Quatrocentos e vinte reais)

DATA DO CONTRATO: 15/03/2010

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Contrato N° 067/2010

CONTRATO N° 067/2010

OBJETO: recapagem de pneus

LICITAÇÃO: Modalidade Convite nº0/10

EMPRESA CONTRATADA: Recauchutadora roda Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$

DATA DO CONTRATO: 04/03/2010

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Contrato N° 067/2010

CONTRATO N° 067/2010

OBJETO: recapagem de pneus

LICITAÇÃO: Modalidade Convite nº0/10

EMPRESA CONTRATADA: Recauchutadora roda Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$

DATA DO CONTRATO: 04/03/2010

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Contrato N° 068/2010

CONTRATO N° 068/2010

OBJETO: Contrato de venda de bem imóvel inservível

LICITAÇÃO: Modalidade Leilão nº02/10

EMPRESA CONTRATADA: Alvaro Bernards

VALOR DO CONTRATO: R\$ 23.015,00 (vinte e três mil e quinze reais)

DATA DO CONTRATO: 09/03/2010

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Contrato N° 069/2010

CONTRATO N° 069/2010

OBJETO: Aquisição de pneus novos

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº011/10

EMPRESA CONTRATADA: LAGB Acessórios e Peças Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$

DATA DO CONTRATO: 09/03/2010

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Contrato N° 070/2010

CONTRATO N° 070/2010

OBJETO: Aquisição de pneus novos

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº011/10

EMPRESA CONTRATADA: JK Pneus Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$

DATA DO CONTRATO: 09/03/2010

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Contrato N° 071/2010

CONTRATO N° 071/2010

OBJETO: Aquisição de pneus novos

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº011/10

EMPRESA CONTRATADA: Modelo Pneus Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$

DATA DO CONTRATO: 09/03/2010

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Contrato N° 072/2010

CONTRATO N° 072/2010

OBJETO: Aquisição de pneus novos

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº011/10

EMPRESA CONTRATADA: Turbo Auto Peças Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$

DATA DO CONTRATO: 09/03/2010

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Contrato N° 073/2010

CONTRATO N° 073/2010

OBJETO: Fornecimento de Serviços

LICITAÇÃO: Modalidade Processo Seletivo nº002/10

CONTRATADA: Solange Scaraboto Bonadiman

VALOR DO CONTRATO: R\$ 745,19 (setecentos e quarenta e cinco reais e dezenove centavos)

DATA DO CONTRATO: 09/03/2010

Contrato N° 074/2010

CONTRATO N° 074/2010

OBJETO: Fornecimento de serviços

LICITAÇÃO: Modalidade Processo Seletivo nº002/10

CONTRATADA: Paula Fritzen da Silva

VALOR DO CONTRATO: R\$ 510,00(quinientos e dez reais)

DATA DO CONTRATO: 09/03/2010

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Contrato N° 075/2010

CONTRATO N° 075/2010

OBJETO: Fornecimento de seguro

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº024/10

EMPRESA CONTRATADA: Menon Corretora de Seguros

VALOR DO CONTRATO: R\$

DATA DO CONTRATO: 11/03/2010

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Contrato N° 076/2010

CONTRATO N° 076/2010

OBJETO: Serviço de reciclagem, industrialização destino final do lixo hospitalar

LICITAÇÃO: Modalidade Tomada de Preço nº003/10

EMPRESA CONTRATADA: Servioeste Soluções Ambientais Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$ 400,00(quatrocentos reais)

DATA DO CONTRATO: 19/03/2010

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Contrato N° 076/2010

CONTRATO N° 076/2010

OBJETO: Serviço de reciclagem, industrialização destino final do lixo hospitalar
LICITAÇÃO: Modalidade Tomada de Preço nº003/10
EMPRESA CONTRATADA: Servioeste Soluções Ambientais Ltda
VALOR DO CONTRATO: R\$ 400,00(quatrocentos reais)
DATA DO CONTRATO: 19/03/2010
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 077/2010

CONTRATO Nº 077/2010
OBJETO: Fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados a merenda escolar
LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº028/10
EMPRESA CONTRATADA: Mercado RZ
VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.028,87 (três mil e vinte e oito reais e oitenta e sete centavos)
DATA DO CONTRATO: 19/03/2010
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 078/2010

CONTRATO Nº 078/2010
OBJETO: Aquisição de pneus novos
LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº011/10
EMPRESA CONTRATADA: Francis Brezolin Bogoni
VALOR DO CONTRATO: R\$
DATA DO CONTRATO: /03/2010
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 079/2010

CONTRATO Nº 079/2010
OBJETO: serviços de agrimensura
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº028/10
EMPRESA CONTRATADA: Divo do Carmo Bittencourt-ME
VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais)
DATA DO CONTRATO: 18/03/2010
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 080/2010

CONTRATO Nº 080/2010
OBJETO: Conserto veículos da educação e transportes
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº029/10
EMPRESA CONTRATADA: Mecanica hochiove Ltda
VALOR DO CONTRATO: R\$ 10.378,82 (dez mil trezentos e setenta e oito reais e oitenta e dois centavos)
DATA DO CONTRATO: 19/03/2010
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 081/2010

CONTRATO Nº 081/2010
OBJETO: serviços de rompedor
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº030/10
EMPRESA CONTRATADA: Terrafer
VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.860,00 (dois mil oitocentos e sessenta reais)
DATA DO CONTRATO: 19/03/2010
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 082/2010

CONTRATO Nº 082/2010
OBJETO: Reforma de calçadas
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº019/10

EMPRESA CONTRATADA: Fiorelli In e Com de Lajotas
VALOR DO CONTRATO: R\$ 2670,00(dois mil seiscentos e setenta reais)
DATA DO CONTRATO: 19/03/2010
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 083/2010

CONTRATO Nº 083/2010
OBJETO: Realização de exames laboratoriais
LICITAÇÃO: Modalidade Pregão nº026/10
EMPRESA CONTRATADA: Laboratório Científico
VALOR DO CONTRATO: R\$ 192,01(cento e noventa e dois reais e um centavo)
DATA DO CONTRATO: 22/03/2010
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Porto Belo

PREFEITURA MUNICIPAL**Pregão Presencial 18/2010**

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2010

OBJETO – AQUISICAO DE 07 (sete) COMPUTADORES PARA UTILIZAÇÃO NO SISTEMA GESTOR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.
TIPO DE LICITAÇÃO – Menor preço por ITEM.
REGIMENTO – Lei Federal nº 8.666/1993 e 10520/2002 e demais alterações.
ABERTURA DAS PROPOSTAS – Às 10:00 hs do dia 07/04/2010, na Secretaria de Administração, sito Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, centro de Porto Belo – SC.
MAIS INFORMAÇÕES – Pessoalmente no endereço acima citado ou pelo fone (47) 3369-411, ramal 213.
RETIRADA DO EDITAL – No endereço acima mencionado ou no site www.portobelo.sc.gov.br.

Porto Belo / SC, 24 de março de 2010.

AOILTO MOTTA PORTO	MARCO AURÉLIO PEREIRA
Secretário de Administração	Pregoeiro

Extrato do Contrato n. 026/2010 - PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 026/2010 - PREFEITURA
Estado de Santa Catarina
Município de Porto Belo
Modalidade Carta Convite nº 028/2010
Objeto: A presente licitação tem por objeto a EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE 70 (setenta) LOTES OCUPADOS AO LONGO DO MUNICÍPIO – ÁREAS PÚBLICAS, pelo procedimento “Lar Legal” no Município de Porto Belo (SC), de acordo com as exigências constantes no convite 028/2010 e seus anexos.
Contratado: RAGSERV GESTÃO E SERVIÇOS LTDA
Prazo de vigência: Prazo de vigência do contrato será ate 31 de dezembro de 2010.
O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 40.250,00 (Quarenta mil, duzentos e cinquenta reais)
Data e assinatura do contrato: 18 de março de 2010.

ALBERT STADLER
Prefeito



Extrato do Contrato n. 023/2010 - EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 023/2010 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 016/2010

Objeto: Constitui objeto do presente Contrato, o fornecimento, por parte da Contratada, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA A UTILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL, conforme especificados na Autorização de Fornecimento nº 98/2010, documento em anexo, parte integrante deste contrato.

Contratado: SANDRA MARIA WEBER

Prazo de vigência: O período de fornecimento será a partir da assinatura do Contrato em até 10 (dez) dias, conforme o cronograma respectivo, sendo que a vigência contratual se estenderá até 30 (trinta) dias pós a última entrega prevista no cronograma anexado, podendo o contrato ser prorrogado ou alterado, nos limites da lei em vigor;

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 3.114,25 (Três mil, cento e quatorze reais e vinte e cinco centavos).

Data e assinatura do contrato: 18 de março de 2010.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato n. 024/2010 - EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 024/2010 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 016/2010

Objeto: Constitui objeto do presente Contrato, o fornecimento, por parte da Contratada, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA A UTILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL, conforme especificados na Autorização de Fornecimento nº 99/2010, documento em anexo, parte integrante deste contrato.

Contratado: LICIKON COMERCIAL LTDA ME

Prazo de vigência: O período de fornecimento será a partir da assinatura do Contrato em até 10 (dez) dias, conforme o cronograma respectivo, sendo que a vigência contratual se estenderá até 30 (trinta) dias pós a última entrega prevista no cronograma anexado, podendo o contrato ser prorrogado ou alterado, nos limites da lei em vigor;

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 5.462,10 (Cinco mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e dez centavos).

Data e assinatura do contrato: 18 de março de 2010.

ALBERT STADLER

Prefeito

Editais de Chamamento Nº 001/2010

EDITAL DE CHAMAMENTO nº 001/2010

O MUNICIPIO DE PORTO BELO - SC, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público, para conhecimento dos interessados que até às 10:00 horas do dia 15/04/2010, na Secretaria de Administração do Município, estará recebendo documentos objetivando credenciar pessoa jurídica capacitada para o desenvolvimento de trabalhos de regularização fundiária ao longo do município de Porto Belo.

MAIS INFORMAÇÕES – Pessoalmente no endereço acima citado ou pelo fone (47) 3369-411, ramal 213.

RETIRADA DO EDITAL – No endereço acima mencionado ou no

site www.portobelo.sc.gov.br.

Porto Belo / SC, 25 de março de 2010

AOILTO MOTTA PORTO

Secretário de Administração

Porto União**PREFEITURA MUNICIPAL****Lei nº 3.716/10**

LEI Nº 3.716, de 22 de março de 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com a Associação dos Produtores Rurais de Bom Princípio – APRUBP, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação dos Produtores Rurais de Bom Princípio – APRUBP, inscrita no CNPJ sob o nº 02.722.107/0001-79, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 2.387, de 15 de dezembro de 2008, com sede e foro no Município de Porto União – SC.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar à Associação dos Produtores Rurais de Bom Princípio – APRUBP, no decorrer do exercício de 2010 a contar da data de sua assinatura, recursos financeiros no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), desembolsáveis em 03 (três) parcelas mensais e consecutivas de R\$ 1.000,00 (um mil reais), para aquisição de implemento agrícola.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0210	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
ATIVIDADE	2884600032034	Encargos Gerais da Administração
DOTAÇÃO	335041-100	Contribuições

Art. 4º A Associação dos Produtores Rurais de Bom Princípio – APRUBP, obriga-se a prestar contas do recurso recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data do seu recebimento, mediante apresentação de cópia documental da aplicação do mesmo.

Art 5º O período de vigência do Convênio será da data de sua assinatura até 30 de julho de 2010, podendo ser prorrogado caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o Artigo 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 22 de março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura



Lei nº 3.717/10

LEI Nº 3.717, de 22 de março de 2010.

DISPÕE SOBRE O CRÉDITO ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no orçamento geral do município, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 46.916,54 (quarenta e seis mil, novecentos e dezesseis reais e cinquenta e quatro centavos):

ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0211 – SEC. MUN. DE IND., COM. E TURISMO		
PROJETO	1021 – Implantação e Reestruturação de Britadores		
ELEMENTO	449051-174 – Obras e Instalações	novo	46.916,54
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		46.916,54

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro ocorrido no exercício de 2009.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 22 de março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Lei nº 3.718/10

LEI Nº 3.718, de 22 de março de 2010.

Dispõe sobre o crédito especial e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde do presente exercício, no valor de R\$ 333.558,02 (trezentos e trinta e três mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e dois centavos), conforme discriminação a seguir:

ORGÃO	0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
PROJETO	1051 – CONST./AMPL./REFORMA UNID. DE SAÚDE		
ELEMENTO	449051- 458 – Obras e Instalações	novo	333.558,02
	TOTAL		333.558,02

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente

serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação a ocorrer no exercício na fonte 458 – Outras Transferências do Estado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 22 de março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto nº 344/10

DECRETO Nº 344, de 22 de março de 2010.

Altera o Artigo 4º do Decreto nº 640, de 05 de outubro de 2007, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Artigo 4º do Decreto nº 640, de 05 de outubro de 2007, que passa a conter a seguinte redação:

"Art. 4º ...

§ 1º ...

§ 2º ...

§ 3º Sempre que técnica e economicamente viável, de forma a possibilitar maior ganho ao Município, o SRP poderá ser aditivado na quantidade e valor global".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 22 de março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Decreto nº 341/10

DECRETO Nº 341, de 22 de março de 2010.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.717, de 22 de março de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no orçamento geral do município, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 46.916,54 (quarenta e seis mil, novecentos e dezesseis reais e cinquenta e quatro centavos):

ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0211 – SEC. MUN. DE IND., COM. E TURISMO		
PROJETO	1021 – Implantação e Reestruturação de Britadores		
ELEMENTO	449051-174 – Obras e Instalações	novo	46.916,54



	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		46.916,54

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro ocorrido no exercício de 2009.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de março de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto nº 345/10

DECRETO Nº 345, de 23 de março de 2010.

Dispõe sobre a ESCALA DE PLANTÃO FUNERÁRIO no Município de Porto União, em cumprimento a Lei nº 3.427, de 20 de março de 2008.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 3.427, de 20 de março de 2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido escala de plantão para as empresas funerárias sediadas e autorizadas a funcionarem no Município de Porto União, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 1º O plantão deverá iniciar-se em 29/03/2010 às 9:00 horas de uma segunda-feira e findar às 9:00 horas da segunda-feira seguinte.

§ 2º O Município de Porto União poderá promover licitação para as empresas a serem credenciadas no Município, num limite de 05 (cinco) empresas.

Art. 2º A escala de plantão será exercida e cumprida pelas empresas:

- a) IRMÃOS BINDEMANN LTDA, Inscrição Municipal nº 348;
- b) MARCIA LUCIANE STRELESKI – F.IND. ME, Inscrição Municipal nº 1557;
- c) JUAREZ JACOB MULLER CIA LTDA, Inscrição Municipal nº 679;
- d) VILMAR MACOS MINSKI – F.IND. ME, Inscrição Municipal nº 2062; e
- e) GERSON BENTO ABILHOA – F.IND. ME, Inscrição Municipal nº 1573.

Art. 3º O plantão será exercido em caráter precário de acordo com o ANEXO ÚNICO do presente Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2010.

Porto União (SC), 23 de março de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 345, de 23 de março de 2010.

I. As empresas devidamente inscritas junto ao Município de Porto União, e que farão o plantão funerário em forma de escala são:

Empresa	CNPJ	Início plantão	Termo plantão
IRMÃOS BINDEMANN LTDA	85.164.044/0001-00	29/03/2010	05/04/2010
MARCIA LUCIANE STRELESKI-F.I.	01.813.232/0001-21	05/04/2010	12/04/2010
JUAREZ J. MULLER CIA LTDA	02.951.063/0001-59	12/04/2010	19/04/2010
VILMAR MACOS MINSKI – F.IND.	09.571.013/0001-95	19/04/2010	26/04/2010
GERSON BENTO ABILHOA – F.IND.	01.475.833/0001-71	26/04/2010	03/05/2010
IRMÃOS BINDEMANN LTDA	85.164.044/0001-00	03/05/2010	10/05/2010
MARCIA LUCIANE STRELESKI-F.I.	01.813.232/0001-21	10/05/2010	17/05/2010
JUAREZ J. MULLER CIA LTDA	02.951.063/0001-59	17/05/2010	24/05/2010
VILMAR MACOS MINSKI – F.IND.	09.571.013/0001-95	24/05/2010	31/05/2010
GERSON BENTO ABILHOA – F.IND.	01.475.833/0001-71	31/05/2010	07/06/2010
IRMÃOS BINDEMANN LTDA	85.164.044/0001-00	07/06/2010	14/07/2010
MARCIA LUCIANE STRELESKI-F.I.	01.813.232/0001-21	14/07/2010	21/07/2010
JUAREZ J. MULLER CIA LTDA	02.951.063/0001-59	21/07/2010	28/07/2010
VILMAR MACOS MINSKI – F.IND.	09.571.013/0001-95	28/07/2010	05/08/2010
GERSON BENTO ABILHOA – F.IND.	01.475.833/0001-71	05/08/2010	12/08/2010
IRMÃOS BINDEMANN LTDA	85.164.044/0001-00	12/08/2010	19/08/2010
MARCIA LUCIANE STRELESKI-F.I.	01.813.232/0001-21	19/08/2010	26/08/2010
JUAREZ J. MULLER CIA LTDA	02.951.063/0001-59	26/08/2010	02/09/2010
VILMAR MACOS MINSKI – F.IND.	09.571.013/0001-95	02/09/2010	09/09/2010
GERSON BENTO ABILHOA – F.IND.	01.475.833/0001-71	09/09/2010	16/09/2010
IRMÃOS BINDEMANN LTDA	85.164.044/0001-00	16/09/2010	23/09/2010
MARCIA LUCIANE STRELESKI-F.I.	01.813.232/0001-21	23/09/2010	30/09/2010
JUAREZ J. MULLER CIA LTDA	02.951.063/0001-59	30/09/2010	06/10/2010
VILMAR MACOS MINSKI – F.IND.	09.571.013/0001-95	06/10/2010	13/10/2010
GERSON BENTO ABILHOA – F.IND.	01.475.833/0001-71	13/10/2010	20/10/2010
IRMÃOS BINDEMANN LTDA	85.164.044/0001-00	20/10/2010	27/10/2010

II. Do horário:

- a) O horário de início do Plantão para a funerária entrante será sempre às 9:00 horas de segunda-feira;
- b) O horário de encerramento do Plantão para a funerária que sai será sempre às 9:00 horas de segunda-feira;

Portaria nº 018/10

PORTARIA Nº 018, de 22 de março de 2010.

NOMEIA COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO.



O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "f", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento nos artigos 245 e 246 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, no que tange ao Processo Administrativo, determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e constituir a respectiva Comissão Disciplinar encarregada de apurar fato determinado imputado a Conselheira Tutelar, Sra. Célia Soares dos Santos Souza, qual seja, envolvimento em acidente de trânsito conduzindo veículo da municipalidade – Fiat Uno, Placa MCJ0824 –, a fim de que seja realizado o respectivo inquérito e julgamento com aplicação da justa e legal sanção, pelo fato acima mencionado.

Art. 2º Em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, mandar cientificar/citar, desde logo, a Conselheira Tutelar, Sra. Célia Soares dos Santos Souza, para que, acompanhe todos os atos do presente processo, bem como para que, se assim desejar, que constitua advogado para acompanhá-la durante todo o processo.

Art. 3º Designar, como membros da Comissão:

I- Paulo Medeiros – Presidente;

II- Giovana Muller – Secretária;

III- Márcio Roberto Marczynski – Membro.

Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei, por igual período.

Parágrafo único. Caso seja necessário a prorrogação desta Portaria, a mesma será sem ônus para os membros da Comissão.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 22 de março de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Processo Licitatório 032/2010 Extrato de Edital de Pregão Presencial 019/2010

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 032/2010

Extrato de Edital de Pregão Presencial 019/2010

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão Presencial, para a aquisição de 01 (uma) motoniveladora de fabricação nacional, nova, articulada, motor turbo, com potência variável, de no mínimo de 170 HP, peso mínimo operacional de 17.000 kg. Recebimento dos envelopes e do credenciamento será no dia 07 de abril de 2010 as 10:00 horas na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 10:15 horas, no mesmo edital e local. Maiores informações e cópia do edital podem ser retiradas à Rua Padre Anchieta, 126. Porto União, 25 de Março de 2010. Demais informações no site www.diariomunicipal.sc.gov.br

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto nº 1155/10

DECRETO Nº 1.155, de 15 de março de 2010.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2010."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Leiloeiro nomeado pelo Decreto nº 1049/09, o resultado do Pregão Presencial N.º 004 de 25/02/2010, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes ALIANÇA HOSPITALAR LTDA-ME, ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA, METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA e PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED. ONDONT.LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
15 de março de 2010.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Virm

ANEXO AO DECRETO Nº 1.155/2010
Pregão Presencial nº 004/10 de 25.02.2010

Objeto da Licitação: Aquisição de 31 (trinta e um) itens de materiais hospitalares para atender as necessidades do 3º CBM-Corpo de Bombeiros de Rio do Sul-FUNREBOM.

Preço: por item

Participantes: DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA, ALIANÇA HOSPITALAR LTDA-ME, METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA e PROHOSPITAL SUL COM.MAT.MED.ODONT.LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Leiloeiro declarou vencedores os licitantes PROHOSPITAL SUL COM.MAT.MED.ODONT.LTDA nos itens 001,018,019,026,027,029 e 030; ALIANÇA HOSPITALAR LTDA-ME nos itens 002,004,014,015,023 e 025; ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA nos itens 003,005,006,007,012 e 031; DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA nos itens 008,009,010,011 e 016 e METROMED 013,017,020,021,022 e 028.

Decreto nº 1156/10

DECRETO Nº 1.156, de 16 de março de 2010.

"NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são garantidas pelo inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,



DECRETA:

Art.1º – Ficam nomeados os Senhores: Eugênio Vicenzi, Sérgio Vasselai, Jailson Roberto de Oliveira e Eduardo Aragão Silva, para em comissão procederem a avaliação do imóvel declarado de Utilidade Pública através do Decreto nº 1043, de 23 de dezembro de 2009.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
16 de março de 2010.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Vlrm

Decreto nº 1157/10

DECRETO Nº 1.157, DE 16 DE MARÇO 2010.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei n.º 4.964, de 16 de março de 2010.

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 400.746,00 (quatrocentos mil, setecentos e quarenta e seis reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	Departamento Pedagógico de Ensino		
1.026	Construção e Ampliação de Centro de Ensino Fundamental		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	170.746,00
1.029	Construção e Ampliação de Centro de Educação Infantil		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	150.000,00
1.055	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente – Infantil		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	40.000,00
1.056	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente – Fundamental		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	40.000,00
	Total	R\$	400.746,00

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 400.746,00 (quatrocentos mil, setecentos e quarenta e seis reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	Departamento Pedagógico de Ensino		
2.070	Programa de Alimentação das Escolas de Tempo Integral I e II		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	400.746,00
	Total	R\$	400.746,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

16 de março de 2010.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto nº 1158/10

DECRETO Nº 1.158, DE 16 DE MARÇO 2010.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei n.º 4.965, de 16 de março de 2010.

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.03	Departamento de Obras e Melhorias Viárias		
1.018	Pavimentação Fundo Canoas - Contrapartida		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	200.000,00
1.023	Pavimentação de Ruas, Execução de Galeria e Aquisição de Equipamentos – Contrapartida		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	400.000,00
1.025	Parques e Praças – Contrapartida		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
	Total	R\$	650.000,00

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.03	Departamento de Obras e Melhorias Viárias		
1.014	Pontes, Viadutos e Passarelas		



4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	650.000,00
	Total	R\$	650.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

16 de março de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto nº 1160/10

DECRETO Nº 1.160, DE 16 DE MARÇO 2010.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei n.º 4.967, de 16 de março de 2010.

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial no valor de R\$ 443.650,00 (quatrocentos e quarenta e três mil, seiscentos e cinquenta reais), por conta do Convênio firmado com a Caixa Econômica Federal, para construção de Galeria de Drenagem Pluvial, localizada na Rua dos Caçadores, Otto Ern e XV de Novembro, bairro Laranjeiras, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.03	Departamento de Obras e Melhorias Viárias		
1.064	Construção Galeria Drenagem Pluvial – Caixa Econômica Federal		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	443.650,00
	Total	R\$	443.650,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

16 de março de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto nº 1161/10

DECRETO Nº 1.161, DE 16 DE MARÇO 2010.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei n.º 4.968, de 16 de março de 2010.

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial no valor de R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), como contrapartida do Convênio Firmado com a Caixa Econômica Federal, para construção de Galeria de Drenagem Pluvial, localizada na Rua dos Caçadores, Otto

Ern e XV de Novembro, bairro Laranjeiras, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.03	Departamento de Obras e Melhorias Viárias		
1.065	Construção Galeria Drenagem Pluvial – Caixa Econômica Federal - Contrapartida		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	380.000,00
	Total	R\$	380.000,00

Art. 2º – Em contrapartida ao Crédito Especial constante do artigo primeiro fica anulada na importância parcial de R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.03	Departamento de Obras e Melhorias Viárias		
1.014	Pontes, Viadutos e Passarelas		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	380.000,00
	Total	R\$	380.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

16 de março de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto nº 1162/10

DECRETO Nº 1.162, de 16 de março de 2010.

"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei Municipal Nº 2.947/94, alterada pelas Leis nºs 3.204/97 e 3.278/98, 4.356/06 e 4.743/08,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados como membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio do Sul, os seguintes membros:

- I - Como representantes do Poder Público Municipal:
 II – Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:
 - Ivanir Schlemper Neves – Titular
 - Cristina Drobraschinski Barbosa – Suplente

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

16 de março de 2010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Vlrn



Decreto nº 1163/10

DECRETO Nº 1.163, de 19 de março de 2010.

"SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO-CONSELHO DO FUNDEB."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e nos dispositivos da Lei Municipal nº 4.539/2007, alterada pela Lei Municipal nº 4.797/2008.

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-Conselho do FUNDEB o seguinte membro devidamente indicado por sua entidade:

I - Representante do Poder Executivo Municipal:

- Secretaria Municipal da Fazenda:

Bruna Livramento – Titular (em substituição a Rúbia Cristina Mohr)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

19 de março de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Vlrm

Decreto nº 1159/10

DECRETO Nº 1.159, de 16 de março 2010.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei n.º 4.966, de 16 de março de 2010.

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), como contrapartida do Convênio Firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina, para construção de três galerias pluviais, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.03	Departamento de Obras e Melhorias Viárias		
1.066	Construção Galerias Drenagem Pluvial – Contrapartida Estado		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	450.000,00
	Total	R\$	450.000,00

Art. 2º – Em contrapartida ao Crédito Especial constante do artigo primeiro fica anulada na importância parcial de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.03	Departamento de Obras e Melhorias Viárias		

1.014	Pontes, Viadutos e Passarelas		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	450.000,00
	Total	R\$	450.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

16 de março de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Extrato de Inexigibilidade 15/2010 FMS

Prefeitura de Rio do Sul

Secretaria Municipal de Saúde

Divisão de Suprimentos – Setor de Compras

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N º 15/2010-FMS

OBJETO: Aquisição de vale-transporte para atender necessidade mensal dos servidores desta secretaria.

JUSTIFICATIVA: Único fornecedor, com base no artigo 25, inciso I da Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1.993, que estabelece "é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição".

VALOR DO OBJETO: R\$ 7.611,00 (sete mil, seiscentos e onze reais)

FORNECEDORES:

* Ônibus Circular Ltda, situada na rua Lauro Muller, nº 444, bairro Budag, município de Rio do Sul. CNPJ: 85.775.633/0001-24;

* Expresso Taioense Ltda, situada na rua Lauro Muller, nº 444, bairro Budag, município de Rio do Sul. CNPJ: 85.776.342/0001-50.

Rio do Sul (SC), 22 de março de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

Relatório Resumido da Execução Orçamentária 1º Bimestre 2010 Anexo I

Município de RIO DO SUL
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	144.571.631,00	144.571.631,00	24.401.792,69	16,88	24.401.792,69	16,88	120.169.838,31
RECEITAS CORRENTES	114.633.651,00	114.633.651,00	23.523.278,37	20,52	23.523.278,37	20,52	91.110.372,63
RECEITA TRIBUTÁRIA	21.554.750,00	21.554.750,00	8.514.745,07	39,50	8.514.745,07	39,50	13.040.004,93
IMPOSTOS	15.543.000,00	15.543.000,00	6.058.922,56	38,98	6.058.922,56	38,98	9.484.077,44
TAXAS	4.436.750,00	4.436.750,00	2.414.184,70	54,41	2.414.184,70	54,41	2.022.565,30
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.575.000,00	1.575.000,00	41.637,81	2,64	41.637,81	2,64	1.533.362,19
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.450.000,00	4.450.000,00	867.057,29	19,48	867.057,29	19,48	3.582.942,71
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.905.000,00	1.905.000,00	344.882,65	18,10	344.882,65	18,10	1.560.117,35
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	2.545.000,00	2.545.000,00	522.174,64	20,52	522.174,64	20,52	2.022.825,36
RECEITA PATRIMONIAL	2.525.000,00	2.525.000,00	718.115,99	28,44	718.115,99	28,44	1.806.884,01
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	85.000,00	85.000,00	6.912,79	8,13	6.912,79	8,13	78.087,21
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	2.440.000,00	2.440.000,00	711.203,20	29,15	711.203,20	29,15	1.728.796,80
RECEITA AGROPECUÁRIA	36.750,00	36.750,00	9.977,77	27,15	9.977,77	27,15	26.772,23
Outras Rec. Agropecuárias	36.750,00	36.750,00	9.977,77	27,15	9.977,77	27,15	26.772,23
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	80.400.326,00	80.400.326,00	12.821.390,77	15,95	12.821.390,77	15,95	67.578.935,23
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	79.520.326,00	79.520.326,00	12.747.590,47	16,03	12.747.590,47	16,03	66.772.735,53
Transf. de Conv.	880.000,00	880.000,00	73.800,30	8,39	73.800,30	8,39	806.199,70
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.666.825,00	5.666.825,00	591.991,48	10,45	591.991,48	10,45	5.074.833,52
Multas e Juros de Mora	2.835.000,00	2.835.000,00	249.871,93	8,81	249.871,93	8,81	2.585.128,07
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	341.575,00	341.575,00	58.398,25	17,10	58.398,25	17,10	283.176,75
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.265.250,00	1.265.250,00	128.009,70	10,12	128.009,70	10,12	1.137.240,30
RECEITAS DIVERSAS	1.225.000,00	1.225.000,00	155.711,60	12,71	155.711,60	12,71	1.069.288,40
RECEITAS DE CAPITAL	29.937.980,00	29.937.980,00	878.514,32	2,93	878.514,32	2,93	29.059.465,68
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7.772.000,00	7.772.000,00	728.514,32	9,37	728.514,32	9,37	7.043.485,68
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	7.772.000,00	7.772.000,00	728.514,32	9,37	728.514,32	9,37	7.043.485,68
ALIENAÇÃO DE BENS	1.734.680,00	1.734.680,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.734.680,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.335.000,00	1.335.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.335.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	399.680,00	399.680,00	0,00	0,00	0,00	0,00	399.680,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20.431.300,00	20.431.300,00	150.000,00	0,73	150.000,00	0,73	20.281.300,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	20.431.300,00	20.431.300,00	150.000,00	0,73	150.000,00	0,73	20.281.300,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.080.000,00	3.080.000,00	484.012,44	15,71	484.012,44	15,71	2.595.987,56
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.080.000,00	3.080.000,00	484.012,44	15,71	484.012,44	15,71	2.595.987,56
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.080.000,00	3.080.000,00	484.012,44	15,71	484.012,44	15,71	2.595.987,56
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.080.000,00	3.080.000,00	484.012,44	15,71	484.012,44	15,71	2.595.987,56

Continua 1/3



Município de RIO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.080.000,00	3.080.000,00	484.012,44	15,71	484.012,44	15,71	2.595.987,56
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	147.651.631,00	147.651.631,00	24.885.805,13	16,85	24.885.805,13	16,85	122.765.825,87
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	147.651.631,00	147.651.631,00	24.885.805,13	16,85	24.885.805,13	16,85	122.765.825,87
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	147.651.631,00	147.651.631,00	24.885.805,13	16,85	24.885.805,13	16,85	122.765.825,87
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	—	—	—	1.199.934,33	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	143.416.961,00	5.829.934,33	149.246.895,33	24.451.568,62	24.451.568,62	18.399.736,33	18.399.736,33	12,33	130.847.159,00
DESPESAS CORRENTES	105.669.296,00	2.888.113,83	108.557.409,83	17.849.138,03	17.849.138,03	15.106.811,89	15.106.811,89	13,92	93.450.597,94
Pessoal e Encargos Sociais	5.515.000,00	0,00	5.515.000,00	507.699,91	507.699,91	507.699,91	507.699,91	9,21	5.007.300,09
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.383.566,25	-1.392,00	39.382.174,25	5.502.369,42	5.502.369,42	5.498.379,42	5.498.379,42	13,96	33.883.794,83
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	520.000,00	0,00	520.000,00	12.013,70	12.013,70	10.675,80	10.675,80	2,05	509.324,20
Outras Despesas Correntes	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	8.724,80	8.724,80	8.724,80	8.724,80	0,87	991.275,20
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	59.250.729,75	2.889.505,83	62.140.235,58	11.818.330,20	11.818.330,20	9.081.331,96	9.081.331,96	14,61	53.058.903,62
DESPESAS DE CAPITAL	37.147.665,00	2.941.820,50	40.089.485,50	6.602.430,59	6.602.430,59	3.292.924,44	3.292.924,44	8,21	36.796.561,06
Investimentos	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	2.358,00	2.358,00	2.358,00	2.358,00	0,24	997.642,00
INVESTIMENTOS	33.857.665,00	2.941.820,50	36.799.485,50	6.101.365,00	6.101.365,00	3.065.634,61	3.065.634,61	8,33	33.733.850,89
INVERSOES FINANCEIRAS	210.000,00	0,00	210.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.000,00

Continua 2/3



Município de RIO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	143.416.961,00	5.829.934,33	149.246.895,33	24.451.568,62	24.451.568,62	18.399.736,33	18.399.736,33	12,33	130.847.159,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.080.000,00	0,00	2.080.000,00	498.707,59	498.707,59	224.931,83	224.931,83	10,81	1.855.068,17
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.234.670,00	0,00	4.234.670,00	724.751,36	724.751,36	724.751,36	724.751,36	15,89	3.834.918,64
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.234.670,00	0,00	4.234.670,00	724.751,36	724.751,36	724.751,36	724.751,36	15,89	3.834.918,64
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	147.651.631,00	5.829.934,33	153.481.565,33	25.176.319,98	25.176.319,98	19.124.487,69	19.124.487,69	12,43	134.682.077,64
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	147.651.631,00	5.829.934,33	153.481.565,33	25.176.319,98	25.176.319,98	19.124.487,69	19.124.487,69	12,43	134.682.077,64
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	5.761.317,44	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	147.651.631,00	5.829.934,33	153.481.565,33	25.176.319,98	25.176.319,98	19.124.487,69	24.885.805,13	12,43	134.682.077,64

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.081.703,28

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 22/03/2010

MILTON HOBUS
PREFEITO MUNICIPAL

CLEI CARLOS BUSNARDO
CRC.SC 28.139/O-1 TEC. CONTABIL

Relatório Resumido da Execução Orçamentária 1º Bimestre 2010 Anexo II

Município de RIO DO SUL
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	143.416.961,00	149.246.895,33	24.451.568,62	24.451.568,62	18.399.736,33	18.399.736,33	96,21	12,33	130.847.159,00
Legislativa	2.949.180,00	2.949.180,00	308.369,59	308.369,59	305.487,09	305.487,09	1,60	10,36	2.643.692,91
Ação Legislativa	2.949.180,00	2.949.180,00	308.369,59	308.369,59	305.487,09	305.487,09	1,60	10,36	2.643.692,91
Administração	11.479.450,00	14.979.450,00	2.301.675,88	2.301.675,88	1.416.135,71	1.416.135,71	7,40	9,45	13.563.314,29
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	1.219.000,00	1.219.000,00	205.561,63	205.561,63	195.348,25	195.348,25	1,02	16,03	1.023.651,75
Administração Geral	6.893.650,00	10.393.650,00	1.467.646,51	1.467.646,51	757.084,81	757.084,81	3,96	7,28	9.636.565,19
Administração Financeira	1.311.600,00	1.311.600,00	359.327,18	359.327,18	279.381,42	279.381,42	1,46	21,30	1.032.218,58
Normatização e Fiscalização	990.000,00	990.000,00	105.394,65	105.394,65	105.394,65	105.394,65	0,55	10,65	884.605,35
Tecnologia da Informatização	174.900,00	174.900,00	14.768,51	14.768,51	14.768,51	14.768,51	0,08	8,44	160.131,49
Formação de Recursos Humanos	300.000,00	300.000,00	2.203,23	2.203,23	2.174,40	2.174,40	0,01	0,72	297.825,60
Administração de Receitas	325.400,00	325.400,00	93.486,08	93.486,08	22.536,08	22.536,08	0,12	6,93	302.863,92
Comunicação Social	264.900,00	264.900,00	53.288,09	53.288,09	39.447,59	39.447,59	0,21	14,89	225.452,41
Segurança Pública	2.838.950,00	2.838.950,00	301.111,82	301.111,82	237.192,44	237.192,44	1,24	8,35	2.601.757,56
Policimento	2.007.500,00	2.007.500,00	180.904,56	180.904,56	140.796,67	140.796,67	0,74	7,01	1.866.703,33
Defesa Civil	96.450,00	96.450,00	23.161,97	23.161,97	19.296,54	19.296,54	0,10	20,01	77.153,46
Assistência Comunitária	735.000,00	735.000,00	97.045,29	97.045,29	77.099,23	77.099,23	0,40	10,49	657.900,77
Assistência Social	2.653.700,00	2.773.658,09	511.471,62	511.471,62	394.734,83	394.734,83	2,06	14,23	2.378.923,26
Assistência à Criança e ao Adolescente	229.900,00	229.900,00	33.644,42	33.644,42	23.195,26	23.195,26	0,12	10,09	206.704,74
Assistência Comunitária	2.423.800,00	2.543.758,09	477.827,20	477.827,20	371.539,57	371.539,57	1,94	14,61	2.172.218,52
Previdência Social	7.515.000,00	7.515.000,00	518.782,71	518.782,71	518.782,71	518.782,71	2,71	6,90	6.996.217,29
Previdência Básica	7.515.000,00	7.515.000,00	518.782,71	518.782,71	518.782,71	518.782,71	2,71	6,90	6.996.217,29
Saúde	44.113.226,00	44.275.610,64	6.426.708,45	6.426.708,45	6.110.586,58	6.110.586,58	31,95	13,80	38.165.024,06
Atenção Básica	19.275.826,00	19.438.210,64	2.898.841,12	2.898.841,12	2.644.166,65	2.644.166,65	13,83	13,60	16.794.043,99
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	24.492.400,00	24.492.400,00	3.490.743,22	3.490.743,22	3.443.103,68	3.443.103,68	18,00	14,06	21.049.296,32
Vigilância Sanitária	38.000,00	38.000,00	8.114,55	8.114,55	4.496,27	4.496,27	0,02	11,83	33.503,73
Vigilância Epidemiológica	307.000,00	307.000,00	29.009,56	29.009,56	18.819,98	18.819,98	0,10	6,13	288.180,02
Educação	23.428.725,00	23.433.500,10	4.902.251,60	4.902.251,60	3.448.373,14	3.448.373,14	18,03	14,72	19.985.126,96
Administração Geral	401.000,00	401.000,00	99.660,33	99.660,33	43.435,89	43.435,89	0,23	10,83	357.564,11
Alimentação e Nutrição	2.191.250,00	2.191.250,00	330.090,45	330.090,45	122.098,11	122.098,11	0,64	5,57	2.069.151,89
Ensino Fundamental	10.628.950,00	10.628.950,00	2.163.288,58	2.163.288,58	1.259.665,84	1.259.665,84	6,59	11,85	9.369.284,16
Ensino Superior	180.000,00	180.000,00	129.331,25	129.331,25	129.331,25	129.331,25	0,68	71,85	50.668,75
Educação Infantil	10.005.525,00	10.010.300,10	2.175.360,99	2.175.360,99	1.890.922,05	1.890.922,05	9,89	18,89	8.119.378,05

Continua 1/3



Município de RIO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	143.416.961,00	149.246.895,33	24.451.568,62	24.451.568,62	18.399.736,33	18.399.736,33	96,21	12,33	130.847.159,00
Educação	23.428.725,00	23.433.500,10	4.902.251,60	4.902.251,60	3.448.373,14	3.448.373,14	18,03	14,72	19.985.126,96
Educação de Jovens e Adultos	22.000,00	22.000,00	4.520,00	4.520,00	2.920,00	2.920,00	0,02	13,27	19.080,00
Cultura	2.610.000,00	2.610.000,00	356.618,28	356.618,28	356.618,28	356.618,28	1,86	13,66	2.253.381,72
Difusão Cultural	2.610.000,00	2.610.000,00	356.618,28	356.618,28	356.618,28	356.618,28	1,86	13,66	2.253.381,72
Direitos da Cidadania	156.900,00	156.900,00	18.627,19	18.627,19	18.564,19	18.564,19	0,10	11,83	138.335,81
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	156.900,00	156.900,00	18.627,19	18.627,19	18.564,19	18.564,19	0,10	11,83	138.335,81
Urbanismo	30.444.530,00	32.437.346,50	6.828.843,86	6.828.843,86	3.993.442,27	3.993.442,27	20,88	12,31	28.443.904,23
Ordenamento Territorial	1.017.200,00	1.017.200,00	21.925,44	21.925,44	21.925,44	21.925,44	0,11	2,16	995.274,56
Infra-Estrutura Urbana	28.743.830,00	30.736.646,50	6.663.885,43	6.663.885,43	3.852.608,42	3.852.608,42	20,14	12,53	26.884.038,08
Serviços Urbanos	683.500,00	683.500,00	143.032,99	143.032,99	118.908,41	118.908,41	0,62	17,40	564.591,59
Saneamento	904.000,00	904.000,00	72.071,60	72.071,60	68.551,60	68.551,60	0,36	7,58	835.448,40
Saneamento Básico Urbano	904.000,00	904.000,00	72.071,60	72.071,60	68.551,60	68.551,60	0,36	7,58	835.448,40
Gestão Ambiental	1.633.700,00	1.633.700,00	354.091,98	354.091,98	354.060,48	354.060,48	1,85	21,67	1.279.639,52
Preservação e Conservação Ambiental	1.633.700,00	1.633.700,00	354.091,98	354.091,98	354.060,48	354.060,48	1,85	21,67	1.279.639,52
Agricultura	2.093.100,00	2.093.100,00	224.191,49	224.191,49	140.010,62	140.010,62	0,73	6,69	1.953.089,38
Extensão Rural	2.093.100,00	2.093.100,00	224.191,49	224.191,49	140.010,62	140.010,62	0,73	6,69	1.953.089,38
Indústria	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Promoção Industrial	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Comércio e Serviços	4.103.500,00	4.153.500,00	258.102,70	258.102,70	243.660,20	243.660,20	1,27	5,87	3.909.839,80
Promoção Comercial	281.300,00	281.300,00	50.491,83	50.491,83	48.691,83	48.691,83	0,25	17,31	232.608,17
Turismo	3.822.200,00	3.872.200,00	207.610,87	207.610,87	194.968,37	194.968,37	1,02	5,04	3.677.231,63
Energia	1.760.000,00	1.760.000,00	262.801,34	262.801,34	262.801,34	262.801,34	1,37	14,93	1.497.198,66
Energia Elétrica	1.760.000,00	1.760.000,00	262.801,34	262.801,34	262.801,34	262.801,34	1,37	14,93	1.497.198,66
Desporto e Lazer	1.433.000,00	1.433.000,00	295.127,22	295.127,22	295.127,22	295.127,22	1,54	20,60	1.137.872,78
Desporto de Rendimento	250.000,00	250.000,00	59.650,00	59.650,00	59.650,00	59.650,00	0,31	23,86	190.350,00
Desporto Comunitário	1.183.000,00	1.183.000,00	235.477,22	235.477,22	235.477,22	235.477,22	1,23	19,91	947.522,78
Encargos Especiais	2.600.000,00	2.600.000,00	510.721,29	510.721,29	235.607,63	235.607,63	1,23	9,06	2.364.392,37
Serviço da Dívida Interna	2.600.000,00	2.600.000,00	510.721,29	510.721,29	235.607,63	235.607,63	1,23	9,06	2.364.392,37
Reserva de Contingência	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
Reserva de Contingência	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00

Continua 2/3



Município de RIO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.234.670,00	4.234.670,00	724.751,36	724.751,36	724.751,36	724.751,36	3,79	15,89	3.834.918,64
Legislativa	138.320,00	138.320,00	42.654,31	42.654,31	42.654,31	42.654,31	0,22	9,21	420.665,69
Ação Legislativa	138.320,00	138.320,00	42.654,31	42.654,31	42.654,31	42.654,31	0,22	9,21	420.665,69
Administração	1.255.800,00	1.255.800,00	232.363,39	232.363,39	232.363,39	232.363,39	1,22	18,50	1.023.436,61
Administração Geral	1.255.800,00	1.255.800,00	232.363,39	232.363,39	232.363,39	232.363,39	1,22	18,50	1.023.436,61
Saúde	895.450,00	895.450,00	165.718,23	165.718,23	165.718,23	165.718,23	0,87	18,51	729.731,77
Atenção Básica	895.450,00	895.450,00	165.718,23	165.718,23	165.718,23	165.718,23	0,87	18,51	729.731,77
Educação	1.903.100,00	1.903.100,00	278.086,41	278.086,41	278.086,41	278.086,41	1,45	14,61	1.625.013,59
Ensino Fundamental	615.100,00	615.100,00	237.517,38	237.517,38	237.517,38	237.517,38	1,24	38,61	377.582,62
Educação Infantil	1.288.000,00	1.288.000,00	40.569,03	40.569,03	40.569,03	40.569,03	0,21	3,15	1.247.430,97
Cultura	25.000,00	25.000,00	4.002,86	4.002,86	4.002,86	4.002,86	0,02	16,01	20.997,14
Difusão Cultural	25.000,00	25.000,00	4.002,86	4.002,86	4.002,86	4.002,86	0,02	16,01	20.997,14
Desporto e Lazer	17.000,00	17.000,00	1.926,16	1.926,16	1.926,16	1.926,16	0,01	11,33	15.073,84
Desporto Comunitário	17.000,00	17.000,00	1.926,16	1.926,16	1.926,16	1.926,16	0,01	11,33	15.073,84
TOTAL (III) = (I + II)	147.651.631,00	153.481.565,33	25.176.319,98	25.176.319,98	19.124.487,69	19.124.487,69	100,00	12,43	134.682.077,64

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 22/03/2010

MILTON HOBUS
PREFEITO MUNICIPAL

CLEI CARLOS BUSNARDO
CRC.SC.28.139/O-1 TEC. CONTABIL

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



Relatório Resumido da Execução Orçamentária 1º Bimestre 2010 Anexo III

Município de RIO DO SUL
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MARÇO/2009 A FEVEREIRO/2010

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREV ATUAL 20
	Mar/2009	Abr/2009	Mai/2009	Jun/2009	Jul/2009	Ago/2009	Set/2009	Out/2009	Nov/2009	Dez/2009	Jan/2010	Fev/2010	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	9.376.631,24	8.442.852,82	9.478.661,64	9.763.636,41	8.143.122,96	8.663.789,36	10.109.628,23	9.847.740,72	8.561.358,06	12.140.009,79	9.845.326,18	14.931.886,24	119.304.643,65	123,4	
RECEITA TRIBUTARIA	1.001.529,20	1.134.855,01	1.140.074,57	1.034.784,10	1.028.756,71	926.996,67	776.453,32	820.144,16	960.675,24	1.135.368,42	1.345.678,45	7.169.574,28	18.474.890,13	21,5	
I.P.T.U.	154.711,12	199.307,68	172.732,44	202.773,43	118.376,10	31.311,27	10.315,78	12.509,36	16.368,34	6.572,02	95.369,42	4.572.205,98	5.592.552,94	5,7	
I.S.S.	351.022,46	489.807,05	444.811,05	396.056,39	447.276,86	495.044,82	411.928,00	435.284,27	475.010,66	489.047,10	544.070,14	506.000,73	5.485.359,53	7,4	
I.T.B.I.	98.880,19	114.792,24	121.471,69	73.266,79	139.014,58	88.271,60	92.221,24	78.600,49	120.740,95	155.997,03	166.276,22	108.069,21	1.357.602,23	1,5	
I.R.R.F	46.892,10	31.520,94	32.772,37	35.197,35	33.774,99	37.963,03	32.204,82	32.654,05	33.185,82	241.778,18	33.355,56	34.082,96	625.382,17	7	
Outras Receitas Tributárias	350.023,33	299.427,10	368.287,02	327.490,14	290.314,18	274.405,95	229.783,48	261.095,99	315.369,47	241.974,09	506.607,11	1.949.215,40	5.413.993,26	6,0	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	429.694,92	298.945,50	220.563,45	334.925,99	175.087,41	325.806,10	166.123,29	588.212,68	322.130,87	604.102,06	271.670,97	595.386,32	4.332.649,56	4,4	
RECEITA PATRIMONIAL	43.720,00	82.153,83	62.961,57	57.088,13	58.101,57	55.060,83	34.030,86	29.165,48	34.852,46	41.442,12	314.215,20	403.900,79	1.216.692,84	2,5	
RECEITA AGROPECUARIA	4.642,85	2.504,25	3.691,05	5.084,58	5.201,33	6.360,17	5.004,16	1.580,80	3.714,58	3.452,30	3.398,35	6.579,42	51.213,84		
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.147.344,52	6.547.758,48	7.718.935,19	8.022.658,61	6.498.947,38	6.462.611,69	8.631.881,87	7.710.088,96	6.851.415,98	9.903.385,18	7.663.510,73	6.410.646,69	89.569.185,28	89,2	
Cota-Parte do F.P.M.	932.497,87	1.112.483,74	1.527.686,50	1.175.318,80	875.420,82	1.018.402,96	901.506,39	1.290.135,37	1.294.487,19	1.991.996,16	1.169.919,96	1.304.052,98	14.593.908,74	16,8	
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.787.471,09	1.478.206,10	1.574.358,64	1.628.512,24	1.497.054,79	1.371.946,41	1.916.307,49	1.625.646,29	1.451.486,17	3.946.997,05	1.811.307,85	1.500.242,12	21.589.536,24	21,0	
Cota-Parte do I.P.V.A.	478.351,89	487.289,50	483.743,11	473.735,46	504.265,87	463.997,97	485.338,24	525.929,93	392.383,34	258.934,14	189.441,24	307.430,19	5.050.840,88	5,5	
Cota-Parte do ITR.	612,09	567,17	75,98	34,98	322,18	90,61	2.384,77	14.659,57	412,71	337,10	633,83	0,00	20.130,99		
Transferências da LC 61/1989	27.108,83	20.581,36	36.919,01	25.707,19	28.291,46	30.528,35	31.645,28	40.254,90	31.935,94	39.881,49	35.626,00	34.658,56	383.138,37	6	
Transferências da LC 87/1996	12.592,51	12.592,51	12.592,51	11.541,18	13.425,15	12.592,51	12.592,51	12.592,51	12.592,51	12.592,51	12.036,46	12.036,46	149.779,33	1	
Transferências do FUNDEB	863.630,40	728.191,99	1.351.993,75	911.665,63	836.735,31	882.400,44	912.506,90	927.979,41	958.719,98	1.047.288,61	1.118.603,32	992.682,59	11.532.398,33	11,5	
Outras Transferências Correntes	3.045.079,84	2.707.846,11	2.731.565,69	3.796.143,13	2.743.431,80	2.682.652,44	4.369.600,29	3.272.890,98	2.709.398,14	2.605.358,12	3.325.942,07	2.259.543,79	36.249.452,40	33,6	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	749.699,75	376.635,75	332.435,81	309.095,00	377.028,56	886.953,90	496.134,73	698.548,64	388.568,93	452.259,71	246.852,48	345.798,74	5.660.012,00	5,6	
DEDUÇÕES (II)	797.693,81	775.156,48	841.505,74	804.461,23	785.864,36	733.578,71	791.881,65	952.713,17	794.025,71	1.140.567,18	734.550,79	863.098,51	10.015.097,34	10,729	
Contrib. Plano Prev. Assist. Social Servidor	140.444,93	141.900,74	145.487,84	142.169,44	166.773,01	143.582,63	111.479,67	147.616,13	146.928,76	255.847,57	112.312,75	182.968,70	1.837.512,17	1,6	
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	11.343,82	11.343,82	11.343,82	11.343,82	36.445,02	11.502,04	11.502,04	155.216,14	11.502,04	60.555,63	0,00	49.601,20	381.699,39	3	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	645.905,06	621.911,92	684.674,08	650.947,97	582.646,33	578.494,04	668.899,94	649.880,90	635.594,91	824.163,98	622.238,04	630.528,61	7.795.885,78	8,8	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	8.578.937,43	7.667.696,34	8.637.155,90	8.959.175,18	7.357.258,60	7.930.210,65	9.317.746,58	8.895.027,55	7.767.332,35	10.999.442,61	9.110.775,39	14.068.787,73	109.289.546,31	112,7	

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 22/03/2010

MILTON HOBUS
 PREFEITO MUNICIPAL

CLEI CARLOS BUSNARDO
 CRC.SC 28.139/O-1 TEC. CONTABIL

Relatório Resumido da Execução Orçamentária 1º Bimestre 2010 Anexo V

Município de RIO DO SUL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	3.920.000,00	3.920.000,00	1.012.359,11	1.012.359,11	1.184.766,74
RECEITAS CORRENTES	3.920.000,00	3.920.000,00	1.012.359,11	1.012.359,11	1.184.766,74
Receita de Contribuições dos Segurados	1.605.000,00	1.605.000,00	295.281,45	295.281,45	269.448,17
Pessoal Civil	1.605.000,00	1.605.000,00	295.281,45	295.281,45	269.448,17
Ativo	1.600.000,00	1.600.000,00	294.751,73	294.751,73	268.964,51
Inativo	5.000,00	5.000,00	529,72	529,72	483,66
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	300.000,00	300.000,00	49.601,20	49.601,20	0,00
Receita Patrimonial	2.000.000,00	2.000.000,00	666.839,46	666.839,46	791.513,87
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	2.000.000,00	2.000.000,00	666.839,46	666.839,46	791.513,87
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	15.000,00	15.000,00	637,00	637,00	123.804,70
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	123.106,45
Demais Receitas Correntes	15.000,00	15.000,00	637,00	637,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.080.000,00	3.080.000,00	484.012,44	484.012,44	535.260,84
RECEITAS CORRENTES	3.080.000,00	3.080.000,00	484.012,44	484.012,44	535.260,84
Receita de Contribuições Patronais	2.580.000,00	2.580.000,00	430.229,80	430.229,80	483.635,72
Pessoal Civil	2.580.000,00	2.580.000,00	430.229,80	430.229,80	483.635,72
Ativo	2.580.000,00	2.580.000,00	430.229,80	430.229,80	483.635,72
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de RIO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	500.000,00	500.000,00	53.782,64	53.782,64	51.625,12
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	7.000.000,00	7.000.000,00	1.496.371,55	1.496.371,55	1.720.027,58
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	7.000.000,00	7.000.000,00	414.668,27	414.668,27	373.231,27
ADMINISTRAÇÃO	1.500.000,00	1.500.000,00	2.358,00	2.358,00	0,00
Despesas Correntes	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	1.000.000,00	1.000.000,00	2.358,00	2.358,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.500.000,00	5.500.000,00	412.310,27	412.310,27	312.095,04
Pessoal Civil	0,00	0,00	355.482,26	355.482,26	312.095,04
Aposentadorias	0,00	0,00	241.168,32	241.168,32	213.387,92
Pensões	0,00	0,00	114.313,94	114.313,94	98.707,12
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	5.500.000,00	5.500.000,00	56.828,01	56.828,01	61.136,23
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	5.500.000,00	5.500.000,00	56.828,01	56.828,01	61.136,23
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3



Município de RIO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	7.000.000,00	7.000.000,00	414.668,27	414.668,27	373.231,27
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	1.081.703,28	1.081.703,28	1.346.796,31
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			500.000,00		
BENS E DIREITOS DO RPPS	JANEIRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
		2010	2009		
Bancos Conta Movimento	40.841.545,13	41.718.424,62	34.258.011,26		
Investimentos	-626.011,11	-626.011,11	-673.145,53		

RIO DO SUL, 22/03/2010

ALDO NESTOR SIEBERT
PRESIDENTECLEI CARLOS BUSNARDO
CRC. 28.139/O-1 - TEC.CONTABIL

Relatório Resumido da Execução Orçamentária 1º Bimestre 2010 Anexo VI

Município de RIO DO SUL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 31 Dez 2009 (B)	Em 28 Feb 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	6.635.578,29	6.635.578,29	7.139.160,78
DEDUÇÕES (II)	2.948.026,64	2.948.026,64	12.263.233,26
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.147.617,89	6.147.617,89	12.343.437,87
Demais Haveres Financeiros	666,09	666,09	-20.698,19
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	3.200.257,34	3.200.257,34	59.506,42
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	3.687.551,65	3.687.551,65	-5.124.072,48
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	3.687.551,65	3.687.551,65	-5.124.072,48

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Feb 2010 (C - A)
VALOR	-8.811.624,13	-8.811.624,13

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-292.376,74

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 31 Dez 2009 (B)	Em 28 Feb 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	43.952.355,63	43.952.355,63	43.952.355,63
Passivo Atuarial	-43.952.355,63	-43.952.355,63	-43.952.355,63
DEDUÇÕES (VIII)	40.015.492,66	40.015.492,66	41.092.413,51
Disponibilidade de Caixa Bruta	40.641.503,77	40.641.503,77	41.718.424,62
Investimentos	-626.011,11	-626.011,11	-626.011,11
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	3.936.862,97	3.936.862,97	2.859.942,12
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	3.936.862,97	3.936.862,97	2.859.942,12

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 22/03/2010

MILTON HOBUS
PREFEITO MUNICIPAL

CLEI CARLOS BUSNARDO
CRC.SC 28.139/O-1 TEC. CONTABIL



Relatório Resumido da Execução Orçamentária 1º Bimestre 2010 Anexo VII

Município de RIO DO SUL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	122.833.651,00	24.432.824,68	24.432.824,68	20.249.723,24
Receita Tributária	21.554.750,00	8.514.745,07	8.514.745,07	7.252.910,15
I.P.T.U.	5.700.000,00	4.667.151,35	4.667.151,35	3.965.702,54
I.S.S.	7.470.000,00	1.049.987,26	1.049.987,26	747.682,20
I.T.B.I.	1.575.000,00	274.345,43	274.345,43	130.300,96
I.R.R.F.	798.000,00	67.438,52	67.438,52	85.395,33
Outras Receitas Tributárias	6.011.750,00	2.455.822,51	2.455.822,51	2.323.829,12
Receita de Contribuição	7.530.000,00	1.351.069,73	1.351.069,73	1.514.441,35
Receitas Previdenciárias	4.985.000,00	828.895,09	828.895,09	927.815,46
Outras Contribuições	2.545.000,00	522.174,64	522.174,64	586.625,89
Receita Patrimonial Líquida	85.000,00	6.912,79	6.912,79	12.579,11
Receita Patrimonial	2.525.000,00	718.115,99	718.115,99	862.157,04
(-) Aplicações Financeiras	2.440.000,00	711.203,20	711.203,20	849.577,93
Transferências Correntes	87.960.326,00	13.958.127,84	13.958.127,84	10.945.331,29
F.P.M.	16.800.000,00	2.473.972,94	2.473.972,94	1.959.543,86
I.C.M.S.	21.000.000,00	3.311.549,97	3.311.549,97	2.328.696,60
Convênios	880.000,00	73.800,30	73.800,30	0,00
Outras Transferências Correntes	49.280.326,00	8.098.804,63	8.098.804,63	6.657.090,83
Demais Receitas Correntes	5.703.575,00	601.969,25	601.969,25	524.461,34
Dívida Ativa	1.265.250,00	128.009,70	128.009,70	161.764,16
Diversas Receitas Correntes	4.438.325,00	473.959,55	473.959,55	362.697,18
RECEITAS DE CAPITAL (II)	29.937.980,00	878.514,32	878.514,32	971.610,64
Operações de Crédito (III)	7.772.000,00	728.514,32	728.514,32	971.610,64
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	1.734.680,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	20.431.300,00	150.000,00	150.000,00	0,00
Convênios	20.431.300,00	150.000,00	150.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	20.431.300,00	150.000,00	150.000,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	143.264.951,00	24.582.824,68	24.582.824,68	20.249.723,24
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
DESPESAS CORRENTES (VIII)	113.117.079,83	15.831.563,25	15.831.563,25	13.176.783,02
Pessoal e Encargos Sociais	49.456.844,25	6.730.830,69	6.730.830,69	5.881.515,61
Juros e Encargos da Dívida (IX)	520.000,00	10.675,80	10.675,80	57.135,21
Outras Despesas Correntes	63.140.235,58	9.090.056,76	9.090.056,76	7.238.132,20
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	112.597.079,83	15.820.887,45	15.820.887,45	13.119.647,81
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	40.089.485,50	3.292.924,44	3.292.924,44	3.974.798,26
Investimentos	37.799.485,50	3.067.992,61	3.067.992,61	3.239.081,51
Inversões Financeiras	210.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	210.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	2.080.000,00	224.931,83	224.931,83	735.716,75
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	38.009.485,50	3.067.992,61	3.067.992,61	3.239.081,51
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	600.000,00	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	600.000,00	-	-	-



Município de RIO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	151.206.565,33	18.888.880,06	18.888.880,06	16.358.729,32
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	- 7.941.614,33	5.693.944,62	5.693.944,62	3.890.993,92
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	856.862,19	0,00
Superávit Financeiro	-	-	856.862,19	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-7.346.680,00

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 22/03/2010

MILTON HOBUS
PREFEITO MUNICIPAL

CLEI CARLOS BUSNARDO
CRC.SC 28.139/O-1 TEC. CONTABIL

Relatório Resumido da Execução Orçamentária 1º Bimestre 2010 Anexo IX

Município de RIO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	42.108,98	3.158.148,36	-	3.148.016,45	52.240,89	8.085,39	136.471,58	-	31.527,70	113.029,27
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	39.198,44	2.465.859,61	0,00	2.456.708,10	48.349,95	3.912,43	11.185,02	0,00	9.502,50	5.594,95
GABINETE DO PREFEITO	2.518,71	120.024,80	0,00	120.024,80	2.518,71	1.820,08	5.000,00	0,00	5.000,00	1.820,08
GABINETE DO VICE-PREFEITO	0,00	5.883,65	0,00	5.883,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	3.929,86	35.770,15	0,00	35.770,15	3.929,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS 2004	18.513,40	0,00	0,00	0,00	18.513,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDC	0,00	41.445,55	0,00	41.445,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	528,64	96.000,36	0,00	96.000,36	528,64	75,60	0,00	0,00	0,00	75,60
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	112,00	141.908,13	0,00	141.819,63	200,50	602,72	3.575,20	0,00	2.000,00	2.177,92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	1.395,20	79.316,64	0,00	78.751,64	1.960,20	0,02	0,00	0,00	0,00	0,02
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	89.119,84	0,00	89.062,05	57,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	10.779,68	1.491.452,86	0,00	1.488.753,96	13.478,58	175,00	2.502,50	0,00	2.502,50	175,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS	539,84	305.366,29	0,00	299.624,97	6.281,16	1.219,01	107,32	0,00	0,00	1.326,33
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URE	881,11	59.571,34	0,00	59.571,34	881,11	20,00	0,00	0,00	0,00	20,00
FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL	0,00	13.784,50	0,00	13.784,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL	0,00	13.784,50	0,00	13.784,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DESPORTO DE RIO DO SUL	23,52	740,50	0,00	740,50	23,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS	23,52	740,50	0,00	740,50	23,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. DA CRIANCA E ADOLESCENTE DE RIO DO SUL	0,00	127,40	0,00	127,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RIO DO SUL	0,00	127,40	0,00	127,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL	0,00	30.355,13	0,00	30.355,13	0,00	3.314,29	0,00	0,00	0,00	3.314,29
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL	0,00	30.355,13	0,00	30.355,13	0,00	3.314,29	0,00	0,00	0,00	3.314,29
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL	2.887,02	647.281,22	0,00	646.300,82	3.867,42	858,67	125.286,56	0,00	22.025,20	104.120,03
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2.887,02	647.281,22	0,00	646.300,82	3.867,42	858,67	125.286,56	0,00	22.025,20	104.120,03
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	42.108,98	3.158.148,36	0,00	3.148.016,45	52.240,89	8.085,39	136.471,58	0,00	31.527,70	113.029,27

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 22/03/2010

MILTON HOBUS
PREFEITO MUNICIPAL

CLEI CARLOS BUSNARDO
CRC.SC 28.139/O-1 TEC. CONTABIL

Salto Veloso

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria N°. DP0097/2010

PORTARIA N°. DP0097/2010

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 23 de Março de 2010 a 21 de Abril de 2010, a Servidora ARIANE SPANHOLI VIGOLO do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 04/03/2009 a 03/03/2010.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Março de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei N° 1.860

LEI N° 1.860, DE 23 DE MARÇO DE 2010.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar acordo judicial com a empresa Metalúrgica Modelo Ltda. e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar acordo nos autos da ação de cobrança, processo nº 066.09.002265-9, em trâmite no juízo da Comarca de São Lourenço do Oeste - SC.

§ 1º O acordo consiste no pagamento da quantia de R\$ 150.000,00, referente ao saldo devedor decorrente do contrato administrativo nº 125 de 27/06/2006, firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa Metalúrgica Modelo Ltda., cujo objeto consiste na execução do projeto de sistema do esgoto sanitário do Bairro São Francisco.

§ 2º Cada parte envolvida na ação referida no caput deste artigo arcará com os honorários advocatícios do seu respectivo patrono.

§ 3º O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis a contar da entrada em vigor da presente Lei.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da presente lei, serão utilizados recursos financeiros do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de março de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Lei N° 1.861

LEI N° 1.861, DE 23 DE MARÇO DE 2010.

Autoriza o Poder Executivo a realizar a Abertura de Crédito Especial no Orçamento programa de 2010 e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.842/2010, de 27/11/2009 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso III, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito especial no Fundo Municipal de Saúde, adicionando-se o valor de R\$ 107.900,00 (cento e sete mil e novecentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01.10.301.4506.1.010.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	34	Aplicação Direta	107.900,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das dotações a seguir descritas, de acordo com o estabelecido no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Municipal nº 1.845, de 27/11/2009:

12.00	SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SDE		
12.01	SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SDE		
12.01.22.661.4515.2.026.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	56	Aplicação Direta	90.000,00
12.01.22.661.4515.2.026.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	55	Aplicação Direta	17.900,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de março de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Lei Complementar N° 116

LEI COMPLEMENTAR N° 116, DE 23 DE MARÇO DE 2010.

Altera o Código Tributário Municipal instituído pela Lei nº 298, de 18 de dezembro de 1979, alterada pela Lei Complementar nº 104, de 29 de setembro de 2009, e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Memorial Descritivo, constante do Anexo III, da Lei nº 298, de 18 de dezembro de 1979, incluído pela Lei Complementar nº 104, de 29 de setembro de 2009, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010.

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de março de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal



Decreto Nº 4.019

DECRETO Nº 4.019, DE 22 DE MARÇO DE 2010.

Abre Crédito Adicional Suplementar – Superávit Financeiro, no Orçamento programa de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.842/2009, de 27/11/2009 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso I,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar – superávit financeiro do exercício anterior, no orçamento vigente, criando-se as modalidades de aplicação e nos projetos/atividades a seguir descritos, adiciona-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 8.050,00 (oito mil e cinquenta reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

17.00	INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO		
17.01	INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO		
17.01.13.392.4516.2.031.3.1.90.00.00.00.00.0.6.0010	05	Aplicação Direta	6.000,00
17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.0.6.0010	06	Aplicação Direta	2.050,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior decorrerão a utilização do superávit financeiro do exercício anterior, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.842/2009, de 27/11/2009 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso I, sendo.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 22 de março de 2010.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.022

DECRETO Nº 4.022, DE 22 DE MARÇO DE 2010.

Abre Crédito Adicional Suplementar – Superávit Financeiro, no Orçamento programa de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.842/2009, de 27/11/2009 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso I,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar – superávit financeiro do exercício anterior, no orçamento vigente, criando-se as modalidades de aplicação e nos projetos/atividades a seguir descritos, adiciona-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 49.929,01 (quarenta e nove mil, novecentos e vinte e nove reais e um centavo), nas seguintes dotações orçamentárias:

09.00	SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO – SDU		
09.01	SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO – SDU		
09.01.15.451.4511.1.033.4.4.90.00.00.00.00.0.6.0063	158	Aplicação Direta	49.929,01

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior decorrerão a utilização do superávit financeiro do exercício anterior, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.842/2009, de 27/11/2009 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso I.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 22 de março de 2010.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.023

DECRETO Nº 4.023, DE 22 DE MARÇO DE 2010.

Abre Crédito Adicional Suplementar – Excesso de Arrecadação, no Orçamento programa de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 1.842, de 27/11/2009, e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso II,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar, adicionando-se a modalidade a seguir descrita, o valor de R\$ 410.797,12 (quatrocentos e dez mil setecentos e noventa e sete com doze centavos):

I – Órgão: 09 – SECR. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Unidade – 01: SECR. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Funcional Programática: 09.01.15.451.4516.1.058

Acrescentar Modalidade de Aplicação:

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicação Direta R\$ 410.797,12

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes do produto do excesso de arrecadação, de acordo com o estabelecido no art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Municipal nº 1.842, de 27/11/2009.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 22 de março de 2010.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.024

DECRETO Nº 4.024, DE 23 DE MARÇO DE 2010.

Nomeia Membros para a Comissão Especial de Avaliação de Veículos de propriedade do Município para fins de alienação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelos incisos VII e XXVI do artigo 55 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas a seguir relacionados, para comporem a Comissão Especial de Avaliação de Veículos, que irão avaliar e expedir o competente Laudo dos bens de propriedade do Município, relacionados no Anexo Único deste Decreto, a fim de leiloá-los:

I - Ananias Severo José da Silva, servidor público municipal ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, matrícula nº 9/01, portador do RG nº 441201;

II - Sadi Valduga, servidor público municipal ocupante do cargo de Gerente de Manutenção de Veículos, matrícula nº 219/02, portador do RG nº 2626020;

III - Walmir Segatto, servidor público municipal ocupante do cargo de analista administrativo, matrícula nº 506/02, portador do RG nº 37910449;

IV - Jocimar José Merigo, do comércio, portador do RG nº



6281107-2 e

V - Waldir Pan, empresário, portador do RG nº 563382.

Art. 2º A Comissão, ao analisar os bens de propriedade do Município, deverá emitir Laudo constando o estado de conservação e os valores de cada um.

Parágrafo Único. O Laudo de Avaliação deverá conter parecer conclusivo quanto ao estado de conservação dos bens e se os mesmos são inservíveis aos serviços públicos a que se destinam.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação deste Decreto, para proceder com as avaliações.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de março de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 4.024, de 23 de março de 2010.)

BENS A SEREM AVALIADOS

Nº Ordem	Equipamentos	Modelo	Placa	Ano
1	Corolla Fielder	Toyota	MCT0575	2005
2	Fiesta	Ford	MBZ4006	2002

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de março de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de licitação 07/2010 FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DA PORTARIA 875/2010, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 08/04/2010, às 08:30 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no Edital nº 007/2010 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº06/2009 – OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA POLICLINICA MUNICIPAL E ESFs. CONFORME ANEXO I DO EDITAL. INFORMAÇÕES WWW.saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Aviso de licitações 31/2010

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DA PORTARIA 874/2010, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 13/04/2010, às 09:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no Edital nº 31/2010 MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº01 – OBJETO: IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA, COM PAVIMENTAÇÃO DE PEDRAS IRREGULARES NO LOTEAMENTO ARAUCÁRIA, SENDO NAS RUAS: ABEL ROTA, JOSÉ PANDINI, PEDRO SPRICIGO E BASTIÃO MURARO, CONFORME TABELA DE ORÇAMENTO ANEXA A ESTA SOLICITAÇÃO.. INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Lei Complementar nº 116, de 23 de março de 2010)

ANEXO III

MEMORIAL DESCRITIVO

ZONA URBANA 02

IX. Lotes nºs 01, 02 da Quadra 03, Série N;

XV. Lotes nºs 01, 02 da Quadra 04, Série N;

ZONA INDUSTRIAL 01 -

III - Lote urbano nº 01 da quadra 2 Série N;

IV - Parte das chácaras 01 e 02 situadas no final da Rua Nereu Ramos, entre a Rod PR-T-158, Rua Guilherme Hach e Rua Luiza Ebling;

V - Parte da quadra nº 04 Série N, situadas no final da Rua Nereu Ramos, entre a Rod PR-T-158, Rua Guilherme Hach e Rua Luiza Ebling;

VI - Lotes urbanos nº 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 19, 20, 21, 22, 23 e 24 da quadra 3 Série N.

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de março de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	31.073.798,00	31.073.798,00	4.449.590,16	14,32	4.449.590,16	14,32	26.624.207,84
RECEITAS CORRENTES	27.573.797,00	27.573.797,00	4.449.590,16	16,14	4.449.590,16	16,14	23.124.206,84
RECEITA TRIBUTARIA	3.491.580,00	3.491.580,00	692.550,66	19,83	692.550,66	19,83	2.799.029,34
IMPOSTOS	2.370.000,00	2.370.000,00	465.781,38	19,65	465.781,38	19,65	1.904.218,62
TAXAS	996.500,00	996.500,00	226.769,28	22,76	226.769,28	22,76	769.730,72
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	125.080,00	125.080,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.080,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	650.000,00	650.000,00	74.388,71	11,44	74.388,71	11,44	575.611,29
CONTRIBUICOES ECONOMICAS	650.000,00	650.000,00	74.388,71	11,44	74.388,71	11,44	575.611,29
RECEITA PATRIMONIAL	360.200,00	360.200,00	53.624,44	14,89	53.624,44	14,89	306.575,56
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	360.200,00	360.200,00	53.624,44	14,89	53.624,44	14,89	306.575,56
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	190,00	0,00	190,00	0,00	-190,00
Outras Rec. Agropecuárias	0,00	0,00	190,00	0,00	190,00	0,00	-190,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.242.617,00	22.242.617,00	3.542.479,30	15,93	3.542.479,30	15,93	18.700.137,70
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	21.855.617,00	21.855.617,00	3.532.199,61	16,16	3.532.199,61	16,16	18.323.417,39
Transf. de Conv.	387.000,00	387.000,00	10.279,69	2,66	10.279,69	2,66	376.720,31
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	829.400,00	829.400,00	86.357,05	10,41	86.357,05	10,41	743.042,95
Multas e Juros de Mora	168.400,00	168.400,00	30.040,89	17,84	30.040,89	17,84	138.359,11
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	321.000,00	321.000,00	43.626,60	13,59	43.626,60	13,59	277.373,40
RECEITAS DIVERSAS	305.000,00	305.000,00	12.689,56	4,16	12.689,56	4,16	292.310,44
RECEITAS DE CAPITAL	3.500.001,00	3.500.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500.001,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.500.000,00	3.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	3.500.000,00	3.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	31.073.798,00	31.073.798,00	4.449.590,16	14,32	4.449.590,16	14,32	26.624.207,84
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 1/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	31.073.798,00	31.073.798,00	4.449.590,16	14,32	4.449.590,16	14,32	26.624.207,84
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	31.073.798,00	31.073.798,00	4.449.590,16	14,32	4.449.590,16	14,32	26.624.207,84
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.157.743,68	—	—	224.996,66	—	—
Superávit Financeiro	—	2.157.743,68	—	—	224.996,66	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	31.073.798,00	2.257.743,68	33.331.541,68	9.045.781,81	9.045.781,81	3.347.651,62	3.347.651,62	10,04	29.983.890,06
DESPESAS CORRENTES	24.482.597,00	657.124,83	25.139.721,83	7.450.767,73	7.450.767,73	3.009.549,13	3.009.549,13	11,97	22.130.172,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.217.000,00	0,00	9.217.000,00	1.155.729,55	1.155.729,55	1.140.984,55	1.140.984,55	12,38	8.076.015,45
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.293.355,00	188.180,51	4.481.535,51	1.253.945,39	1.253.945,39	742.205,39	742.205,39	16,56	3.739.330,12
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	150.000,00	0,00	150.000,00	9.081,76	9.081,76	9.081,76	9.081,76	6,05	140.918,24
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.631.085,00	244.595,86	8.875.680,86	4.352.482,28	4.352.482,28	967.384,56	967.384,56	10,90	7.908.296,30
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.191.157,00	224.348,46	2.415.505,46	679.528,75	679.528,75	149.892,87	149.892,87	6,21	2.265.612,59
DESPESAS DE CAPITAL	6.586.201,00	1.600.618,85	8.186.819,85	1.595.014,08	1.595.014,08	338.102,49	338.102,49	4,13	7.848.717,36
INVESTIMENTOS	5.996.201,00	1.529.148,85	7.525.349,85	1.438.255,62	1.438.255,62	195.224,03	195.224,03	2,59	7.330.125,82
INVESTIMENTOS	290.000,00	71.470,00	361.470,00	82.474,80	82.474,80	68.594,80	68.594,80	18,98	292.875,20
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	300.000,00	0,00	300.000,00	74.283,66	74.283,66	74.283,66	74.283,66	24,76	225.716,34
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00



Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	31.073.798,00	2.257.743,68	33.331.541,68	9.045.781,81	9.045.781,81	3.347.651,62	3.347.651,62	10,04	29.983.890,06
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	31.073.798,00	2.257.743,68	33.331.541,68	9.045.781,81	9.045.781,81	3.347.651,62	3.347.651,62	10,04	29.983.890,06
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.101.938,54	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	31.073.798,00	2.257.743,68	33.331.541,68	9.045.781,81	9.045.781,81	3.347.651,62	4.449.590,16	10,04	29.983.890,06

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 22/03/2010

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

FLAVIO DALL' AGNOL
SECRETÁRIO DE FAZENDA



DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	31.073.798,00	33.331.541,68	9.045.781,81	9.045.781,81	3.347.651,62	3.347.651,62	100,00	10,04	29.983.890,06
Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	176.565,69	176.565,69	88.847,90	88.847,90	2,65	8,08	1.011.152,10
Ação Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	176.565,69	176.565,69	88.847,90	88.847,90	2,65	8,08	1.011.152,10
Judiciária	346.000,00	346.000,00	43.544,67	43.544,67	29.129,48	29.129,48	0,87	8,42	316.870,52
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	196.000,00	196.000,00	28.244,67	28.244,67	26.579,48	26.579,48	0,79	13,56	169.420,52
Defesa Civil	150.000,00	150.000,00	15.300,00	15.300,00	2.550,00	2.550,00	0,08	1,70	147.450,00
Administração	3.407.500,00	3.407.500,00	933.891,26	933.891,26	396.727,14	396.727,14	11,85	11,64	3.010.772,86
Administração Geral	2.534.000,00	2.534.000,00	805.388,98	805.388,98	323.322,97	323.322,97	9,66	12,76	2.210.677,03
Administração Financeira	355.000,00	355.000,00	85.056,68	85.056,68	45.738,57	45.738,57	1,37	12,88	309.261,43
Controle Externo	140.000,00	140.000,00	25.085,60	25.085,60	25.085,60	25.085,60	0,75	17,92	114.914,40
Formação de Recursos Humanos	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Difusão Cultural	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Transferências	268.500,00	268.500,00	18.360,00	18.360,00	2.580,00	2.580,00	0,08	0,96	265.920,00
Segurança Pública	250.000,00	250.000,00	45.039,44	45.039,44	30.917,02	30.917,02	0,92	12,37	219.082,98
Defesa da Ordem Jurídica	250.000,00	250.000,00	45.039,44	45.039,44	30.917,02	30.917,02	0,92	12,37	219.082,98
Assistência Social	1.735.000,00	1.735.023,76	316.086,17	316.086,17	131.701,04	131.701,04	3,93	7,59	1.603.322,72
Assistência à Criança e ao Adolescente	240.000,00	240.000,00	9.988,40	9.988,40	9.988,40	9.988,40	0,30	4,16	230.011,60
Assistência Comunitária	1.495.000,00	1.495.023,76	306.097,77	306.097,77	121.712,64	121.712,64	3,64	8,14	1.373.311,12
Saúde	5.948.512,00	6.432.510,97	1.909.223,46	1.909.223,46	900.345,54	900.345,54	26,89	14,00	5.532.165,43
Atenção Básica	5.574.355,00	6.041.253,97	1.796.951,46	1.796.951,46	845.927,96	845.927,96	25,27	14,00	5.195.326,01
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	300.000,00	300.000,00	94.800,00	94.800,00	47.145,58	47.145,58	1,41	15,72	252.854,42
Vigilância Epidemiológica	74.157,00	91.257,00	17.472,00	17.472,00	7.272,00	7.272,00	0,22	7,97	83.985,00
Educação	6.116.086,00	7.164.309,65	1.983.027,57	1.983.027,57	779.756,12	779.756,12	23,29	10,88	6.384.553,53
Ensino Fundamental	4.675.585,00	5.007.109,68	1.260.641,99	1.260.641,99	646.341,99	646.341,99	19,31	12,91	4.360.767,69
Ensino Médio	340.000,00	448.718,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	448.718,99
Ensino Superior	137.500,00	137.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	137.500,00
Educação Infantil	963.001,00	1.570.980,98	722.385,58	722.385,58	133.414,13	133.414,13	3,99	8,49	1.437.566,85
Cultura	417.000,00	417.000,00	69.550,13	69.550,13	36.075,69	36.075,69	1,08	8,65	380.924,31
Difusão Cultural	417.000,00	417.000,00	69.550,13	69.550,13	36.075,69	36.075,69	1,08	8,65	380.924,31
Urbanismo	7.728.000,00	7.823.928,08	2.056.682,63	2.056.682,63	517.359,41	517.359,41	15,45	6,61	7.306.568,67
Infra-Estrutura Urbana	7.678.000,00	7.773.928,08	2.056.682,63	2.056.682,63	517.359,41	517.359,41	15,45	6,66	7.256.568,67
Turismo	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Habitação	50.000,00	373.581,21	304.760,46	304.760,46	5.152,82	5.152,82	0,15	1,38	368.428,39
Habitação Urbana	50.000,00	373.581,21	304.760,46	304.760,46	5.152,82	5.152,82	0,15	1,38	368.428,39

Continua 1/2



Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	31.073.798,00	33.331.541,68	9.045.781,81	9.045.781,81	3.347.651,62	3.347.651,62	100,00	10,04	29.983.890,06
Saneamento	50.000,00	255.988,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	255.988,01
Saneamento Básico Urbano	50.000,00	255.988,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	255.988,01
Agricultura	2.190.000,00	2.290.000,00	790.122,30	790.122,30	268.501,92	268.501,92	8,02	11,72	2.021.498,08
Promoção da Produção Animal	100.000,00	100.000,00	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Defesa Sanitária Vegetal	100.000,00	100.000,00	13.062,41	13.062,41	6.592,41	6.592,41	0,20	6,59	93.407,59
Extensão Rural	1.990.000,00	2.090.000,00	702.059,89	702.059,89	261.909,51	261.909,51	7,82	12,53	1.828.090,49
Indústria	333.500,00	333.500,00	854,23	854,23	854,23	854,23	0,03	0,26	332.645,77
Promoção Industrial	333.500,00	333.500,00	854,23	854,23	854,23	854,23	0,03	0,26	332.645,77
Transporte	212.200,00	212.200,00	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	212.200,00
Transporte Rodoviário	212.200,00	212.200,00	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	212.200,00
Desporto e Lazer	485.000,00	485.000,00	57.068,38	57.068,38	27.884,86	27.884,86	0,83	5,75	457.115,14
Desporto Comunitário	485.000,00	485.000,00	57.068,38	57.068,38	27.884,86	27.884,86	0,83	5,75	457.115,14
Encargos Especiais	700.000,00	700.000,00	333.365,42	333.365,42	134.398,45	134.398,45	4,01	19,20	565.601,55
Outros Encargos Especiais	700.000,00	700.000,00	333.365,42	333.365,42	134.398,45	134.398,45	4,01	19,20	565.601,55
Reserva de Contingência	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Reserva de Contingência	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	31.073.798,00	33.331.541,68	9.045.781,81	9.045.781,81	3.347.651,62	3.347.651,62	100,00	10,04	29.983.890,06

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 22/03/2010

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITOROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9FLAVIO DALL' AGNOL
SECRETÁRIO DE FAZENDA

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2009 A FEVEREIRO/2010

RREQ – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2010
	Mar/2009	Abr/2009	Mai/2009	Jun/2009	Jul/2009	Ago/2009	Set/2009	Out/2009	Nov/2009	Dez/2009	Jan/2010	Fev/2010	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	3.181.671,73	2.293.319,93	3.023.791,41	2.745.821,01	2.237.806,88	2.196.800,83	2.497.424,29	2.430.976,03	2.603.111,39	3.253.731,66	2.366.678,57	2.624.431,33	31.455.565,06	31.168.837,00
RECEITA TRIBUTARIA	910.710,59	149.171,73	161.694,78	194.322,61	187.763,13	172.229,63	228.395,52	171.973,35	184.296,22	238.310,77	248.603,69	443.946,97	3.291.418,99	3.491.580,00
I.P.T.U.	371.937,35	13.450,59	13.885,76	13.549,00	14.502,51	14.686,04	16.379,11	14.447,88	14.152,21	18.128,89	81.480,54	159.563,02	746.162,90	600.000,00
I.S.S.	86.079,49	55.812,73	62.697,56	87.066,52	61.005,72	77.522,36	90.306,43	65.861,50	68.322,97	96.779,04	63.623,89	56.363,67	871.441,88	900.000,00
I.T.B.I.	40.130,00	36.768,00	48.140,00	51.480,00	59.020,00	34.517,55	68.450,94	37.807,45	40.730,71	48.715,70	34.629,21	26.341,56	526.731,12	550.000,00
I.R.R.F	21.318,97	10.887,74	10.474,18	11.135,24	23.018,83	13.565,04	25.440,46	26.712,39	26.533,56	48.268,36	21.828,55	21.950,94	261.134,26	320.000,00
Outras Receitas Tributárias	391.244,78	32.252,67	26.497,28	31.091,85	30.216,07	31.938,64	27.818,58	27.144,13	34.556,77	26.418,78	47.041,50	179.727,78	885.948,83	1.121.580,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	96.139,76	46.337,63	1.679,68	47.462,64	94.420,87	46.141,90	49.983,78	49.093,06	51.634,69	49.157,66	6.742,77	67.645,94	606.440,38	650.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	42.686,44	44.587,23	44.254,67	45.769,76	42.376,30	44.079,85	37.078,72	38.607,20	37.585,65	30.926,65	12.596,45	41.027,99	461.576,91	360.200,00
RECEITA AGROPECUARIA	332,98	168,75	508,24	500,00	135,00	180,00	22.834,99	903,44	13.023,60	1.652,35	0,00	0,00	40.239,35	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	6.453,87	0,00	7.047,40	26.905,59	0,00	30.937,73	99.000,00	91.663,20	0,00	0,00	0,00	262.007,79	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.084.578,14	1.993.033,98	2.272.297,62	2.164.676,62	1.833.178,21	1.889.810,10	2.093.132,07	2.011.755,89	2.164.367,11	2.817.037,22	2.058.144,78	2.026.046,80	25.408.058,54	25.837.657,00
Cota-Parte do F.P.M.	508.635,20	607.164,13	721.276,96	622.318,30	477.502,26	555.492,51	491.730,76	565.653,43	706.083,92	1.086.543,33	582.590,97	711.301,63	7.636.293,40	8.500.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	806.976,95	669.766,38	722.331,20	737.888,68	678.369,23	621.678,13	868.345,28	736.637,60	657.719,63	1.108.927,05	829.338,09	700.710,43	9.138.688,65	9.200.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	151.175,21	129.874,46	143.483,38	134.729,13	138.351,01	115.937,95	123.343,03	134.163,69	78.351,66	47.578,87	79.461,38	116.296,79	1.392.746,56	1.800.000,00
Cota-Parte do ITR.	113,59	69,34	106,57	318,79	93,03	21,27	1.384,33	4.750,46	185,30	132,66	122,34	53,45	7.351,13	7.700,00
Transferências da LC 61/1989	12.539,25	9.325,29	0,00	0,00	0,00	59.748,52	14.937,12	12.094,25	21.981,02	21.882,28	16.991,64	16.530,22	186.029,59	262.000,00
Transferências da LC 87/1996	5.705,59	5.705,59	5.705,59	5.705,59	0,00	11.411,18	5.705,59	0,00	11.411,18	5.705,59	5.511,10	5.511,10	68.078,10	77.000,00
Transferências do FUNDEB	247.181,72	257.357,23	302.860,19	261.394,92	237.950,68	248.801,47	259.498,68	262.618,33	273.921,20	297.827,91	362.735,80	321.907,13	3.334.055,26	3.200.000,00
Outras Transferências Correntes	352.250,63	313.771,56	376.533,73	402.321,21	300.912,00	276.719,07	328.187,28	295.838,13	414.713,20	248.439,53	181.393,46	153.736,05	3.644.815,85	2.790.957,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	47.223,82	53.566,74	543.356,42	286.041,98	53.027,78	44.359,35	35.061,48	59.643,09	60.540,92	116.647,01	40.590,88	45.763,63	1.385.823,10	829.400,00
DEDUÇÕES (II)	298.145,87	292.613,98	320.520,84	309.333,93	287.282,82	274.430,57	335.052,04	390.909,56	388.543,93	393.292,66	302.927,21	310.513,60	3.903.567,01	4.002.340,00
Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	611,78	520,30	631,77	366,35	495,61	554,20	617,99	709,91	715,69	2.167,51	120,40	429,50	7.941,01	6.000,00
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. San.	1,63	1,63	1,63	1,63	1,63	1,63	1,63	1,63	1,63	10,92	0,00	0,00	25,59	0,00
Rec. Div. Ativ. Tx de Fiscaliz. e Vigil. Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,91	3,52	7,43	0,00
Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	0,00	6.453,87	0,00	7.047,40	26.905,59	0,00	30.937,73	99.000,00	91.663,20	0,00	0,00	0,00	262.007,79	0,00
Transf Diretas do FNDE referentes ao PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.388,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.388,60	0,00
Transf. Conv. Municípios p/ SUS	503,60	1.257,40	1.307,02	1.726,60	1.017,00	1.017,00	1.017,00	538,30	1.017,00	2.009,28	0,00	0,00	11.410,20	27.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	297.028,86	284.380,78	318.580,42	300.191,95	258.862,99	272.857,74	301.089,09	290.659,72	295.146,41	389.104,95	302.802,90	310.080,58	3.620.786,39	3.969.340,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	2.883.525,86	2.000.705,95	2.703.270,57	2.436.487,08	1.950.524,06	1.922.370,26	2.162.372,25	2.040.066,47	2.214.567,46	2.860.439,00	2.063.751,36	2.313.917,73	27.551.998,05	27.166.497,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 24/03/2010

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITOROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9FLAVIO DALL' AGNOL
SECRETÁRIO DE FAZENDA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.529.000,00	2.529.000,00	500.709,79	500.709,79	19,80
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	726.200,00	726.200,00	256.073,35	256.073,35	35,26
1.1.1- IPTU	600.000,00	600.000,00	241.043,56	241.043,56	40,17
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	3.700,00	3.700,00	199,67	199,67	5,40
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	95.000,00	95.000,00	10.993,04	10.993,04	11,57
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	27.500,00	27.500,00	3.837,08	3.837,08	13,95
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	550.000,00	550.000,00	60.970,77	60.970,77	11,09
1.2.1- ITBI	550.000,00	550.000,00	60.970,77	60.970,77	11,09
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	932.800,00	932.800,00	139.886,18	139.886,18	15,00
1.3.1- ISS	900.000,00	900.000,00	119.987,56	119.987,56	13,33
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.800,00	2.800,00	294,32	294,32	10,51
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	21.000,00	21.000,00	13.869,37	13.869,37	66,04
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	9.000,00	9.000,00	5.734,93	5.734,93	63,72
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	320.000,00	320.000,00	43.779,49	43.779,49	13,68
1.4.1- IRRF	320.000,00	320.000,00	43.779,49	43.779,49	13,68
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	19.846.700,00	19.846.700,00	3.064.419,14	3.064.419,14	15,44
2.1- Cota-Parte FPM	8.500.000,00	8.500.000,00	1.293.892,60	1.293.892,60	15,22
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.500.000,00	8.500.000,00	1.293.892,60	1.293.892,60	15,22
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	9.200.000,00	9.200.000,00	1.530.048,52	1.530.048,52	16,63
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	77.000,00	77.000,00	11.022,20	11.022,20	14,31
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	262.000,00	262.000,00	33.521,86	33.521,86	12,79
2.5- Cota-Parte ITR	7.700,00	7.700,00	175,79	175,79	2,28
2.6- Cota-Parte IPVA	1.800.000,00	1.800.000,00	195.758,17	195.758,17	10,88
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	22.375.700,00	22.375.700,00	3.565.128,93	3.565.128,93	15,93
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	360.000,00	360.000,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	360.000,00	360.000,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	423.000,00	423.000,00	82.073,31	82.073,31	19,40
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	783.000,00	783.000,00	82.073,31	82.073,31	10,48

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.969.340,00	3.969.340,00	612.883,48	612.883,48	15,44
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.700.000,00	1.700.000,00	258.778,47	258.778,47	15,22
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.840.000,00	1.840.000,00	306.009,56	306.009,56	16,63
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	15.400,00	15.400,00	2.204,44	2.204,44	14,31
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	52.400,00	52.400,00	6.704,38	6.704,38	12,79
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.540,00	1.540,00	35,15	35,15	2,28
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	360.000,00	360.000,00	39.151,48	39.151,48	10,88
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.200.000,00	3.200.000,00	684.642,93	684.642,93	21,40
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.200.000,00	3.200.000,00	684.642,93	684.642,93	21,40
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-769.340,00	-769.340,00	71.759,45	71.759,45	-9,33
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					



MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.178.000,00	3.178.000,00	357.779,49	357.779,49	11,26
13.1- Com Educação Infantil	680.000,00	680.000,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	2.498.000,00	2.498.000,00	357.779,49	357.779,49	14,32
14- OUTRAS DESPESAS	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.210.000,00	3.210.000,00	357.779,49	357.779,49	11,15
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					52,26
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2009 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2010 ²					0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	5.593.925,00	5.593.925,00	891.282,23	891.282,23	15,93
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	963.000,00	963.000,00	14.327,60	14.327,60	1,49
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	712.000,00	712.000,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	251.000,00	251.000,00	14.327,60	14.327,60	5,71
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.091.585,00	4.091.585,00	583.108,98	583.108,98	14,25
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.498.000,00	2.498.000,00	357.779,49	357.779,49	14,32
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.593.585,00	1.593.585,00	225.329,49	225.329,49	14,14
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.054.585,00	5.054.585,00	597.436,58	597.436,58	11,82
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					0,00
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					597.436,58
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					16,76

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	108.718,99	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	0,00	108.718,99	0,00	0,00	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.054.585,00	5.163.303,99	597.436,58	597.436,58	11,57
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2010 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	2.964,36	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	684.642,93	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	355.565,77	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	332.041,52	0,00

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 22/03/2010

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

FLAVIO DALL' AGNOL
SECRETÁRIO DE FAZENDA

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 2.964,36, e da complementação do FUNDEF foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	22.375.700,00	22.375.700,00	3.565.128,93	15,93
Impostos	2.370.000,00	2.370.000,00	465.781,38	19,65
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	600.000,00	600.000,00	241.043,56	40,17
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imóveis e Dir	550.000,00	550.000,00	60.970,77	11,09
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	900.000,00	900.000,00	119.987,56	13,33
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	320.000,00	320.000,00	43.779,49	13,68
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	159.000,00	159.000,00	34.928,41	21,97
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	6.500,00	6.500,00	493,99	7,60
Dívida Ativa dos Impostos	116.000,00	116.000,00	24.862,41	21,43
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	36.500,00	36.500,00	9.572,01	26,22
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	19.846.700,00	19.846.700,00	3.064.419,14	15,44
Da União	8.584.700,00	8.584.700,00	1.305.090,59	15,20
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	8.500.000,00	8.500.000,00	1.293.892,60	15,22
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	7.700,00	7.700,00	175,79	2,28
Transf. Financeira do ICMS - Desoneração - LC 87/9	77.000,00	77.000,00	11.022,20	14,31
Do Estado	11.262.000,00	11.262.000,00	1.759.328,55	15,62
Cota-Parte do ICMS	9.200.000,00	9.200.000,00	1.530.048,52	16,63
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	262.000,00	262.000,00	33.521,86	12,79
Cota-Parte do IPVA	1.800.000,00	1.800.000,00	195.758,17	10,88
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	12.667.438,00	12.667.438,00	1.497.344,71	11,82
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-3.969.340,00	-3.969.340,00	-612.883,48	15,44
TOTAL	31.073.798,00	31.073.798,00	4.449.590,16	14,32

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	5.793.512,00	6.012.917,29	836.880,54	13,92
Pessoal e Encargos Sociais	3.927.355,00	4.115.535,51	711.559,16	17,29
Outras Despesas Correntes	1.866.157,00	1.897.381,78	125.321,38	6,60
DESPESAS DE CAPITAL	130.000,00	201.470,00	63.465,00	31,50
Investimentos	130.000,00	201.470,00	63.465,00	31,50
TOTAL (IV)	5.923.512,00	6.214.387,29	900.345,54	14,49

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	5.923.512,00	6.214.387,29	900.345,54	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	1.962.157,00	2.253.032,29	205.848,84	22,86
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.962.157,00	2.253.032,29	205.848,84	22,86
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	3.961.355,00	3.961.355,00	694.496,70	77,14

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2010 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00
PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <= >² [(V - VI) / I]		
		19,48

Continua 1/2



Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	5.574.355,00	5.848.130,29	845.927,96	93,96
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	300.000,00	300.000,00	47.145,58	5,24
Vigilância Epidemiológica	49.157,00	66.257,00	7.272,00	0,81
TOTAL	5.923.512,00	6.214.387,29	900.345,54	100,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 22/03/2010

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

FLAVIO DALL' AGNOL
SECRETÁRIO DE FAZENDA



DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3



Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor					0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 22/03/2010

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

FLAVIO DALL' AGNOL
SECRETÁRIO DE FAZENDA



DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 31 Dez 2009 (B)	Em 28 Fev 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	337.729,01	337.729,01	263.445,35
DEDUÇÕES (II)	5.116.961,85	5.116.961,85	6.808.730,94
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.116.961,85	5.116.961,85	6.808.730,94
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-4.779.232,84	-4.779.232,84	-6.545.285,59
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-4.779.232,84	-4.779.232,84	-6.545.285,59

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2010 (C - A)
VALOR	-1.766.052,75	-1.766.052,75

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	3.617.635,29

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 31 Dez 2009 (B)	Em 28 Fev 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 22/03/2010

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

FLAVIO DALL' AGNOL
SECRETÁRIO DE FAZENDA



DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	27.213.597,00	4.395.965,72	4.395.965,72	3.900.971,66
Receita Tributária	3.491.580,00	692.550,66	692.550,66	566.934,29
I.P.T.U.	600.000,00	241.043,56	241.043,56	66.648,12
I.S.S.	900.000,00	119.987,56	119.987,56	126.378,67
I.T.B.I.	550.000,00	60.970,77	60.970,77	59.276,40
I.R.R.F.	320.000,00	43.779,49	43.779,49	38.771,02
Outras Receitas Tributárias	1.121.580,00	226.769,28	226.769,28	275.860,08
Receita de Contribuição	650.000,00	74.388,71	74.388,71	104.747,72
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	650.000,00	74.388,71	74.388,71	104.747,72
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	360.200,00	53.624,44	53.624,44	65.624,79
(-) Aplicações Financeiras	360.200,00	53.624,44	53.624,44	65.624,79
Transferências Correntes	22.242.617,00	3.542.479,30	3.542.479,30	3.135.044,34
F.P.M.	6.800.000,00	1.035.114,13	1.035.114,13	1.068.842,13
I.C.M.S.	7.360.000,00	1.224.038,96	1.224.038,96	1.046.391,80
Convênios	387.000,00	10.279,69	10.279,69	44.993,80
Outras Transferências Correntes	7.695.617,00	1.273.046,52	1.273.046,52	974.816,61
Demais Receitas Correntes	829.400,00	86.547,05	86.547,05	94.245,31
Dívida Ativa	321.000,00	43.626,60	43.626,60	39.094,63
Diversas Receitas Correntes	508.400,00	42.920,45	42.920,45	55.150,68
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.500.001,00	0,00	0,00	395.445,32
Operações de Crédito (III)	3.500.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	6.165,32
Transferências de Capital	1,00	0,00	0,00	389.280,00
Convênios	1,00	0,00	0,00	389.280,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1,00	0,00	0,00	389.280,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	27.213.598,00	4.395.965,72	4.395.965,72	4.290.251,66
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
DESPESAS CORRENTES (VIII)	25.139.721,83	3.009.549,13	3.009.549,13	2.471.350,38
Pessoal e Encargos Sociais	13.698.535,51	1.883.189,94	1.883.189,94	1.667.932,54
Juros e Encargos da Dívida (IX)	150.000,00	9.081,76	9.081,76	22.071,33
Outras Despesas Correntes	11.291.186,32	1.117.277,43	1.117.277,43	781.346,51
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	24.989.721,83	3.000.467,37	3.000.467,37	2.449.279,05
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	8.186.819,85	338.102,49	338.102,49	258.641,41
Investimentos	7.886.819,85	263.818,83	263.818,83	118.708,44
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	300.000,00	74.283,66	74.283,66	139.932,97
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	7.886.819,85	263.818,83	263.818,83	118.708,44
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	5.000,00	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	-	-	-



Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	32.881.541,68	3.264.286,20	3.264.286,20	2.567.987,49
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-5.667.943,68	1.131.679,52	1.131.679,52	1.722.264,17
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	224.996,66	0,00
Superávit Financeiro	-	-	224.996,66	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				559.140,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 22/03/2010

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

FLAVIO DALL' AGNOL
SECRETÁRIO DE FAZENDA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 22/03/2010

 TOMÉ FRANCISCO ETGES
 PREFEITO

 ROBERTO ZOLET
 CONTADOR CRC 025778/O-9

 FLAVIO DALL' AGNOL
 SECRETÁRIO DE FAZENDA

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº1.787/2010

LEI Nº1.787/2010

AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL A REALIZAR O 9º CONCURSO DE DECLAMAÇÃO DE POESIAS – PURA POESIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a realizar o 9º Concurso de Declamação de Poesias – Pura Poesia, a realizar-se na data de 22 de maio de 2010.

Art. 2º O 9º Concurso de Declamação de Poesias – Pura Poesia tem por objetivos:

- I - Desenvolver o gosto pela poesia;
- II - Despertar novos talentos na arte de interpretar;
- III - Favorecer a interdisciplinaridade;
- IV - Estimular e incentivar o hábito da leitura;
- V - Ampliar a interação Escola-Comunidade.

Art. 3º Poderão inscrever-se no 9º Concurso de Declamação de Poesias – Pura Poesia, estudantes, professores, moradores e trabalhadores do Município de Schroeder (SC), desde que satisfaçam todas as condições detalhadas em regulamento do Concurso, a ser determinado e divulgado pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município, em ato próprio.

Art. 4º Para efeito de participação, os (as) candidatos (as) deverão inscrever-se numa das seguintes categorias:

- I - Categoria A1 – CEIMs e Jardim I - Educação Infantil;
- II - Categoria A2 – Jardim II e Jardim III - Educação Infantil;
- III - Categoria A3 – 1º ano do ensino fundamental;
- IV - Categoria B1 – 2º e 3º ano do ensino fundamental;
- V - Categoria B2 – 4º e 5º ano do ensino fundamental;
- VI - Categoria B3 – 6º e 7º ano do ensino fundamental;
- VII - Categoria B4 – 8º e 9º ano do ensino fundamental;
- VIII - Categoria C – Ensino Médio e Educação para Jovens e Adultos (supletivo);
- IX - Categoria D – Docente;
- X - Categoria E – Livre.

Art. 5º Os vencedores nas categorias serão premiados na seguinte forma:

- I - Para o vencedor em cada categoria, será concedida uma premiação no valor de R\$150,00 (cento e cinquenta reais);
- II – Para o segundo colocado em cada categoria, será concedida uma premiação no valor de R\$100,00 (cem reais);
- III – Para o terceiro colocado em cada categoria, será concedida uma premiação no valor de R\$50,00 (cinquenta reais);

Parágrafo único. Os valores advindos da premiação, que importam num gasto de R\$3.000,00 (três mil reais), provirão da Fonte e Dotação Orçamentária 05.01.2.027.3.3.90.31.00.00 -Premiações

Culturais, Artísticas e Científicas, Setor de Cultura, Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 6º Fica autorizado o Poder Público Municipal a buscar apoio junto à sociedade civil para a consecução dos objetivos deste evento cultural, podendo tal apoio ser objeto de divulgação durante o transcurso do evento.

Art. 7º O Poder Público Municipal prestará contas do evento qualificado nesta Lei, diretamente à Câmara Municipal de Vereadores, no prazo de 60 (sessenta dias) a contar do término do mesmo, incluindo nesta prestação todo o apoio eventualmente recebido

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 23 de março de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2.082/2010

DECRETO Nº 2.082/2010, DE 24 DE MARÇO DE 2010.

AUTORIZA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº1.690/2008, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando que o Poder Executivo Municipal promoveu Concurso Público para provimento de vagas na Administração Geral do Município, incluindo-se nesse vagas para a docência, e que todos os candidatos aprovados no respectivo concurso já foram convocados e empossados;

Considerando que mesmo com a convocação e posse de todos os aprovados no Concurso Público n.º 001/2009, ainda restam vagas a serem preenchidas no quadro do magistério municipal, em virtude do elevado número de demissões de profissionais desse quadro, no início do ano letivo de 2010;

Considerando que há duas profissionais do quadro do magistério municipal afastando-se para gozo de licença-maternidade, e que não há listagem de profissionais para admissão em caráter temporário, oriunda de processo seletivo simplificado;

Considerando que as informações acima foram prestadas pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município, e que refletem a necessidade imediata de resolução da situação emergencial;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável;

DECRETA:

Art. 1º Autoriza-se a contratação pelo Poder Executivo Municipal de 01 (um) profissional da carreira do magistério (nível A, C ou D), para atuar na área do Ensino Fundamental - Séries Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, pelo prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, com carga



horária de 40 h/s;

Art. 2º Autoriza-se a contratação pelo Poder Executivo Municipal de 02 (dois) profissionais da carreira do magistério (nível A, C ou D), para atuarem na área do Ensino Fundamental, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, pelo prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, com carga horária de 20 h/s;

Art. 3º Autoriza-se a contratação pelo Poder Executivo Municipal de 04 (quatro) profissionais da carreira do magistério (nível A, C ou D), para atuarem na área da Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, pelo prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, com carga horária de 40 h/s;

Art. 4º Autoriza-se a contratação pelo Poder Executivo Municipal de 01 (um) profissional da carreira do magistério (nível A, C ou D), para atuar na área da Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, pelo prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, com carga horária de 30 h/s;

Art. 5º Autoriza-se a contratação pelo Poder Executivo Municipal de 01 (um) profissional da carreira do magistério (nível C ou D), para atuar na área do Ensino Fundamental - Séries Finais - História, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, pelo prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, com carga horária de 10 h/s;

Art. 6º Autoriza-se a contratação pelo Poder Executivo Municipal de 01 (um) profissional da carreira do magistério (nível C ou D), para atuar na área do Ensino Fundamental - Séries Finais - Ensino Religioso, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, pelo prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, com carga horária de 10 h/s;

Art. 7º Fica determinado que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a respectiva Secretaria promova Processo Seletivo Simplificado ou Concurso Público para suprir as vagas supra referidas, nos termos da Lei Municipal nº1.690/2008;

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 24 de março de 2010.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrado e publicado na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.421/2010

PORTARIA Nº. 3.421/2010, de 19 de março de 2010.

LUIS APARICIO RIBAS, Prefeito Municipal de Schroeder em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, con-substanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGA-SE a Portaria nº. 3.410/2010, de 15 de março de 2010.

Art. 2º ADMITIR, a Sra. Rute Néia Gonçalves Passold, para exercer o cargo de Professora C (Ensino Fundamental - Séries Iniciais), percebendo o nível salarial nº. 005 - Magistério (Nível 157), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de março de 2010.

LUIS APARICIO
Prefeito Municipal em exercício

RIBAS HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.422/2010

PORTARIA Nº. 3.422/2010, de 22 de março de 2010.

LUIS APARICIO RIBAS, Prefeito Municipal de Schroeder em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, con-substanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Rosilene Salete Selzler Cardoso, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, percebendo o nível salarial nº. 007, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de março de 2010.

LUIS APARICIO RIBAS
Prefeito Municipal em exercício

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.423/2010, de 22 de março de 2010.

PORTARIA Nº. 3.423/2010, de 22 de março de 2010.

LUIS APARICIO RIBAS, Prefeito Municipal de Schroeder em Exer-



cício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, substanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Danieli Lutes Pereira Kautzmann, para exercer o cargo de Professora A (Ensino Fundamental), percebendo o nível salarial nº. 001 - Magistério (Nível 153), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de março de 2010.

LUIS APARICIO RIBAS
Prefeito Municipal em exercício

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.424/2010, de 22 de março de 2010.

PORTARIA Nº. 3.424/2010, de 22 de março de 2010.

LUIS APARICIO RIBAS, Prefeito Municipal de Schroeder em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, substanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Giseli Eccel Ronchi, para exercer o cargo de Farmacêutica, percebendo o nível salarial nº. 50, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de março de 2010.

LUIS APARICIO RIBAS
Prefeito Municipal em exercício

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER
Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.425/2010, de 22 de março de 2010.

PORTARIA Nº. 3.425/2010, de 22 de março de 2010.

LUIS APARICIO RIBAS, Prefeito Municipal de Schroeder em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, substanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Glaucia Regina Sevegnani, para exercer o cargo de Recepcionista, percebendo o nível salarial nº. 021, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de março de 2010.

LUIS APARICIO RIBAS
Prefeito Municipal em exercício

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER
Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.426/2010, de 22 de março de 2010.

PORTARIA Nº. 3.426/2010, de 22 de março de 2010.

LUIS APARICIO RIBAS, Prefeito Municipal de Schroeder em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, substanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Odair Steinert, para exercer o cargo de Motorista, percebendo o nível salarial nº. 19, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de março de 2010.

LUIS APARICIO RIBAS
Prefeito Municipal em exercício

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER
Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.427/2010, de 22 de março de 2010.

PORTARIA Nº. 3.427/2010, de 22 de março de 2010.

LUIS APARICIO RIBAS, Prefeito Municipal de Schroeder em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, con-substanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Ricardo José Bizatto, para exercer o cargo de Auxiliar de Expediente, percebendo o nível salarial nº. 21, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de março de 2010.

LUIS APARICIO RIBAS
Prefeito Municipal em exercício

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.428/2010, de 22 de março de 2010.

PORTARIA Nº. 3.428/2010, de 22 de março de 2010.

LUIS APARICIO RIBAS, Prefeito Municipal de Schroeder em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, con-substanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o pedido de demissão da funcionária Sra. Rosemeri Riegel Blaesing, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de março de 2010.

LUIS APARICIO RIBAS
Prefeito Municipal em exercício

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.429/2010, de 22 de março de 2010.

PORTARIA Nº. 3.429/2010, de 22 de março de 2010.

LUIS APARICIO RIBAS, Prefeito Municipal de Schroeder em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, con-substanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o pedido de demissão do funcionário Sr. Alirio Engel, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de março de 2010.

LUIS APARICIO RIBAS
Prefeito Municipal em exercício

LEONOR JACOBI
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Extrato do Contrato Nº. 62/2010-PMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 62/2010-PMS

Processo de licitação nº. 45/2010 - PMS

Modalidade Pregão Presencial nº. 20/2010 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratado: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 78.218.187/0001-91, estabelecida na Rua Pedro Paulo Streit, s/nº, Bairro Avaí, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Objeto Constitui o objeto do presente contrato aquisição material gráfico para suprir as necessidades das Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrições	Qtde.	Unid.	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
04	Recibo de pagamento, folha sulfite 75g/m². Tamanho 29,7 x 21 cm (A4), 1x0 cor (verde), com picote.	10.000	Peça	0,04	400,00
06	Folder para Turismo tamanho a4 (29,7 x 21 cm) com 03 dobras, 4x4 cores, papel couchê brilho 150g/m².	400	Peça	0,59	236,00
07	Panfleto divulgação eventos da Secretaria de Saneamento, em papel couchê fosco 150g/m², 4x4 cores, tamanho 29,7 x 21 cm, com 01 dobra. A empresa deverá desenvolver a arte juntamente com a secretaria e fornecer fotolitos.	5.000	Peça	0,11	550,00



08	Capa para Carnê de IPTU, em papel couchê brilho 250g/m², tamanho 10 x 42,5 cm, 4x0 cores, com uma dobra.	5.600	Peça	0,12	672,00
09	Cartazes para setor de Turismo, tamanho A3 (297 x 420 mm), 4x0cores, papel couchê 180g/m².	300	Peça	0,95	285,00
10	Folder para o setor de Turismo, tamanho 15 x 21 cm, 4x4 cores, papel couchê brilho 120g/m².	600	Peça	0,38	228,00
12	Cartazes para o setor de Cultura, tamanho 60 x 40 cm, em papel couchê 180g/m², 4x0 cores, sendo 100 peças por modelo.	04	Cento	279,00	1.116,00
13	Flayer para o setor de Cultura, tamanho 11 x 21 cm, 4x1 cores, papel reciclado 75 g/m², sendo 3.000 peças por modelo.	03	Modelo	300,00	900,00
TOTAL R\$					4.387,00

Valor: R\$ 4.387,00 (Quatro trezentos e oitenta e sete reais).

Data da Assinatura: 23/03/2010 - Vigência: 31/12/2010

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 63/2010-PMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 63/2010-PMS

Processo de licitação nº. 45/2010 - PMS

Modalidade Pregão Presencial nº. 20/2010 – PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratado: HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.614.651/0001-07, estabelecida na Rua Anita Garibaldi, nº. 458, Bairro Anita Garibaldi, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89203-300.

Objeto Constitui o objeto do presente contrato aquisição material gráfico para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrições	Qtde.	Unid.	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
01	Papel Timbrado Prefeitura Municipal. Tamanho 29,7 x 21 cm (A4), 3x0 cores, papel sulfite 90g/m².	50.000	Peça	0,05	2.500,00
02	Bloco de Ordem de Compra, 3x50 vias. Tamanho 15 x 21 cm, 1x0 cor. Papel autocopiativo 53g/m² (1ª. Via branca picotada, 2ª. Via amarela picotada, 3ª. Via azul fixa), numerado, colado e grampeado.	50	Unidade	9,20	460,00

03	Bloco de Serviço de Patrulha mecanizada, 2x50 vias. Tamanho 19 x 15,5 cm, 1x0 cor. Papel autocopiativo 53g/m², sendo a 1ª. Via branca, 2ª. Via azul, numerado.	50	Unidade	4,99	249,50
05	Alvará em papel sulfite 180g/m², tamanho 15,5 x 25,5 cm, 3x0 cores.	1.500	Peça	0,19	285,00
11	Blocos de receituário veterinário, 210 x 120 mm, 2x50 vias, 1x0 cor, papel autocopiativo 53g/m².	20	Peça	6,50	130,00
14	Cartão de visita 9,5 x 5,5 cm, papel couchê brilho 230 g/m², 3x0 cores, sendo 200 unidades por modelo.	10	Modelo	36,00	360,00
TOTAL R\$					3.984,50

Valor: R\$ 3.984,50 (Três mil novecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 23/03/2010 - Vigência: 31/12/2010

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 04/2010-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**
Nr.: 4/2010 - IL**Processo Nr.: 65/2010**
Data: 24/03/2010

Folha: 1/2

Fornecedor: RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A.

Código: 10358

Endereço: RUA CAÇADOR, Nº 112

Cidade: JOINVILLE - SC

CNPJ: 92.821.701/0057-64

Inscrição Estadual: 255.313.543

Objeto da Compra: Assinatura do Jornal A Notícia (edição diária) para Unidades Escolares do Ensino Fundamental; Biblioteca Municipal Cruz e Souza, Centros de Educação Infantil Municipal, Unidades Escolares da Educação Infantil e a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, no período de 12 meses.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	10,00	Assinatura do Jornal A Notícia para Unidades Escolares do Ensino Fundamental da Secretaira de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, no período de 12 meses.	ASS	516,00	5.160,00
2	1,00	Assinatura do Jornal A Notícia para a Secretaira de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, no período de 12 meses.	ASS	516,00	516,00
3	1,00	Assinatura do Jornal A Notícia para a Bilblioteca Municipal Cruz e Souza do Município de Schroeder/SC, no período de 12 meses.	ASS	516,00	516,00
4	2,00	Assinatura do Jornal A Notícia para os Centros de Educação Infantil Municipal da Secretaira de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, no período de 12 meses.	ASS	516,00	1.032,00
5	2,00	Assinatura do Jornal A Notícia para as Unidades Escolares da Educação Infantil da Secretaira de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, no período de 12 meses.	ASS	516,00	1.032,00

JUSTIFICATIVA:**Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:**

-

TEXTO

De acordo com os pedidos da Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Lazer, a assinatura será de extremo uso na formação de projetos escolares, além de fonte de informação atualizada para os profissionais da educação nas unidades e ponto de referência aos pais que utilizam o ambiente escolar.

SCHROEDER, 24 de Março de 2010

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO****Nr.: 4/2010 - IL****Processo Nr.:** 65/2010
Data: 24/03/2010

Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER, 19 de Março de 2010

Valor da Despesa: 8.256,00 (oito mil duzentos e cinquenta e seis reais)**Pagamento.....:** 15 DIAS APOS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Três Barras

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de licitação

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 30/2.010 - Edital Pregão nº. 11/2.010. A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 09 h e 00 min. do dia 08 de abril de 2.010, Propostas para "GENEROS ALIMENTICIOS (somente ARROZ)" destinados a manutenção das Escolas Municipais.

Sistema de entrega: entregas em PARCELAS SEMANAIS, mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada.

Estimativa para entrega total: 05 (cinco) meses.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 10 min. do dia 08 de abril de 2.010.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 23 de março de 2.010.

ELOI JOSE QUEGE
Prefeito Municipal

NILTON AVANIR HURMUS
Pregoeiro

Aviso de licitação

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 31/2.010 - Edital Pregão nº. 12/2.010. A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 14 h e 00 min. do dia 08 de abril de 2.010, Propostas para "REGISTRO DE PREÇO DE: 1) Pedra Tipo Rachão; 2) Pedra Graduada; 3) Pedra Brita Tipo Bica Corrida; 4) Pedra Brita nº. 02; e 5) Areia Para Construção; destinados a suprir as previsões de compra do Município pelo prazo de um ano.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 10 min. do dia 08 de abril de 2.010.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 23 de março de 2.010.

ELOI JOSE QUEGE
Prefeito Municipal

NILTON AVANIR HURMUS
Pregoeiro

Tunápolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Processo de Licitação Nº 05/2010

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2010

Edital de Pregão Presencial nº 03/2010

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma

da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Pregão Presencial que tem por objeto a aquisição de Material Odontológico, e Material Médico Cirúrgico, destinado para manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal da Saúde, conforme especificações, e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte integrante do presente processo licitatório. Entrega das propostas até às 14h do dia 09/04/2010.

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, ou celular 91365329

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 22 de março de 2010

ELISE G. TRENHAGO

Gestora do Fundo Municipal da Saúde

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei nº 2.304/10

LEI Nº 2.304/10, DE 17 DE MARÇO DE 2.010

Altera disposições contidas na Lei nº 162/96, que Cria o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, Institui o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os incisos I e III, do artigo 4º da Lei nº 162/96, de 20 de novembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º O CMAS terá a seguinte composição:

I – dos Governos Municipal e Federal, um representante da: (NR)

- a) Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social;
- b) Assessoria Jurídica;
- c) Departamento de Ação Social; (NR)
- d) Secretaria Municipal de Administração; (NR)
- e) Secretaria Municipal de Educação;(NR)
- f) Instituto Nacional de Seguro Social – INSS. (NR)

III – Representantes dos usuários:

- a) Sindicatos;
- b) Associações de Moradores;
- c) Igrejas;
- d) Representantes dos Idosos. (NR)

Art. 2º - O inciso II do artigo 5º da Lei nº 162/96, de 20 de novembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:



"Art. 5º - Quanto a escolha dos membros titulares e suplentes que compõem o CMAS:

II – os representantes das entidades não-governamentais prestadoras de serviços na área, da categoria profissional, e dos usuários, serão indicados pelas entidades. (NR)

Art. 3º - O artigo 6º da Lei nº 162/96, de 20 de novembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º - Os Conselheiros do CMAS serão empossados pelo Prefeito Municipal, através do Decreto Municipal, no prazo de 20 (vinte) dias após a composição do mesmo. (NR)

Art. 4º - O inciso II do artigo 7º da Lei nº 162/96, de 20 de novembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º - As atividades dos membros do CMAS reger-se-ão pelas disposições seguintes:

II – os Conselheiros serão excluídos do CMAS e substituídos pelos respectivos suplentes em caso de faltas injustificadas a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) intercaladas.(NR)

Art. 5º - O artigo 8º da Lei nº 162/96, de 20 de novembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º O presidente do CMAS será, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Videira, o Prefeito Municipal, sendo-lhe facultada a delegação dessa competência, através de ato formal. (NR)

Parágrafo Único – O vice-presidente e secretário serão eleitos entre seus membros titulares conforme previsto no regimento interno. (NR)

Art. 6º - O artigo 10 da Lei nº 162/96, de 20 de novembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 - O Departamento de Ação Social prestará apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMAS. (NR)

Art. 7º - O artigo 13 da Lei nº 162/96, de 20 de novembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13 - O CMAS elaborará o seu regimento interno.(NR)

Art. 8º - O caput do artigo 15 da Lei nº 162/96, de 20 de novembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15 - Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social, mecanismo captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo diretrizes e deliberações do CMAS, o qual tem na Secretaria de Finanças, sua estrutura de execução e controle contábeis, inclusive para efeitos de prestação de contas na forma da lei, sendo, o gestor das despesas, o Diretor do Departamento de Ação Social, tendo como prerrogativas a implantação de programas que visem: (NR)

Art. 9º - O caput do artigo 17 da Lei nº 162/96, de 20 de novembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17 - Compete ao gestor do FMAS: (NR)

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2.010, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de março de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Lei nº 2.305/10

LEI N.º 2.305/10, DE 17 DE MARÇO DE 2.010.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a firmar convênio com a Associação Desportiva Videirense de Futsal - ADV, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com a Associação Desportiva Videirense de Futsal - ADV, nos termos da minuta em anexo e que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º - O objeto do presente convênio é a cooperação dos convenientes para a execução do Projeto Esporte Cidadão/Futsal nas Escolas, conforme Plano de Trabalho anexo.

Art. 3º - A participação do Município consistirá no repasse de até R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais) a serem pagos em parcela única, no decorrer do presente exercício.

§ 1º O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS e INSS.

Art. 4º - A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias e deverá constar, além dos previstos na Lei nº 4320/64, os seguintes documentos:

I - Balancete da Prestação de Contas devidamente preenchido, datado e assinado pelo responsável;

II - Documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas fiscais) corretamente preenchidas e sem rasuras, com data de emissão compreendendo da data do recebimento do recurso até a data limite para a prestação de contas;

III - Extrato bancário da conta especial, onde conste o depósito do recurso recebido e toda a sua movimentação;

IV - Declaração do responsável, em cada documento de despesas, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado;

V - Declaração passada pelo ordenador da despesa que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos.

Art. 5º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

01 – Prefeitura Municipal de Videira

01 – Assessoria de Gabinete

2.003 – Contribuições

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário

Videira, 17 de março de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração



MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO LEI Nº 2.305/2.010

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, CNPJ nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA VIDEIRENSE DE FUTSAL - ADV, entidade civil, com sede no Município de Videira, SC, CNPJ nº 09.464.844/0001-68, declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 2.161/2009, neste ato representada por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos dias do mês de de 2.010, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA e a ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA VIDEIRENSE DE FUTSAL, resolvem, nos termos da Lei nº 2.305/10, celebrar o presente Convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente convênio a cooperação dos convênientes para a execução do Projeto Esporte Cidadão/Futsal nas Escolas, conforme Plano de Trabalho anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

I- divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;
II- repassar a importância de até R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais) aprovada pela Lei autorizativa do presente convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA VIDEIRENSE DE FUTSAL - ADV:

I- Participar, em nome do município de Videira, através da Fundação Municipal de Esportes, de competições esportivas, entre elas os Jogos Abertos de Santa Catarina;
II- Formar novos atletas para representarem o Município em competições a nível regional, estadual e nacional;
III- Promover a integração entre o esporte e a comunidade;
IV- Criar um espaço de convivência para crianças e adolescentes carentes no turno inverso ao da educação escolar;
V- Proporcionar às crianças e adolescentes atividades ligadas às áreas de educação por meio de práticas corporais, utilizando como ferramenta o esporte, o futsal;
VI- Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara e terá validade até 31 de dezembro de 2.010, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de de 2.010.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA ASS. DESPORT. VIDEIR. FUTSAL

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

Lei nº 2.306/10

LEI Nº 2.306/10, DE 17 DE MARÇO DE 2.010.

Autoriza baixar, desafetar e alienar, pela oferta de melhor preço, através de licitação pública, equipamentos e bens públicos inseríveis que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a baixar, desafetar do cadastro dos bens patrimoniais e alienar, com base em prévia avaliação, através de licitação pública, pela oferta de melhor preço e no estado em que se encontra, o seguinte bem:

1) 01 (um) Conjunto Britador, composto por:

- a) 01 (um) britador fixo, marca "Faço" 6240C-7740FA, mandíbulas 10 (dez) dentes;
- b) 01 (um) rebritador 60 (sessenta) TS cone;
- c) 02 (duas) correias transportadoras;
- d) 01 (uma) mesa alimentadora para o britador;
- e) 01 (uma) peneira, marca "Faço", com 04 (quatro) bitolas de pedra;
- f) 08 (oito) motores elétricos alta rotação, sendo:
 - f.1) 01 (um) motor trifásico 1/3 CV 1.700 RPM;
 - f.2) 02 (dois) motores trifásicos 7,5 CV 1.760 RPM;
 - f.3) 02 (dois) motores trifásicos 11 CV 1.750 RPM;
 - f.4) 01 (um) motor trifásico britador alta;
 - f.5) 01 (um) motor trifásico rebritador alta;
 - f.6) 01 (um) trifásico 1,5 CV 1.150 RPM;
- g) 01 (um) painel de controle

Art. 2º - Os critérios para a alienação do bem descrito no art. 1º da presente Lei obedecerão ao disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Art. 3º - Os recursos resultantes da alienação dos bens, a que se refere a presente Lei, serão contabilizados e aplicados de acordo com as disposições legais pertinentes.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de março de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Decreto nº 9.377/10

DECRETO Nº 9.377/10, DE 19 DE MARÇO DE 2.010.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.248/09 de 10 de dezembro de 2.009.



DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 252.540,00 (Duzentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e quarenta reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura	
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
1.008 – Restauração e Pavimentação de Vias Urbanas	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.0	252.540,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	252.540,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2.010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de março de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de março de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Decreto nº 9.378/10

DECRETO Nº 9.378/10 DE 22 DE MARÇO DE 2.010.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.248/09 de 10 de dezembro de 2.009.

ECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 225.212,50 (duzentos e vinte e cinco mil duzentos e doze reais e cinquenta centavos), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.080 – Manutenção da Saúde no Município	
3.3.71.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	225.212,50
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	225.212,50

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação da seguinte dotação:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.080 – Manutenção da Saúde no Município	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	225.212,50
TOTAL DAS ANULAÇÕES	225.212,50

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de Março de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de março de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Decreto nº 9.379/10

DECRETO Nº 9.379/10 DE 24 DE MARÇO DE 2.010.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL PARA SUPLEMENTAÇÃO DAS DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA O ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.248/09 de 10 de dezembro de 2.009.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	
01 – Departamento de Turismo e Cultura	
2.055 – Festividades Culturais do Município	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0	300.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	300.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2.009.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de março de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Dispensa de Licitação Nº 07/2010 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/10-FMS

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/10-FMS

HOMOLOGAÇÃO: 22/03/2010

OBJETO: Aquisição de medicamentos e outros materiais relacionados ao tratamento de saúde, os quais serão distribuídos para os pacientes carentes.

CONTRATADA: Centralfarma – Comércio de Produtos Farmacêuticos.

Valor R\$: 4.240,03 (quatro mil, duzentos e quarenta reais e três centavos).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.



Videira-SC, 22 de Março de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 60/2010 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2010 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 60/2010. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA MONTAGEM E COLOCAÇÃO DO MOTOR, CAIXA DE DIREÇÃO E BOMBA DA DIREÇÃO DO CAMINHÃO MBB 2213, FROTA 27, DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 09 de Abril de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 22 de Março de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 61/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2010 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 61/2010. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE TUBOS DE CONCRETO, QUE SERÃO UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA NA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 09 de Abril de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 23 de Março de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Beneficiários do Programa Bolsa Família Mês de Março de 2010

BENEFICIÁRIOS PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA MÊS DE MARÇO DE 2010

NISTITULAR	TITULAR
13718155728	ADAIANA APARECIDA DA SILVA ROSA
12286014819	ADELAIDE DA SILVA
12353616293	ADELAIDE FARIAS VIEIRA
13286437726	ADELAR ALVES DE BOLBA
20918575006	ADELINA APARECIDA BAPTISTA SANTOS
16073289430	ADELINA FRANCISCA LOPES
12375906200	ADELIRES MORATELLI
12309556884	ADILCE LOPES LEAL
16013573523	ADILSON LUIZ LOPES

NISTITULAR	TITULAR
12824145694	ADOLINO BALDOVINO BRAATZ
12607513725	ADRIANA APARECIDA COSTA
12417993025	ADRIANA BORGES
12873720702	ADRIANA DIAS DE OLIVEIRA
13249863725	ADRIANA FOGACA
12522768257	ADRIANA LOPES MASTALER
13430942720	ADRIANA LUZIA RIBEIRO
12353527029	ADRIANA NUNES CAVALHEIRO
12314941006	ADRIANA PASQUALI
13437175725	ADRIANA RIBEIRO DA SILVA
12686690722	ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS
12439509444	ADRIANA ROSA ANDRADE
16013586226	ADRIANA RUFINO
16013585173	ADRIANA TEREZINHA DO PRADO
16121925753	ADRIANA VON MUHLEN
12705055721	ADRIANE LOPES DA ROSA
12792967724	AGELITA DA SILVA
12769596723	AIRTON SANTO DA SILVA
16140158398	ALCEDINA CHAVES PAIM
16011889825	ALCEU FERREIRA
16013963895	ALDEIDI DE SOUZA
13392988722	ALESSANDRA SILVANA DIAS
12685312724	ALESSANDRA TEREZINHA DOS SANTOS
20918674950	ALICE NERIS DE OLIVEIRA
12299228553	ALUCINDA DE FATIMA LOPES
16013989541	ALVERINA BATISTA ANTUNES
16129098392	ALVINA DE SOUZA
16013992844	ALZIRA ALVES DA LUZ
16109321177	ALZIRA MARTINS LEITE
12063815617	AMARILDO ANTONIO FANTIN
10097993821	AMELIA FERREIRA SALLES
13573090728	AMELIA MEDEIROS
16023708332	ANA CLARA GALVAO
16139911061	ANA CLAUDIA MACHADO
21209362254	ANA CRISTINA ALMEIDA DOS SANTOS
13446566723	ANA FLAVIA GOMES
10820199351	ANA JOAQUINA RIBEIRO DOS SANTOS
21243583187	ANA LUCIA APARECIDA DOS SANTOS
13140459725	ANA LUCIA DOMINGUES DE SOUZA
12483684604	ANA MARIA ALVES DOS SANTOS
20911726440	ANA MARIA DE LIMA
13068095726	ANA MARIA PERES DA LUZ
12874109535	ANA MARIA PINHEIRO
13980736724	ANA PAULA DE OLIVEIRA
16155699616	ANDREA MARCIA APARECIDA MUHLBRANDT
12646111721	ANDREA MIRANDA
16121927616	ANDREIA ANTUNES DA CUNHA
16148582512	ANDREIA ANTUNES DE LIMA
16043107296	ANDREIA PIRES DOS SANTOS E LIMA ANHAIA



NISTITULAR	TITULAR
16019119913	ANDREIA RUFINO
21232378994	ANELISE LOPES CAVALHEIRO
12194377265	ANGELA APARECIDA DA SILVA
20131047773	ANGELA GORETI COLERE
16144135317	ANGELICA CRISTINA PIRES
16150708013	ANGELICA MACIEL
16013775495	ANGELINA DE FATIMA MORAES
12801915728	ANGELITA DE JESUS DOS SANTOS RIBEIRO
12375903724	ANGELITA FABIANA CONTE
20009183161	ANGELITA GOMES
12018953011	ANGELO CARLINHO PASSOS RIBEIRO
16013779423	ANTENOR DOS SANTOS
16013790230	ANTONIA ANTUNES MACIEL
12770315724	ANTONIA APARECIDA GONCALVES
16000841273	ANTONIA DALMAZO
13429000725	ANTONINHA DE LURDES DA SILVA BATISTA
13073296726	ANTONIO BARETTI
12330150999	ANTONIO FERNANDES
10239872204	ANTONIO JURACY RIBEIRO
13056307723	APARECIDA SEBASTIANA DIAS DOS SANTOS
10626781911	ARISTIDES ANTUNES REI
20055772506	BARBARA CRISTINA CAPONI
12521638872	BEATRIZ APARECIDA DOS SANTOS
12320588622	BEATRIZ PALAMICINI
12375903716	BERNADETE APARECIDA MUELLER CORDEIRO
21236950900	BERNADETE DE FATIMA WERLE
16153127666	BERNADETE MIORANZA NEVES
16116021817	BROMILDA VIEIRA
13405261723	CARLA MICHELE KATSCHOR
12543412591	CARLOS CLODEMIR VIEIRA DA SILVA
12483161490	CARMELIA DE FATIMA PEDROSO
16189496998	CARMELINDA CHAVES CAMARGO
16424901591	CARMEM ANDREIA MACHADO PORTO
16395006496	CARMEM DOS SANTOS
12584197520	CARMEN APARECIDA CORDEIRO
16474874717	CAROLINA ANTONIA FENILI
12375890827	CAROLINA IURKEVICZ
16189515550	CATARINA DA LUZ
12052871693	CATARINA FELIX
16189515399	CATARINA QUEIROZ
16209978429	CATARINA RODRIGUES DE OLIVEIRA
12503336460	CATLEN DE LURDES ROSI
12841506721	CECILIA APARECIDA FERNANDES DA SILVA
12276401216	CELIA APARECIDA GONCALVES DE M OLIVEIRA
12607512729	CELIA REGINA ALVES
16611275313	CELINIA GAIO
13298356726	CENIRA PIRES
12599907723	CIMEIA FARIAS
16613099806	CINTIA APARECIDA DA LUZ

NISTITULAR	TITULAR
12661494725	CINTIA SCOPEL
12279124639	CIRLENE DAL PIZZOL
16447806501	CLAIR ZONERE FRUET
16183125068	CLARICE APARECIDA IURKEVICZ
16210018999	CLARINDA RODRIGUES DA SILVA MARIAN
16490968895	CLAUDETE APARECIDA DO AMARAL
12412068412	CLAUDETE APARECIDA RIBEIRO
16441474906	CLAUDETE GRANDO
12330277190	CLAUDETE RODRIGUES DE CAMARGO
12700556722	CLAUDIA APARECIDA SOARES
12452309240	CLAUDIA CONCEICAO OZORIO PARTYKA
16412987836	CLAUDIA PORTELLA
16457189378	CLAUDIA RIBEIRO PONTES
16447934283	CLAUDIA SOVRANI
12404526652	CLAUDIMIR VALER
12272286617	CLAUDINO CAMILO FRANCA
12719977677	CLEBER QUEVEDO SANTOS
16431812493	CLECI DE OLIVEIRA GOMES
16451803023	CLECIAMAR ZANELLA
16189585656	CLEIDE DIAS
13893898726	CLEIDE RIBEIRO ALVES PIRES
13160863726	CLEIDES DA LUZ
12294328800	CLENIR SANDRI TURCATTO
16470888918	CLEOMAIR SANDRA MARA DE OLIVEIRA
20925156528	CLEONI DA SILVA SANTOS
12863076509	CLEONICE APARECIDA MARTINS
16392984837	CLEONICE DE FATIMA CAMARGO FERREIRA
13499087722	CLEONICE DE JESUS DOS SANTOS ANTUNES
13140492722	CLEONICE DE SOUZA MACHADO ROBERTI
12995108726	CLEUDES PEDROSO DE QUADROS
16418080786	CLEURECI APARECIDA VARELA PIMENTEL
16495802111	CLEUSA APARECIDA DE LIMA ZARVELISKI
12375902531	CLEUSA APARECIDA DOS ANJOS
12652541724	CLEUSA DE FATIMA FERNANDES
12001754878	CLEUSA DE FATIMA MANDELLI
12320611888	CLEUSA MARIA DA SILVA
16192482250	CLEUSA ROVEDA LOPES FERREIRA
16448395068	CLEUSA TEREZINHA COITO PEREIRA
12001754886	CLEUSA TEREZINHA CORDEIRO
12783966729	CLEUSAMAR SALETE SERAFINI
12309175910	CLEUZA CORREIA
12336936390	CLEUZA PRESTES PADILHA
16073686790	CONCEICAO APARECIDA CARVALHO
16421025227	CREUZA DOS SANTOS
20998976525	CRISLEI CRISTIANE FIUZA
12483961195	CRISTIANA DA SILVA
16451805417	CRISTIANA ERDMANN DE LIMA
13682901727	CRISTIANE DA SILVA DE OLIVEIRA
16513905274	CRISTINA CANDIAGO XAVIER DE BARROS

NISTITULAR	TITULAR
16493605742	CRISTINA JACINTO DE OLIVEIRA
20914518873	DAIANA RIBEIRO
13224229720	DAIANE DA ROSA
16090712451	DAIANE DA SILVA
16014062395	DAISI DOS SANTOS
12792382726	DALMIR PAULO MARINHO DE MELLO
21227715570	DALZIZA ALVES PINTO
13328939724	DANIELA ALVES VENTURA
13266525727	DANIELA APARECIDA DOS SANTOS SIQUEIRA
16152858969	DANIELA DE CASTRO
12452120601	DANIELA FREITAS
13917164727	DANIELA KLEINKAUF PEREIRA
12418106642	DASMERSI DIAS
21240345196	DEBORA ANTUNES DE LIMA
16084751173	DEISE PIASSON
12544401259	DEIVID EZEQUIEL FERNANDES
12279124620	DEJANIRA ANTUNES CRUZ
13825220728	DELONI DE FATIMA CARVALHO DOS SANTOS
12341415794	DENILSE RIBEIRO DOS SANTOS
16116049487	DENISE APARECIDA RIBEIRO
13658858728	DENISE DA ROSA
13388723728	DENISE DOS SANTOS
16000652667	DENIZE PACHECO
12108947185	DERCI CONCEICAO DE BARROS DA SILVA
16155742406	DERILDES TEREZINHA RIBEIRO
12605805729	DIANA DE GODOY
12320589882	DILAMAR FERNANDES
16110673294	DILCEMA APARECIDA TOMAZ FIGUERO
21221215754	DILETA DE JESUS LIMA FERREIRA
12341415999	DILVA FERNANDES GARIPUNA
20911945525	DIMARI CHAGAS
12705761723	DIRLEI ALVES DA LUZ
13347817728	DIRLEI ALVES DA SILVA
16022242372	DIRLENE PIRES
16170100916	DIVANIR BARONCELLO GRIZZANA
16111081080	DOLVINA RUBINI
10421744526	DOMINGOS COSER
21203541661	DORALINA DA SILVA
12873950503	DORLI DE FATIMA RAMOS
16156881604	DORVALINA ANTUNES DE CAMARGO
12653699720	EDENIZIA DE FATIMA ALMEIDA
16126631634	EDERLI TEREZINHA OLIVEIRA
20379996744	EDILA DA SILVA FURTADO
12353613057	EDINEI RODRIGUES DE ALMEIDA
10814294364	EDITH BATISTA
13326203720	ELAINE APARECIDA FAITEN
10694999277	ELENA MARIA GARCIA
16014355090	ELENITE NORMA IURKEWICZ FANTIN
13504863721	ELI DORVINA GONCALVES

NISTITULAR	TITULAR
16090939391	ELIANA DA SILVA
12183208920	ELIANA MARIA NAWROSKI
21236490128	ELIANE APARECIDA FANTIN DE ASSIS
12078409172	ELIANE FERNANDES PONTES
12956971729	ELIANE GOMES ALVES
13181452725	ELIANE RODRIGUES DE MELLO
12286014436	ELIDES TEREZINHA ROSA
12991411726	ELISANGELA KOKOWIC
13438349727	ELISANGELA PIRES
13125972727	ELISETE ANTUNES MACIEL
16114940866	ELIZABETE DOS SANTOS
16122416437	ELIZABETH PONTES FERREIRA
16138738781	ELIZANDRA ALVES DE ANDRADE
12522754450	ELIZANDRA TEREZINHA DA VEIGA
20327497097	ELIZANGELA DALAMARIA
12353615041	ELIZETE DE FATIMA DA VEIGA
13148709720	ELIZETE NUNES FRANCA
12330933349	ELIZETE VIEIRA BISCARO RIBEIRO PONTES
16098139467	ELLY DOS SANTOS
12452305393	ELOIR RIBEIRO DE SOUZA
13024290728	ELOISA ALVES RIBEIRO
12634890720	ELOIZA APARECIDA CESCA
12841833722	ELVENI MARTINS DE CAMPOS DA SILVA
13346952729	ELY BENTO CAMARGO
13120053502	ELZA DA SILVA DE FIGUEIREDO
10861049168	EMILIA DOS SANTOS ANDRADE
10814169268	ENI MARIA DOMINGOS RIBEIRO DA SILVA
20958027654	ENI VICENTE DA SILVA
12109120128	ERENI ANA ALVES DOS SANTOS
13753172722	ERICA FERNANDES DE SOUZA
12551925284	ESTELA MARA APA RUZYCKI
16147032039	ETELVINA ALVES MOREIRA
13272565727	EUGENIA LOPES SANTANA
12898600522	EVANIR DAS CHAGAS
16131089400	EVANIR OLIVEIRA DE MATTOS
12738363727	FABIANA APARECIDA DOS SANTOS PEDROSO
13718146729	FABIANA ROSA
21218547652	FABIANE BORGES DA SILVA
13527623727	FABIANE LOPES CARDOZO
20652811277	FATIMA APARECIDA CORREA DE LIMA
16113617468	FATIMA APARECIDA DA CONCEICAO
16196044436	FATIMA APARECIDA LEITE
16266977673	FATIMA FERREIRA MENDES
21218548470	FATIMA MARIA MANDELLI DA SILVA
12001760037	FATIMA MARIA MAZZARDO GARCIA
12868969722	FATIMA TELLES DE OLIVEIRA
13234754720	FERNANDA APARECIDA DA SILVA
16085079819	FERNANDA CAMPAGNIN
16278085624	FERNANDA DAIANA DA SILVA

NISTITULAR	TITULAR
16014593234	FERNANDA GOMES
20323786965	FERNANDA GREGOLOM
16085079479	FERNANDA REGINA RAMOS FERNANDES FRANCA
13389977723	FLAVIA DE ALMEIDA
16282723729	FLAVIA MARIA FRESQUI
16073469080	FLORINDA DE JESUS OLIVEIRA
16245838496	FLORINDA TRINDADE
13884801723	FLORISIA RODRIGUES SOARES
12347808909	FRANCELINA APARECIDA COSTA
16334117964	FRANCIELE ALOISA SPORR
13810207720	FRANCIELI PONTES
16248627070	FRANCIELI RIBEIRO DE LIZ
12544401100	GENELCI APARECIDA DE DEUS
16043149185	GENI GRASPKI
16277111176	GENI MARTINS DOS SANTOS
13334430722	GENIANI LEIA DA SILVA
12253926622	GENIR FATIMA DA SILVA
16192131520	GENOEFA DA ROSA
13130255310	GESIANY GLORIA LIMA DA SILVA
16192147060	GESSY DE FATIMA RUFINO
13770440721	GIANE PASA
12451957729	GILDETE APARECIDA THIBES
16189064265	GIOVANA KARINA TORCHATTO
12160241743	GIOVANA REICHARDT
13213403724	GISELE CORONETTI
13428999729	GISELE MORAIS
16246340696	GISELE OLCANHESKI
16182874733	GISLAINE PAN
13649668725	GIZIELEM APARECIDA CARDOSO
16189729283	GLAUCIA ANTONIA DA SILVA CREPALDI
13375381726	GLAUCIA DIAS
16036568992	HELENA APARECIDA KAHUPZINSKI
13296448720	HELENA DE FATIMA DA SILVA
16014360167	HELIA APARECIDA PADILHA
12417993300	IDALINA ALVES BOLBA
12367514730	IDENIR MASSAROLLI
16188739293	IGNES DE OLIVEIRA CARDOSO
16235745959	ILDA ALVES ZAMPIVA
12670497723	ILDA FERREIRA DE SALES
12353551132	ILZA TEREZINHA DA SILVA
12160242049	INES JUSTINA MORATELLI BURATTO
12018951132	INES MARIA SURDI
16279928846	INEZ DE FATIMA DA ROSA DA SILVA
20911627663	INEZ MAFALDA DE LIMA
16183270130	INGRA CELIA DOS SANTOS
12315145483	IONICE MORAES
16186605257	IRACEMA APARECIDA DOS SANTOS MARTINS
13231872722	IRACEMA BOEIRA DA SILVA
16188762171	IRACEMA LOURDES FERNANDES LISBOA

NISTITULAR	TITULAR
16188765634	IRACI DA ROSA MARTINS
20918933352	IRACI FERNANDES GABRIEL
20947878801	IRACI IRIA CERBATTO
12120733629	IRACILDE APARECIDA DIAS
12992105726	IRENE PINTO
12782826729	IRENE RODRIGUES
10879993100	IRES RISSARDI ESTREME
16043145031	IRES SALETE GUZZI
20620301141	IRINEI FAITEN
10814168490	ISAURA GONCALVES DIAS
12026858707	IVANETE TEREZINHA RANDON
16259083921	IVANILDE DE LOURDES FERREIRA
16250933027	IVANIR ANTUNES RIBEIRO
16179928615	IVANIR BORSATO FARIAS
20996613220	IVANIR DOS SANTOS
13061299725	IVANIR GOES CARINHATO
16293484003	IVANIR MARTINS DOS SANTOS
16196209222	IVANIR PEREIRA DOS SANTOS
20951239591	IVANIR PEREIRA DOS SANTOS
12347635443	IVETE APARECIDA FARIAS DOS SANTOS
16204904184	IVETE APARECIDA RODRIGUES PALERMO
16234661425	IVETE DA APARECIDA GERALDO
16264057895	IVETE FARIAS
12078411592	IVETE MARIA RIBEIRO DA SILVA DE MEIRA
16235752041	IVETE PEREIRA DOS SANTOS
12560525722	IVETE ROSSI GOLIN
16186686729	IVETE VIEIRA CARDOSO
16340493379	IVONE BORGES DOS SANTOS
12299450299	IVONE CORREIA LEITE
12992942725	IVONETE APARECIDA CORDEIRO SOTEL
16253017552	IVONETE BOEING PORTELA ALBERTON
20911863030	IVONETE DE MOURA
12543409507	IVONETE GOULART DA SILVA
12412068226	IVONETE PEREIRA DOS SANTOS
16278848997	IVONETE RODRIGUES DA SILVA
12439635873	IZABEL DOS SANTOS
13649669721	IZABEL LUCIANE SALLES
12214909062	JACIR LUIZ ANDREIS
16341391685	JACIRA APARECIDA DA SILVA
16264933202	JAIR RODRIGUES DE AZEVEDO
16251742586	JANAINA DA SILVA
16305702889	JANAINA RIBEIRO KUSTER
13428998722	JANAYNA APARECIDA MIRANDA
12693116726	JANDIRA BATISTA DOS SANTOS
12309019137	JANDIRA MOREIRA
12375902965	JANE APARECIDA GONCALVES DA SILVA
13354806728	JANETE ANTUNES
16283063765	JANETE APARECIDA DE CAMARGO
16188924503	JANETE APARECIDA GONCALVES DOS SANTOS

NISTITULAR	TITULAR
13027156720	JANETE CATARINA CAMARGO LARA
16250493302	JANETE DA PARECIDA MARQUES
16296774363	JANETE DE OLIVEIRA
12436725987	JANETE GENIS
16194187817	JANETE GONCALVES DA SILVA
16219307705	JANETE GUEDES DE MORAIS
16190478736	JANETE MOREIRA
13101934728	JANETE RODRIGUES DE CAMARGO
16314067538	JANETE RODRIGUES DE OLIVEIRA
12314940158	JANETE TEREZINHA ANTUNES DE LIMA
16332678721	JANICE NAIR ERCEGO
16291839335	JAQUELINE MORAIS
12353549871	JEANETE GRIGGIO SCHNEIDER
14007434723	JENIFFER ELOISA DA SILVEIRA
13735957721	JIZELI TEREZINHA ANTUNES GOMES
16267461565	JOAO BATHISTA
16054651170	JOAO QUEROBIN
12314937505	JOCEANE APARECIDA GOMES
16175652127	JOCELAINE FERREIRA BUENO
16236745499	JOCELEI PEREIRA
12417991537	JOCELI ROSA
16213484613	JOCELIA ALVES DE OLIVEIRA TESTA
12375901233	JOCELIA SALES DA SILVA
12417988889	JOCELITO GONCALVES DA SILVA
16263007711	JOELMA DOS SANTOS
12279124582	JORECI MENDES
13288229721	JOSANE PEREIRA
13361883724	JOSIANE ALVES DOS REIS
16073632860	JOSIANE DE FATIMA ALVES
13224219725	JOSIANE FATIMA ZANOL
16184320948	JOSIANE FERREIRA
20652829958	JOSIELE LARANJEIRAS
12375902221	JUCELEI MARIA ANTUNES DE CASTRO
13343646724	JUCELI MARLENE SILVEIRA
13572463725	JUCELIA ALVES DE MORAIS
20332926898	JUCELIA DE LIMA ZAGO
16199265972	JUCIELE APARECIDA MIRSCH
19018897402	JUCIMARA APARECIDA DE SOUZA BORGES
16332707136	JUCIMARA RUZYCKI
12913694723	JUCINELIA LARA DE MORAIS
13683639724	JUDI FRANCIOZI
12961147729	JUDITE PINTO
12483227890	JULIANA APARECIDA DA LUZ BATISTA
13201389721	JULIANA APARECIDA MARTINS DA COSTA
16228209834	JULIANA APARECIDA TOMAS FIGUEIRO
13301302725	JULIANA BARBOSA DE LIMA
13748467728	JULIANA FRIEBEL
16043161312	JULIANE HELENA GUZZI
13946070727	JULIETTE DEVENS WEBER

NISTITULAR	TITULAR
13806910722	JULY FRANCIOZI
12663620728	JURACI DA FONSECA DE SOUZA
16043161681	JURACY MARTINS
12600238729	JUSSARA DE OLIVEIRA
12347483775	JUVILDES ANTONIA DA SILVA
13393060723	KARINE FERNANDES DA SILVA
13992910724	KEROLEIN NAIARA DO CARMO NAVROSKI
12160181473	LAIDE APARECIDA COSTA DE ALBUQUERQUE
16363332231	LAIDE VEIGA
13140570723	LAUDELINA DA SILVA
12484214679	LAURA APARECIDA COLLACO PONTES
10626784325	LAURENTINO ALMEIDA PINTO
12173448090	LEANDRINA CONCEICAO DIAS DA SILVA
16470939717	LEANETE MARIA ZONTA
12412074153	LEIA ANTUNES DE PRADO
13120652724	LEIDIANE DA LUZ BATISTA DA ROSA
13133334726	LEILA MARA DOS SANTOS
12705058720	LENICE EVA APARECIDA RODRIGUES DA LUZ
12303699381	LENINHA ALVES MOREIRA
12194409434	LENIR SANDRI
16657227478	LENITA TRINDADE
12799023527	LENOIR TEREZINHA DA SILVA SOUZA GUMIEIRO
16424009958	LEONI CHAVES ALVES DOS SANTOS
16420787417	LEONI TOMAS VIEIRA
16363407568	LEONICE APARECIDA DUARTE DE SOUZA
20919107928	LEONIDES ROSA
12147784305	LEONILDA HONORATO FERREIRA BARROS
12001755084	LEONINA PEDROSO
16043168155	LEONIRA BARBOSA DE LIMA
12347808410	LEONIRA HENING
12001905094	LEOPOLDO DA LUZ
16460316792	LETICIA LAZZARI
10704188047	LIBIA GOIS TRINDADE
16043168392	LIDIA GONCALVES DOS SANTOS
16073706252	LILIAN MARIA FERNANDES DA SILVA
20918677038	LINDAMAR DENARDI MICHELON
16485476157	LOERI TEREZINHA DRUN MACHADO
16043168929	LOIRI SALETE CORREA
16453680743	LORDES APARECIDA ROSA
16363453527	LORECI DE ALMEIDA
16371379594	LORENA ALVES GARCIA
16428274311	LORENI APARECIDA BALBINOT ALLEBRANDT
20644192490	LORENI RODRIGUES DE QUEIROS PINTO
16447418587	LORETE ANCILIERO
13798588723	LOUDES DE OLIVEIRA
16461148400	LOURDES DE FATIMA ANTUNES
20954215936	LOURDES XAVIER DA SILVA
16423377228	LOURI ANTONIESCA SCHULZ
12314941391	LOYR MEIRA

NISTITULAR	TITULAR
13444019725	LUANA CARVALHO DOS ANJOS
20400448631	LUANA DOS SANTOS
13387717724	LUCELIA DE FATIMA CORREA
13989583726	LUCIA AMANCIO DA SILVA
13016991720	LUCIA DA SILVA
16393179342	LUCIA DE FATIMA FERNANDES
16363524122	LUCIA DE FATIMA GUIMARAES
12147789277	LUCIA JULIANOTTI GONCALVES
16354581615	LUCIA ROSA DA SILVA
16043171040	LUCIA SANTIN GONCALVES MACHADO
16400336622	LUCIA TEREZINHA MORANDO DE OLIVEIRA
13586738721	LUCIANA APARECIDA DE FREITAS
12330383403	LUCIANA DE CASSIA PADILHA
13343638721	LUCIANA DOMINGOS
20416807792	LUCIANE DE LIMA
13616265729	LUCIANE FRANCIELI DA SILVA
13601598727	LUCIANE TEODORO DE ANHAIA
17058279487	LUCIANI CRISTINI GOMES
16397729207	LUCILA RODRIGUES DA SILVA
16507350592	LUCIMAR ANTUNES DE LIMA
12796516697	LUCIMAR CALDEROLLI
12367512509	LUCIMAR DE FATIMA ALEXANDRE
20039430663	LUCIMAR DENARDI DALANHOL
16502194428	LUCIMAR PEPES DOS REIS FERNANDES
16405652107	LUCIMAR RODRIGUES DA SILVA
12452123201	LUCIMARA DE JESUS
13388721725	LUCIMARA DE SOUZA BORGES
16475033430	LUCINDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
12183243688	LUCINDA SALETE ALVES DA ROSA
12775517503	LUCINEIA BARBOSA
20055773219	LUCINEIA DE JESUS
20774723887	LUCINEIA SANDRI
16475479161	LUIZ CARLOS MENEGUZZI
16366718971	LUZIA DOS SANTOS DOMINGOS DE OLIVEIRA
12279125368	LUZIA THIBES DE CAMPOS
16453037921	MADALENA MARTINS DA SILVA
12375903198	MADALENA TEREZINHA ARGENTA
16371498003	MAGDA REGINA FONTOURA MACHADO
12309021700	MARCELINA CRUZ DA SILVA
13018855727	MARCELINO RODRIGUES
12412072843	MARCIA ALVES DE MORAES
16432599548	MARCIA APARECIDA ALVES DOS SANTOS
12001903652	MARCIA BASTIAN
14077979729	MARCIA DA SILVA
12436726320	MARCIA DIAS
12550306424	MARCIA DIAS DOS SANTOS
13024308724	MARCIA FAGUNDES DAS CHAGAS DE MEIRA
20627952792	MARCIA HOLDEFER
16471262109	MARCIA MARIA MOREIRA

NISTITULAR	TITULAR
12451955661	MARCIA MIRANDA
16043188210	MARCIA MOREIRA DOS SANTOS
12109125480	MARCIA PELLIN
12483161911	MARCIA REGINA GOMES
13380880727	MARCIANA SANGALETTI
13811336729	MARCIELI REGINA DOS SANTOS BARBOSA
16373146392	MARCILENE DOS SANTOS
12314936460	MARGARETE APARECIDA DE MATTOS
12147788890	MARGARETE APARECIDA MALMAN
13155697724	MARGARETE APARECIDA THIBES ALVES
21028438496	MARGARETE ATT
16500083467	MARGARETE DA SILVA SANTOS
12276403162	MARGARETE SOARES
16451785718	MARGARETH APARECIDA DAVILA
16410401893	MARI TEREZA ALVES DA SILVA
16368837013	MARIA APARECIDA DA FONSECA
13707755729	MARIA APARECIDA DA SILVA BALDISSERA
16363873305	MARIA APARECIDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
12078403034	MARIA APARECIDA MOREIRA
12783037728	MARIA APARECIDA MOREIRA
10553929787	MARIA APARECIDA PETROVITZ
12232788468	MARIA BATISTA DOS SANTOS
16424013726	MARIA BERNADETE GARIPUNA
12423669218	MARIA CARNEIRO DE ALMEIDA
12644489727	MARIA CAROLINA PINTO
16043179513	MARIA CATARINA DE MORAIS
16458029870	MARIA CLARICE MORAIS
12126923748	MARIA CLEUNIR DE OLIVEIRA
16418180845	MARIA CLEUSA DE MOURA
16363866651	MARIA CONCEICAO DIAS DAS NEVES
13577051727	MARIA CONCEICAO RUTH SCHMIDT
12052873297	MARIA CUSTODIA MIRANDA
16459849715	MARIA DA APARECIDA GALASSANS DZINGELESKI
12451956706	MARIA DE FATIMA KUHN
12669758721	MARIA DE FATIMA MOREIRA
12359257937	MARIA DE LOURDES VOLFF
16352642285	MARIA DE LURDES PLANS DE LIMA
21021878423	MARIA DE LURDES VENTZ ZANAO
13006573721	MARIA DE SOUZA
16447973238	MARIA DO CARMO DE LIMA
16371770749	MARIA DOS PRAZERES RIBEIRO
16043175720	MARIA DOS SANTOS FARIAS
12309020895	MARIA EDIR DE OLIVEIRA
16373621325	MARIA ELOIR DOMINGUES DE MORAES
10704188187	MARIA ENEDIL SOVRANI
16364130098	MARIA ESTELA GARCIA CALIS TIL
10609251594	MARIA EVA SILVEIRA
16393282593	MARIA FATIMA ALVES
16505707582	MARIA FIORENTINA BALESTRIN

NISTITULAR	TITULAR
16401133598	MARIA FORTES
12347794908	MARIA GORETE MONTEIRO
16366906638	MARIA GRACIELA DA ROSA
10814294720	MARIA HELENA DEMICIANO
13123230723	MARIA HELENA DIAS
16408812873	MARIA HELENA RIBEIRO THIBES
16352657827	MARIA HELENA RODRIGUES
12758996725	MARIA INES FERREIRA BRANDAO
16363923213	MARIA IRACEMA MOREIRA DA SILVA RODRIGUES
16371544803	MARIA ISOLINA DE ANDRADE
13446332722	MARIA IZABEL DA VEIGA
16424014684	MARIA IZABEL RAMOS
20602058389	MARIA LENY ANDRADE DE RAMOS
16363972389	MARIA LEONIR GONCALVES DOS SANTOS
12337027750	MARIA LUCIA BATISTA
13128119723	MARIA LUCIA DA SILVA
12314936762	MARIA LUIZA CHAVES
12223904973	MARIA LUIZA DE GODOY
20926696119	MARIA LUIZA OSORIO MOREIRA
12764871726	MARIA LUIZA VENTURA RIBEIRO
16414635228	MARIA MADALENA OLIMPIO KANARSKI
12368329686	MARIA MONICA FERNANDEZ ALVAREZ
13122859725	MARIA NEUCI CORREA
10796336331	MARIA OLGA ATT
12831867535	MARIA PERCILIANA DOS SANTOS
12309020941	MARIA REGINA GOIS TRINDADE
12078413625	MARIA SALETE ALVES
16043176999	MARIA SALETE BARETTI CARDOSO
17025251966	MARIA SALETE DOS SANTOS PANTERA
16468646724	MARIA SALETE FERREIRA BELUSSO
12309014887	MARIA SALETE KNOP
20604599042	MARIA SALETE VALLE
20628152609	MARIA SOLANGE FERNANDES
12309019412	MARIA SUELI DE ALMEIDA
16363693935	MARIA TERESINHA BATISTA
14135802725	MARIA TEREZINHA DE CASTILHO
12543515552	MARIA TEREZINHA SANTOS TEDESCO
12692460725	MARIA VERONICA DA SILVA
20918766227	MARIA ZELINDA MORAIS
16363762074	MARIA ZENIR DOS SANTOS CANAL
13687332720	MARIANA APARECIDA DA SILVA RODRIGUES
13687304727	MARIANA ELIZETE RIBEIRO
12858681505	MARIDA DO SOCORRO DOS SANTOS
12276417392	MARILDA SALETE MEIRA
17035302679	MARILDE FATIMA DOS SANTOS PRADO
12330088320	MARILDE PADILHA DOS SANTOS GONCALVES
21001182652	MARILDE ZANON
16353830352	MARILEI BORGES
13101961725	MARILEI RUZYCKI

NISTITULAR	TITULAR
12451957028	MARILENE FATIMA MORAIS
20051507522	MARILENE FERREIRA
16364157174	MARILENE GONCALVES DIAS PELENTIR DE OLIVEIRA
12782686722	MARILETE DOS SANTOS
12353550071	MARILI GISLAINE GALDINO
13963500726	MARILIA ELIAS VARELA
12451719135	MARILISA TEREZINHA MEIRA
12375901179	MARILU PIRES
12624069722	MARILUCIA GUEDES DE LIMA
10814293864	MARINA RUFINO DOS SANTOS
12783615527	MARINES DAMBROS DE MELLO
13690886723	MARINES DOS SANTOS
16448420992	MARINES DOS SANTOS
16387782180	MARINES ONEGREIRO
16453347939	MARINEZ DALAZEN BALBINOT
12436668797	MARINEZ GONCALVES
17035817814	MARINO ORTIZ
16393535211	MARISA APARECIDA DE AVILA
16364194983	MARISA APARECIDA DE SOUZA
12543409078	MARISA CONSTANTINO DOS SANTOS
20327472280	MARISE PINHEIRO
12452119735	MARISETE RODRIGUES DE BARROS KIRSCH
16387785945	MARISTELA ALONCO
13210107725	MARISTELA APARECIDA ZANELLA
16364186239	MARISTELA CORREA DE LIMA
16473102079	MARISTELA DE LIMA FRANCO
13175531724	MARISTELA INEZ COSMA
16451833828	MARISTELA ROSA
16378756962	MARITANI DIAS
16364193235	MARIZA FERNANDES LISBOA
13500062724	MARIZA MARQUES
13140579720	MARIZA MORAIS DE OLIVEIRA
16413888165	MARIZA RODRIGUES DA SILVA
16452690281	MARIZANE VAZ
12792962722	MARIZETE DO PRADO WALLENDORFF DE ANDRADE
12418301453	MARIZETE DOMINGUES DA ROSA
20644188426	MARIZETE NARKOSKI VEIGA DOS SANTOS
16479114230	MARIZETE RIBEIRO DOS SANTOS
16043186846	MARIZILDA DE FATIMA RIBEIRO ORBANO
13498674721	MARLEI ALVES DE ANDRADE
12233225750	MARLENE APARECIDA CAMARGO
17058386860	MARLENE CORDEIRO DE CAMPOS
12299120388	MARLENE GOMES DAS ALMAS
12990761529	MARLENE KAMINSKI
12899426720	MARLENE LUIZ DOS SANTOS
16437782626	MARLENE NATALIA BARP KUCINSKI
16447989967	MARLENE TEREZINHA TEDESCO
12543442695	MARLEY MARIA DE BASTIANI



NISTITULAR	TITULAR
16364235620	MARLI APARECIDA GONCALVES
10779983081	MARLI APARECIDA MACIEL
21025977132	MARLI APARECIDA MOREIRA DA SILVA
16382252302	MARLI DORNELIS
12536435808	MARLI FATIMA TEDESCO
20324232858	MARLI IVONE GAIO
16400671162	MARLI MOREIRA DOS SANTOS
12828648496	MARLI NEVES DE MIRANDA
12412073564	MARLI RODRIGUES DOS SANTOS
16410473851	MARLI TEREZINHA DA CRUZ
20923035421	MARLI TEREZINHA RODRIGUES
20379995667	MARTA DE LIMA CAMPOS
12194409469	MARTA FATIMA ANTUNES
12276516021	MARTA ISABEL DE OLIVEIRA
12580887522	MARTA LOCATELLI
20329427304	MARTA MOREIRA
12353548921	MARTA PELLIN
16451840069	MEDIANEIRA DE FATIMA CAMARGO DE ARAUJO
16546530369	MERCEDES DOS SANTOS CORREA
16546529808	MERI TEREZINHA ALVES DOS SANTOS MACIMA-VICINS
20329426588	MEURIN CRISLEI SOUZA MOREIRA
16507384950	MICHELE DA SILVA FURTADO
12063815056	MILTON MORAIS
13354813724	MIRIAM DA SILVA
12726466720	MIRIAM FERNANDES
16073856521	MONICA DOS SANTOS DA SILVA
12314940816	MONICA ESTER VIER
12543508556	MONICA GONCALVES DA SILVA
13892994721	MORGANA PRISCILA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
12320588371	NADIA ANTUNES CARVALHO
13518531726	NADILSE LUZIA PELINTIER
20940228739	NADIR MARIA XAVIER DE OLIVEIRA
13404789724	NADIR RIBEIRO
16538481753	NADIR TEREZINHA WALGINSKI ALTHAUS
16503292180	NAIANI APARECIDA PIRES DUARTE
12299228189	NATALINA CALISCTIL
12452244424	NAYR DOMINGOS DA FONSECA
12705758722	NEIDE APARECIDA ALVES
13503702724	NEIDE GIMBARSKI
16674009661	NEIDIR TEREZINA DIAS DOS SANTOS
12183209587	NEIVA HECKLER
16658688045	NEIVA SANTINA DELANY PERETI
10861050069	NEIVA VARELA
12160181805	NEIVANIR RODRIGUES
20648108842	NELCI APARECIDA CHAVES BRANCO
20918766367	NELCI APARECIDA MICHELON FRUET
12604466726	NELCI DE SOUZA
12299228502	NELI LUCI ANTUNES
16071545790	NELI RODRIGUES DE QUEIROS

NISTITULAR	TITULAR
16690189075	NELINA ROQUE BRANDINO DOS SANTOS
12551068659	NEUSA APARECIDA RIBEIRO
12276990270	NEUSA DE FATIMA POLICENO
16672473298	NEUSA LISBOA MARTINS DOS SANTOS
16562752389	NEUSA MARIA DOS SANTOS
16532581764	NEUSA MOREIRA DA SILVA
12336548528	NEUSO JESUS MORAES
12737357723	NEUZA APARECIDA CORREA
16538538070	NEUZA TEREZINHA MARTINS DOS SANTOS
10814201072	NILDA FRANCISCA MENGUE TURMINA
13174457725	NILDA IOLANDA LEMES
13999123728	NILZA CAMILA ALVES DOS SANTOS
12695040727	NOELI DE SOUZA ZENERE
12286016722	NOELI GENIS MELERE
12899473729	NOELI LOURENCO DE MELLO
12551923788	NOELI MORAIS GHELLER
16546636442	NOELI TEREZINHA VALERIO
13511092727	NOEMI DA SILVA
20900906841	NOEMY DA SILVA ALVES
16570174402	NOERCI FONTES DE RAMOS DOS SANTOS
16640906253	ODETE APARECIDA GAIO
20973685845	ODETE CONCEICAO
16589847267	ODETE DIAS
20957984590	OLVIDE CLARA GUZZI
16595313694	ONDINA CANONICA
12330382741	ONEIDE VALMIR GOMES
10879995057	ONILDO UBIALI
16561420315	ORDALINA PEREIRA DE MORAIS
10659955668	ORESTES PEREIRA
16538578110	ORILINA PERETTI
13026179727	ORQUELI DOS SANTOS GUERREIRO
16043192137	OSNI LOPES CARDOSO
10837550197	OSNIR NUNES DOS SANTOS
20088070446	OTACILIO ANTUNES DE SOUZA
12361658617	OTACILIO LUIZ DE ABREU
16043192293	OTILIA DAS GRACAS CORDEIRO
10626798830	OTILIA ENILZA ANTUNES NEVES
12937023721	OZANA ALVES
20708781599	PATRICIA APARECIDA RAYZER TESKE
16538613161	PATRICIA RODRIGUES DOS SANTOS ANJOS
12677130523	PAULO CLOVIS DE OLIVEIRA
16651529316	PRISCILA GLORIA XAVIER LEAO
12904197720	RAIMUNDA MATILDE RIBEIRO DE OLIVEIRA
16640039959	RAQUEL DA SILVA BOEIRA DE ANDRADE
13692966724	RAQUEL KEI DA SILVA
12417991871	RAQUEL PERRONE ANSELMO
16529651145	RAQUEL SALETE PAZ
13673943722	RAQUEL VANESSA VOLPATTO
16538751793	REGIANE DIAS

NISTITULAR	TITULAR
16073903694	REJEANE ALVES DE BOLBA SANTOS
10814293228	RELEODIR APARECIDA NUNES COSTA
16596107109	RENARCI GABRIEL RIBEIRO
16538786368	REVAILDA APARECIDA COSTA
12820715690	RITA DA SILVA
16675978765	RITA DE CASSIA DE LARA
16043197856	RITA DE CASSIA OLIVEIRA
16543437554	RITA SIQUEIRA
12299230027	ROSA APARECIDA NUNES
16563041397	ROSA DIAS MOREIRA ALVES
16625286584	ROSA GENIS QUARESMA
12436504352	ROSA MARIA LINS
12451676525	ROSALINA LEONIDA WINK
12889780718	ROSALINA MACHADO FIABANE
12404526962	ROSALINA RUBINI
20996902508	ROSANA DE FATIMA DELFE
12659683729	ROSANA FERREIRA
13459336721	ROSANA RODRIGUES DA FREITAS
13924580722	ROSANA VEIGA
12551919349	ROSANE ANTUNES
12359258283	ROSANE APARECIDA DE OLIVEIRA DA SILVA
16542011030	ROSANE ATT
13055763512	ROSANE DE OLIVEIRA
20043412755	ROSANE DE SOUZA
16630436122	ROSANE OLIVEIRA
12403137288	ROSANGELA APARECIDA COSTA
13466280728	ROSANGELA KOKOWIC
13190072727	ROSANGELA PANTERA
12436726487	ROSE APARECIDA MAFI
12375901187	ROSE PELENTIR
13519478721	ROSE RIBEIRO DOS SANTOS
20922928538	ROSELEI GUARNIERI
12314939761	ROSELENE ADAM
16538918442	ROSELI APARECIDA DOMINGUES BARETTI
12299119622	ROSELI CAMPOLIN DOS SANTOS
12418146741	ROSELI DA ROSA
16623210300	ROSELI DE SOUZA
12375901144	ROSELI FATIMA VICENTE
12375900679	ROSELI FOGACA
12704525724	ROSELI MOTTA
12314941677	ROSELI OSMARIN BATISTA
12671791722	ROSELI PANTERA
12551920878	ROSELI RODRIGUES RIBEIRO
12412072347	ROSELI SALETE RUFINO
12879168726	ROSELITA TEREZINHA PINTO
12770654723	ROSEMARI RIBEIRO DO NASCIMENTO
20684162975	ROSEMILDA DA SILVA CARRAO
13016952725	ROSENAIDE MARIA DE RAMOS
16043199670	ROSENI VARELA GONCALVES

NISTITULAR	TITULAR
20051509894	ROSILENE DREHMER
16681790217	ROSILENE MARIA DALLAGNOL
16629907710	ROSIMAR APARECIDA DOMINGOS
12644614726	ROSIMAR DA SILVA
16650303586	ROSINHA DE CAMPOS
16587135618	ROSITA APARECIDA RODRIGUES
12897574722	ROZELI POLICENO
20940327486	ROZMARI FATIMA ALBANI
13912239729	RUBIA DAIANI RAMOS
12483322036	RUTE DE OLIVEIRA
12451952638	RUTH MARA DA SILVA
16628365574	RUY NORATO DO AMARAL
16043200490	SALETE ALONSO DE SOUZA
16043200474	SALETE ANTUNES DE MOURA
16616442005	SALETE CORDEIRO DE LIMA DEICHE
16543502674	SALETE DE SOUZA MACHADO FRANCA
12196940587	SALETE FAGUNDES MAZUREK
13000460720	SALETE FARIAS
12439401236	SALETE FERNANDES MEDEIROS
16563099115	SALETE MORAES
16043200431	SALETE SCUCIATO FANTIN
16542049267	SALETE TELLES DE OLIVEIRA
12551117625	SAMANTA DE SOUZA
12452244580	SAMIRA RIBEIRO DE GODOY SALGADO
13130088724	SANDRA APARECIDA BARBOSA
12315298832	SANDRA APARECIDA BATISTA
12450855604	SANDRA BRIGIDA MIGUEL
16543508818	SANDRA CATIA FERREIRA DA SILVA
13181393729	SANDRA LUCIA WAZLAWICK
13210127726	SANDRA MARA RODRIGUES
16591741268	SANDRA REGINA KRASOWSKI
12276402840	SANDRO DO PRADO
17007934089	SARA GONCALVES RYBANDT
16569084667	SEBASTIANA ANTUNES PEREIRA
12001907127	SEBASTIANA DOS SANTOS RIBEIRO RODRIGUES
12294328932	SEBASTIANA RIETER
12423654164	SEBASTIAO DE BRITO
16623725017	SEMILDA WEYAND FACCHIN
12167262088	SERGIO FERNANDO ALVES
12353615297	SERGIO LUIZ MERGERT
16043209978	SHAIANE RUBINI
13123253723	SIDNEIA APARECIDA VARELA
16543547872	SILMARA APARECIDA MANDELLI
13054256722	SILMARA PEREIRA
13481002725	SILMARA REGIANE DOS SANTOS
12607484725	SILVALINA FERREIRA
13081846721	SILVANA APARECIDA FALCHETTI A RIBEIRO
12375907401	SILVANA APARECIDA LOPES
16584556310	SILVANA ARMILIATTO

NISTITULAR	TITULAR
16563220100	SILVANA CARDOSO DE LIMA
16569152751	SILVANA CRUZ DA SILVA
20060008312	SILVANA ESTREME
16682328606	SILVANA SAROTREL COSSA
12452122612	SILVANIA TERESINHA DA SILVA
13721561723	SILVIA DIAS
13398716317	SILVIANE APARECIDA DE LIMA
16610340553	SIMONE BATISTA DE OLIVEIRA
13214769722	SIMONE CASAGRANDE
20099336388	SIMONE GONCALVES ALVES
13813482722	SIMONE JOSE MARIA
12900063517	SIMONE NUNES
16663651650	SIMONE RODRIGUES DE OLIVEIRA
12483163663	SIRLEI APARECIDA FELIX
12341415468	SIRLEI APARECIDA HECKLER
16539083735	SIRLEI DE FATIMA DA ROSA
16043202698	SIRLEI DOMINGOS
14036367729	SIRLEI FATIMA MACIEL
16609113972	SIRLEI FERREIRA DE SALLES KUSTER
16628276008	SIRLEI GUEDES FERREIRA
12353614312	SIRLEI MACIEL
12922919724	SIRLEI MARIA CARNIEL
16580953951	SIRLENE APARECIDA ALVES DOS SANTOS
13222673720	SIRLENE GOMES
12347635540	SIRLEY APARECIDA DA VEIGA CORDEIRO
16576396679	SOELI TEREZINHA PETRY
12644600725	SOLANGE ALVES DOS SANTOS
20901554132	SOLANGE COSTA VALIERI
13173837729	SOLANGE FELIX BATISTA
16537122083	SONIA APARECIDA ANTUNES DE LIMA
12835404726	SONIA DE OLIVEIRA FERREIRA
13156481725	SONIA MARIA DOS SANTOS BRANCO
16563246371	SUELI BARTH CORDEIRO SANTOS
13075520518	SUELI FERNANDES
12320610938	SUELI FILOMENA SOMMARIVA
12436363058	SUELI PADILHA
16630522800	SUELI PEREIRA DUARTE
16586335060	SUELI RIBEIRO
16685143542	SUELLEM FABRICNEI
20968776390	SUSANA ANTUNES
16073965975	SUZANA COSTA
12330384124	SUZANE APARECIDA QUEIROZ
12986676725	SUZETE ALVES DE ANDRADE
10814300917	TANIA REGINA ALVES
16074505129	TANIA REGINA ALVES
12309177069	TANIA REGINA MENEZ NERES
16663671511	TATIANA CRUZ DA SILVA DIAS
13349013723	TATIANA SILVEIRA DRUN
16677846300	TATIANE DE GOES SOUZA

NISTITULAR	TITULAR
16539205032	TATIANE GRAZIELA DE OLIVEIRA
16627529360	TATIANI BATTISTELLA SCHIEVELBEIN
16539214236	TERESA DIAS JACINTHO
16614288343	TERESA FRIEBEL
20675571337	TERESINHA DE JESUS PAZ
13542004722	TERESINHA PASTORE BRIDI
13450197729	TERESINHA VIEIRA CARDOSO
16539219130	TEREZA ALVES RIBEIRO DA SILVA
10660118901	TEREZA BORGIA
20944144866	TEREZINHA ALVES MOREIRA
12109121418	TEREZINHA APARECIDA GONCALVES
16539223952	TEREZINHA APARECIDA GUINDANI
14178340723	TEREZINHA APARECIDA PEREIRA
13097260721	TEREZINHA CORREA DE LIMA FAITEN
12353613367	TEREZINHA DA SILVA KOHLER
12551919357	TEREZINHA DE A DE O TONIAZZO
12249507858	TEREZINHA DE FATIMA ALMEIDA LAVRATTI
12314937386	TEREZINHA FERNANDES FRANCA
20968666013	TEREZINHA FERREIRA
16601322564	TEREZINHA GHELLER ROBERTI
19001336720	TEREZINHA LOPES CARDOZO
16571532981	TEREZINHA MOREIRA RODRIGUES
12233184841	TEREZINHA ORBANO
16539231858	TEREZINHA PEREIRA DOS SANTOS
12126923853	TEREZINHA RODRIGUES
16539235373	TEREZINHA ROSANI DE SOUZA
16539226307	TEREZINHA SALETE DE LIMA
13156480729	TEREZINHA TELLES DE OLIVEIRA
16539174080	THAIZA DA COSTA
13352662729	VALDECIR FERNANDES
13205360728	VALDIR SERAFINI
16613654486	VALDOMIRO LINS
16602195876	VALDOMIRO MOREIRA
13459158726	VALERIA SILVEIRA
12294328924	VALMIR DE MELLO
12892485721	VANDA APARECIDA TIBES FERREIRA
16539300043	VANDERLEIA ANTUNES SILVEIRA
12740890720	VANDERLEIA DONDONI PANHO
16073984309	VANDERLEIA ELIAS VARELA
16610220221	VANESSA APARECIDA BARETTI
13396652729	VANESSA APARECIDA GONCALVES
20055773065	VANESSA TAIANE DE ANDRADE
13255649721	VANEZA QUADROS DE GOIS
16043206898	VANILCE BARETTI
20947928329	VANILDA APARECIDA PIRES
17018203838	VERA LUCIA FERREIRA
12836906725	VERA LUCIA GOMES DE OLIVEIRA
16539395540	VERA LUCIA HEEMANN
20919310588	VERA LUCIA PASSAGLIA



NISTITULAR	TITULAR
12294299622	VERA LUCIA RIBEIRO DOS SANTOS
12597765727	VERA LUCIA TIDRE
12799820729	VERA MARIA DOS SANTOS
12001755319	VERA MARIA DOS SANTOS SILVA
13283581729	VERALUZ DA ROSA
13201397724	VERONICA DE FATIMA DE OLIVEIRA
16043208696	VERONICE LIZ DA SILVA
10626786719	VERONILDA FERRAZ
12253874312	VILMA RODRIGUES BUENO
16547359779	VILMA WANDSCHEER TEODORO
12320589327	VITALINA BONFIN OLIVEIRA
16575951156	VITORIA LEITE GUIMARAES
13345916729	VIVIANE GOMES ALVES
13140518721	VIVIANE LOPES
12276402565	WLADENIZE APARECIDA COSTA NOWAK
12452119263	ZELI DE JESUS
12147790143	ZELIA ANTUNES RODRIGUES
16539475617	ZELINA SALES DA ROSA DE ARAUJO
16586407398	ZENAIDE RODRIGUES NAZARZO DA SILVA
10837526903	ZENAIDE TEREZINHA MEDEIROS
12831815519	ZENILDA TEREZINHA DE SOUZA
12279185514	ZENIR BATISTA DOS SANTOS
20385996939	ZENIR CHRISTOFEL
12001907305	ZENIRA JACINTO DA SILVA COLASSO
16599923691	ZENITA ALEXANDRE BRESOLIN
16591095439	ZENITA ELIZIO
16622733695	ZULEIDE APARECIDA SOS SANTOS

Edital de Convocação nº 010/10 - Processo Seletivo nº 11/09

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2.010
PROCESSO SELETIVO Nº 11/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocadas as candidatas abaixo relacionadas para comparecerem no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para o qual foram classificadas no Processo Seletivo nº 011/2009:

CONVOCADA	CARGO
1. Luciane Izabel Colombo	Auxiliar de Serviços Gerais
2. Agelita da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais

As convocadas deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Exame Médico Admissional (Agendar no DP – 3566 9045)
- Carteira de Trabalho com Nº PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone se tiver;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso; CPF; Título de Eleitor; Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino e tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;

- Se tiver dependentes para fins de Imposto de Renda, anexar declaração com nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Declaração de Bens;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 22 de março de 2.010

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Edital de Convocação nº 11/10 - Processo Seletivo nº 11/09

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2.010
PROCESSO SELETIVO Nº 11/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 011/2009:

CONVOCADO	CARGO
1. Moacir Canonica Sobrinho	Agente Técnico Administrativo

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Exame Médico Admissional (Agendar no DP – 3566 9045)
- Carteira de Trabalho com Nº PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone se tiver;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso; CPF; Título de Eleitor; Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino e tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Se tiver dependentes para fins de Imposto de Renda, anexar declaração com nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Declaração de Bens;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 24 de março de 2.010

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal



Anexo V - Educação

DECRETO Nº 8.766/07

ANEXO V

CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS COM ENSINO - MÊS FEVEREIRO/2010

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM ENSINO				
1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS				
Receitas Oriundas de Impostos			ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS	
1.1 - IPTU				450,48
1.2 - ITBI				135.271,60
1.3 - ISS				679.995,58
1.5 - IRRF				119.274,02
1.6 - Dívida Ativa de Impostos				55.014,40
1.7 - Multas e Juros de Impostos				45.689,26
1.8	SOMA			1.035.695,34
Receitas Base de Cálculo do FUNDEB			Total	
1.10 - Cota-Parte do FPM - 20%				2.156.487,68
1.11 - Cota-Parte do ICMS Deson. Export. (LC 87/96) -20%				33.415,00
1.12 - Cota-Parte do ICMS - 20%				4.596.678,51
1.13 - Cota-Parte do IPI Exp. - 20%				98.293,91
1.14 - Cota- Parte do ITR - 20%				3.597,35
1.15 - Cota- Parte do IPVA - 20%				459.053,90
1.16 - Cota- Parte do ITCMD - 20%				0,00
1.17	SOMA			7.347.526,35
1.18	TOTAL			8.383.221,69
2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO				Até o Mês
Especificação				Acumulado
2.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (25% de 1.18)				2.095.805,42
2.1.1 - Cota- parte Transferências do FUNDEB (retorno)				1.798.345,24
2.2 - Rendimento s/ Aplicação FUNDEB				8.770,48
2.3 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.2				12.938,56
2.4 - Cota-Parte do Salário Educação				211.557,78
2.5 - Rendimento Aplicação Salário Educação				10.476,60
2.6 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.4				774.459,45
2.7 - Convênios Vinculados ao Ensino				0,00
2.8 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.7				-17.619,17
3. APLICAÇÃO		Até o mês		
Especificação	Exigência Legal	Liquidada	Diferença	
3.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (100% de 2.1)	2.095.805,42	1.573.732,76	-522.072,66	
3.1.1 - Valor gasto com Ensino Fundamental		552.007,65		
3.1.2 - Valor gasto com Educação Infantil		1.021.725,11		
3.2 - Contribuição do FUNDEB (Sub-vinculação contábil)	1.820.054,28	1.197.743,41	-622.310,87	
3.3 - Remun.Prof Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2+2.3)	1.092.032,57	830.499,17	-261.533,40	
3.4 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1 +2.2+2.3)	728.021,71	367.244,24	-360.777,47	
3.5 - Cota Parte Salário Educação (100% de 2.4+2.5+2.6)	996.493,83	403,04	-996.090,79	
3.6 - Convênios Vinculados ao Ensino (100% de 2.7+2.8)	-17.619,17	0,00	17.619,17	
4.CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS (EM %)		MÍNIMO %	LIQUIDADO %	DIFERENÇA %
4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1.18)		25,00%	14,75%	-10,25%
4.1 - Remun.Profissionais Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1)		60,00%	46,18%	-13,82%
4.2 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1)		40% (máximo)	20,42%	-19,98%
5. GANHO/PERDA COM FUNDEB		Valor recebido até o mês	Valor retido até o mês	Diferença
5.1 - Cota-parte - Transferências do FUNDEB		1.798.345,24	1.469.504,87	328.840,37

Fonte: Departamento de Contabilidade

Videira-SC, 20 de março de 2010.

Maria Angélica Vanz Balestieri
Contadora CRC-SC 022532/0-5

Roberto Maraschin Primo
Secretário Municipal de Educação

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal



Edital Declaratório nº 08/10

SECRETARIA DE FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

EDITAL DECLARATÓRIO 08/2010

O senhor Alexandre Ganasini, Secretário de Finanças, no uso de sua competência, prevista no Código Tributário Municipal (Lei 69/85) em seu artigo 132 e Regulamento do ISS (Imposto Sobre Serviços) aprovado pelo Decreto 4.118 de 31 de agosto de 1994, no artigo 19, e considerando ainda o que consta no Processo Administrativo nº 1227/2010, o qual se encontra à disposição dos contribuintes na Secretaria de Finanças no Departamento de Tributação.

Declara:

I - cancelada de ofício a inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipais das empresas e autônomos abaixo relacionadas, a partir das datas e pelos motivos especificados.

II- Para os contribuintes do Imposto sobre Serviços – ISS, tornam-se inidôneos em todos os efeitos fiscais, os documentos emitidos em seus nomes datados após o cancelamento da inscrição.

Contribuinte: Comércio de Materiais de Construção e Serviços Al
Rua João Zardo, 719 Alvorada
Inscrição Municipal: 2005018 CNPJ: 08.646.741/0001-56
Nota Fiscal Série S1 numeração 001 a 150 - AIDF: 195/2008.
Sócio Gerente: Ângelo Alves dos Santos
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 10/03/2010

Contribuinte: Construtora Santini Ltda.
Rodovia SC 453, Km 50,1 S/N Rio das Pedras
Inscrição Municipal: 77496 CNPJ: 82.997.057/0001-71
Não possui Autorização para Utilização de Documentos Fiscais (AIDF) (art. 72 RISS)
Sócio Gerente: Adriano Santini
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 30/09/2009

Contribuinte: Construid Materiais para Construção Ltda.
Rua XV de Novembro, 714 Centro
Inscrição Municipal: 1834045 CNPJ: 04.349.451/0001-90
Não possui Autorização para Utilização de Documentos Fiscais (AIDF) (art. 72 RISS)
Sócio Gerente: Paulo Ricardo Bocca
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 30/09/2009

Contribuinte: Danistella Transportes e Serviços Ltda - ME
Rua Fernando Egger, 374 Alvorada
Inscrição Municipal: 2021412 CNPJ: 03.595.944/0001-47
Nota Fiscal Série S1 numeração 01 a 150 - AIDF: 302/2008.
Sócio Gerente: Daniela de Fátima Ribeiro
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 10/03/2010

Contribuinte: Duplo Zero Assessoria Tributária e Contábil S/C
Rua Saul Brandalise, 300 Centro
Inscrição Municipal: 153800 CNPJ: 80.631.930/0001-82
Nota Fiscal Série S1 numeração 183 a 250 - AIDF: 154/1998.
Sócio Gerente: Clemente René Caven
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 04/03/2010

Contribuinte: Elenir Vaz
Rua Fernando Egger, 374 Alvorada
Inscrição Municipal: 1977245 CNPJ: 07.619.251/0001-06
Nota Fiscal Conjugada mod. 1 Série 1 numeração 000.001 a 000.150 - AIDF: 098/2006.

Sócio Gerente: Elenir Vaz
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 16/09/2009

Contribuinte: Estrutural Fernandes Ltda.
Rua Fernando Egger, 311 Alvorada
Inscrição Municipal: 1964747 CNPJ: 07.139.361/0001-62
Nota Fiscal Série S1 numeração 000001 a 000250 - AIDF: 0282/2007.
Sócio Gerente: Daiana Alves Fernandes
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 16/09/2009

Contribuinte: Idilva Aparecida Lins da Silva
Avenida Marginal Sul, 72 Vitoria
Inscrição Municipal: 1907760 CNPJ: 02.666.059/0001-49
Não possui Autorização para Utilização de Documentos Fiscais (AIDF) (art. 72 RISS)
Sócio Gerente: Idilva Aparecida Lins da Silva
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 10/03/2010

Contribuinte: Idilva Aparecida Lins da Silva ME
Rua João Zardo, 499 Centro
Inscrição Municipal: 1932489 CNPJ: 02.666.059/0002-20
Não possui Autorização para Utilização de Documentos Fiscais (AIDF) (art. 72 RISS)
Sócio Gerente: Idilva Aparecida Lins da Silva
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 10/03/2010

Contribuinte: Induplastic Industria de Plásticos Ltda
Distrito Industrial Rio das Pedras
Inscrição Municipal: 187607 CNPJ: 04.526.876/0001-60
Não possui Autorização para Utilização de Documentos Fiscais (AIDF) (art. 72 RISS)
Sócio Gerente: Luciano Garboça
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 10/03/2010

Contribuinte: J.J.M. Montagem Industrial Ltda
Avenida Dom Pedro II, 546 Rio das Pedras
Inscrição Municipal: 1975971 CNPJ: 06.044.400/0001-85
Nota Fiscal Série 1 Numeração 51 a 100 - AIDF: 253/2005
Sócio Gerente: José Itacir da Silva
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 04/03/2010

Contribuinte: Jorge da Rosa
Rua São José, 50 São Cristóvão
Inscrição Municipal: 174130 CPF: 066.504.149-72
Nota Fiscal Série S1 numeração 1 a 250 - AIDF: 87/2000.
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 04/03/2010

Contribuinte: Juliane Paz
Rua Padre Anchieta, 890 Matriz
Inscrição Municipal: 1871331 CPF: 949.618.089-20
Não possui Autorização para Utilização de Documentos Fiscais (AIDF) (art. 72 RISS)
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 04/03/2010

Contribuinte: Juvenil Oscar Mascarello
Rua Benvenuto Francisco Mandelli, S/N Santa Tereza
Inscrição Municipal: 1977270 CPF: 019.651.019-84
Nota Fiscal Série S1 numeração 1 a 150 - AIDF: 332/2005.
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 04/03/2010

Contribuinte: M.V.F. Montagens de Móveis em Geral Ltda



Rua Irene Benedetti, 02 Rio das Pedras
Inscrição Municipal: 1975807 CNPJ: 07.534.345/0001-74
Nota Fiscal Série S1 numeração 1 a 150 - AIDF: 245/2005.
Sócio Gerente: José Maiolli
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 04/03/2010

Contribuinte: Marcelo Weiss
Rua Bulcão Viana, 1338 Floresta
Inscrição Municipal: 1902130 CPF: 017.800.709-93
Não possui Autorização para Utilização de Documentos Fiscais (AIDF) (art. 72 RISS).
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 04/03/2010

Contribuinte: Montalfort Comércio de Esquadrias Ltda
Rua Saul Brandalise, 540 Centro
Inscrição Municipal: 1923633 CNPJ: 05.143.387/0001-59
Não possui Autorização para Utilização de Documentos Fiscais (AIDF) (art. 72 RISS).
Sócio Gerente: Maristela Aparecida Paravisi
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 04/03/2010

Contribuinte: Pena Branca Comércio e Representações Ltda
Rodovia SC 303, km 04, s/n
Inscrição Municipal: 3840 CNPJ: 75.352.088/0001-00
Não possui Autorização para Utilização de Documentos Fiscais (AIDF) (art. 72 RISS)
Sócio Gerente: Messias Savian Sobrinho
Motivo do Cancelamento: Falência decretada em 29/06/2004.
Data do Cancelamento: 02/03/2010

Contribuinte: Tec Sui Importação e Exportação Ltda
Rua José Deola, 165 Centro - Irani
Inscrição Municipal: 1925326 CNPJ: 05.348.684/0001-30
Não possui Autorização para Utilização de Documentos Fiscais (AIDF) (art. 72 RISS)
Sócio Gerente: Claudimiro Bernardi
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 04/03/2010

Contribuinte: Transdeta Transportadora Ltda.
Rua Fernando Egger, 106 Alvorada
Inscrição Municipal: 1978470 CNPJ: 07.655.975/0001-05
Nota Fiscal Série S1 numeração 000501 a 001000 - AIDF: 0376/2006.
Sócio Gerente: Ademir Ricardo da Silva
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 16/09/2009

Contribuinte: Transoliver Transportes Ltda
Rua Oswaldo Cruz, 761 Marafon
Inscrição Municipal: 1945467 CNPJ: 05.968.430/0001-15
Não possui Autorização para Utilização de Documentos Fiscais (AIDF) (art. 72 RISS)
Sócio Gerente: Rosangela de Fátima Gonçalves
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 10/03/2010

Contribuinte: Videclima Sistema de Aquecimento Ltda ME
Rua Saul Brandalise, 501 Centro
Inscrição Municipal: 162213 CNPJ: 02.454.493/0001-65
Nota Fiscal Série 1 Numeração 1 a 250 - AIDF: 211/1998.
Sócio Gerente: Moacir Rodrigues
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 04/03/2010

Contribuinte: Videclima Sistemas de Aquecimento Ltda
Rua Constantino Crestani, 551 Cidade Alta
Inscrição Municipal: 1953575 CNPJ: 02.454.493/0002-46
Não possui Autorização para Utilização de Documentos Fiscais (AIDF) (art. 72 RISS)

Sócio Gerente: Moacir Rodrigues
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 04/03/2010

E, para que produza os efeitos legais, foi lavrado o presente edital.

Videira-SC, 23 de março de 2010.
ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

